

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DO TRABALHO E DA EMPRESA
[Departamento de Sociologia]

UMA ALDEIA NA CIDADE
**- TELHEIRAS, O QUE É HOJE
E COMO SE PRODUZ UM BAIRRO?**

Mário Contumélias

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em Sociologia
Especialidade em Comunicação

Orientador:
Prof. Doutor José Manuel Paquete de Oliveira
ISCTE

Novembro, 2007/Julho, 2008

Agradecimentos

Uma investigação continuada recolhe, via de regra, muitos contributos. Foi o caso. Desde as instituições do bairro, aos moradores anónimos de Telheiras muitos foram os que se dispuseram a gastar algum do seu tempo em prol deste trabalho; para não se correr o risco de esquecer alguém, não se individualiza. No entanto, não se pode deixar de sublinhar a colaboração da Associação de Residentes de Telheiras e, em particular, de alguns dos seus ex-dirigentes históricos, com especial pertinência para os vários presidentes que, ao longo dos anos, assumiram a direcção da Associação.

Contudo, há alguém no universo de Telheiras, a quem se deve um agradecimento firme e claro. Ana Contumélias deu a esta investigação – feita sem qualquer tipo de financiamento e portanto sem a possibilidade de dedicação exclusiva do investigador, o que ajuda a explicar também a sua longa duração – um contributo inexecedível. Sem a sua ajuda, apoio e solidariedade, este trabalho não estaria, provavelmente, ainda concluído.

Como socióloga, acompanhou passo a passo o desenvolvimento da investigação, com comentários e leituras críticas, que muito ajudaram o investigador. Como dirigente histórica da ART e cidadã profundamente implicada e conhecedora da vida local em Telheiras, como dos seus principais actores e acontecimentos, Ana Contumélias foi uma informante crucial, ajudando ainda, e muito, no acesso a toda a memória escrita disponível no bairro e sobre o bairro.

Finalmente, como companheira de vida do investigador, libertou-o de todas as responsabilidades e compromissos ligados ao quotidiano da vida do grupo doméstico, tomando-as a seu exclusivo cargo, quando foi preciso fazer um forcing na redacção desta dissertação.

Por tudo isto, este trabalho é-lhe aqui dedicado.

Finalmente, ainda uma palavra de gratidão para o Prof. Doutor Paquete de Oliveira, pela confiança que depositou no doutorando que sempre o acompanhou e lhe deu força para vencer as dificuldades; e para o Prof. Doutor Luís Silva Pereira, pela paciência com que ouviu o autor falar dos problemas apresentados pelo terreno e pelos comentários e sábios conselhos que não regateou.

Índice

Índice de Figuras e quadros	III
INTRODUÇÃO	P. 2
Da condição de autóctone ao comprometimento do olhar.....	P. 5
Sobre a relação Sujeito/Objecto	P. 4
Território retórico. Objecto sociológico e objecto empírico	P. 8
Período em análise	P. 11
Um estudo de caso.....	P. 14
Sobre as teorias.....	P. 16
Literatura sobre os bairros de Lisboa.....	P. 19
Parte 1 – CARACTERIZAÇÃO DO «BAIRRO»	
E DOS PRINCIPAIS AGENTES.....	P. 24
O «bairro» de Telheiras.....	P. 25
A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL.....	P. 33
A Associação de Residentes de Telheiras – ART.....	P. 37
O <i>Jornal de Telheiras</i>	P. 46
As Escolas de Telheiras	P. 54
O Núcleo antigo de Telheiras – memórias da aldeia.....	P. 56
- O príncipe e a Senhora.....	P. 62
Centro Cultural de Telheiras.....	P. 68
Parte 2 – OS AGENTES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO	
SIMBÓLICA DO «BAIRRO».....	P. 71
O Relatório do NEUT – Telheiras, um “valor-signo”.....	P. 72
<i>Criar cidade</i> , «inventar Telheiras» – A Comunicação institucional da EPUL.....	P. 79
- <i>Criar cidade</i> para a vida das pessoas.....	P. 84
A Intervenção da Associação de Residentes –ART.....	P. 91

- Consenso, participação e ecologia.....	P. 97
- Insegurança, estatuto e valores.....	P. 100
- Apropriação do Espaço público.....	P. 103
- <i>A Aldeia que Aprende</i>	P. 109
- <i>NOW</i> , a poesia e o ambiente.....	P. 111
- Discurso e acção.....	P. 117
- Os presidentes da ART.....	P. 123
- Tensão ART – EPUL.....	P. 139
Um jornal no «bairro».....	P. 146
- Para que serve um jornal de bairro.....	P. 149
- Natureza dos conteúdos do <i>Jornal de Telheiras</i> ...	P. 152
- O «bairro» no <i>Jornal de Telheiras</i>	P. 164
Discursos de fora.....	P. 170
- Comércio e <i>Telhados de Vidro</i>	P. 182
- <i>Labirinto com cheiro a campo</i>	P. 187
Discursos urbanos.....	P. 192
- Telheiras, <i>templo sagrado do Parkour</i>	P. 193
- Zona T.....	P. 196
Apropriação simbólica – alargando o «bairro».....	P. 199
Representações endógenas.....	P. 203
Telheiras virtual.....	P. 211
Parte 3 – O «BAIRRO» E OS SEUS MAPAS	P. 221
Os mapas de Telheiras.....	P. 222
O que é «bairro»?	P. 230
- O bairro de “Telheiras”	P. 238
- O que é hoje um «bairro»	P. 240
Como se produz um bairro?.....	P. 241
- O caso de “Telheiras”	P. 244

CONCLUSÃO	P. 251
O que é e como se produz um bairro?	P. 252
Recolocando a questão.....	P. 254
Considerações finais	P. 254
Bibliografia	P. 253

INDICE DE FIGURAS E QUADROS

Figuras

Fig.1- «Triângulo» de Telheiras	7
Fig.2- Agricultores em Telheiras	12
Fig.3- Mapa de Telheiras em 1844	25
Fig.4- Telheiras, mapa actual	26
Fig.5- Mapa de “Telheiras-Sul	27
Fig.6- Folheto da <i>habitolu</i>	31
Fig.7- Desenho do Alto da Faia I	35
Fig.8- Logotipo da ART.	42
Fig.9- Sede da ART.	45
Fig.10 - Capas do Jornal de Telheiras, de Agosto de 1999 a Abril de 2000.	50
Fig.11 - Capa da última edição do Jornal de Telheiras	51
Fig.12 - A aldeia de Telheiras, NAT.	57
Fig.13 – Imagem de Nossa Senhora da Porta do Céu	63
Fig.14 - Logótipo do Centro Cultural de Telheiras.	69
Fig.15 - Anúncio da EPUL para venda da aldeia de Telheiras	82
Fig.16 – Logótipo e mapa da Praça Central de Telheiras	87
Fig.17 –Esquema analítico do imaginário da ART.	102
Fig.18 – Capa do boletim Informativo da ART, Junho de 1994.	105
Fig.19 – Cartazes do <i>teatroàparte</i>	118
Fig.20 – Desenho da Urbanização do Paço do Lumiar	144
Fig.21 – Ardina apregoou o Número Zero do <i>Jornal de Telheiras</i>	147
Fig.22 – A araucária de Telheiras	167
Fig.23 – Protestos em Telheiras	179
Fig.24 – Prática do <i>Parkour</i> em Telheiras	194

Fig.25 – Zona T	197
Fig.26 – Empresas fora do «Triângulo» que se afirmam de Telheiras	200
Fig.27 – “Telheiras Residence”	201
Fig.28 – Telheiras no Mapa da cidade de Lisboa	222
Fig.29 – “Telheiras-Sul” no mapa de Lisboa.	223
Fig.30 – Mapa do «Triângulo» completo	225
Fig.31 – Carta de Ocupação do Solo de Telheiras.	227
Fig.32 – Planta de Telheiras, publicada no <i>site</i> da ART.	228
Fig.33 – Urbanização do Vale de Stº António	242

Quadros

Quadro 1 – Discurso da EPUL	88
Quadro 2 – Conceitos orientadores da acção da ART	114
Quadro 3 – Discursos sobre Telheiras e a ART	115
Quadro 4 – Intervenção cívica da ART em 1996/97	121
Quadro 5 – Caracterização dos presidentes da ART, à chegada a Telheiras.	136
Quadro 6 – Número Zero do <i>Jornal de Telheiras</i>	153
Quadro 7 – Edição N.1 do <i>Jornal de Telheiras-Conteúdos</i>	154
Quadro 8 – Edição N.2 do <i>Jornal de Telheiras-Conteúdos</i>	155
Quadro 9 – Edição N. 3 do <i>Jornal de Telheiras-Conteúdos</i>	156
Quadro 10 – Edição N.4 do <i>Jornal de Telheiras-Conteúdos</i>	157
Quadro 11 – Edição N.6 do <i>Jornal de Telheiras-Conteúdos</i>	158
Quadro 12 – Edição N.7 do <i>Jornal de Telheiras-Conteúdos</i>	159
Quadro 13 – A objectividade do <i>Jornal de Telheiras</i> - I	160
Quadro 14 – A objectividade do <i>Jornal de Telheiras</i> -II	160
Quadro 15 – «Fabrico» da <i>Actualidade</i> no <i>Jornal de Telheiras</i>	162
Quadro 16 –Profissão dos chefes de família em Telheiras.	172
Quadro 17 –Famílias com automóvel em Telheiras.	172
Quadro 18–Vendas do <i>Expresso</i> em Telheiras	173
Quadro 19– Telheiras vista pelo <i>Expresso</i> (Junho de 1993).	175

Quadro 20 – Características do «bairro» de Telheiras	210
Quadro 21– Telheiras na Web	212

Resumo

Fará ainda sentido falar de “bairro” no universo urbano lisboeta, depois das profundas transformações ocorridas em Portugal e no Mundo nas últimas décadas, a não ser para nos referirmos aos “bairros históricos”, ou “bairros populares”? Se faz, o que é hoje um “bairro”? E de que formas, materiais e simbólicas, é ele produzido? Este trabalho procura encontrar respostas para estas questões, centrando-se na análise do caso de “Telheiras”, um dos “bairros” novos de Lisboa. Conclui-se que a ideia de “bairro” subsiste no imaginário dos actores sociais, como uma imagem idealizada que orienta a acção. Igualmente se sustenta que a existência do “bairro” moderno, embora indissociável de um território físico, se afirma, sobretudo, no plano de um território retórico.

Palavras-chave: Bairro, Território, Retórico, Comunidade interpretativa, Media.

Abstract

Does it still make sense to talk about “neighbourhood” in the Lisbon urban universe, after the profound transformations occurred in Portugal and in the World in the last decades, if not only to refer to “historic neighbourhoods”, or “popular neighbourhoods”? If it does, what is a “neighbourhood” nowadays? And in what ways, with which materials and symbolisms, is it shaped? This thesis searches to find answers to this questions focusing in the analyses of the “Telheiras” case, one of the new “neighbourhoods” of Lisbon. It is concluded that the concept of “neighbourhood” subsists in the imaginary of social actors, like an idealized image that guides the act. It also sustains that the existence of the modern “neighbourhood”, although indivisible from a physical territory, affirms it self, in a rhetoric territory.

Key-words: Neighbourhood, Rhetoric Territory, Interpretative Community, Media.

Uma Aldeia na Cidade...

INTRODUÇÃO

■ Da condição de autóctone ao comprometimento do olhar.

O primeiro contacto do autor desta investigação com Telheiras remonta aos idos da década de oitenta, quando o então jovem jornalista da Imprensa diária deixou o bairro da Ajuda onde morava, para vir habitar a zona nova da cidade. A diferença entre os dois ambientes revelou-se, desde logo, notória. Telheiras prometia uma experiência diversa da vivida na Travessa da Boa Hora, na Ajuda, local de edifícios baixos e em processo de degradação, com uma população a envelhecer, onde os vizinhos se conheciam pelo nome e se cumprimentavam quando se cruzavam ou faziam compras no mercado que, pela manhã, nascia nos dois lados da rua. Telheiras tinha vias largas, edifícios também não muito altos mas arquitectonicamente distintos de tudo a que estava habituado, com os seus corredores exteriores, os seus elevadores do lado de fora dos prédios, as suas cores entre o acastanhado e o rosa. A construção grassava e havia zonas ainda sem electricidade, sem água, sem gás. Aqui, a população era jovem e estava em processo de fixação ou fixara-se há poucos anos.

E, ao lado do crescente universo urbano, havia a aldeia, uma aldeia com uma rua só, cujo fim se anunciava, mas onde ainda se podia ir comprar o pão, as mercearias, tomar um copo de vinho, ou ficar entretido a jogar sueca numa mesa da tasca. E sobrevivia uma actividade agrícola, embora simples, o que permitia aos moradores da nova Telheiras comprar directamente ao produtor, a D^a Amália ou o Sr. José, na Quinta de Sant'Ana, batatas, couves e alfaces. Todo este «pitoresco» era reforçado pelo rebanho de ovelhas que pastavam tranquilamente nos terrenos ainda por urbanizar, onde a erva crescia por si, para, ao fim do dia, de regresso ao redil, atravessarem paulatinamente a rua, onde então passavam poucos automóveis e de forma espaçada.

Para o recém-chegado, que tinha vivido uma infância rural, este inesperado universo em que uma aldeia convivia com o «bairro»¹ e em que a maior parte dos novos habitantes

1 Contumélias A. (2006) destaca o facto da “urbanização crescente, incrustar uma Telheiras anterior à chegada das empresas imobiliárias, uma aldeia habitada, onde as quintas cercavam a igreja e o convento, as pessoas se conheciam, jogavam à malha e cultivavam a terra. Tratava-se, em geral, de uma população envelhecida e empobrecida, é certo, num sítio que se mantinha lugar com identidade própria, nas margens da cidade monumental, onde o Campo Grande e a Segunda Circular fechavam o cerco, abrindo o espaço ao campo”.

eram jovens, foi amor à primeira vista. Sentia que sempre fora dali. Passou a definir-se como vivendo no «bairro» de Telheiras, sem grandes interrogações acerca dessa condição de «bairro», satisfeito por pertencer àquele universo urbano emergente, tão «interessante, moderno e ecológico». Embora nascido em Setúbal, o jovem jornalista transformara-se num «autóctone»; as interrogações haveriam de vir mais tarde.

Anos depois, o já menos jovem jornalista mudou de actividade, o que lhe deixou livre o tempo necessário e suficiente para voltar a estudar e matriculou-se no curso de Antropologia Social, do ISCTE. Esse facto, que à partida lhe parecia simples e sem consequências, mero acto de valorização pessoal, viria a revelar-se decisivo. À medida que ia progredindo no curso, mudava também, sem que ao princípio disso se apercebesse, a sua visão do mundo. Aos poucos, descolava das certezas ilusórias do senso comum para as interrogações resultantes de um novo olhar, comprometido com a ciência social. E a ideia de «bairro de Telheiras» começou a levantar-lhe dúvidas, embora ainda não muito claras.

Diz Weber (1979: 21) que “A não ser que se trate de um físico, a pessoa que viaja de carro-eléctrico não tem com certeza a menor ideia de como aquilo se move e porquê”. É verdade; como o passageiro do “carro-eléctrico”, o jovem jornalista não tinha a menor ideia de que o conceito de «bairro» podia ser questionado, interrogado, no caso de Telheiras, sobre o seu rigor, a sua propriedade ou as condições da sua produção. O mesmo não acontecia com o recém licenciado; na imagem de Weber, ele deixava de ser um simples passageiro, para, aos poucos, se ir transformando no “físico”; como que fazia, ao contrário, o «mergulho no terreno» de que falam os antropólogos – o «autóctone» estava a transformar-se no investigador. A ciência social enquanto “ciência da realidade” levava-o a procurar “compreender as peculiaridades da realidade da vida” que o rodeava e na qual se encontrava situado (Weber, 1979: 47). A melhor forma de realizar esta busca seria encontrar para ela o amparo da Universidade, tentando, de uma assentada, satisfazer a necessidade sentida de compreensão sociológica do real próximo,

assegurar o desenvolvimento pessoal e trabalhar para a aquisição de um novo grau académico². Assim se acabou por chegar a esta investigação.

■ Sobre a relação Sujeito/Objecto.

Do que se disse ressalta evidente uma relação estreita entre o sujeito investigador e o objecto investigado, tomado em termos muito gerais, o «bairro»; o investigador não pode despir a sua identidade social. Para além de morador em Telheiras, o aprendiz de sociólogo tinha dois filhos a estudar nas escolas locais, uma ligação estreita à Associação de Residentes de Telheiras, uma participação cívica activa na vida do «bairro». Tornava-se, portanto, necessário controlar possíveis efeitos perversos dessa pertença; havia que evitar uma eventual atitude epistemologicamente perigosa, a de tomar por garantido todo um somatório de conhecimento que julgava possuir sobre o contexto em causa, e que não passaria, afinal, de um conjunto de *informações* pré-inculcadas em relação às quais devia ser capaz de criar o necessário distanciamento³.

Tratava-se aqui de conseguir “não cair na armadilha do objecto pré-construído” e de “romper com o senso comum”, como recomenda Bourdieu (1989: 30). E, aceitando embora a afirmação de que os “pressupostos metafísicos, os sistemas de crenças, os juízos de valor, não estão antes nem depois da explicação científica da natureza ou da sociedade, são parte integrante dessa mesma explicação” (Santos, 2000: 79), não havia dúvidas sobre a necessidade da “objectivação da relação do sociólogo com o seu objecto”, como “condição da ruptura com a propensão para investir no objecto” (Bourdieu, 1989: 58). Impunha-se “reconhecer a importância epistemológica da experiência pessoal” do investigador; “mas conferir, também, uma relativa objectividade

2 Confirmava-se assim a chamada de atenção de Weber (1979: 27) para “a circunstância de, no campo das ciências sociais, a motivação para o estudo dos problemas científicos resultar sempre de questões de ordem prática”.

3 António Firmino da Costa, «A Pesquisa de Terreno em Sociologia», lembra que «familiaridade» com um dado contexto não significa conhecimento sobre ela e sugere que «as noções de exótico e de familiar necessitam de ser relativizadas e precisadas», in Silva, A. S., e Pinto, J. M. (Orgs.) (1986). Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento, p. 147.

à realidade social estudada”, como sugere Almeida (1995: 21). O que convidava a uma permanente vigilância epistemológica – que o investigador manteve ao longo da investigação e que continua presente no momento da escrita – que mostrou ser fundamentada a afirmação de Bourdieu (Op. Cit: 27) de que “a construção do objecto (...) não é uma coisa que se produza de uma assentada”, antes “é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas”. Foi assim que aconteceu.

A primeira tentativa de construir o objecto sociológico remeteu para o terreno – a formação em Antropologia Social obtida no ISCTE a isso convidava – e o terreno era o «bairro» de Telheiras; havia que delimitá-lo. Mas, metodologicamente mais importante do que a definição ou delimitação do terreno, era definir o problema que se pretendia estudar e os seus limites. Porque, em última instância, o terreno é o problema ele próprio, e assim condiciona a geografia da investigação. Neste caso, o problema substantivava-se em procurar perceber se a ideia de «bairro» tem ainda uma correspondência com o real, ou se apenas é boa para pensar esse mesmo real? Mais, se a um processo de *desterritorialização* das relações sociais, corresponde um outro de *re-territorialização* dessas mesmas relações, fundado na *re-invenção* do território como um espaço identitário, logo cultural e simbólico; ainda, em que medida tal implica, ou não, uma *apropriação* dos espaços públicos e a descoberta de novas formas de envolvimento dos cidadãos nas decisões que localmente afectam as suas vidas, capazes de concorrer para ultrapassar a “enorme desilusão quanto aos processos democráticos” de que fala Giddens (2000a: 72). De que forma, finalmente, não é tudo isto, sobretudo, um fenómeno de comunicação, até ritualizada, através do qual “são transmitidos princípios de classificação” fundadores do «bairro»⁴, construtores do real vivido?

O problema estava em encontrar respostas para estas questões interrogando Telheiras (um «bairro» recente, portanto, sem História enquanto «bairro»). Ou, dito de forma mais precisa, o problema centrava-se em perceber o que é hoje um «bairro»; como se produz/inventa; em que medida se aproxima/distancia ele da ideia tradicional de

⁴ João de Pina Cabral, «A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições», in *Análise Social*, vol. 152 (2000), *Lisboa Cidade de Margens*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

«bairro», enquanto individualidade pensada, sim, mas com uma geografia e uma cultura próprias, com uma correspondência prática no exercício das sociabilidades? À partida, antevia-se a tarefa como não isenta de problemas, uma vez que Telheiras não possuía, nem possui, uma definição administrativa, com fronteiras claramente delimitadas. Persistia a inexistência de uma definição administrativo-territorial, que marcasse as fronteiras do «bairro», embora existisse um largo consenso quanto à atribuição da designação de “Telheiras” a um território triangular, delimitado a Norte pelo eixo Norte-Sul, a Sul pela Avenida Norton de Matos (“Segunda Circular”), e a Nascente pela Avenida Padre Cruz.

FIG. 1



Legenda: «Triângulo» - este é o «Triângulo» delimitado pelas três vias rápidas: Eixo Norte-Sul, Av.Norton de Matos, Av. Padre Cruz. (Fonte: Google Earth)

Mas este «Triângulo» – hoje “enriquecido” com a proximidade do novo estádio de futebol do Sporting Clube de Portugal (“Alvalade XXI”, inaugurado em 2003); com a entrada em funcionamento da Estação de Metropolitano de Telheiras (inaugurada em 2002); e com a construção da “Praça Central”, pela Empresa Pública de Urbanização de

Lisboa - EPUL (concurso de venda em 2000) – sugeria a existência de um campo hegemónico de imposição de uma visão de «bairro», em Telheiras, em que a própria denominação de “Praça Central”, da responsabilidade da EPUL, remete para uma ideia de centro, e os indicadores disponíveis, a partir da pesquisa empírica efectuada permitem constatar a migração para o novo aglomerado urbano, de moradores de outros locais de Telheiras.

Porém, não seria restringindo a investigação aos discursos e práticas comunicacionais dos diferentes actores, no interior desse território triangular, que melhor se serviria o propósito da investigação. Porque essa designação – “ser de Telheiras”, “estar em Telheiras” – era reclamada por pessoas individuais e colectivas⁵ de locais, uns vizinhos, outros a maior distância; a «invenção» do «bairro» era um processo em curso, a que se juntavam agentes situados fora do espaço triangular atrás referido. Portanto, restringir a amplitude do território tomado morfológicamente, seria restringir o próprio «território simbólico», que é o do objecto de estudo. Mas como fazer então?

■ Território retórico. Objecto sociológico e objecto empírico.

A existência de um território, se assim se pode dizer, imaterial na representação dos sujeitos cada vez mais se apresentava como o verdadeiro *terreno*, o adequado *objecto*. Era essa Telheiras, então, pensada como um «território retórico» — definindo «retórica» como “a negociação da distância entre os homens a propósito de uma questão, de um problema” (Meyer, 1998: 27) e enquanto ferramenta “capaz de anular as diferenças para criar a identidade” (Op. Cit.: 135) entre os membros de um grupo, neste caso os habitantes do «bairro». Tendo igualmente presente que a retórica “é uma forma de conhecimento que avança de premissas prováveis para conclusões prováveis, mediante vários tipos de argumentos”, conduzindo a uma “verdade” que é “o resultado sempre provisório de uma negociação de sentido realizada num auditório relevante” (Santos, Op. Cit: 93).

⁵ Por exemplo, a auto-proclamada “Renault de Telheiras”, bem fora do «Triângulo» referido.

Mas subsistia ainda um problema. Onde começaria e acabaria esse «território retórico»⁶? Quereria o investigador substituir-se ao administrador local e traçar fronteiras abstractas, onde estavam ausentes as delimitações concretas? E ainda que fosse capaz de o fazer, como explicaria ele o surgimento desse “território retórico”, a sua constante produção e reprodução? Esse não era o bom caminho. O que importava fazer era ser capaz de delimitar o objecto, dispensando o traçado de fronteiras de uma qualquer espécie. Mas como fazê-lo? A resposta foi dada por dois autores, que levaram o doutorando à delimitação do objecto sociológico, permitindo-lhe a um tempo a concretização do objecto empírico. Mas vamos por partes.

Na primeira das suas *Seis Lições Sobre o Som e o Sentido*, Roman Jakobson (1976: 19 e 20) discorre sobre o conto de Edgar Allan Poe, *O Corvo*, centrando-se no vocábulo *Nevermore*, o único que a ave pronuncia, para sublinhar o seu “conteúdo semântico muito rico”, quer no que revela, quer, mais ainda, no que dissimula, tanto “em significações virtuais”, como “em significações particulares”, e que é por isso capaz de “nos transportar para o futuro”. Ora, no caso desta investigação, também há uma palavra rica de significados, precisamente “Telheiras”, cujas capacidades não ficam aquém da enunciada por Jakobson. Não procurando, embora, a investigação seguir o curso da *fonologia*, isso não implicava pôr de parte um esforço sociológico para apreender o *sentido* desta palavra. Tanto mais que Bourdieu (1997b: 12 e 13) lembra que “Nomear (...) é fazer ver, é criar, é trazer à existência”. Ora todo o trabalho desenvolvido nesta investigação tinha (e tem), invariavelmente, como ponto de partida e ponto de chegada uma única palavra — “Telheiras”; palavra rica de conteúdo semântico, plena de sentido. É ela, em última análise, que *faz ver* alguma coisa a que se chama «bairro», é ela que *traz à existência*. Portanto, nela se substantiva o objecto deste estudo sociológico. Mas não em si mesma, já que, como ensina Luhmann (1992: 42), “o sentido só se pode entender em função do contexto”.

E o contexto é aqui não um território claramente definido, mas uma «comunidade interpretativa» dos que partilham a multiplicidade de sentidos que à palavra se atribuem, sentidos que produzem acção e são por ela produzidos; constante produzir e reproduzir

⁶ Augé (1994: 113) também fala de “um território retórico”, essencial às relações sociais.

esses que enriquecem o conteúdo simbólico do termo, operacionalizando-o, pela apropriação dos actores, como um forte símbolo de pertença, um substantivo referente identitário. Cabe neste ponto lembrar a relação que Santos (Op. Cit: 94) estabelece entre comunidade interpretativa e retórica: “para a retórica, a comunidade, em qualquer momento determinado, é o auditório relevante dos que estão empenhados na argumentação, isto é, o conjunto dos que se pretende que sejam influenciados pela persuasão ou convencimento. Para conseguirem influenciar o auditório, os ‘oradores’ têm de se adaptar a ele e para que essa adaptação seja bem sucedida têm de conhecer o auditório”.

Em Telheiras, o auditório é o «bairro» e os *oradores* são diferentes agentes, endógenos e exógenos, cuja acção, que adiante se abordará com detalhe, não precisa de fronteiras; neste aspecto, acontece em Telheiras o mesmo que nos bairros populares lisboetas – as fronteiras “não são nítidas, são antes ambíguas, plásticas, contextuais” (Cordeiro e Costa, 1999: 73), formuladas nos termos daquilo a que Bourdieu poderia chamar o princípio de identificação em jogo. Esse princípio é dado pelo vocábulo “Telheiras”, interpretado como “uma aldeia na cidade”, uma ideia tão interiorizada pelos moradores, que é corrente ouvir dizer-se, em Telheiras, coisas como “amanhã não vou a Lisboa”⁷; como “a aldeia dos doutores” ou o “bairro da massa cinzenta” (Jornal «Expresso»: 12.06.93); como a “aldeia que aprende” (Univa da ART⁸); como um «bairro» em que existe uma Associação, considerada de utilidade pública, que age no sentido de “promover o aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico dos seus membros residentes”⁹; um «bairro» que foi o primeiro de Lisboa a ter um jornal¹⁰; um «bairro», enfim, que confere estatuto social a quem lá mora e que, simultaneamente, constitui uma

⁷ Contumélias, A., Op. Cit: 40.

⁸ Unidade de Inserção na Vida Activa- Univa, criada pela Associação de Residentes de Telheiras, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no ano de 1998.

⁹ A Associação de residentes de Telheiras, ART, consagrada como instituição de utilidade pública em Diário da República, II série, nº 125, de 30 de Maio de 2000.

¹⁰ *Jornal de Telheiras*, edições nºs 0, 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do, entre Agosto de 1999 e Novembro de 2000.

*marca*¹¹; e uma *marca* é, afinal, uma palavra densa de sentido. É esta última característica que explicará a existência da já referida “Renault de Telheiras”, na freguesia de Carnide; ou de um complexo habitacional denominado “Telheiras Residence”, do outro lado da Segunda Circular, na Freguesia do Campo Grande; ou ainda de uma empresa de camionagem chamada “A Flor de Telheiras”, na Estrada da Torre¹², Freguesia do Lumiar, para só citar alguns exemplos.

Tudo significados emergentes de um constante tecer de “processos de comunicação e de formação de representações simbólicas” (Costa, A. F., 1999: 113), na génese dos quais estão actores, endógenos e exógenos, e práticas sociais, cuja análise constitui, por sua vez, o objecto empírico desta investigação. Destes actores sociais avultam a Associação de Residentes de Telheiras, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa¹³, o Centro Cultural de Telheiras, os Media locais e os de expansão nacional que a Telheiras se referem (como o já citado exemplo do semanário “Expresso”). São estes actores os mais visíveis construtores dos processos de comunicação formal que cruzam o «bairro», e que estão na origem dos processos de comunicação informal que atravessam os discursos do quotidiano dos actores individuais, na multidão de processos informais de comunicação que constantemente são produzidos e reproduzidos. São por isso eles, as suas acções e interacções e os seus produtos que constituem o objecto propriamente empírico, sobre o qual incidiu a pesquisa; são eles o *terreno*.

■ Período em análise

Encontrados o objecto sociológico e o objecto empírico, faltava definir o período sobre o qual fazer incidir a análise. Aqui, foi preciso romper com a ideia inicial de que Telheiras seria um «bairro» recente, sem História. Não é! A ideia de «aldeia», que constitui um

¹¹ Costa, J. (1992) sustenta que uma *marca* constitui uma “palavra-estímulo”, que “identifica um produto” e “determina uma conduta do público”, operando “uma transferência simbólica para o produto”.

¹² Todas bem distantes do «Triângulo».

¹³ Só três exemplos da forma como a EPUL tem promocionado os seus produtos urbanísticos: “Construir o novo, conservando a memória” (promoção do Alto da Faia); “Sabia que existe uma aldeia na cidade?” (promoção da Quinta de S. Vicente); “Aldeia de Telheiras – um investimento no sossego” (Promoção do Núcleo Antigo de Telheiras). Adiante se analisará mais aprofundadamente os conteúdos simbólicos da comunicação da EPUL, no que a Telheiras diz respeito.

dos sentidos centrais da palavra Telheiras, como se procurará provar, radica numa realidade historicamente próxima, mas mesmo assim distante, face às mudanças radicais que ocorreram neste pedaço de território da freguesia do Lumiar.

Até aos finais da década de 60, Telheiras podia ser realmente entendida como uma aldeia (aquilo a que veio a chamar-se mais tarde NAT – Núcleo Antigo de Telheiras), rodeada de quintas, que assegurava o seu sustento, em boa parte com base em actividades agrícolas. Nos finais da década de 60, a Câmara Municipal de Lisboa redefiniu Telheiras, no Plano Director Municipal, como uma zona de expansão residencial da cidade. O desenvolvimento urbanístico sequente engoliu as quintas rurais, mas no ano 2000 ainda havia em Telheiras velhos agricultores, todos com mais de 70 anos, que dia após dia saíam das suas casas, no NAT, para cuidarem de hortas, que haviam plantado em terrenos onde as retroescavadoras ainda não tinham chegado, nem se iniciara a construção¹⁴.

FIG 2



Legenda: **Agricultores em Telheiras** - Em 1998 ainda havia, em Telheiras, quem cultivasse a terra na Quinta de Sant'Ana, onde era possível comprar alfaces e couves, directamente ao produtor. As obras de construção da estação do Metropolitano e, mais tarde, da "Praça Central", acabaram com a ruralidade no «bairro». [Fonte: vídeo de apresentação da ART, Outubro de 1998]

¹⁴ Contumélias, A. (Op. Cit: 89) cita, a este propósito, a edição de Junho de 2000 do "Jornal de Telheiras". Como segue: "No meio dos prédios nascem couves e alfaces, favas e batatas. Discretos, os resistentes estão atentos a cada metro de terra. Não para especular mas para plantar. Manuel da Graça Sousa, 71 anos, António Pereira Gonçalves, 75 anos, Ventura Lopes, 76 anos, trabalham o campo na cidade. Saem do que resta da aldeia – o Núcleo Antigo – atravessam o Bairro, lançam semente, cuidam da planta e esperam. Esperam que não chegue uma nova tabuleta; que o engenheiro da EPUL garanta que nada acontecerá até poderem apanhar a batata; que mesmo depois de serem despedidos nove vezes de nove quintais, continue a haver um sítio no qual se possa afastar o entulho e plantar."

Há, portanto, uma história recente, ainda viva na memória de algumas pessoas que, nos locais onde hoje se erguem edifícios e prédios de escritórios, experimentaram uma outra maneira de viver, outros estilos de vida, outros consumos, outros valores, um outro tipo de «comunidade». Aquele onde o “Fernandel de Telheiras”, actor do grupo cénico da Academia Musical União Familiar de Telheiras, se curvava para agradecer os aplausos, pelo desempenho na revista *Telheiras é a Minha Terra*, em que se descrevia Telheiras deste modo: “Tem uma formosa igreja/que chega a causar inveja/que por sorte Deus lhe deu/ E chegou a ganhar fama/Pois toda a gente lhe chama/Templo das Portas do Céu/...”, como se conta na página 4 de “A Voz da Academia”, número único do jornal comemorativo do 60º aniversário da Academia Musical União Familiar de Telheiras – AMUF, escrito e editado pelo sócio Aníbal Lopes Pinto e distribuído gratuitamente.

Mas, este “Templo das Portas do Céu”, no convento de Telheiras, remete para uma História local mais distanciada no tempo, quando, corria o ano de 1633, D. João de Cândia, antigo príncipe de Ceytara e Catecorlas, Ceilão, agora nobre e prelado residente em Lisboa, resolve comprar no “tranquilo e bucólico arrabalde de Telheiras”¹⁵, uma quinta com as suas casas de morada que transforma num convento, destinado à convalescença de frades franciscanos, com uma igreja votada a Nossa Senhora da Porta do Céu. O vocábulo «Telheiras»¹⁶ tem, portanto, também um significado em termos da memória colectiva, que podia aconselhar uma análise diacrónica. Contudo, sem deixar de ter em conta o contributo histórico para a construção do sentido atribuído a Telheiras, a análise sincrónica mostrará como esta memória é apropriada e manipulada.

¹⁵ Sousa, J. M.C. (1991) “O Oratório de Telheiras (Breves notas para a sua história)”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.

¹⁶ Não se fez uma investigação aprofundada sobre a etimologia da palavra “telheiras”. Contudo, consultaram-se vários dicionários e especialistas, que concordam que a palavra será o plural do substantivo do género feminino, “telheira”, cujo significado é: fábrica de telhas, olaria. Há também quem sustente, embora sem grande veemência, que “telheiras” viria de “tilha” (tília) e que o sufixo “eira” designaria abundância; de acordo com esta versão, “telheiras” seria assim a designação de um local onde existiriam muitas tílias; esta possibilidade não parece colhar em relação ao local em que está hoje o “bairro”, anteriormente zona de quintas, é certo, mas quintas que eram uma espécie de grande horta e pomar abastecedores de Lisboa, onde não abundariam as tílias. Se aceitarmos a afirmação de Mantas, J. (et al, 2003), segundo a qual: “Nas chancelarias que consultámos, de D. Afonso II, a palavra Teleiras aparecem-nos como referente a uma propriedade de bens do Mosteiro de S. Vicente de Fora, portanto, não podemos dar ao toponímio Telheiras a origem que alguns querem, de ser a origem da sua causa, a fundação de uma fábrica de cerâmica datada de 1850, naquela zona”. Ou seja, a origem da denominação “Telheiras”, no caso, continua nebulosa e exige investigação aprofundada que não é, e nunca foi, o objectivo deste trabalho.

E é pela análise sincrónica que se opta, tomando como referência analítica o período compreendido entre 1996, data em que a presidente da ART, então a socióloga Ana Contumélias, apresenta, ao “III Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia”, uma comunicação intitulada “Construção Socio-ecológica de um local virtual – Telheiras, a qualificação de um meio inovador urbano”, e o ano 2000, em que se publicou a última edição do jornal do «bairro», sob o título de *Jornal de Telheiras*.

Contudo, se esse período orientou os esforços da pesquisa no terreno, não constituirá nunca um espartilho da análise que aqui se faz.

“A identidade é as mais das vezes inventada por completo”, diz Breton (2001: 54). Se “Telheiras” é uma invenção, essa invenção é identitária e, como vocábulo, é capaz de “transportar para o futuro”, como diz Jakobson (Op. Cit: 19). Produz sociedade, na medida em que produz uma «comunidade interpretativa», em que sujeitos urbanos se reconhecem, porque partilham visões do mundo que permitem e ligam as relações. É aqui, neste terreno retórico e comunicacional que o poder simbólico de uma palavra, “Telheiras”, permitirá perceber o que é hoje e como se produz um “bairro”.

■ Um estudo de caso.

A produção de identidade é aqui entendida como uma «invenção» estratégica dos agentes, que se focaliza nos discursos e práticas comunicacionais que convergem para dar sentido a uma palavra – “Telheiras”, transformada em instrumento maior da produção e re-fundação do «lugar», do «bairro» – em que a tradição tende a ser “re-definida” e “re-inventada”, sem que isso constitua uma tentativa de regresso a um passado ideal mas antes uma forma de integração na unidade cidadina – orientador do presente e do futuro do grupo e dos elementos que o constituem. Central nessa produção de sentido é um entendimento de si como «bairro» e o entendimento de «bairro» como “uma aldeia na cidade”. Mas a riqueza simbólica assim conferida à palavra «Telheiras»¹⁷, o seu conteúdo semântico, o seu significado não se resume a essas duas ideias-chave; é mais complexo e rico. É com base nesta hipótese que aqui se faz um

¹⁷ Claude Lévi-Strauss lembra, no prefácio a Seis Lições Sobre o Som e Sentido (Jakobson, 1977: 14) que “Na Língua corrente, o sol é o astro do dia; mas tomado em si próprio e por si próprio o mitema «sol» não tem qualquer sentido”. O mesmo se pode dizer de «Telheiras».

esforço sociológico para lhe apreender o *sentido*, procurando um pouco à maneira de Lévi-Strauss, as *invariantes* do seu significado na retórica dos agentes.

O que significa focalizar a atenção no discurso dos diferentes agentes envolvidos no processo, cruzando-o com as suas práticas. Entre esses, os agentes sociais mais relevantes, porque congregadores de vontades e de interpretações que conduzem à acção, e também porque possuidores do poder de *fazer ver*, de *fazer crer* e por isso produtores de uma *verdade* portadora de sentido, são, como já se afirmou, a Associação de Residentes de Telheiras-ART, o Centro Cultural de Telheiras, o *Jornal de Telheiras*, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa-EPUL, e também, embora em menor escala, as escolas do Agrupamento de Escolas de Telheiras¹⁸, a Junta de Freguesia do Lumiar, a Junta de Freguesia de Carnide. Sobre a acção destes agentes colectivos incidirá o mais do esforço analítico.

A estratégia narrativa adoptada opta por caracterizar, em termos gerais, na **Parte 1**, os diferentes agentes acima referidos, e só depois, na **Parte 2**, analisa a sua agência. Faz-se assim porque entende o autor deste estudo que esta é a melhor forma para tornar compreensiva a investigação desenvolvida e, sobretudo, desvendar o papel desempenhado por cada um destes agentes na construção do “bairro” de Telheiras, como identidade singular e distinta de outros universos urbanos que constituem a cidade de Lisboa.

Não sendo objectivo deste trabalho definir o território físico ou geográfico do «bairro» de Telheiras, procurar ou estabelecer as suas fronteiras, mas antes objectivá-lo na sua dimensão de «território retórico», que existe na medida em que é nomeado e onde é nomeado, não teria utilidade procurar fazer uma investigação “a larga escala”, com recurso a métodos e técnicas de análise quantitativa; optou-se antes por “um trabalho longo” (Kaufmann, 2002: 11), sobretudo, centrado na comunicação escrita dos agentes, fazendo apelo a métodos de natureza qualitativa. Tanto mais que se trata aqui de um *estudo de caso*, em que se toma “como terreno de pesquisa uma unidade social singular”, o «bairro» de Telheiras, tendo a observação sido feita repetidamente “em interacção

¹⁸ Escola Básica 2.3. de Telheiras N°1; Escola Básica 1 de Telheiras; Escola Básica 1 do Alto da Faia; Jardim de Infância de Telheiras; Jardim de Infância do Alto da Faia.

contínuada e informal com as pessoas integrantes dessa unidade social” (Costa, Op. Cit: 10 e 11). É neste quadro que deve ser visto o recurso feito a conversas e entrevistas informais, com moradores da antiga aldeia de Telheiras e com residentes do recente “bairro”, embora se utilizem também entrevistas semi-dirigidas, e questionários com perguntas fechadas. Por outro lado, recorre-se à análise de conteúdo de documentação diversa, designadamente dos suportes comunicacionais impressos e audiovisuais, produzidos pelos diferentes agentes acima referidos; tal como à análise de conteúdo de todos os números publicados do *Jornal de Telheiras*; o que significa que se recorre a memórias de diferentes qualidades, a memória oral dos velhos aldeões de Telheiras e à memória escrita das instituições.

Esclarece-se também que à análise incidindo sobre o *Jornal de Telheiras*, estará subjacente, à maneira dos filósofos do iluminismo e como ferramenta analítica, um entendimento da informação como um «bem público e colectivo», decisivo na produção coerente de laços sociais, portanto, de uma «comunidade local» cuja presença, enquanto personalidade singular, nas notícias dos meios de informação globalizantes, ditos de “circulação nacional, é uma presença limitada.

■ Sobre as teorias.

Diz Luhmann que “a sociedade é um sistema social que é constituído por comunicações e só por comunicações” (Op. Cit.: 70). Mas diz mais, que “a comunicação não pode ser entendida como “uma «transferência» de informações, relatos ou unidades significantes, de um lado para o outro”. Deve, isso sim, ser “entendida como a disseminação da informação dentro de um sistema”, como “a criação de uma realidade emergente, nomeadamente da sociedade” (Op. Cit.: 71). É aceitando este postulado como orientação teórica, que ganha força a ideia de «comunidade de bairro» como «comunidade interpretativa», e portanto expressa não em sociabilidades idealizadas, mas remetendo para um grupo de pessoas que se reclama de uma mesma pertença, o «bairro» de Telheiras, porque lhe atribui sentido social; um sentido que, sendo do grupo, também o é do «si-mesmo», na medida em que, como argumenta Augé (1999: 46) “o social e o

individual são como a sombra um do outro”. Os sujeitos que integram esta «comunidade» são por ela produzidos, enquanto tal; mas são igualmente seus produtores, com maior ou menor relevância.

Porque, como diz Giddens (1996: 17) “toda a vida social é uma realização activa” dos sujeitos e as sociedades só existem na medida em que são constantemente produzidas e reproduzidas pelas nossas acções, enquanto actores sociais; a vida humana, como construção social, pode também ser definida por um grupo de indivíduos que compartilham um mesmo destino e ao fazê-lo produzem sociedade, num tempo em que “os projectos passaram do nível global ao nível local, estimulando o imaginário e a criatividade das pessoas e dos grupos”, e estes projectos “correspondem a novas maneiras de viver, mais interrogativas, de maior perplexidade e intervenção”¹⁹. Esta é uma afirmação a ter em conta quando se pergunta «o que é hoje e como se produz um bairro»?

Da leitura desta introdução resultará claro que se entende como problemáticos os conceitos de «bairro» e de «comunidade», admitindo-se, contudo, que são bons para pensar o real, para orientar a busca da resposta à questão central referida. Para tanto, e embora este trabalho reclame uma filiação na Sociologia da Comunicação, nem por isso se recorrerá exclusivamente a autores da Disciplina; orientarão a pesquisa não apenas sociólogos, como Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, mas também antropólogos como Marc Augé e Claude Lévi-Strauss. Bourdieu revela-se fundamental pela orientação propiciada no que diz respeito à abordagem do *poder simbólico*, “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver, de fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo” (Op. Cit.: 14) e à noção, que aqui se perfilha, de que o real é relacional, um conjunto de “relações de força” entre grupos sociais – e é a esta luz que devem ser vistas as relações de comunicação – mas é, também e sobretudo, um conjunto de “relações de sentido”, portanto com uma forte dimensão simbólica, sendo que os sistemas simbólicos devem

¹⁹ Benavente, A. e Leão, C., (1993) «Inovadores e Pioneiros: Viver em Projectos», in Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, pp 197-209. Lisboa: Fragmentos.

ser entendidos como sistemas “estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento” (Op. Cit.: 11).

De Giddens, ter-se-á presente o entendimento de que embora a vida social seja mais do que um conjunto de actos individuais, não deve ser entendida como meramente determinada pela sociedade. É preciso pensar combinadamente aspectos diferentes do mundo social: criamos a sociedade e somos criados por ela; os sistemas sociais estão em permanente reconstrução e essa reconstrução é feita por aqueles que os compõem e por isso não se pode falar de reprodução da conduta social ou dos sistemas sociais, já que as *estruturas* mudam quando as pessoas começam a ignorá-las, ou as substituem, ou, ainda, as reproduzem diferentemente. Portanto, “As estruturas não devem ser conceptualizadas simplesmente como uma colocação de entraves à actividade humana, mas como uma capacitação. (...) Inquirir sobre a estruturação das práticas sociais é procurar explicar como é que a estrutura se produz através da acção e, reciprocamente, como é que a acção é constituída estruturalmente” (Giddens, 1996: 183). Sem esquecer que “Há um sentido fundamental em que a reflexividade é uma característica que define toda a acção humana. Todos os seres humanos se “mantêm em contacto com os fundamentos daquilo que fazem como elemento essencial para o fazerem”... (Giddens, 1992: 28) .

De Giddens se reterá, também, como orientadora, a afirmação de que as informações e as ideias emergentes nos *media* não apenas reflectem o mundo social, como contribuem para o modificar, sendo por isso centrais na reflexividade social. Finalmente, e noutro plano, a ideia de que uma identidade individual *estável* é baseada em acontecimentos da vida pessoal, em acções e influências que fazem sentido para cada actor; «Telheiras» faz sentido para todos os que integram a pertença ao «bairro», e por isso a reclamam como parte da sua narrativa pessoal.

De Michel Meyer, como já atrás se mostrou, tomár-se-á a concepção do papel da *retórica*, enquanto ferramenta operativa no jogo da identidade e da diferença, instrumento crucial para a abordagem do objecto; de Boaventura Sousa Santos releva não propriamente a discussão em torno da *ciência moderna* e da *ciência pós-moderna* e dos seus paradigmas, mas a visão acerca do papel da retórica em «comunidades interpretativas»; são dois contributos indispensáveis para o entendimento do «bairro» de

Telheiras como «território retórico». De Luhmann reter-se-á, como já se viu²⁰, o conceito de *comunicação*, mas, sobretudo, toda a teoria em torno da *comunicação* e da sua “improbabilidade”, como caminho para entender as condições da sua probabilidade. A par destes, Philippe Breton com as suas considerações em torno da *importância da palavra* e da *palavra manipulada*; Roman Jakobson, crucial para toda a orientação deste trabalho, focalizado no vocábulo “Telheiras”, são dois outros autores de referência para esta investigação. E, a seu tempo, outros serão chamados à discussão. Entre esses, António Firmino da Costa, Graça Indias Cordeiro, M. Menezes e A. Contumélias; os três primeiros por aquilo que a experiência relatada no estudo de *bairros populares* de Lisboa ensinou ao doutorando, permitindo-lhe compreender melhor a diversidade dos bairros lisboetas, como o que têm em comum; a última, porque o seu estudo facilitou a compreensão do que afasta o «bairro» de Telheiras para um distância conveniente dos outros, assim criando condições para a afirmação da sua identidade, da sua singularidade no universo urbano de Lisboa.

■ Literatura sobre os bairros de Lisboa.

A percepção da *cidade* de Lisboa envolve, para lá de outras, duas dimensões, para o caso relevantes. Por um lado, a de um universo cultural coeso, produtor de homogeneidade; por outro, a presença de um espaço multicultural, marcado pela heterogeneidade, em que se cruzam personalidades singulares, os bairros, com as suas identidades próprias.

A análise da literatura produzida em Ciências Sociais sobre o universo dos bairros de Lisboa²¹ foca-se, com exceção de Contumélias (2006), naquilo a que os lisboetas chamam “bairros populares” ou “bairros típicos” ou ainda “bairros históricos”, e parece conduzir à conclusão da inexistência de fronteiras claras, delimitadoras de um universo a

²⁰ Página 13, deste trabalho.

²¹ Essencialmente: Costa, A. F. (1999). *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta; Cordeiro, G. I. (1997). *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: D. Quixote; Menezes, M. (2004). *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário. Significados Urbanos de Um Bairro de Lisboa*. Oeiras: Celta; Contumélias, A. (2006). *Um quadradinho de Verde na Aldeia de Telheiras. Caso e Metáfora*. Lisboa: Plátano.

que, no discursos do quotidiano, se não no senso comum, se chama «bairro», tal como ocorre com Telheiras. Contudo, igualmente remetem para a existência de práticas culturais, cruzadas com a apropriação do espaço público e nele ocorrendo, que fazem a identidade desse universo urbano, a um tempo plástico e difuso, o *bairro*, na medida que dele produzem uma “imagem emblemática” (Menezes, 2004: 6). No citado texto, Menezes mostra como, no seu entendimento, as “significações imaginárias” atribuídas ao bairro da Mouraria resultam, em parte significativa, das “práticas sociais de uso/apropriação do espaço” (Op. Cit.: 15). E ainda que o seu estudo se processe nesses dois vectores, eles acabam por confluir na produção de uma ideia de bairro singular, neste caso, a Mouraria.

Costa, A. F. (1999) vai mais longe e analisa o que denomina “sociedade de bairro”, para sublinhar que “o bairro aparece não só como uma unidade territorial e urbana mas também como um quadro social denso e multifacetado e, ainda, como uma categoria simbólica de referência identitária”, para cuja construção contribuem discursos exógenos, sentimentos afectivos e representações endógenas, tudo desaguando numa “configuração sociocultural singular”. E, sublinhando que “as identidades culturais são sociais”, evidencia o forte contributo do fado e a ele associado “*o trágico fadista*”, bem como o das marchas populares, como “uma linguagem”, como “uma prática” e, finalmente, como “uma forma de cultura” identitárias.

Cordeiro (1997) refere-se aos bairros “populares ou típicos” de Lisboa, para se centrar no estudo da Bica, escolhendo “como janela de observação” as festas dos Santos Populares. Mostra como os habitantes do bairro apropriam o espaço público, quando escreve que “a rua parece integrar-se no espaço doméstico da casa – ou a casa parece estender-se sobre a rua” (Op. Cit. : 152); também em Telheiras, há 20 anos atrás, havia quem procurasse na rua uma extensão para a casa pequena, sobretudo como espaço de brincadeira para os filhos²². Hoje muitos dos jovens que moram no «bairro» apropriam a

²² Ana Silva Pinto, primeira presidente da Associação de Residentes de Telheiras, refere-se a isto falando da rua como “a 5ª assoalhada”; é que os apartamentos construídos pela EPUL, visando um público jovem e economicamente solvente, não ultrapassam em geral, nesses anos, as 4 assoalhadas (Contumélias, A., 2006: 40)

rua de formas ritualizadas e novas, como por exemplo para a prática do «Parkour», desporto urbano que veio dar, também ele, sentido ao vocábulo «Telheiras» como se mostrará, mais adiante, neste trabalho.

A mesma Graça Indias Cordeiro, num artigo publicado em 2001, no N.28 da revista *Estudos Históricos*²³, refere-se a estes “bairros populares, bairros históricos, alguns deles considerados típicos ou tradicionais”, que parecem “continuar a não ter existência real” como “entidades delimitáveis no mapa, e também como entidades sociais”, para sublinhar o facto de, apesar disso, terem uma identidade própria e até, “nalguns casos”, uma importância na identidade da própria cidade, “bem visíveis nalgumas performances rituais colectivas”.

Ou seja, há, nos três casos citados, um consenso quanto a uma indefinição territorial, compensada por práticas culturais, tidas (correctamente ou não, não é isso que se quer aqui discutir) como expressões da cultura popular (o fado, as festas dos “santos populares”, as “marchas populares”), que em parte se jogam no espaço público e que, no seu conjunto, constituem elementos essenciais à produção de uma identidade de bairro, como de um sentimento bairrista.

Esta argumentação teve (e tem) importância para este trabalho não apenas como análise do chamado *estado da arte*, mas porque confirma quatro hipóteses que norteiam esta investigação:

- 1) no imaginário colectivo, a representação mais comum da ideia de «bairro» remete, em Lisboa, para uma significação sobreposta assente no “popular”, no “típico”, no “histórico”;
- 2) a essa ideia corresponde não apenas uma localização territorial nas proximidades do chamado centro histórico da cidade, mas também, e sobretudo, práticas culturais tradicionais (sendo, como já referido, o fado, as festas dos “santos populares”, as “marchas populares”, as que têm maior visibilidade);

²³ Cordeiro, G. I. (2001/2) “Territórios e identidade sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa”, in Revista Estudos Históricos, N. 28 - Sociabilidades, Edição do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, consultado em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>, em 29 de Maio de 2007.

3) que essas práticas não se esgotando no espaço público de cada “bairro popular”, efectivamente ocorrem nele e substantivam, de uma forma reconhecida (na Sociologia e nas Ciências Sociais em geral), a sua apropriação;

4) que procurando o «bairro» em Telheiras nenhum destes referentes serviria como indicador da existência de «bairro», senão para constatar a sua ausência.

Procurar o «bairro» em Telheiras implica um apelo à *imaginação sociológica*, para o encontrar, se ele lá estiver, noutro plano da criação simbólica, noutro nível da produção identitária, buscando um outro tipo da “sociedade de bairro” de que fala Costa (Op. Cit.). É certo que Telheiras revela, como os “bairros típicos”, uma indefinição territorial, administrativa já atrás sublinhada; quiçá até ainda mais evidente. Não é menos certo que, em Telheiras, se pode evocar a história do lugar, mas não a história do «bairro» centrada em práticas culturais populares, apropriadoras do espaço público. A história, neste caso, é memória do passado que, essa sim, pode ser apropriada para construir a identidade no presente, projectando-a no futuro. Contudo, essa memória de povos e vultos antigos²⁴, não era (não é) bastante para sustentar a ideia de Telheiras como «bairro», tanto mais que a Telheiras urbana, de modo significativo, apenas emerge na década de 70, do século passado.

O estudo de Contumélias, A. (1996) sobre Telheiras vem reforçar este conjunto de ideias. Embora menos abrangente, no sentido de não monográfico, do que os anteriormente citados sobre Alfama, Mouraria e a Bica; menos focado na busca da identidade de bairro, porque centrado no estudo de um caso particular, não deixa de mostrar que ela, essa identidade, está lá mas noutros moldes. Não em algum ponto perdido da *tradição*, do *popular* ou do *típico*, mas em plena modernidade, em que a “construção de sentido local é motivadora de exercícios de cidadania” e neles se apoia, em formas associativas, talvez de algum modo elitistas, mas seguramente não *populares* ou *típicas*; como se apoia, à semelhança do que Costa, A. F. (Op. Cit) mostra ocorrer com Alfama, nas leituras endógenas e exógenas ao «bairro», mostrando Telheiras como

²⁴ “Que coisa é essa que Guardas do Céu? A busca de um território simbólico, que afirme Telheiras no universo da diversidade (multi)cultural dos bairros de Lisboa.”, in Ornelas J. e Maria S. (eds.), (2002). *Actas da 2ª Conferência «Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental»*. Lisboa: ISPA.

um território comunicacional, em que se cruzam interpretações partilhadas. De facto, como a autora lembra citando Montaner (Op. Cit.: 34), “o sítio existe pouco em si mesmo e apenas se manifesta realmente através da interpretação dos seus utentes em dado período e contexto sociocultural”²⁵.

Tudo isto reforçou a orientação estratégica deste trabalho de não procurar compreender Telheiras a partir do território tomado morfologicamente, o que seria despiciendo, já que o «bairro» só se deixaria descobrir em toda a sua complexidade, se olhado como “território retórico”.

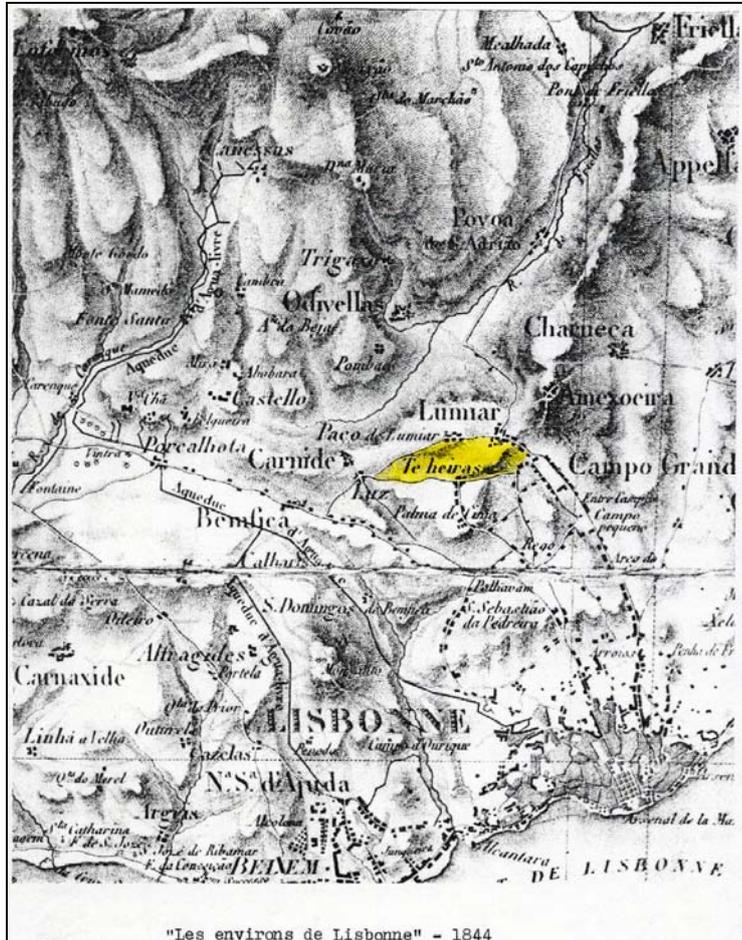
²⁵ Contumélias, A. (1996) cita Montaner, J. M. (2001). *Después del Movimiento Moderno. Arquitectura de la Segunda Mitad del Siglo XX*. Barcelona: Ed. Gustavo Gili.

Parte 1

**CARACTERIZAÇÃO DO «BAIRRO»
E DOS PRINCIPAIS AGENTES**

O «Bairro» de Telheiras.

FIG 3



Legenda: **Telheiras em 1844** -Telheiras, a amarelo, num mapa de Lisboa, ano de 1844 (Fonte: Centro Cultural de Telheiras)

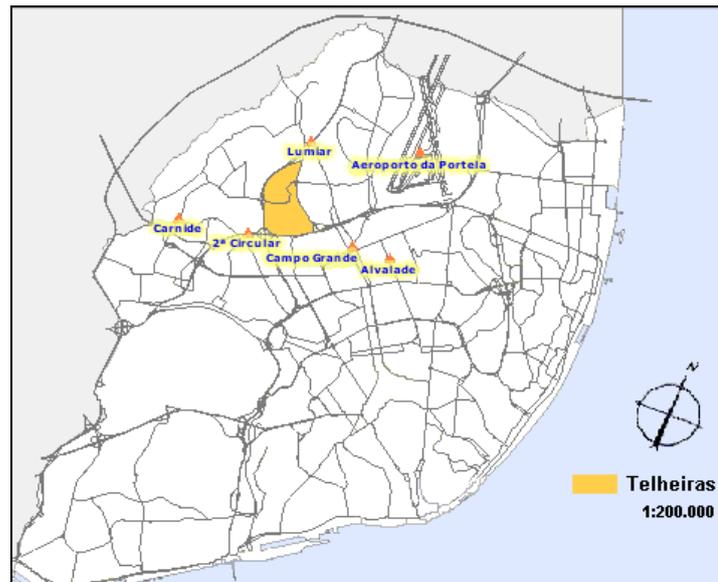
“Telheiras é um spot rico. Atrai os mitras.”²⁶

Apesar da inexistência de fronteiras em termos de território físico, Telheiras tende a ser representada como um «bairro» situado na zona Norte de Lisboa, na Freguesia do

²⁶ Resposta à pergunta: «o que é para ti Telheiras?», de João D., um jovem de 16 anos, que começou por morar com os pais na Rua Prof. Francisco Gentil, no centro do «Triângulo» e que, há 9 anos, migrou para a «urbanização do Paço do Lumiar», no sítio das Areias, onde alguns se definem como vivendo em Telheiras e outros como habitando no Paço do Lumiar. “Mitras” são os jovens provenientes dos bairros sociais, que, para além de um vestuário característico, são vistos como um perigo pelos outros jovens, que muitas vezes roubam.

Lumiar, com uma área de cerca de 98 hectares, respeitantes ao «Triângulo» referido na Introdução deste trabalho²⁷, cuja intervenção urbanística é da responsabilidade da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL. Confirmando este entendimento, Fernando Saraiva, presidente da EPUL afirma: “Telheiras, do meu ponto de vista, é a zona de intervenção da EPUL, mais nada. Os privados começaram a usar a designação de Telheiras abusivamente, para lá da área de intervenção da EPUL, para lá do eixo Norte-Sul, quando, de facto, aquilo não tem nada a ver com Telheiras, propriamente dita. Telheiras, com todos os erros que foram cometidos, é um bairro diferente dentro da cidade. De facto, tem planeamento e, portanto, hoje, isso vem ao de cima e tem valor comercial. Por isso é que há empresas que se afirmam de Telheiras, mesmo estando na Freguesia de Carnide”²⁸.

FIG. 4

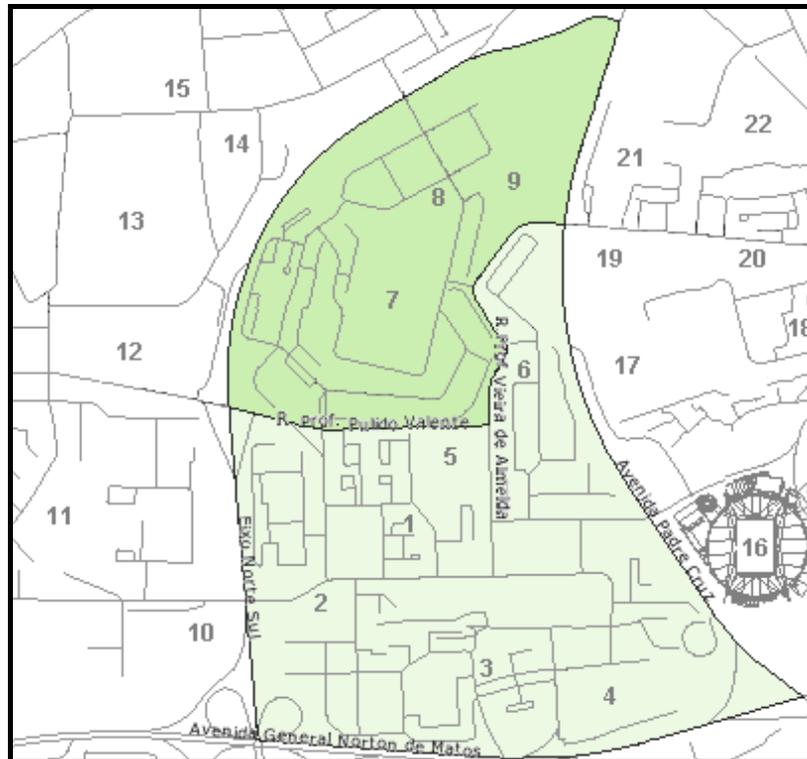


Legenda: **Telheiras, mapa actual** - O «Triângulo» de Telheiras, cheio a cor, na envolvente urbana da Lisboa actual (Fonte: CML).

²⁷ Consultando os planos de ordenamento urbano da capital constata-se que parte significativa desta Telheiras aparece no Plano Director de Lisboa, de 1948, como uma componente significativa da estrutura verde da cidade. Em 1958, com a aprovação do Plano do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, a Telheiras do «Triângulo» passa a ser classificada na totalidade como zona de habitação. Em 1967 surge o Plano Director de Lisboa, em que Telheiras é classificada como uma zona de expansão residencial da cidade. Finalmente, em 1975 é aprovado pelo Governo e pela Câmara Municipal, o Plano de Pormenor de Telheiras Sul, elaborado pela EPUL, para apenas cerca de metade do «Triângulo».

²⁸ Entrevista de Fernando Saraiva, presidente da EPUL, ao *Jornal de Telheiras*, Edição nº 6, Junho/Julho, 2000; em 2007, é a própria Junta de Freguesia de Carnide que afirma ter no seu território parte de Telheiras.

FIG. 5



Legenda: Mapa de "Telheiras-Sul" - Telheiras-Sul (cheio, a verde claro) e Telheiras Norte (cheio, a verde mais escuro). (Fonte: CML)

Tendo por base esta visão, Telheiras seria um «bairro» *fechado* por três vias rápidas: a Segunda Circular, a Avenida Padre Cruz e a via Norte-Sul, dividido em «Telheiras Norte», menos populosa e inicialmente com mais moradias, e «Telheiras Sul», mais populosa e com alojamentos com base em prédios de apartamentos; esta divisão do «Triângulo» é estabelecida pelas Rua Prof. Pulido Valente e parte da Rua Prof. Vieira de Almeida.

Genericamente pode dizer-se que o «bairro» é constituído por dois núcleos habitacionais: o chamado «Núcleo Antigo – NAT», correspondente à igreja, convento e à antiga aldeia rural de Telheiras²⁹, e o núcleo habitacional recente, com mais de uma dezena de milhar de habitantes³⁰, em que coexistem três tipos distintos de promoção

²⁹ Onde, em Janeiro de 2006, e depois de realizado o realojamento dos antigos moradores, em parte na mesma zona, começou a ser construída pela Epul a “Aldeia de Telheiras”.

habitacional: a da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - EPUL, a da iniciativa privada e a devida à acção de cooperativas.

Telheiras dispõe de boas condições de acessibilidade a outras zonas da cidade, dada a presença das vias rápidas e de uma estação de metropolitano, para além de serviço de autocarros, estes, em regra, considerados insuficientes pelos moradores, nas «conversas de bairro». Tem comércio de proximidade (lojas de conveniência, cabeleireiros, frutarias, mercearias, boutiques, zona de esplanadas), agências bancárias, dois centros empresariais, jardins e espaços de lazer, equipamentos para a prática desportiva (um polidesportivo no Alto da Faia e campos de basquetebol) e um complexo desportivo com piscina, ginásio, spa, e clínica (o *Clube Faia*, construído pela EPUL e concessionado a uma empresa privada), escolas e jardins de infância e dois colégios particulares – a *Escola alemã de Lisboa* e o *Planalto*. Tem também um Centro Comunitário, com 23 residentes, que funciona como centro de dia e dá apoio domiciliário a mais de três dezenas de idosos.

Para os jornais³¹, Telheiras começou por ser uma espécie de oásis social: mais doutores, profissionais liberais e quadros superiores por metro quadrado, do que a média (baixa) do país; maior poder de compra, mais automóveis per capita; maiores índices de leitura, etc., etc. Um estudo realizado pela Marketest, entre 1998 e 1999³², identifica sete microzonas em Lisboa e associa Telheiras a uma dessas microzonas, designada como “Novas Elites”, caracterizada por uma população residente, na sua maioria constituída por quadros médios e superiores, com um nível elevado de instrução superior e acesso facilitado às fontes de consumo, etc. Mas deixemos a representação que os *media* fazem de Telheiras para uma análise mais aprofundada, que adiante se fará, e debruçemo-nos

³⁰ Os censos, mapas e dados disponíveis não permitem maior exactidão. Cecília Briz, por exemplo, na sua dissertação de mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (Briz, C. B. S., (2005). *Participação Pública no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável: O Ponto de Vista dos Cidadãos. Dois Estudos de Caso, em contexto local, sobre a Associação de Residentes de Telheiras (ART)*. Lisboa: http://artelheiras.pt/pages/index1.php?page=dossier_1) fala em 8.822 habitantes, contos que fez com base em dados do Censo de 2001. A EPUL, num Dossier Informativo sobre a sua actividade em Telheiras, que adiante se abordará, fala em 12.000 habitantes.

³¹ “A Aldeia dos Doutores”, *Expresso*, 12.06.93, por exemplo.

³² WWW.marktest.pt e Jornal *Expresso*, “Como e onde vive um alfacinha...”, por Isabel Vicente, 24 de Dezembro de 1999.

sobre um estudo anterior no tempo, realizado pelo NEUT³³, sob a coordenação de António Fonseca Ferreira, e que já apontava para um perfil sociológico semelhante da população de Telheiras.

Segundo tal documento, que na segunda parte deste trabalho se analisará com maior profundidade, a população residente em Telheiras caracteriza-se por uma grande homogeneidade, avaliada em termos dos estratos sociais de proveniência, da idade³⁴, do elevado grau de escolarização, da inserção laboral, da posição da mulher no mercado de trabalho (só 2,5% são domésticas), da fase («sedimentação») em que, à data do estudo (1989) se encontra a sua vida familiar e profissional³⁵. Essa população reconhece ao bairro uma «identidade própria e positiva» fundada nas «características urbanísticas», cujos aspectos arquitectónicos e sociais são valorizados, e na «homogeneidade etária e social» de quem lá vive; ambas, “sendo os dois principais factores de identidade do bairro, são também a sua ‘imagem de marca’ e a expressão do estatuto social daqueles que o habitam”. A imagem de Telheiras “surge como uma identidade arquitectónica que combate o anonimato, no sentido individual e social”.

A “centralidade/acessibilidade” de Telheiras face à cidade é também um factor estimado, como valorizadas são as relações de vizinhança, consideradas importantes, mas que, na prática, são “fundamentalmente funcionais”³⁶, ocorrendo sobretudo nos espaços de

³³ *Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras*, realizado para a EPUL pelo NEUT - Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do ISCTE, com a colaboração do Núcleo de Arquitectura do LNEC, sob a coordenação de António Fonseca Ferreira (1989).

³⁴ À data de realização do Estudo, 37,8% tinham entre 26-35 anos e 32,3% estavam entre os 36 e os 40.

³⁵ Os anos já decorridos sobre a data do Estudo que vem sendo citado e a experiência empírica do autor deste trabalho sugerem que, actualmente, para aqueles que continuam em Telheiras, essa fase já se encontrará num estágio mais avançado. Diz-se «para aqueles que continuam em Telheiras», porque o próprio Estudo faz notar que a juventude da população deixa prever um aumento do agregado familiar, com a inevitável necessidade de mais espaço de alojamento, implicando alguma mobilidade habitacional. De facto, a presença das camionetas de empresas de mudanças têm integrado o quotidiano do «bairro», ainda que parte dessa mobilidade habitacional não ultrapasse os limites de Telheiras. Essa é também a convicção do coordenador do estudo do NEUT quando, em Fevereiro de 2000, declara ao *Jornal de Telheiras* (N. 3, p. 9) – “As primeiras casas da EPUL eram pequenas. As pessoas começaram a ter filhos, a precisar de mais espaço. A primeira opção na mudança tem sido Telheiras. Isto significa que há enraizamento e que a matriz sociológica se mantém no essencial”.

³⁶ Mesmo entre os membros dos corpos gerentes da ART, as sociabilidades parecem resumir-se, no essencial, aos encontros e reuniões determinados pela gestão corrente da organização e dos eventos por ela promovidos...

frequência e consumo³⁷, de “forma espontânea”, ou tendo “como ponte de contacto” a existência das crianças. De resto, os habitantes de Telheiras jogam as suas sociabilidades mais profundas em “redes de relações sociais alargadas que extravazam, nitidamente, o âmbito local”...

As conclusões do Estudo do NEUT, deixam perceber que “a noção de bairro sobrevive no campo das representações dos habitantes de Telheiras”; sobretudo, na medida em que o seu conteúdo simbólico “assegura e promove aos seus residentes o reconhecimento do seu estatuto social”. O espaço habitacional, por seu lado, é “esse possível espaço de referência social e individual (...), um dos lugares privilegiados de identidade”.

Temos, assim, a Telheiras do «Triângulo» como um “ghetto urbano e cultural”, marcado por um fechamento territorial conferido pelas vias rápidas, e por uma homogeneidade social assumida e estimada pelos habitantes, como o espaço de “uma elite social e cultural”. Por isso, tal *ghetto* é “apreciado, mesmo que isso traia os valores da população residente”.

Contudo, mesmo dentro do «Triângulo», a identidade de Telheiras como «bairro» é problemática. Porque ali coexistem várias zonas habitacionais da iniciativa de outras instituições, desde a iniciativa privada até cooperativas de habitação como a Coociclo, que produzem dissonância na identidade urbanística e, sobretudo, porque crescem os «bairros» no «bairro». No «Triângulo de Telheiras» convivem o «Bairro da Polícia³⁸», o «Bairro Jardim», o «Jardim dos Ulmeiros», a «Alameda dos Plátanos», o «Bairro da Cociclo», o «Bairro Social», um «PER», o «Bairro do Alto da Faia» (Alto da Faia 1, 2 e 3), e, mais recentemente, a «Praça Central», a «Aldeia de Telheiras», a «Quinta de S. Vicente». Telheiras é, afinal, um «bairro» feito de bairros.

Bem podem os «doutores» de Telheiras escolher o seu «bairro», vê-lo como um «aldeia» fechá-lo no «Triângulo» e demarcá-lo com a tinta do “desconhecimento de outros grupos sociais que nela coabitam, embora em minoria”, como é o caso do Bairro Social, de vivendas geminadas ao longo da Rua Professor Pulido Valente, ou do Programa Especial de Realojamento – PER, no Alto da Faia Sul, este último com 136

³⁷ Como os cafés ou o “minimercado”...

³⁸ Assim chamado porque alberga a esquadra de Telheiras, da Polícia de Segurança Pública.

fogos, onde residem cerca de 400 pessoas, que o «bairro» de Telheiras não cessa de crescer, sempre para lá dessas fronteiras inventadas pela EPUL e pelos primeiros residentes dos edifícios por ela construídos. A cidade continua a expandir-se e, na zona de Telheiras, fá-lo ocupando o terreno que, até meados do século passado, era das quintas rurais que abasteciam Lisboa de produtos agrícolas; e quem chega a essas novas urbanizações, promotores ou moradores, toma como referente identitário o «bairro» de Telheiras. Os primeiros porque, como diz o atrás citado presidente da EPUL³⁹, Fernando Saraiva, isso “tem valor comercial” e tem razão – convém lembrar, a propósito, a afirmação de Bourdieu (Op. Cit.: 125 e 129) segundo a qual a “economia do simbólico” embora “irredutível à economia (em sentido restrito)”, não nega o facto de que “as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos económicos (em sentido restrito) efectivamente reais.” O que significa que “as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima” são também vantagens materiais... Isso explica que o preço da habitação em Telheiras apenas seja ultrapassado pelo preço praticado na Lapa, Parque das Nações, Restelo e Belém⁴⁰.

FIG. 6



Venha conhecer a sua nova casa

	T3 – Telheiras Central € 199.800,00
	T3 – Telheiras Central € 230.000,00
	T3 – Telheiras Qta. Inglesinhos € 325.000,00

Visite-nos em www.habitolu.pt

Legenda: Folheto da habitolu - Este folheto da *habitolu*, empresa de mediação imobiliária existente em Telheiras desde 1988, que circulava no «bairro» no Verão de 2007, mostra como um apartamento construído pela iniciativa privada fora do «Triângulo» é hoje, em geral, mais caro do que um apartamento construído pela EPUL dentro do «Triângulo».

³⁹ Página 25 desta dissertação.

⁴⁰ Quando se fez a pesquisa de preços, com base no caderno imobiliário do jornal «Expresso» (Julho de 2006), o preço de venda por metro quadrado rondava os 5.000 euros, na Lapa; 4.250 euros, no Restelo; 2.900 euros, em Belém; 2.244 euros, no Parque das nações e 2.000 euros, em Telheiras.

Fora do «Triângulo» nascem outros empreendimentos urbanísticos, outros equipamentos, a maior parte deles já não da iniciativa da EPUL, mas que igualmente reclamam a sua pertença ao «bairro» de Telheiras e atingem preços elevados, como se constata pelo folheto acima (Fig. 6). Estão neste caso o «Parque dos Príncipes», os «Terraços de S. Paulo», a «Quinta dos Inglesinhos», a «Quinta dos Castanheiros», as «Residências de Telheiras», duas grandes superfícies: «Carrefour» e «Feira Nova», o «Bairro do Carrefour», o «Bairro do Feira Nova», a «Rotunda de Telheiras» e, até, o «Bairro da Horta Nova», bairro instável, “bairro de mitras”, como diz o mesmo jovem citado no início deste capítulo.

Todas estas zonas ocupam porções importantes do território, têm um desenho urbanístico próprio, logo uma identidade urbanística singular, e servem de morada a núcleos quantitativamente significativos de pessoas. E, ajudada pela redefinição das fronteiras administrativas das Freguesias do Lumiar e de Carnide, ocorrida em 1998, Telheiras deixa de ser um «bairro» da Freguesia do Lumiar», para passar a ser um «bairro» que se estende pelas duas Freguesias, embora também sem grande clareza, quanto aos limites de uma e de outra. Em 11 de Dezembro de 2004 foi lançado, na Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, o *Portal de Telheiras*⁴¹, com a presença dos presidentes das Juntas de Freguesia de Carnide e do Lumiar; na ocasião, Paulo Quaresma, presidente da Junta de Freguesia de Carnide, na sua intervenção, afirmava: “Nós temos uma pequena área de Telheiras”, mas “os limites não estão muito definidos”, por sua vez, Nuno Roque, presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, preferiu ignorar a questão, e sublinhar que, no caso, se estava claramente em território do Lumiar e que do Lumiar eram a maior parte dos presentes. Mas o problema existe e chega ao ponto de, nos “Terraços de S. Paulo”, um lado da rua estar inserido na Freguesia do Lumiar, enquanto o outro pertence à Freguesia de Carnide; ou de haver uma “Rotunda de Telheiras”, que afinal fica em Carnide. A ideia de Telheiras como «bairro» e como «bairro homogéneo» esconde a diversidade e a ausência de homogeneidade, ambas em crescimento com o crescimento do território físico do

⁴¹ <http://www.portalbusca.com/link.php?n=662&c=>

«bairro». Numas ruas, como a Rua Prof. Francisco Gentil, no «Triângulo, ou a Rua Padre Américo, nos Terraços de S. Paulo, fervilham as casas comerciais, as empresas de serviços e os restaurantes, com um intenso movimento de pessoas e automóveis, enquanto outros locais, como o “Bairro da Coociclo”, não há um único estabelecimento comercial, e todo o movimento no local se resume aos moradores, que partem ou chegam do trabalho. Por isso, a identidade que se vê, a urbanística e comercial, é plural e impõe, também, alteridades, que tornam visível a diversidade e a diferença.

Telheiras é um «bairro» ainda em construção, na acepção literal do termo, e do ponto de vista sociológico. A representação simbólica dominante, “a aldeia dos doutores”, foi exteriormente atribuída – quer pela EPUL (a empresa urbanizadora), na sua estratégia de Marketing e na sua sequente comunicação publicitária, quer pelos meios de comunicação – e logo apropriada. Individualmente, habita-se em Telheiras em função de uma auto-identidade e de um sentimento de pertença simbolicamente produzidos; são muitos os que querem morar numa “aldeia na cidade”, sobretudo se essa for a “aldeia dos doutores”. E uma aldeia dessas, quem a tem chama-lhe sua.

Telheiras é, assim, um território em que se cruzam discursos e apropriações simbólicas, consoante diferentes estratégias de produção de sentido. A «invenção» do «bairro» é um processo em curso, mesmo que dele apenas tenham consciência alguns dos agentes sociais envolvidos. É neste quadro, impregnado de “uma ambiguidade social”, reconhecida pelo relatório do NEUT, que a Associação de Residentes de Telheiras - ART, desempenha, desde há 19 anos um significativo papel.

■ A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL

A EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa nasceu em 1971, “dotada de autonomia administrativa e financeira” e “destinada a auxiliar e desenvolver a acção municipal no estudo e na execução de empreendimentos urbanísticos”⁴², por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, seu único accionista. As atribuições da nova empresa

⁴² Decreto-Lei nº 613/71, publicado no Diário do Governo, I Série – Número 304, de 31 de Dezembro de 1971.

pública, consignadas no citado Diário do Governo, previam, entre outras, a “elaboração de estudos urbanísticos, sociológicos⁴³, administrativos ou de outra natureza”; a realização de “obras de criação ou melhoramento de infra-estruturas e equipamentos”, bem como “de construção de edifícios” e ainda, a execução de obras “de conservação e manutenção” de edifícios e equipamentos. Da urbanização à reabilitação urbana; da promoção imobiliária, à elaboração de estudos e projectos de urbanismo, arquitectura e engenharia, eram vastas as áreas de intervenção da EPUL.

A empresa iniciou a actividade em 1972 e, ao longo dos últimos 30 anos, interveio em cerca de 200 hectares na cidade de Lisboa, “tendo promovido mais de 8.000 fogos, destacando-se as áreas de intervenção de Telheiras, Restelo, Carnide, Martin Moniz e Vale de Santo António”⁴⁴. No que diz respeito a Telheiras, logo em 1973 a EPUL elabora o Plano de Pormenor de Telheiras Sul e, digamos assim, «toma conta» do terreno do «bairro», com uma área de intervenção urbanística-arquitectónica “determinada pelo sistema viário interno e externo (2ª Circular, Av. Padre Cruz e via projectada que ligará futuramente as auto estradas Sul e Norte⁴⁵) e concretizada na definição de ‘células-quarteirões residenciais, com aproveitamento colectivo dos seus interiores; na criação de percursos pedonais interligados com as zonas verdes, potenciados por equipamentos de uso colectivo; na natureza e distribuição desses equipamentos; na relação dos edifícios com os espaços exteriores e, finalmente, na recuperação e revitalização do Núcleo Antigo de Telheiras”⁴⁶.

A área em causa era aquilo a que, neste trabalho, se vem chamando «Triângulo» e que era, nas décadas de 70 e 80, entendido como o «bairro de Telheiras» e a “intervenção da EPUL traduz-se no estudo, coordenação e execução do empreendimento, assegurando ainda a integração de acções directas de diversas entidades públicas, como o Metropolitano de Lisboa (Estação de Telheiras), Ministério dos Assuntos Sociais (creches, escolas pré-primárias e centro de dia), Ministério da Habitação e Obras Públicas (escola secundária e preparatória), Câmara Municipal de Lisboa (escolas

⁴³ O estudo encomendado ao NEUT, e já atrás referido neste trabalho, está, portanto, dentro das atribuições da EPUL.

⁴⁴ Informação recolhida no «sítio» da EPUL, <http://www.epul.pt/index.php>, em 14.08.07.

⁴⁵ Esta última, hoje chamada “Eixo Norte-Sul”

⁴⁶ Folheto “Urbanização de Telheiras”, s/d.

primárias)⁴⁷. Este verdadeiro programa de intervenção, referido no parágrafo anterior, que a EPUL se propunha realizar, acabou por não ser exactamente cumprido.

Embora em Telheiras existam ruas largas, “os privilegiados índices urbanísticos”, a que a EPUL se propunha foram, com a cedência de terrenos a construtores privados e com o alargamento da área construtiva, dando lugar a uma alta desenficação urbana⁴⁸.

FIG. 7



Legenda: **Previsão do Alto da Faia I** - esta perspectiva global do empreendimento Alto da Faia I, em Telheiras, integrando áreas verdes e de lazer, publicada pela EPUL num folheto, ficou-se pela aguarela. A realidade tem muito menos verde, muito menos árvores e mais carros estacionados à superfície, em vez de arrumados em estacionamento subterrâneo. (Fonte: EPUL)

Por outro lado, os espaços verdes não ultrapassam os 2 a 3 por cento da área do «bairro», quando os padrões de qualidade urbanística apontam para 10 por cento. Também o estabelecido no Plano de Pormenor de 1974 para o estacionamento, que se previa fosse subterrâneo em cada célula do bairro (exceptuando duas), sendo a superfície votada á

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ No estudo que se vem citando, Cecília Briz fala de 42,9 alojamentos por hectare, muito acima do índice médio do Lumiar Sul, que é de 32,3 alojamentos por hectare.

implementação de jardins e espaços lúdicos⁴⁹, não foi cumprido; o estacionamento dos prédios construídos pela EPUL, no «Triângulo» delimitado pelas três vias rápidas, é estacionamento à superfície, com prejuízo dos espaços verdes e dos espaços de sociabilização, excepção feita aos últimos empreendimentos realizados: “Jardim dos Ulmeiros”, “Praça Central”, “Aldeia de Telheiras”.

E falhou, também, a intenção de transformar, como a EPUL se propunha, a antiga aldeia urbana, fundada nos finais do século XIX, o chamado Núcleo Antigo de Telheiras – NAT, na “área de maior animação urbana do empreendimento”; pelo contrário, a recuperação do NAT, sob a designação de “Aldeia de Telheiras”, está agora a decorrer “num agradável compromisso entre o passado e o futuro”, que “contrasta com a vida da cidade e é o reencontro com o ambiente das antigas aldeias que tornejavam Lisboa”, o “espaço ideal para quem procura o melhor da vida - o sossego”⁵⁰.

Ainda assim, a EPUL tem orgulho no trabalho que desenvolveu em Telheiras, que lhe valeu a atribuição, em 1985, dos Prémios “Valmor” e “Municipal de Arquitectura”, com os prédios de habitação, da autoria do Arq. Sérgio Menezes de Melo, na Rua Professor Francisco Gentil, n.ºs 6-6E e 8-8E / Rua Prof. Armindo Monteiro, n.º 2 / Rua Vítor Fontes, n.º 8-8E e 10-10E, em Telheiras; além de várias menções honrosas do Prémio Valmor. É tal a estima desta empresa pública pelo trabalho desenvolvido em Telheiras que, já em 2007, se candidatou ao “Prix Rotthier 2008 – O melhor Bairro da Europa”, concorrendo precisamente com “o Bairro de Telheiras, em Lisboa”. Diz a EPUL⁵¹ que, o “Bairro de Telheiras tem sido progressivamente desenvolvido ao longo de quase todo o tempo de vida da empresa municipal – mais de três décadas – e é o exemplo de um novo conceito de Projecto Urbano, que passa por um processo de planeamento contínuo, desenhado e implementado”. A candidatura da EPUL, apresentada em 52 painéis, “constitui uma análise global, temática e sectorial do Projecto Urbano de Telheiras e do seu resultado”, num momento em que, para a

⁴⁹ À semelhança do que foi feito pela EPUL, dentro do «Triângulo», na urbanização do “Jardim dos Ulmeiros”.

⁵⁰ Informação recolhida no «sítio» da EPUL, <http://www.epul.pt/index.php>, em 14.08.07.

⁵¹ http://www.epul.pt/index.php?id_categoria=4, consultado em 14 de Agosto de 2007.

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, esse projecto atingiu a sua fase final com “a reabilitação da antiga Aldeia de Telheiras, através da recuperação das pré-existências urbanas localizadas na sua zona central”, que, sustenta a empresa, “consagra um modelo de usos mistos, de sustentabilidade e integração na cidade”⁵².

Pelo que aqui fica dita, se entende ser a EPUL um agente fundamental na construção do «bairro» de Telheiras, quer no plano material, quer no plano simbólico. Por isso, a ela voltaremos mais adiante.

| A Associação de Residentes de Telheiras – ART

A Associação de Residentes de Telheiras – ART é uma instituição de utilidade pública, em razão do “mérito da acção desenvolvida no fomento do exercício da cidadania activa e participativa por parte dos residentes da sua área de intervenção”⁵³. Fundada em 1988, tem cerca de 700 sócios mas esses sócios não são individuais; na ART é toda a família que é sócia e não qualquer dos seus elementos, tomado individualmente. Além disso, na génese da ART e na sua afirmação associativa imperou um consulado de mulheres, já que a presidência da Associação foi ocupada em sequência, desde a fundação, por três mulheres, cada uma delas cumprindo dois mandatos⁵⁴. Em 2000 foi eleito o primeiro homem a ocupar o lugar de presidente, o economista Carlos Meira; seguiu-se-lhe o médico psiquiatra, Sampaio Faria e o sociólogo, Guilherme Pereira, actual presidente.

O corpo executivo da ART, a Direcção, é composto por doze elementos mas, ao longo da história da Associação, tem sido sempre um “núcleo duro” – aqueles que regularmente trabalham, reúnem e desenvolvem iniciativas – a assegurar o normal desenvolvimento das actividades da instituição, não mais de meia dúzia, enquadrando-se todos no perfil sociocultural dos habitantes de Telheiras, referenciado pelo NEUT... O funcionamento da ART não se resume, porém, à participação e empenhamento desse

⁵² Idem.

⁵³ Conforme publicação em Diário da República, II Série, Nº 125, de 30 de Maio de 2000.

⁵⁴ Ana Silva Pinto, Licenciada em Filologia Românica; Ana Salta, licenciada em Arquitectura e Ana Contumélias, licenciada em Sociologia, dirigiram a ART entre 1988 e 2000, cumprindo, cada uma delas, dois mandatos, de dois anos, cada.

“núcleo duro”; a Associação mantém-se aberta à participação de todos os moradores e sócios que queiram colaborar e, de facto, recorrentemente, há sócios que colaboram em actividades precisas e/ou participam igualmente nas reuniões, pelo menos circunstancialmente.

Os estatutos da Associação estabelecem como seus fins: “fomentar a criação de infra-estruturas de apoio directo à comunidade residente, nomeadamente jardins com zona infantil, passagens de peões, iluminação pública, segurança policial, transportes públicos camarários e privados; fomentar a realização de actos públicos que visem, directa ou indirectamente, promover o aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico dos seus membros residentes, nos termos dos presentes estatutos e dos regulamentos da Associação” e, também, “fomentar o mais elevado espírito de solidariedade e civismo entre os residentes da área de Telheiras, efectuando ou promovendo reuniões, visitas, actividades desportivas, sociais ou intelectuais e quaisquer outras realizações compatíveis com os recursos e o funcionamento da Associação, no sentido de defender, preservar e melhorar as vertentes urbanística e ecológica desta área residencial”⁵⁵.

Para além dos objectivos concretos expressos (fomentar a criação de jardins com zona infantil, passagens de peões, iluminação pública, etc., etc.), trata-se de um discurso simbólico, assente em valores não objectivados (“promover o aperfeiçoamento social, cultural”, fomentar o “mais elevado espírito de solidariedade e civismo”). É, por assim dizer, na génese, um discurso abrangente, com base em valores de adesão fácil em Telheiras⁵⁶.

Mas os estatutos são um “pano de fundo”; o que o que importa realmente para perceber a Associação, é ver as suas práticas. Um dos vectores centrais da actividade da ART tem sido a sua afirmação como um porta-voz dos interesses de Telheiras junto dos poderes instituídos, em concreto os poderes locais, Câmara Municipal e Junta de Freguesia, no sentido de “fortalecer a posição dos moradores de Telheiras como interlocutores

⁵⁵ Conforme Artigo 3º, alínea C), dos Estatutos da Associação de Residentes de Telheiras – ART, s/d.

⁵⁶ O que se percebe, se Cecília Briz tem razão quando afirma, no estudo já atrás citado, evidenciar-se, “por parte da população de Telheiras, um potencial elevado para a sustentação de valores pós-materialistas, mais particularmente, no que respeita à participação pública e a uma maior orientação e activismo ambiental”.

indispensáveis em todas as grandes decisões que tenham a ver com a vida do bairro”⁵⁷, com vista a melhorar a qualidade de vida local. E quando esses poderes não a ouvem por sua própria iniciativa, a ART impõe-se e faz-se ouvir, nem sempre com sucesso, é certo. Mas isso não impede a instituição de tomar iniciativas como a de, em 1995, através do seu Grupo de Intervenção Urbanística – Giu, analisar os elementos de gestão territorial locais, as suas alterações e a evolução de Telheiras neste plano, nas duas décadas anteriores, enviando o seu parecer aos autarcas e à EPUL e sobre isso promover debates públicos; de se envolver, em 1996, na recolha selectiva de resíduos sólidos no «bairro»; de lutar, com sucesso, contra a instalação de uma gasoleneira dentro em Telheiras; de avançar com um “Clube de Jardineiros” para a implementação de campos de jardinagem/hortas sociais, em 1997⁵⁸; de desenvolver esforços no sentido de conseguir uma “Casa de Cultura” para Telheiras, o que veio a acontecer em 18 de Dezembro de 2003, com a inauguração da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, para falar apenas em algumas das iniciativas da ART.

Paralelamente, a Associação mantém um conjunto de actividades, de sua iniciativa ou organizadas em seu nome, como sejam andebol juvenil, futebol de salão, ténis de mesa, xadrez, cicloturismo, ateliês de pintura, ateliês de artes decorativas, concursos de fotografia, exposições, iniciação musical, aulas de guitarra, animação de rua, danças de salão, yoga, debates, ao mesmo tempo que mantém um grupo coral e um grupo de teatro, ambos com espectáculos regulares, com lotações sempre esgotadas. Promoveu ainda a criação de uma UNIVA, “A Aldeia que Aprende” e abriu, em Telheiras, uma Agência de Banco de Tempo. A par de tudo isto, edita regularmente o boletim informativo *ART Informação* e publica folhas informativas, que espalha no «bairro» sempre que isso se lhe afigura necessário, face a qualquer acontecimento que possa ter impacto em Telheiras.

⁵⁷ Propósito inscrito no programa de acção dos corpos gerentes da Associação eleitos em 1998 e presididos por Ana Contumélias.

⁵⁸ O livro de Ana Contumélias (2006), (2006). *Um quadradinho de Verde na Aldeia de Telheiras. Caso e Metáfora*. Lisboa: Plátano, relata precisamente este caso com detalhe, apoiada na sua própria experiência enquanto presidente da ART e com recurso a um conjunto detalhado de documentação.

Para desenvolver toda esta actividade, a ART relaciona-se num quadro endógeno e exógeno. Assim, no primeiro nível, relaciona-se com as escolas e associações de pais de Telheiras, a PSP do bairro, as outras associações existentes em Telheiras⁵⁹, o Centro Comunitário, o pároco da igreja do Núcleo Antigo, e os comerciantes em geral; num segundo nível, interage com a Câmara Municipal, a EPUL, a Junta de Freguesia do Lumiar, a Junta de Freguesia de Carnide, a Universidade Lusófona, a Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicletas, as empresas de transportes que servem o bairro. Esse relacionamento exerce-se pela “via do diálogo, de acordo com as regras do jogo democrático”⁶⁰, tal como as entendem os corpos gerentes da ART.

Mas, antes de vermos como age a ART, que tipo de relações de poder privilegia, como interage com os sócios e o bairro, e como interagem, entre si, os seus corpos gerentes, procuremos compreender que imagem⁶¹ tem de si própria a Associação. Sabemos já, dos estatutos, que se afirma como uma instituição de “apoio directo à comunidade residente”, no que diz respeito “à melhoria dos equipamentos de utilização colectiva, ao aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico, ao fomento do espírito de solidariedade e civismo, à defesa e preservação das vertentes urbanística e ecológica». Fá-lo assente no seu mito fundador – “O Guarda Sol Amarelo”. Vejamos como é contado.

No final da década de oitenta, guiados pelo sonho de habitar uma cidade diferente⁶², um pequeno grupo de pessoas cria a Associação de Residentes em Telheiras, ART. Em frente à frutaria, a ART abre um guarda sol amarelo e passa a palavra. A mensagem é: participe, vamos tornar melhor o bairro em que vivemos. É assim esta história. Cheira a santos populares. São João torna-se padroeiro da ART. Os residentes acompanham a construção de

⁵⁹ A FESTA, que vende serviços de ATL no bairro e fora dele; o Centro Cultural de Telheiras, que estuda e divulga o património histórico do bairro e desenvolve ainda estudos sociológicos e, finalmente, a Associação de Paralisia cerebral.

⁶⁰ A afirmação é de Carlos Meira, dirigente histórico da ART.

⁶¹ Diz Costa, J., (1992a). *Imagem pública. Una ingenería social*. Madrid: Fundesco., que a imagem de uma instituição é um “fenómeno global, social, económico y cultural”, determinante das nossas relações diárias “con los productos de consumo, los objetos de uso, los servicios públicos, las empresas, las instituciones y las organizaciones sociales” e, assim sendo, “un verdadero instrumento estratégico”.

⁶² Os sublinhados desta citação resultam da transcrição formal do texto divulgado pela ART.

novas infra-estruturas, estão expectantes em relação à concretização dos equipamentos colectivos previstos, e disponíveis para construir em conjunto, um lugar onde possam "soltar" as suas crianças. No local há quem entenda que a qualidade de vida passa pela convivialidade, pela solidariedade e pela cultura! (...) Apesar de integrados numa paisagem em que pontua acentuadamente o material inerte, parecem acreditar que é possível criar um certo sentido de comunidade. No guarda sol amarelo aberto junto da frutaria corre a campanha para novos sócios. Somam-se adesões. Entretanto, nas caixas de correio das casas, a ART vai deixando folhas informativas...»

O resto do texto, faz a narração das intervenções da Associação ao longo dos anos, buscando “significar”, num sentido simultaneamente conceptual e simbólico, mostrando-nos, assim, um pouco mais sobre a auto-imagem da ART e sobre os seus objectivos. Ficamos a saber que “os interesses dos telheirenses não são deixados em mãos alheias”; que, todos em conjunto, vão “tornar melhor o bairro” em que vivem; que “a qualidade de vida passa pela convivialidade, pela solidariedade e pela cultura”, que a ART quer “criar um certo sentido de comunidade”, lutar em “defesa da qualidade de vida e segurança dos moradores”, “alertar a população e pressionar as autoridades afim de obter respostas satisfatórias”, na “defesa dos interesses colectivos da população de Telheiras”. Para que isso seja possível, “necessita da participação e empenho de todos, para que as posições assumidas ganhem dimensão e possam fazer-se valer quando se opõem a interesses de grupos económicos ou são apresentadas aos responsáveis políticos”. Porque, querendo a ART ocupar-se, em conjunto com os “telheirenses”, da construção de “um ambiente de vida melhor”, então “cada espaço livre ou arborizado, (...) se dedicado ao colectivo”, constitui parte de um conjunto de “jóias a defender, nesta passagem da infra-estruturação à qualificação do território do bairro”.

O que a ART se propõe “é procurar dar início a um movimento que, aproveitando a riqueza do tecido humano, faça de Telheiras uma congregação urbana sedutora e completa”, afinal a “apropriação do espaço de Telheiras pela população, como um sítio

onde se vive, onde se pertence a uma comunidade, que está em marcha. Trata-se no fundo, de uma escolha entre ser de Telheiras, gostar de Telheiras, viver em Telheiras, ou habitar um *dormitório*, na total indiferença pelo local. Sem esquecer que, gostar deste bocadinho de terra, cuidar dele, é uma forma de proteger o ambiente comum e próximo”. Como afirma o documento, “pode-se dizer: os telheirenses estão a fazer história, a sua”. A interrogação que podemos partilhar com Lévi-Strauss (1979: 58), é a de saber-se onde acaba o mito e começa a história ?

FIG. 8



Legenda: Logótipo da ART - o guarda-sol amarelo constitui a imagem base do logotipo da ART, como se vê por este autocolante, de 1995. (Fonte: ART)

“O guarda sol amarelo” pode ser a “ficção necessária”, o “excesso de sentido” social (Santos, 1994: 119), essencial às “relações simbolizadas e efectivas entre humanos pertencentes a uma mesma colectividade (Augé, 1999: 43), como é o mito da génese da Associação de Residentes, a narrativa do começo; e como nota Augé (2001: 97), “todos somos sensíveis ao esplendor dos começos”. O “guarda Sol Amarelo” é, igualmente, um discurso retórico inultrapassável na relação da ART com o seu auditório, discurso

produtor de uma comunidade interpretativa, mesmo se boa parte dos que a constituem são pessoas que, embora dando importância às relações de vizinhança, se fecham em casa⁶³ e fazem as suas sociabilidades mais estreitas entre quatro paredes, ou fora do «bairro». A apropriação dos espaços públicos para a conviviabilidade, tão do agrado da ART, é quase inexistente (salvo as iniciativas da Associação e as poucas esplanadas), até por falta de equipamentos apropriados.

É neste primeiro plano da construção da identidade do «bairro» que a ART procura agir, consciente, ou não, de que identidades são “identificações em curso” em que se combinam “o individual e o colectivo, a tradição e a modernidade”, (Santos, 1994: 119). Por isso é que a ART busca impôr uma *re-visão*⁶⁴ do mundo social, procurando produzir o sentido e o *consensus* sobre o sentido, Bourdieu (1989: 10), em que assente a construção do consenso do grupo. É este edifício que a ART laboriosamente procura levantar. Junta as pessoas em torno do que têm em comum: problemas, filhos, insegurança, uma escola para limpar à volta; realiza acções simbólicas de mobilização, cujo objectivo é o de produzir a crença na unidade e assim mediar a construção de uma comunidade social e cultural vista “como uma comunidade ecológica”⁶⁵, e, por isso, exigente na qualidade do desenvolvimento, na “procura de soluções para os problemas de modo a que fiquem salvaguardadas as suas implicações ecológicas, ambientais, sociais e culturais”⁶⁶.

Boaventura Sousa Santos (1994) diz que o regresso ao “princípio da comunidade” escolhe uma via de acção dirigida à opinião pública, “com forte utilização dos meios de

⁶³ “Os doutores têm casas confortáveis, estão ligados à Web, enfim rodeados de coisas que puxam para casa”, dizia Fonseca Ferreira, coordenador do estudo realizado pelo NEUT em Telheiras, em 1989, ao *Jornal de Telheiras*, Número 3, Fevereiro/Março, 2000.

⁶⁴ Como diria Bourdieu...

⁶⁵ Leandra Baptista, afirma que «a comunidade social passa a ter de ser vista como uma comunidade ecológica», em “A Questão Ambiental: Novos Valores, Novas Identidades Na Mudança Social Global”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, ppp 242-246. Lisboa: Fragmentos. Mas não foi também isso, entre muitas outras coisas, que a socióloga presidente da ART foi dizer ao III Congresso Português de Sociologia?

⁶⁶ Martins, M. A. L. (1993), “Identidade Regional, Local e Dinâmica Cultural. O Papel da Autarquia”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, pp 156-167. Lisboa: Fragmentos. Também isto disse a presidente da ART ao III Congresso Português de Sociologia, e di-lo a Associação com a sua prática ao plantar árvores, ao limpar os terrenos circundantes à escola, ao fazer a divisão de RSU, ao elaborar e discutir um plano em torno do futuro urbanístico de Telheiras, ao tomar a defesa do grupo social de núcleo antigo.

comunicação social”; a ART é, em si mesma, um *media* que, pela sua acção, participa na produção da realidade local. Tem um projecto, uma estratégia, uma programação, uma visão do mundo, um imaginário, um conjunto de aspirações que podem ser colectivamente interpretadas e individualmente partilhadas. E comunica-as. E “comunicar passa, em primeiro lugar, pela definição de um objectivo claro e, em seguida, pela identificação dos objectivos do outro” (Breton, 1992). É um ideal de harmonia, a utopia da comunicação que a ART persegue. Ao comunicar, a Associação dá uma dimensão pública (que extravasa os limites socio-espaciais dos actores em presença) aos *factos* culturalmente produzidos, como parte de um plano de desenvolvimento local, comunitário.

Ao fazer circular a informação em diferentes dimensões: individual, colectiva, comunitária, a ART transforma esses *factos* em *acontecimentos*. E dá deles *notícia*. Aqui e ali, apropriando o espaço dos meios de comunicação social, mas, sobretudo, através dos seus próprios suportes impressos, com destaque para o boletim informativo. O *ART Informação* cruza o critério jornalístico de *objectividade* nas informações publicadas, com o empenhamento das informações comentadas, ou que são, em si mesmas, um comentário, uma tomada de posição⁶⁷. Ao editar o seu boletim, a ART, está a dar conta da sua acção, mas está também a produzir a realidade, no presente e no futuro, fornecendo “materiais simbólicos e históricos susceptíveis de participar na formação de uma identidade colectiva por intermédio de uma apropriação pessoal desses materiais” (Breton/Proulx, 1997). Materiais com que se faz, também, a memória, essencial ao «bairro». Parafrazeando Leach (1985: 133), poderia dizer-se que, em Telheiras, “a cultura, entre outras coisas, é uma obra de Art(e)”.

Diz Giddens (1984) que “as sociedades só existem na medida em que são criadas e recriadas pelas nossas próprias acções enquanto seres humanos”; de facto, a vida humana, como construção social, pode também ser definida por um grupo de indivíduos que compartilham um mesmo destino. A ART busca a *capacidade mágica* de *fazer ver* aos moradores de Telheiras que eles são “telheirenses”, isto é gente que partilha de um mesmo destino, como procura construir para o futuro a identidade de que o presente

⁶⁷ A análise aprofundada do “ART Informação” far-se-á mais adiante, neste trabalho.

carece, para assim o mudar. Mas não será verdade que “os projectos passaram hoje do nível global ao nível local, estimulando o imaginário e a criatividade das pessoas e dos grupos” e que estes projectos “correspondem a novas maneiras de viver, mais interrogativas, de maior perplexidade e intervenção”⁶⁸?

Só se pode mudar o que existe. A linguagem da identidade assenta no sentido, “O Guarda-Sol Amarelo” procura produzi-lo em duas direcções; primeiro, porque “as colectividades (ou os que as dirigem) como os que delas fazem parte, têm necessidade de pensar, simultaneamente, a identidade e a relação e, para tal, de simbolizar os constituintes da identidade partilhada (pelo conjunto de um grupo), da identidade particular (de tal grupo ou de tal indivíduo face aos outros) e da identidade singular (do indivíduo ou do grupo de indivíduos enquanto diferentes de todos os outros)”, (Augé, 1994: 57); segundo porque essa identidade pode ser estendida aos outros, aos sócios num sentido particular, aos habitantes de Telheiras num sentido geral. A ART interage simbolicamente com o «bairro» num contínuo relacional de comunicação que procura, antes de mais, investi-lo de sentido.

FIG. 9



Legenda: **Sede da ART** - a sede da ART foi inaugurada em 1996, num espaço cedido pela EPUL, aproveitando a base não coberta, entre os pilares de um prédio, onde a Associação construiu a sede. (Foto do autor)

⁶⁸ Benavente, A. e Leão, C. (1993) “Inovadores e Pioneiros: Viver em Projectos”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, pp 197-209. Lisboa: Fragmentos.

Os moradores de Telheiras podem saber o que se passa no seu «bairro», não apenas porque o *ART Informação* os informa, mas também porque a sede da Associação é, ela própria, um *media* com uma profusão de informações escritas sobre a *actualidade* local. E ainda porque, se todas as relações sociais são relações de comunicação, os directores da ART são, eles próprios, no seu quotidiano, veículos interactivos de comunicação, verdadeiros *jornais falados*; são eles os porta-vozes do grupo, de cada vez que é necessário fazer ver o sentido profundo de uma acção. É esse o seu poder simbólico.

É pela acção da ART, enquanto *media*, que os habitantes do bairro podem, em parte, superar “a tensão entre o pensamento do universal e o pensamento da territorialidade” que, segundo Augé (1994: 117), se manifesta hoje à escala mundial. A “aldeia global” de Marshall McLuhan não é, como pensava o professor canadiano, o regresso ao *paraíso perdido*; a Rádio e, sobretudo, a Televisão não vieram, como ele entendia, contrariar a tendência para a impessoalidade que a Imprensa alegadamente introduzira. No contexto de *modernidade* em que vivemos, estes dois *media*, na sua lógica de grande difusão, são um produto reflexivo da globalização, gerador de mecanismos de *descontextualização* (Giddens, 1992: 16-22), afastam do que é próximo territorialmente, para aproximar de uma realidade distante que esvaziam de conteúdo sociológico. Mas, para o habitante de Telheiras, o *ART informação* pode ajudar à fuga da “aldeia global”.

A visão ecológica do mundo, tão presente em Telheiras e no discurso da ART, não pode cumprir-se numa sociedade rendida à globalização. Passa pelo *lugar*, pela «comunidade», mesmo que construídos segundo novas lógicas socio-culturais, como passa por relações sociais contextualizadas. E tal desiderato dificilmente será conseguido sem o concurso dos *media* à escala local.

■ O Jornal de Telheiras

O *Jornal de Telheiras* nasceu em Agosto de 1999, data em que o seu número zero saiu a público, sob a direcção da, então, presidente da ART, Ana Contumélias⁶⁹, com 12 páginas, 4 das quais a cores. Essa edição dava conta do seu Estatuto Editorial...

⁶⁹ Ana Contumélias, além de socióloga, é também jornalista, detentora do respectivo título profissional.

O Jornal de Telheiras é um órgão de informação de periodicidade bimensal, que se rege pelos princípios básicos do jornalismo. O seu conteúdo informativo assentará no rigor, na exactidão, no respeito pelos factos, na sua verificação, na recusa da demagogia, na honestidade intelectual.

O Jornal de Telheiras assume-se como um jornal local e, assim, o seu universo noticioso focará, exclusivamente, os factos e acontecimentos que fazem a vida, a cultura e a identidade do bairro, ou que sobre elas revelem influência significativa.

O Jornal de Telheiras respeitará a objectividade noticiosa mas não se dispensará de emitir claramente a sua opinião, sempre que o entenda necessário, na exacta medida em que se afirma um instrumento ao serviço da comunidade, propondo-se contribuir, em consonância com as Instituições locais, para a melhoria das condições de vida locais, nos planos urbanístico, cultural, cívico, social e ecológico.

O Jornal de Telheiras será um fórum aberto ao debate e seu motivador, em defesa da participação democrática dos telheirenses na tomada de decisões que afectem o seu destino colectivo. Neste sentido, manter-se-á aberto a todas as correntes de opinião que surjam no bairro, desde que elas não sejam incompatíveis com este Estatuto Editorial.

Há neste enunciado duas posturas de que releva uma, pelo menos aparente, contradição. Por um lado, o Jornal afirma-se como um projecto orientado pelo que chama “princípios básicos do jornalismo” (“rigor”, “exactidão”, “respeito pelos factos” e “sua verificação”, respeito pela “objectividade noticiosa”), por outro lado, posiciona-se como “um instrumento ao serviço da comunidade”, e propõe-se contribuir, “em consonância com as Instituições locais”, para “a melhoria das condições de vida” em Telheiras, “nos planos urbanístico, cultural, cívico, social e ecológico”. Num terceiro nível, adopta um universo noticioso exclusivo, precisamente “os factos e acontecimentos que fazem a vida, a cultura e a identidade do bairro, ou que sobre elas revelem influência

significativa”. A postura é clara, mas parece sofrer do mal de querer conciliar o inconciliável. Mais do que uma técnica de escrita, com regras muito precisas, cujo objectivo é a facilitação da leitura⁷⁰, o jornalismo assenta numa ideologia profissional dominante, a *objectividade*⁷¹, que deve marcar todo o comportamento do jornalista, pelo menos aos níveis do *saber-ser* e do *saber-fazer*; ou seja, da ideologia e da prática. E *ser objectivo* é responder às seis questões de referência do jornalismo⁷², ou apenas a algumas delas, conforme os casos, não comentando mas informando, não emitindo juízos de valor, mas apenas narrando os factos, contando uma história sim, nunca emitindo uma opinião⁷³.

É certo que as notícias são “traditionally known as stories”, o que implica serem, “by definition culturally constructed narratives”, mas esta implicação, que deveria levar à interrogação sobre “what constructing stories actually means⁷⁴”, é, no entanto, desvalorizada em favor da ideologia da *objectividade*⁷⁵. Neste contexto, o jornalista que viole a norma fundamental da *objectividade*, verá o seu estatuto profissional altamente prejudicado perante os seus pares e poderá, até, se reincidir, pôr em risco o seu posto de trabalho. E compreende-se que assim seja, na medida em que o «dogma» da *objectividade* constitui em si mesmo o discurso central, legitimador da prática do jornalismo⁷⁶.

⁷⁰ Claro que a técnica da escrita jornalística que visa a facilitação da leitura, é acompanhada e sublinhada e, em algumas das suas componentes, condicionada por técnicas de apresentação visual do produto (o jornal, a revista) ligadas à utilização da imagem gráfica, da fotografia, da titulação, em suma, da paginação. Daí que a ideia de *ditadura gráfica* não seja desconhecida à gíria profissional...

⁷¹ Necessária, segundo Tuchman, G. (1993), “para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” - artigo “A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”, in *Revista «Comunicação e Linguagens*, volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*, 1993.

⁷² Dizer Quem, fez O quê?, Quando?, Onde?, Como?, Porquê?

⁷³ “The writer of fiction must invent. The journalist must not invent”, sustentam Bird, S. E. e Dardenne, R. W. (1998), “Myth, Chronicle, and Story – Exploring the Narrative Qualities of News, in Carey, James W., (editor), *Media, Myths, and Narratives*. California: Sage.

⁷⁴ Bird e Dardenne, Op. Cit.

⁷⁵ De resto, consignada na própria Lei nº 62/79, de 20 de Setembro, “Estatuto do Jornalista” – ainda em vigor, embora prestes a ser alterado por novo diploma, a data em que se escreve este trabalho – que, no seu artº 11º, alínea a), define como um dos deveres do jornalista “Respeitar escrupulosamente o rigor e a objectividade da informação”- <http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei62de79de20Setembro.htm>, consultado em 27 de Julho de 2007.

⁷⁶ Rodrigues, A. D. (1990) confirma esta afirmação quando diz que aos jornalistas “só seria permitido o relato objectivo dos factos (...) no entanto, cada um dos relatos objectivos não pode esquivar uma carga

Se dúvidas houvesse, bastaria ler o nº1 do “Código Deontológico do Jornalista”⁷⁷ para ver que assim é: “o jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre opinião e notícia deve ficar bem clara aos olhos do público”. É isto a *objectividade*, tal como os próprios jornalistas a definem.

A notícia presta vassalagem à *objectividade* e funda-se na “routinization of the unexpected” (Tuchman, Op. Cit.). Por isso, o verdadeiro *acontecimento* é inesperado, aleatório, e terá tanto mais valor jornalístico, quanto maior for o seu grau de imprevisibilidade e a improbabilidade da sua realização⁷⁸. Ora um jornal que quer estar “em consonância” com uma qualquer instituição, como “um instrumento” para melhorar seja o que for, mesmo que “as condições de vida da comunidade”, dificilmente pode ser *objectivo*, no sentido tradicional, ideológico, do jornalismo. Haverá, então, uma diferença entre o discurso e a prática do agente em causa? Vejamos, numa breve análise, os conteúdos das primeiras páginas, das sete edições do Jornal de Telheiras, publicadas entre Agosto de 1999 e Junho de 2000.

Este é o nosso número zero era o título principal da primeira página, da primeira edição do *Jornal de Telheiras*, em que se incluíam ainda mais dois títulos: *Metro de Telheiras está pronto em 2002*, e *ART – Danças de salão são uma festa*. A segunda edição do jornal, o título principal referia: *Habitação, comércio e serviços... Praça Central avança em 2000*. Os restantes títulos: *Art e Juntas de Freguesia do Lumiar e CampoGrande preocupadas... Novo estádio do Sporting pode trazer problemas* e “*Olha, o Jornal de Telheiras!*”. A edição seguinte, publicada em Dezembro de 1999, apresentava como título principal: *Com uma araucária iluminada na imaginação do Bairro... Telheiras*

valorativa subjacente, quanto mais não seja a que consiste em considerar estes factos e não outros, dignos de serem relatados”. E ainda: “A escolha dos termos, a ordem da sua apresentação, a selecção dos factos narrados pressupõem inevitavelmente a existência de juízos de valor”.

⁷⁷ Princípio 1, do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, em vigor desde Março de 1993.

⁷⁸ Rodrigues, A. D. (1993), na *Revista «Comunicação e Linguagens*, volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*, 1993, confirma isto mesmo: “É em função da maior ou menor previsibilidade que um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”.

também põe sapatinho na chaminé; Bairro Quinta José Alvalade vai mesmo acabar; A nossa polícia vai ter um bebé e www.jornaldetelheiras.pt completavam a página.

FIG 10



Legenda: Capas do Jornal de Telheiras – reprodução das primeiras páginas das seis edições do Jornal de Telheiras, publicadas entre Agosto de 1999 e Abril de 2000.

A primeira edição publicada em 2000 tinha como título principal, o seguinte: *Vereador Vasco Franco diz que o Bairro “não é uma urbanização privada” e que o PER avança mesmo... Câmara Ouve Telheiras. ART lembra os valores da transparência e do direito à informação; Abaixo assinado estranha “não ter havido qualquer comunicação prévia”*. A página incluía ainda mais dois títulos: *Fonseca Ferreira, presidente da*

Comissão de Coordenação de Lisboa e vale do Tejo... Integração Social consegue-se com diálogo; e Quinta dos Inglesinhos vai ter Alameda.

Em Abril, saía a quarta edição do jornal, cujo título principal na primeira página era *Telheiras vai ter uma casa de cultura*. Os outros títulos: *Projecto do Sporting discutido no Bairro com João Soares; Alto da Faia avança para tribunal; e Escolas: jornais e livros*. Ainda um sumário com cinco chamadas de atenção para as páginas interiores: *Escola Alemã quer deixar-nos; Dina Aguiar e Maria José Canoa são as “Pessoas” desta edição; Lisboa ciclável: Telheiras fica em lista de espera; Exposições são notícia e Empreendedores e negócios.*

A sexta edição publicada⁷⁹ em Junho de 2000, titulava: *Associação de Residentes de Telheiras elege novos corpos sociais... Utilidade Pública da ART oficialmente reconhecida*. Mais dois títulos: *Trânsito no Bairro cada vez mais complicado; e Ainda cá temos lavradores e um Sumário de chamadas: Presidente da EPUL faz balanço e dá novidades; Árvores mortas nos Terraços de S. Paulo; Telheiras vista pelo arquitecto Ribeiro Telles; Escolas satisfeitas com ano lectivo e “Pó de Palco” e “ARTistas”: casa cheia e aplausos.*

FIG 11



Legenda: Capa da última edição do Jornal de Telheiras – reprodução da capa da última edição do jornal, publicada em Novembro de 2000.

⁷⁹ Sete anos passados, ainda se continua, a perguntar em Telheiras quando regressa o jornal. E permanece presente a possibilidade, aparentemente muito remota mas acalentada por dirigentes da ART, de poder vir a reeditar o jornal, mesmo que em novos moldes.

Finalmente, a sétima e última edição, publicada em Novembro de 2000, tinha na capa os seguintes títulos: *Telheiras difícil para condicionados da mobilidade*. “*Um bairro com defeito*”; *Obras ao pé da porta*; *Metro vem em Março de 2003*, a que se juntavam cinco pequenos títulos, chamando a atenção para outros tantos assuntos no interior do Jornal. Jornalisticamente, tudo títulos sobre temas concordantes com os critérios de noticiabilidade jornalística. Ao jornalista pede-se que escreva sobre *acontecimentos*, mas também se lhe diz que, se tudo é *acontecimento*, nem todos os *acontecimentos* são *notícia*; e ao jornalista apenas interessam as notícias. Ora é *notícia* todo o *acontecimento* que tem *actualidade, novidade, proximidade, universalidade*⁸⁰. Dito de outra forma, um *acontecimento* é tanto mais *notícia*, quanto mais possa interessar um maior número de leitores. E é esta ideia de *notícia* que está subjacente a todos os géneros jornalísticos; uma reportagem tem de incidir, também ela, sobre um acontecimento/facto ou sobre um problema que tenha *actualidade, novidade, proximidade, universalidade*; do mesmo modo, a entrevista não pode fugir destes parâmetros: é entrevistável alguém que esteja em foco (*tenha actualidade*), que se disponha a dizer algo de novo (*tenha novidades*), que seja conhecido da maioria das pessoas, do público leitor (*tenha universalidade*). Mas não é assim tão simples; há aqui uma dupla hermenêutica: é objecto jornalístico o que tem *actualidade, novidade, universalidade*; mas tem *actualidade, novidade, universalidade*, o que é objecto jornalístico⁸¹; e quando escasseiam os *acontecimentos*, os jornalistas não hesitam em «fabricar a actualidade». A realidade local é, cada vez mais, nos *media* de grande difusão, vítima destas exigências; a globalização da comunicação de massa padronizou a *actualidade* e é hoje mais fácil saber de uma *gaffe* cometida por Bush, na Austrália, ou em outro ponto do mundo igualmente distante; de mais uma inovação tecnológica, apresentada por Bill Gates; ou ter conhecimento de

⁸⁰ Do ponto de vista jornalístico, têm actualidade apenas os acontecimentos/factos ocorridos recentemente, ou recentemente descobertos; têm novidade, os acontecimentos/factos que não são do domínio público; têm universalidade, os acontecimentos/factos que geográfica ou socialmente estão mais próximos da maioria do público de uma dado jornal...

⁸¹ Adriano Duarte Rodrigues (Op. cit.) escreve: “A partir do momento em que surge nas primeiras páginas de um quotidiano, um nome impõe-se e passa a integrar o mundo onomástico moderno”. Bird e Dardenne, (Op. cit.) afirmam que faz parte do poder dos jornalistas “to place people and events into the existing categories of hero, villain, good and bad, and thus to invest their stories with the authority of mythological truth”.

como passa as férias *monsieur* Sarkozy, do que saber o que aconteceu ao vizinho do andar de baixo, ou na escola do bairro. Se queremos conhecer o que se passa no local onde vivemos, temos de apelar a uma glocalização recontextualizadora da informação. É hoje aceite que cada publicação produz, ao menos em parte, a sua *actualidade* jornalística e que, portanto, para lá de um largo fundo de homogeneidade de conteúdos que caracteriza os *media* actuais, “há tantas actualidades jornalísticas quantos os meios de comunicação existentes no mercado” (Fontcuberta, 1999: 19). O *Jornal de Telheiras* produz também a sua, mas nos termos dos três níveis do seu estatuto editorial que apontámos – orientado pelos “princípios básicos do jornalismo”, como “um instrumento ao serviço da comunidade”, e buscando os seus acontecimentos num universo noticioso exclusivo, precisamente Telheiras. E ao fazê-lo está, “em consonância com as Instituições locais”, a dar o seu contributo para “a melhoria das condições de vida” no “Bairro”. É que, se “a informação é uma condição básica para uma sociedade livre” (Op. Cit.: 30), o jornalismo interpreta a realidade social para que a possamos entender, adaptarmo-nos a ela e modificá-la. E essa sua interpretação, no caso do *Jornal de Telheiras*, está a inventar o «bairro»⁸², a produzir a sua identidade. Ao escolher o seu território local como a totalidade do seu universo de acontecimentos, o *Jornal de Telheiras* não está apenas a ser fiel ao seu Estatuto Editorial e à sua relação com a ART; está, também, a procurar fixar o público que escolheu, uma vez que é aceite como boa, a ideia segundo a qual os leitores querem ler tudo o que directamente os afecta e se relaciona com o seu quotidiano (Op. Cit.), e aquilo que os que vivem em Telheiras e nas suas envolventes dificilmente encontrarão noutra meio de comunicação são, precisamente, os acontecimentos, os anseios, os sentimentos e as emoções restritos ao universo do «bairro». E essa fixação do público é importante, também, do ponto de vista da necessidade de assegurar a viabilidade económica do *Jornal de Telheiras*. Ambas, função social e necessidade de viabilidade económica, empurram o Jornal para um mergulho cada vez mais fundo e aprofundado num lugar que, com a sua

⁸² Não é, seguramente, por acaso que no *Jornal de Telheiras* se escreve bairro como “Bairro”, sempre que o termo se refere a Telheiras; ou que se fala dos que lá habitam como “Telheirenses” quando, de acordo com as regras, o conceito apenas se aplicaria aos seus naturais.

intervenção, ele próprio produz, conferindo-lhe a identidade de um eu, que antes se desconhecia por falta de espelho. Uma identidade de que, de resto, precisa desesperadamente para sobreviver, porque o público de um jornal, se é constituído por indivíduos distintos na sua diversidade, caracteriza-se por ser, ao mesmo tempo, um conjunto de indivíduos unidos pela semelhança de “um certo grau de cultura comum”, assente numa “certa comunidade de hábitos, sentimentos, tradições, ideias assimiladas”; a “unidade de um público depende assim, basicamente, da pertença a um grupo social, da comunhão de tradições culturais” (Op. Cit: 35), o «bairro» de Telheiras, por exemplo.

Se, como sustenta Bourdieu, o real é relacional, Telheiras encontra no seu jornal um símbolo identitário, na sua interacção com os outros bairros de Lisboa. Não sendo um bairro tradicional da cidade, sem marchas nem santos populares, Telheiras é, todavia, o primeiro «bairro» de Lisboa a ter um jornal, simultaneamente impresso e *on-line*. E assim funda um espaço “propriamente” comunicacional, mas que é, também, um espaço político e cultural. Um referente identitário que quer pôr por escrito o pensar, o sentir e o agir do «bairro», e assim contribuir para o produzir enquanto «comunidade», enquanto singularidade.

■ As Escolas de Telheiras

O que acontece em Telheiras com as escolas ilustra três afirmações que têm sido feitas neste trabalho, a saber:

- 1) há um «Triângulo» de território físico, correspondente à intervenção da EPUL em Telheiras, com base e na sequência do Plano de Pormenor elaborado por esta empresa pública e já anteriormente referido, entendido por alguns como o «bairro» de Telheiras;
- 2) para lá das fronteiras do referido «Triângulo», noutras partes do terreno edificado, são várias as instituições, públicas e privadas que, à semelhança do que acontece com os moradores, reclamam a sua pertença a Telheiras, situando-se no território a que vem chamando «retórico»;

3) a indefinição administrativa das fronteiras do «bairro» facilita que ele se estenda por duas Juntas de Freguesia, precisamente Lumiar e Carnide.

Se não, vejamos. Dentro do «Triângulo» está todo o “Agrupamento de Escolas de Telheiras”, “uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão” e que “integra estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos três ciclos

do ensino básico, a partir de um projecto pedagógico comum”⁸³. O Agrupamento situa-se integralmente na freguesia do Lumiar e é constituído pelas Escola Básica do 1.º Ciclo do Ensino Básico, N.º 57, de Lisboa e Jardim de Infância de Telheiras; Escola Básica do 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardim de Infância do Alto da Faia; Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico de Telheiras, N.º 1, sede do Agrupamento, todas funcionando em regime diurno.

Porém, a «Escola Castanha»⁸⁴, como é conhecida em Telheiras a “EB 2,3 – N.º2⁸⁵, de Telheiras”, na Rua Fernando Namora, frente ao “Parque dos Príncipes”, embora integre Telheiras no nome, não faz parte do Agrupamento de Escolas de Telheiras; porém, aparece em duas Juntas de Freguesia, precisamente Carnide e Lumiar, como integrando a sua rede escolar⁸⁶; teria uma identidade dividida não fora representar-se como sendo do «bairro», representação essa que exogenamente lhe é igualmente atribuída e por isso se chama “EB 2,3 – N.º2, de Telheiras”. E há mais, neste reenviar permanente da referência identitária para o «território retórico» do «bairro», para uma pertença a Telheiras, a escola “EBA N.º134, Escola Prista Monteiro”, primeiro ciclo do ensino básico mais jardim de infância, pertence claramente à Junta de Freguesia de Carnide, em

⁸³ Conforme regulamento interno do Agrupamento de Escolas de Telheiras, em <http://www.eb23-telheiras-n1.rcts.pt/agrupamento/Regulamento%20Interno.pdf>, consultado em 14.08.07.

⁸⁴ A alcunha ganhou-a a escola pelo facto de ser um conjunto de pavilhões pré-fabricados. É uma escola de Telheiras, mas ninguém a quer. É “a que está à margem” e tem “muito poucos meninos do Bairro” e muitos vindos “da outra margem, e de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé”, como se escrevia na edição N.º1 do “Jornal de Telheiras”, em Outubro de 1999. Então, alunos conhecidos no «bairro», como o jornal também referia, só o «China», “terror das paredes sem graffitis” e os futebolistas Simão Sabrosa e Pepa.

⁸⁵ É a N.2, mas a N.1 só foi construída e entrou em funcionamento quase vinte anos mais tarde; até então, a N.2 era a “escola de Telheiras”.

⁸⁶ Vejam-se, a propósito, os «sítios» na NET da Junta de Freguesia do Lumiar e da Junta de Freguesia de Carnide, respectivamente <http://www.jf-lumiar.pt/> e <http://www.jf-carnide.pt/>, consultados em 14.08.07.

cujo território administrativo claramente se encontra implantada, contudo, é a própria Junta de Freguesia de Carnide que a refere como integrante do Agrupamento de Escolas S.Vicente, de Telheiras; de resto, o próprio “Bairro da Horta Nova”⁸⁷ é visto como sendo Telheiras⁸⁸.

Ainda no «bairro», dentro do «Triângulo», estão a Escola Alemã de Lisboa e o Colégio Planalto, estabelecimentos de ensino privados, com uma frequência selectiva a preços elevados.

■ O Núcleo antigo de Telheiras – memórias da aldeia.

As noites de Inverno em Telheiras, doutros tempos, tornavam-se tristes e longas, a chuva e outros rigores da estação fria não permitia a convivência de vizinhos e amigos.

*Assim todos nós nos resignávamos à placidez do lar*⁸⁹.

É assim que, quarenta anos atrás, em 1967, em *A Voz da Academia*, se fala de uma Telheiras já desaparecida e que “sempre foi muito pobre”⁹⁰. E quem fala não o saberá decerto, mas fala de um grupo social e de um aglomerado urbano, destinado a morrer em breves anos. Foi também essa morte anunciada, presenciada, que permitiu aos que chegavam ao novo «bairro» a sua idealização do passado, confluindo na representação de Telheiras como uma aldeia às portas de Lisboa, uma “aldeia na cidade”. Como

⁸⁷ O “Bairro da Horta Nova”, Freguesia de Carnide, foi construído, entre 1972 e 74, como realojamento de carácter temporário para famílias carenciadas. Com o “25 de Abril”, os edifícios em construção foram ocupados pela população, vinda de diferentes locais. As construções de pré-fabricados degradaram-se rapidamente e, nos anos 80, a EPUL construiu edifícios de habitação social, em terrenos anexos ao bairro pré-fabricado existente, permitindo o realojamento das famílias que nele moravam. De então para cá, a densidade populacional da Horta Nova tem vindo a aumentar, nele vivendo uma população constituída por portugueses, por originários de África e por pessoas de etnia cigana.

⁸⁸ “Junto à fachada da escola de dança, no bairro social da Horta Nova, em Telheiras, Lisboa...” escreve Raquel Moleiro, na reportagem “A arte por miúdos”, revista “Unica” do jornal *Expresso*, nº 1742, de 18 de Março de 2006.

⁸⁹ “Bons Tempos”, excerto deste artigo, publicado na página 3 de *A Voz da Academia*, (1967), número único do jornal comemorativo do 60º aniversário da Academia Musical União Familiar de Telheiras – AMUF, escrito e editado pelo sócio Anibal Lopes Pinto e distribuído gratuitamente aos sócios.

⁹⁰ Gaspar, M., e Gaspar, V., (2003). “A Quinta de S. Vicente em Telheiras”, comunicação apresentada nas *VII Jornadas Históricas de Telheiras*, realizadas no dia 22 de Novembro de 2003, na sede da “Eurovigia”, em Telheiras.

sustenta Connerton (Op. Cit: 3) “as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente”, sendo “uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social”, sem a qual “os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões”.

Essa idealização também é dos que recordam a vida passada, depositários da memória que, para os novos membros do grupo, os habitantes do «bairro», urge partilhar e apropriar. Afonso Libório, 58 anos, 38 dos quais em Telheiras, no NAT, dono de uma das últimas mercearias a fechar no Largo do Poço, espraia também a memória de outros tempos: “moravam aqui centenas de pessoas, dezenas de famílias que viviam em pequenas casas, ao longo da estrada de Telheiras, que ia do Campo Grande ao Largo da Luz, umas com horta, outras não. As hortas davam sustento a muitos, outros trabalhavam nas quintas e outros ainda em Lisboa, para onde iam de carro eléctrico. Mas isto era um sítio de quintas; havia a Quinta de Sant’ Ana, em frente à Igreja, a Quinta de Stº António... O Jardim dos Ulmeiros era uma quinta de hortas, com um belo palacete.

FIG. 12



Legenda: **Aldeia de Telheiras** - a aldeia de Telheiras ou Núcleo Antigo de Telheiras – NAT, como também é conhecido, já desactivado, sem gente, à disposição da EPUL. (foto do autor)

Havia muitas quintas, vinhas, pomares e figueiras e também algumas cerâmicas, pois as terras eram de barros e muita água”. Mas, a mais famosa era a Quinta de S. Vicente, com restaurante, adega, um pátio com pavilhões para almoços de grupos e afamada pelos banquetes para casamentos, animados e com baile...

A Quinta de S. Vicente (ou “do Alvito”) pertencia a D. José Lobo da Silveira Quaresma, quarto marquês do Alvito, que, no fim da vida e sem filhos, a vendeu ao plebeu Francisco José de Almeida. Foi este quem, para além de manter em funcionamento o alambique e o lagar de azeite, de desenvolver a agricultura, a fruticultura e a pecuária, ali iniciou a prática de receber visitantes/clientes nos jardins da quinta; inicialmente, esses podiam trazer farnel de casa, mas estavam obrigados a comprar o vinho da produção da quinta. Depois, porque a afluência crescia e muitos chegavam sem farnel, Francisco José de Almeida começou a fornecer refeições. Era fácil, a quinta “dispunha de uma capoeira à entrada. Bem fornecida, o freguês escolhia o animal que desejava. A empregada retirava-o, matava-o e, numa hora, cozinhava-o”⁹¹. Esta afluência tornou necessária a construção de novas salas para receber os visitantes; “acompanhando os mestres de obras iam algumas raparigas, novas ainda, gaiatas talvez, mas que gostavam de cantar. Uma chamava-se Amália Rodrigues; outra, de entre as demais, chamava-se Hermínia Silva”⁹². A fama da Quinta cresceu e assim a clientela. A tal ponto que, em 1943, “Telheiras viu uma fila de tipóias dirigindo-se ritmada e folcloricamente para a Quinta de S. Vicente. Era o grupo dos *Marialvas de S. Cristóvão* que, efectuando ali o almoço costumeiro, não havia podido alugar táxis devido ao racionamento de gasolina em tempo de guerra”⁹³. E acabou por nascer ali um verdadeiro restaurante. “A laboração do restaurante permitiu o emprego a bastantes habitantes. O campo encontrou trabalhadores, o restaurante e dependências encheram-se de funcionários, a cozinha povou-se de mulheres”⁹⁴; em breve havia quem procurasse o local para celebrar bodas.

⁹¹ Como contam Gaspar, M., e Gaspar, V., (2003). “A Quinta de S. Vicente em Telheiras”, comunicação apresentada nas *VII Jornadas Históricas de Telheiras*, realizadas no dia 22 de Novembro de 2003, na sede da “Eurovigia”, em Telheiras.

⁹² Idem.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

Após a morte do pai, os cinco filhos de Francisco de Almeida, que antes serviam à mesa como os empregados do restaurante, construíram um salão com capacidade para 500 pessoas e passaram a contratar, aos sábados e domingos, conjuntos musicais para abrilhantar o restaurante. As festas de Carnaval e Ano Novo “eram de arromba. E a noite de Telheiras iluminava-se com fogo de artifício e preso, cujo fulgor divertia os comemorantes e assombrava os residentes”. Na noite de S. Martinho a quinta “chegava a vender 11.000 litros de água-pé que regavam castanhas assadas e passarinhos fritos. Não havia descanso nem noite, pois o convívio durava até às cinco da madrugada seguinte”⁹⁵. Também frequentavam a quinta jogadores do Benfica, de diferentes modalidades; o hoquista António Livramento e o futebolista José Torres celebraram na Quinta, o seu casamento. Eusébio era comensal assíduo.

A Quinta de S. Vicente, para além do restaurante e da exploração agro-pecuária, veio a albergar, a partir do ano de 1948, uma filial lisboeta da cerâmica Liz, de Leiria, em instalações que se estendiam por dois hectares de terreno. A fatura de água e os barros do Alto da Faia convidavam à actividade, que veio a fechar em 1971. “Nessa altura, simbolicamente, também Telheiras fechou a sua história antiga”, comentam Marlene e Vitorino Gaspar, na comunicação que tem vindo a ser citada. E têm razão, tanto mais que, três anos antes, em 1968, a Quinta de S. Vicente fora vendida à Câmara Municipal de Lisboa, que a haveria de passar à EPUL, já depois de Abril de 1974, para urbanizar. Agora, a Quinta é parte do «bairro», no seu lugar foram erguidos prédios de habitação e serviços; ainda assim, instalaram-se no local o restaurante “Lagar S. Vicente” e o café “Esplanada da Quinta”. Mas nem um nem outro são hoje símbolos de Telheiras e quando se fala na Quinta de S. Vicente ainda é no restaurante da família Almeida que se pensa.

Manuela Barbosa, antiga moradora da aldeia de Telheiras, viveu de perto os últimos anos de glória da Quinta de S. Vicente, “vinham muitos de Lisboa para as festas e comezainas de domingo”, recorda. Mas prefere falar de outras festividades. Na aldeia desde 1960, com o fecho das habitações do Núcleo Antigo de Telheiras, foi realojada numa casa do Programa Especial de Realojamento, do Alto da Faia. Lembra-se das

⁹⁵ Idem.

noites longas da velha Telheiras e da AMUF⁹⁶, que organizava os arraiais pelos Santos Populares, realizava sessões de cinema às sextas-feiras à noite e matinés aos domingos, por 2\$50; aos sábados havia os bailes, abrihantados por conjuntos musicais. Recorda também um grupo de teatro dirigido pelo Sr. Filipe, com actores do próprio bairro.

Afonso Libório, outro velho morador da aldeia, lembra-se de mais: “No que é hoje o “Bairro Jardim”, na Azinhaga das Galhargas, havia duas pequenas indústrias, uma de medicamentos e uma de flores artificiais. Outra fábrica, essa de perfumaria, a «Nali», que ficava no Campo Grande, dava emprego a muitas mulheres de Telheiras. Outras eram empregadas domésticas... Caminhos desse tempo eram as azinhagas: a Azinhaga do Areeiro, aproximadamente no que é hoje a rua Vieira de Almeida, ia até ao sítio onde é agora o Colégio Planalto, e aí entroncava na Azinhaga do Loureiro, que ia dar ao Paço do Lumiar. Havia ainda outra azinhaga ao longo da actual rua Mário Chicó, onde é a sede da ART. Telheiras era como uma família grande, onde não havia zangas nem discussões de maior. Nas noites de Verão ficávamos até tarde a conversar na rua. Era uma calma!”

Ao contrário de outros moradores, Manuel Rebelo e António Pereira da Silva não saíram da aldeia onde estavam há muitos anos; ficaram no Núcleo Antigo de Telheiras-NAT, a meio da Estrada de Telheiras, perto do Largo do Poço. São comerciantes, o primeiro é dono de um pequeno restaurante, *O Cantinho de Telheiras*, o segundo tem uma mercearia, a *Loja “O António”*. Foram desalojados das lojas que já possuíam anteriormente na *aldeia de Telheiras*, mas mudaram para instalações novas, construídas pela EPUL. Na última entrevista livre realizada com eles⁹⁷, falaram do passado e do presente e lamentaram o processo de expropriação realizado pela EPUL, no NAT; António é o mais crítico. Mas também falam da vida na aldeia. Manuel Rebelo, 54 anos, veio de Aguiar da Beira para Telheiras. Quando chegou ao «bairro», em 1968, foi trabalhar para a cerâmica da Quinta de S. Vicente. Onze anos depois, em 1979, tomou

⁹⁶ Embora sem ter sido objecto de um encerramento formal, há muito que a Academia Musical União Familiar de Telheiras – AMUF deixou de existir. Extinta a aldeia, a AMUF morreu com ela.

⁹⁷ Setembro de 2007.

de trespasse a “Tasca do Rabaçal”, na Estrada de Telheiras; esteve lá 21 anos, até abrir o seu “Cantinho”, em 2000.

Na aldeia de Telheiras, Manuel morava numa “barraca”, junto ao convento; agora vive em Caneças, onde construiu uma casa, em 1995, e deixou de morar em Telheiras. Mas lembra-se bem de como era Telheiras “antigamente”. “Comecei a trabalhar com 15 anos, na fábrica de tijolo, no sítio onde é hoje a estação dos Correios. Trabalhei lá um ano e meio. Depois passei-me para a indústria hoteleira. Estive a trabalhar no café, na Estrada de Telheiras, para o Mário Grifo, mas depois fui trabalhar por minha conta para o nº 124, uma tasca onde fiquei 21 anos”.

“Quando cá cheguei só existia a estrada, o resto eram quintas. E havia a adega, o restaurante da quinta de S. Vicente e a fábrica da cerâmica; pertencia tudo aos mesmos donos. A quinta ia daqui até ao *Carrefour*, com vinhas, lagares e vacarias. (...) Iamos tomar banho à AMUF⁹⁸, pois havia lá balneários, um para homens outro para mulheres. Conhecíamos-nos todos; agora muita gente já morreu”. E num desabafo, cruza o “antigamente” com o “hoje” – “Para mim, antigamente era melhor do que hoje. Havia mais honestidade. Como negócio agora é melhor, mas naquela altura também não era mau. Havia umas 12 tascas e todos conseguiam viver. Vendiam carvão, lixívia e fazia-se comer. Foi quando começou a construção toda e acabou tudo”...

António Pereira da Silva, tem 62 anos. Está em Telheiras desde 1970, chegou com 25 anos – “Vim do Ultramar e estava à procura de uma casa para trabalhar. Acabei por ficar aqui, com a loja e a habitação. Quando vim para cá, isto começava lá em baixo, onde é a Churrasqueira do Campo Grande, e ia até Carnide, até à Luz... À volta das casas da estrada, eram só quintas e algumas azinhagas. Era mais puro, mais saudável; bastava ter as quintas à volta. Mas agora é melhor. Temos mais condições para trabalhar e para viver nas casas”... António vive mesmo na *aldeia de Telheiras*, numa das raras casas que a EPUL não expropriou mas queixa-se – “Não fiquei muito bem. Quero entrar em casa e não posso, está tudo cheio de carros. Às vezes não se consegue respirar por causa dos escapes; quero mandar fazer uma medição à poluição do ar... E o «bairro» novo? “O

⁹⁸ Associação Musical União Familiar, hoje desactivada. “A AMUF era a nossa distracção, com cinema, teatro, festas de Carnaval; era uma alegria”, conta Manuel Rebelo.

bairro, segundo consta, começa com aqueles prédios ao pé do Sporting e já se diz que vai até à Horta nova. Telheiras agora é muito grande”...

Como muitos residentes, mesmo dos que moram dentro do «Triângulo», António também não sabe onde começa e acaba Telheiras.

O príncipe e a Senhora...

Corria o ano de 1610 (ou 1611, não se sabe ao certo) quando desembarca em Lisboa, vindo nas naus da Índia, o príncipe de Ceytara e Catecorlas, um jovem de 32 anos, herdeiro do trono de Cândia, “um dos que há no Ceilão”⁹⁹. Educado na fé cristã pelos frades franciscanos, junto de quem se refugiara aos 13 anos, com sua avó, fugindo da sanha de um tio que lhe usurpara o trono e o queria matar; o príncipe, preto, tinha um nome cristão, recebido no baptismo: D. João de Cândia.

Durante os quinze anos passados com os frades, primeiro em Manar e depois em Goa, no Colégio dos Reis Magos de Bardês, o jovem oriental fora iniciado na Doutrina e aprendia boas-maneiras, tal como a ler e a escrever latim. Até que um dia o Conselho de Portugal achou que convinha tirá-lo da Índia e trazê-lo para o reino¹⁰⁰, e assim se explica a sua chegada a Lisboa.

Portugal estava, à data em que aqui chegou D. João de Cândia, sob a dominação castelhana, e, por isso, foi a Filipe II que o príncipe negro pediu “cómodo e estado” com que pudesse viver em Lisboa, conforme à sua qualidade. Deu-lhe o rei 4.000 cruzados de tença, saídos dos cofres da Casa da Índia e, mais tarde, uma outra, também de 4.000 cruzados, por ter renunciado aos seus direitos sobre o reino de Cândia. Com a tença, D. João de Cândia, então já sacerdote, uma vez que tomara ordens em Madrid, em 1625, recebeu também a dignidade de Grande de Espanha, e “assento no banco dos bispos”¹⁰¹, além de autorização para ficar a residir em Lisboa. Regressado de Espanha, é

⁹⁹ Trindade, P. (1991), “Da Conquista Espiritual do Oriente”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.

¹⁰⁰ Ibidem

¹⁰¹ Ibidem

no “tranquilo e bucólico arrabalde de Telheiras”¹⁰² que este homem, agora com 48 anos, e, ao que se dizia, dado a galanteios e aventuras amorosas¹⁰³ apesar dos votos e da idade, compra uma quinta “com as suas casas de morada” que, em 1633, transforma num convento, destinado à convalescença de frades franciscanos, com uma igreja votada a Nossa Senhora da Porta do Céu¹⁰⁴. Mas o rico prelado, oriundo de misteriosas paragens, não tem já muitos anos para se entregar à prece no seu pacato convento. Nove anos depois, em 1642, com 64 anos, D. João de Cândia exala o último suspiro no seu palácio

FIG 13



Legenda: **Nossa Senhora da Porta do Céu** - A imagem da Senhora ainda está na igreja de Telheiras mas não é a original e a chave que segura nas mãos Já não é de prata. (Fonte: Centro Cultural de Telheiras)

¹⁰² J.M. Cordeiro de Sousa, J. M. C. (1991), “O Oratório de Telheiras (Breves notas para a sua história)”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.

¹⁰³ Na *Monografia do Lumiar*, Mantas J. (coord.), (2003). Lisboa: CML, pode ler-se que D. João de Cândia, “Apesar de se ter convertido ao sacerdócio, teve, de Susana Abreu, duas filhas, que foram religiosas franciscanas no Convento de Vialonga”, Maria de Candia e Simoa Baptista.

¹⁰⁴ Também referida como *Nossa Senhora da Porta Coeli*.

da Mouraria. Em cumprimento do seu desejo expresso enterram-no “num carneiro que mandara fazer por baixo do altar mor”¹⁰⁵, no seu convento de Nossa Senhora da Porta do Céu.

Nossa Senhora da Porta do Céu, Nossa Senhora das Portas do Céu¹⁰⁶, Nossa Senhora da Chave da Porta do Céu, tudo são invocações da Virgem, num local onde a presença antiga de celtas e romanos havia deixado outras portas para comunicar com o divino: o deus Lug, dos celtas, a que sucedeu S. Vicente, e a deusa Juno, dos romanos, criadora da Via Láctea, que cedeu o lugar a Nossa Senhora da Porta do Céu.

A imagem original desta invocação da Virgem, entretanto desaparecida, segurava na mão uma chave de prata, a chave da porta do Céu, que os padres de Telheiras emprestavam às famílias dos enfermos que a pediam, porque dela se obtinham felizes resultados. A festa da Senhora celebrava-se a 4 de Outubro.

Lévi-Strauss sustenta que há “um nível intermédio” entre mitologia e história e, sobretudo, que “nas nossas sociedades, a história substitui a mitologia e desempenha a mesma função” (Op. Cit.: 63). É o caso em Telheiras; pouco se sabe da velha povoação de uma rua só; o que importa é que ela tenha existido no passado e essa existência possa ser apropriada no presente, no plano simbólico – a aldeia. Contudo, há informação bastante sobre o Convento de Telheiras e a Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu; ambos remetem para um passado que dá luminosidade ao presente, ainda que para isso seja preciso recorrer a uma racionalidade mítica, cosmológica, esotérica¹⁰⁷, até. É que, juntamente com a Luz e com o Lumiar, forma Telheiras o “Triângulo da luz”; “aqui se delimita o Céu e a Terra, aqui se opera a união dos contrários: fogo, manifestado pela

¹⁰⁵ Ibidem. No início do sec. XVIII foram ao carneiro buscar as ossadas do príncipe e sepultaram-no na igreja. Anos mais tarde, foi construído um pequeno receptáculo encastrado na parede da capela-mor, onde se depositaram os restos mortais de D. João de Cândia.

¹⁰⁶ Na já citada *Monografia do Lumiar*, Mantas J. (coord.), (2003). Lisboa: CML, são referidas as duas formas, a singular e a plural. A invocação correcta seria Nossa Senhora da Porta do Céu mas...”Por vezes surge a designação de Nossa Senhora das Portas do Céu, denominação também aceite pela Igreja Católica, pois, segundo a tradição a “Cidade Santa”, no céu, tem 12 portas, figurando as virtudes que lhe dão acesso. Contudo, Frei António Andrade defende que a porta para a ‘fruição da glória’, por onde entram os justos, é singular e a chave com que se abre foi depositada nas mãos de Maria, por Deus”.

¹⁰⁷ A ideia de um outro «Triângulo», o “Triângulo da Luz”- Telheiras formaria com a Luz e o Lumiar um triângulo luminoso, mágico, delimitador do Céu e da Terra, charneira ente o mundo celestial e o mundo terreno, em que se operaria a reunião dos contrários: o fogo, figurado pela luz e a água, em que Telheiras é rica.

luz, e água”¹⁰⁸ em que Telheiras é fértil, como o manifestam as suas nascentes e os muitos fosseis de conchas, que por lá atestam a presença do mar.

No “Triângulo da luz”, a Senhora da Porta do Céu detém a chave que ilumina a vida, porque assegura a abertura da Porta que há-de iluminar a morte, pela entrada no paraíso. Esta relação de Telheiras com a morte, tradição recorrente em outras aldeias portuguesas, é também atestada pelo antigo e forte culto do Senhor Jesus da Boa Morte¹⁰⁹, também presente num dos altares da igreja do convento construído por D. João de Cândia. Hoje, Telheiras já não faz a festa de Nossa Senhora da Porta do Céu, nem do Senhor Jesus da Boa Morte e, certamente, poucos, dos que agora lá moram, seriam capazes de distinguir na voz do sino, dobrando a finados, a passagem de um homem ou de uma mulher, do mundo secular para o mundo religioso. É que já lá não está a «comunidade» que reafirmava na morte uma reciprocidade, essencial à vida. Resta o mito e a memória, e ambos podem ser uma ferramenta para “inventar” o «bairro» e afirmar a sua identidade singular, no universo multicultural da cidade de Lisboa.

O convento, que D. João de Cândia quis construir, tem tido uma vida atribulada. Em 1755 o terramoto deixou-o arruinado, e causou também graves danos na igreja. “Os pobres franciscanos construíram uma barraca de madeira junto aos escombros, e aí, em três modestos altares, mantiveram o culto enquanto não lhes reconstruíram a casa”¹¹⁰.

Sebastião José de Carvalho e Mello, então conde de Oeiras, foi em pessoa visitar as ruínas e ordenou a reconstrução do convento. Na fachada, mandou inscrever a seguinte legenda: *Este templo é de Maria e chama-se a Porta do Céu. Esta casa, tal como foi antigamente construída pelo Príncipe de Cândia, foi derruída pelo terramoto. E agora que reina José Primeiro, não só está restaurada, mas é uma obra digna de eterna*

¹⁰⁸ Lemos, A. (1991) “Abertura”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.

¹⁰⁹ A ideia de “boa morte” envolvia “aspectos metafísicos”, mas “também um lado muito prático”. Entendia-se como “boa morte”, falecer em casa, rodeado pela família e pelos vizinhos, e tendo antes tido tempo de arrumar os assuntos, quer de ordem material, quer de ordem espiritual. A “festa foi deixando de fazer-se” desde que, em 1857, “algumas pessoas piedosas do sítio tentaram levar a efeito a festividade (...) outrora tão concorrida, ‘em acção de graças por não ter grassado em Telheiras a epidemia de febre amarela’”, mas não o puderam fazer porque “o largo fronteiro à igreja fora vendido e transformado em jardim particular. O povo já não tinha onde se reunir para o arraial”... Mantas J. (coord.), (2003) *Monografia do Lumiar*. Lisboa: CML.

¹¹⁰ Sousa, J.M.C. (1991). “O Oratório de Telheiras (Breves notas para a sua história)”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.

*posteridade, que fulge com o nome do Conde de Oeiras*¹¹¹. Mas não haveria *eterna posteridade* e a ruína do templo haveria de voltar a manifestar-se.

No século passado, e depois de, em 1910, ter sido encerrada e transformada numa serralharia, a igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu foi confiada, nos anos 50, aos padres Marianos. Em 2001, em conversa informal destinada à recolha de informações para este trabalho, o padre José Morais, prelado da igreja de Telheiras desde 1990¹¹², ressaltava o facto de não haver, em Telheiras, nenhum monumento digno de nota, a não ser a igreja¹¹³. Igreja que, sublinhava o padre, “tem uma orientação diferente do comum. Os altares costumam estar voltados para o Oriente e o de Telheiras está virado para o Ocidente”.

Considerando, embora, especulativa a ideia de que o culto de Nossa Senhora da Porta do Céu pudesse ter sucedido, no caso de Telheiras, ao da romana deusa Juno¹¹⁴, o padre afirmava, por outro lado, que havia em Portugal uma tradição religiosa que remetia para a deusa Isis, antes de, a partir dos séculos V e VI, se ter passado a fazer “a humanização da Virgem, com invocações localizadas”. Contudo, o sacerdote Mariano, que lembrava ter feito, durante os seus estudos, uma cadeira sobre “o mito de Maria”, não entendia como pertinente a discussão sobre se em Telheiras teria havido um culto de Juno ou de Isis, antes da “presença da Senhora”. Preferia sublinhar a presença, na velha povoação de Telheiras, de uma visão da morte “como deusa temida” e, sobretudo, a existência de “um culto dos mortos muito profundo”; era neste plano que devia ver-se a invocação de Nossa Senhora da Porta do Céu – “Maria abriu o seu coração ao Filho de Deus, mas

¹¹¹ Ibidem

¹¹² O padre José Morais faleceu em Janeiro de 2003. Em Maio desse ano, o *ART-Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, ressaltava o facto de, em vida, o padre José Morais ter cuidado sempre “dos interesses locais, do núcleo antigo e também de toda a Telheiras e das suas famílias”. E concluía que, com a sua morte, “Telheiras e a ART perdem um grande amigo que sempre soube pôr o sentido do bairro e de uma boa vivência à frente de tudo. Depois de tanto ajudar, repouse em paz o nosso bom Padre!”

¹¹³ Esta visão é também a expressa, em 1967, no artigo “A ingratidão de Telheiras”, publicado “A Voz da Academia”, número único do jornal comemorativo do 60º aniversário da Academia Musical União Familiar de Telheiras – AMUF, onde se escreve: “Todos sabem que Telheiras é uma terra sem monumentos e sem palácios”.

¹¹⁴ Contudo, Andrade Lemos, do Centro Cultural de Telheiras, defendia, numa reunião percurssora da constituição do “Clube Phoenix”, da ART, em 24.10.02, a que o autor deste trabalho assistiu como observador, que a cabeça da deusa Juno, conhecida pelo povo como a “Menina” ou “A República”, permaneceu na antiga aldeia até ser roubada, “num dia 1º de Abril”...

também abre a porta do Céu, depois da morte”, dizia o padre. José Morais sublinhava o recrudescimento do culto na igreja de Telheiras, a que acorriam os novos residentes, exigindo já a realização de “três missas ao domingo e 18 catequistas”. Era uma forma de unir, já que no «bairro» “estamos todos divididos pelas arquitecturas”.

Depois da morte do padre José Morais, Telheiras foi elevada a paróquia¹¹⁵ pelo cardeal patriarca de Lisboa, que entregou ao Opus Dei o seu cuidado pastoral. O Padre Rui Rosas da Silva¹¹⁶, do Opus Dei, tomou posse como pároco no dia 5 de Setembro de 2004. Na tomada de posse, D. Manuel Clemente, bispo auxiliar de Lisboa, disse que a criação da nova comunidade paroquial era uma necessidade pastoral, numa zona da cidade de Lisboa de população crescente e com características próprias. Um mês após a posse, a atribulada vida da igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu haveria de revelar-se, mais uma vez, quando uma peritagem da EPUL aconselhou o encerramento do templo por razões de segurança... A comunidade paroquial manteve-se activa, graças ao apoio que lhe foi dado pelas Irmãs Hospitaleiras da Clínica de S. José, pela Biblioteca Municipal Prof. Orlando Ribeiro, e pelo Colégio Planalto, este último também do Opus Dei, enquanto a igreja ia para obras, actualmente concluídas.

Interessante, como mais um depoimento em favor da desmontagem da ilusão, que faz com que Telheiras seja recorrentemente representada como um «bairro» sem desigualdades, a afirmação do novo pároco¹¹⁷ de que em Telheiras também “há problemas complexos de pobreza, às vezes escondida, outras vezes ligados a situações de miséria moral e psicológica, outras ainda às vicissitudes da vida, que nem sempre são fáceis. Como pároco, não pode deixar de me afectar que, na minha paróquia, haja gente que passa fome.”

¹¹⁵ A paróquia de Nossa Senhora da Porta do Céu foi criada em Abril de 2004. Abrange as zonas de Telheiras, Alto da Faia, Parque dos Príncipes, e uma população que ronda as 20.000 pessoas, que até à criação da paróquia de Telheiras pertenciam à paróquia de S. João Baptista do Lumiar.

¹¹⁶ O padre Rui é licenciado em Filosofia e doutorou-se na mesma disciplina na Universidade Pontifícia da Santa Cruz. Foi director de residências universitárias, professor de Filosofia no ensino público e, de 1978 até 1990, director do Colégio Planalto.

¹¹⁷ Patente em <http://www.opusdei.pt/art.php?p=10858>, consultado em 15.08.07.

■ Centro Cultural de Telheiras

O Centro Cultural de Telheiras foi fundado em 1991, como uma estrutura informal; tem actualmente 29 sócios. O presidente, e principal dinamizador, é Fernando Andrade Lemos, morador em Telheiras no «Bairro Social» e professor na Escola Secundária Eça de Queiroz, nos Olivais. Em 1991, ano da fundação, o Centro editou o N°1, e único até ao momento, dos *Cadernos Culturais* e tem realizado as Jornadas Culturais de Telheiras. O Centro não tem personalidade jurídica e por isso associou-se ao Centro Cultural Eça de Queiroz, que “nasceu do interesse pela cultura e pela culto da amizade de um conjunto de pessoas ligadas à Escola Secundária Eça de Queiroz”¹¹⁸, nos Olivais, em que Andrade Lemos ensina.

A construção de uma identidade cultural, se passa pelo relacionamento, pelas sociabilidades, depende, em muito, da construção da memória social. Diz Firmino da Costa (1999) que “os grupos sociais elaboram memórias colectivas e constróem identidades culturais, segundo processos em que ambas se determinam reciprocamente, contribuindo por sua vez, de maneira crucial, para a constituição de grupos portadores dessas memórias e dessas formas identitárias”. Telheiras tem uma história, uma memória colectiva; mais do que construí-la, trata-se de a apropriar, para, também a partir dela, construir a sua identidade cultural, assim assegurando os laços simbólicos imprescindíveis à construção de um futuro partilhado; é esse o sentido subjectivo que orienta a acção do Centro Cultural de Telheiras.

É que, com raras excepções, os habitantes da Telheiras moderna vieram de outros locais, têm uma memória presa a outro chão, a outras pedras. Grupo transmissor da memória do passado local, o Centro Cultural de Telheiras apropriou essa memória e fornece aos recém-chegados material com que podem “inventar” a sua identidade «telheirense», e assim reforçar a sua pertença, a sua personalidade social, porque “o que é totalmente novo é inconcebível” e são “as imagens do passado” que “legitimam geralmente a ordem social presente” (Connerton, 1993: 3 e 7). É certo que “a memória precisa de acção e da sua repetição para permanecer viva e actual”, e também em Telheiras, como “nos

¹¹⁸ http://www.ecadequeiros.web.pt/CCEQ_Quem%20somos.htm, consultado em 16 de Agosto de 2007.

campos Mapuche¹¹⁹, cada vez há menos gente com quem recordar” (Silva Pereira, 2000: 59), pelo menos daqueles que, realmente, viveram na aldeia que era Telheiras, e que hoje é o Núcleo Antigo, remodelado e vendido em concurso público a mais um punhado de indivíduos vindos de fora. Mas a tradição começou a desaparecer, antes de serem desalojados os velhos moradores da Telheiras rural e os que, entretanto, chegaram ao «bairro» não se podem lembrar do que nem eles, nem os seus antepassados viveram.

FIG 14



Legenda: Logótipo do Centro Cultural de Telheiras- Não é, seguramente, por acaso que o símbolo do Centro Cultural de Telheiras é uma chave. A *Chave da Porta do Céu* (Fonte: Cadernos Culturais, N.1)

Há muitos anos já que se não celebram em Telheiras as festas da Senhora da Porta do Céu, ou do Senhor Jesus da Boa Morte; quase desapareceu a Fé, enquanto expressão cultural vivida localmente, e, “quebrados os ritos, quebrada a celebração dos ritos, ausente a sua repetição, quebrou-se também a continuidade com o passado” (Connerton, *ibidem*). Para “inventar” o «bairro», para tecer os laços que fortaleçam a «comunidade» que, aos poucos, emerge em Telheiras é preciso um acto de apropriação, de transferência da memória, que torne possível, aos que lá vivem agora, “recordar” em conjunto. E para

¹¹⁹ Os Mapuche são um povo indígena do Chile meridional, uma cultura minoritária, sem escrita, que já estava no território quando os espanhóis lá chegaram, no século XVI. O nome Mapuche, na língua indígena sem plural, significa gente (**mapu**) da terra (**che**).

Uma Aldeia na Cidade...

isso, o Centro Cultural de Telheiras é um agente que faz no *campo* um investimento significativo.

Parte 2

OS AGENTES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO «BAIRRO»

■ O Relatório do NEUT – Telheiras, um “valor-signo”.

O estudo sobre os *Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras*, realizado pelo Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais – NEUT, do ISCTE, com a colaboração do Núcleo de Arquitectura do Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC, sob a coordenação de Fonseca Ferreira e concluído em 1989¹²⁰, tem para este trabalho uma significativa pertinência. Em primeiro lugar, porque evidencia que a intervenção urbanística em Telheiras, a cargo da EPUL, foi concebida tendo como objectivo produzir um «bairro»; em segundo lugar, porque demonstra que esse «bairro» foi pensado para um território específico, com fronteiras precisas, claramente estabelecidas e, no plano propriamente físico, geográfico, dificilmente ultrapassáveis; em terceiro lugar porque deixa claro que a esse território acorreram indivíduos, cujo perfil favorecia e desfavorecia, a um tempo, a construção social vivida desse mesmo «bairro», embora estivessem disponíveis para conceptualmente, encarar o lugar desse modo.

A questão das fronteiras territoriais, então, é absolutamente decisiva. Não colhe falar de um «território retórico» como *coisa* real por dentro, se a sua existência decorre da apriorística construção de um território físico, que lhe deu origem, como *coisa* real por fora. Pelo contrário, a evidência de um «território retórico», como aqui é entendido, implica, para a hipótese poder ter validade, mais do que a inexistência de fronteiras, a sua superação. O “Relatório NEUT, 1989” concorre para a prova de que essas fronteiras foram superadas no terreno, porque mostra que elas existiam à partida e dá, ao mesmo tempo, um contributo forte para a percepção do processo dessa superação. Daí que se aprofunde agora esse estudo, como um contributo na busca dos modos sociais como, no caso concreto de Telheiras, se produz um «bairro» e como pode ele ser caracterizado, assim dando o primeiro passo para, como recomenda Augé (2001: 13 e 14), procurar “entreabrir” a palavra «Telheiras», tentar traduzi-la para “fazer sair os pensamentos que abriga”.

¹²⁰ Já referido de modo breve nas páginas 24 e 25 deste trabalho. De futuro, e porque o estudo realizado pelo NEUT não foi editado em livro, referir-se-á este documento como “Relatório NEUT, 1989”.

Como o “Relatório NEUT, 1989” refere, o Plano Director de Lisboa, concluído em 1967, “prescrevia Telheiras como uma das unidades autónomas de urbanização, ‘encravada’, como já se viu, num triângulo de vias rápidas, constituído pela 2ª circular, a Avª Padre Cruz e a via rápida Norte/Sul” (Relatório NEUT, 1989: 26), precisamente a Avenida Norton Matos; embora ainda sem estudo nem Plano de Urbanização, aquilo a que se chamava «Telheiras» tinha já limites precisos, fronteiras claras, marcando um território com cerca de 80 hectares. No “Plano Otam”¹²¹ mantêm-se essas fronteiras ao consagrar-se “o ‘fechamento’ do bairro sobre si próprio, dado o ‘corte’ que as três vias rápidas que o enquadram, estabeleciam como zonas limítrofes” (Idem, 22).

Contudo, por dificuldades de diversa ordem vividas pela Câmara, o “Plano OTAM” não passou à prática e o Município decidiu “proceder à urbanização dentro dos moldes tradicionais”, o que acabou por desaguar na constituição da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL, em 1971 e, logo no ano seguinte, na revisão do “Plano OTAM”, de que foram encarregados os arquitectos Vieira de Almeida e Augusto Pita, chefiando uma equipa de técnicos da EPUL. Nesta última revisão, que orientou a intervenção da EPUL em Telheiras, o «Triângulo» mantinha-se e o seu “fechamento” era reforçado, “na delimitação do bairro”, por “barreiras de prédios mais elevados” (Idem: 54) mas configurava agora um terreno em que a intervenção urbanística era orientada por “dois objectivos fundamentais: fomentar uma ‘vida colectiva intensa’ e realizar em Telheiras a miscegenização social”, o que se reflectia, em termos da unidade residencial projectada, ao nível de “uma forte preocupação em fomentar a sociabilidade entre os utentes”, bem como na “transparência dos edifícios” e num “cuidado grau de tratamento das respectivas envolventes” (Idem: 27 e 28).

No Plano, elaborado pela equipa chefiada pelos dois arquitectos, era “perceptível uma proposta de espaço social bem definida, proporcionando uma vida colectiva intensa,

¹²¹ “Plano de Urbanização da Unidade de Ordenamento de Telheiras” encomendado pela Câmara Municipal de Lisboa à filial a uma empresa francesa, a Interlande – Sociedade de Estudos e Programações, Lda que, por sua vez, recorreu aos serviços da Omnium Technique d’Aménagement – OTAM; o resultado final da encomenda foi o “Plano OTAM”, elaborado pelo arquitecto francês Gilles O’Callaghan e aprovado pela Câmara em 1970, mas que não viria a ser concretizado na prática.

provocando o interconhecimento e a convivialidade”, bem como a integração da urbanização na cidade, através de uma imagem e uma identidade próprias” (Idem: 29).

“A sociabilidade e a ‘troca’ são pressupostos da vida urbana genericamente assumidos pelos projectistas, condenando as soluções urbanísticas que remetem para um certo isolamento” e acreditando “no poder das formas espaciais para influenciarem os modos de vida”. (Idem: 29 e 41). Portanto, Telheiras nasce num quadro em que o “incentivo à sociabilidade urbana é preocupação primeira dos projectistas”, que acreditam “no poder da arquitectura para influenciar os valores e as práticas habitacionais”, com vista a “fomentar o ‘encontro’, a comunicação e o relacionamento” (Idem: 49).

De facto, “Enquanto construção social, a forma habitacional construída distribui espacialmente características e qualidades, oportunidades e constrangimentos; propõe regras de uso e recursos de ocupação; promove a classificação de actividades e de tempos; favorece permanências e acessos; potencia exclusões”, como sublinha Nunes, J. P. S.¹²². Porque, os edifícios e os espaços “propõem uma ordem urbana e uma ordem social”; o que remete para a “construção social das populações.”¹²³ A “escolha de um destino habitacional raramente se realiza de forma livre, ou seja, diferentes distribuições de recursos são mobilizadas na formação da capacidade de escolha de um destino habitacional”¹²⁴; ao fazer casas com um dado aspecto, a um dado preço, promovidas de uma dada forma, a EPUL condiciona quem vem e quem não pode, ou não quer, vir para Telheiras. Condicionamento esse que se exerce também quando, com a habitação, se fornecem, ou não, escolas, jardins, espaços para a prática desportiva, lugares reservados para associações ou centros culturais, equipamentos de cultura, espaços de sociabilidades... E o desenho interior da casa, a sua área, a articulação dos seus espaços, condiciona igualmente a forma como se vive mais no interior da casa, ou mais na rua e é mais ou menos facilitadora da produção social do «bairro».

¹²² Nunes, J. P. S. (2003), “Estratégias Arquitectónicas, Tácticas Habitacionais”, pp. 103-117, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. E Costa, A. F. (2003). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

Ora, os arquitectos da EPUL, com o «desenho» de Telheiras, apontavam também para uma identidade própria do «bairro», situada “entre a cidade dita ‘tradicional’ e a cidade jardim” (Idem: 54) A essa identidade urbanística, produzida pela imagem arquitectónica do «bairro» – apesar de ser patente um cunho personalizado dos projectos das diferentes urbanizações que iam nascendo em Telheiras, criadas por diferentes arquitectos da EPUL¹²⁵ – viria a corresponder uma homogeneidade social da sua população, também ela geradora de identidade.

Com efeito, o “Relatório Neut, 1989” caracteriza os moradores de Telheiras como “uma população jovem, em fase de sedimentação da vida familiar e profissional” (70,1% tinham, no máximo, 40 anos), que apresenta “traços específicos, característicos de grupos sociais de estatuto social elevado”, médio-alto ou superior, em que predominam profissões científicas e técnicas, um nível elevado de instrução (60,9% dos inquiridos pelos investigadores possuíam um curso superior), e “uma forte inserção da mulher no mercado de trabalho”; em Telheiras, em 1989, apenas 2,5% das mulheres eram domésticas (Idem: 74). Essa homogeneidade, porém, se deixava perceber nos moradores de Telheiras uma mobilidade social ascendente em relação aos pais, não existia no que dizia respeito à origem geográfica e social; embora predominassem “os naturais do exterior do concelho de Lisboa” (60%), eles vinham “de quase todos os distritos do país”, e apesar de, também entre estes, a origem urbana ser dominante, essa exterioridade a Lisboa imprimia neles “um cunho ‘rural’ ao ‘habitus’ habitacional interiorizado” (idem: 87), o que significava que Telheiras apresentava um forte *Índice de Vitalidade Urbana*¹²⁶.

¹²⁵ “Tratava-se de criar uma linguagem que pudesse transmitir a gama de intenções do Plano, sem rigidificar nem reduzir demasiadamente o leque de hipóteses de soluções, deixando ampla margem de liberdade aos arquitectos intervenientes, mas reservando no entanto para a EPUL, o indispensável controlo global (...) em termos de uma coordenação e articulação do espaço exterior que teria de ser elaborado simultaneamente com os projectos de volumes edificados”. Por outro lado, “em todos os edifícios foi deixada uma margem de liberdade em termos de ocupação, margem que se designou por **área de maneo** e que constituía uma reserva que permitiria ao projectista individual desenvolver mais amplamente o seu trabalho, sem pôr em causa a estrutura comum do que se pretendia”. Augusto Pita, “Telheiras Sul. Plano de Pormenor”, in *arquitectura*, revista de Arquitectura. Planeamento. Design. Construção. Equipamento., Ano II (4ª Série) Nº 137, Julho/Agosto, 1980

¹²⁶ O *Índice de Vitalidade Urbana* é um indicador, ligado às noções de revitalização da cidade, utilizado pelo diagnóstico sócio-urbanístico, “que procura mostrar os sinais de dinamismo social e urbano, na ocupação e na vivência urbana de cada área da cidade”. Esse indicador conjuga quatro componentes: 1) a

Mas eram todos “urbanitas”, vinham para Telheiras que entendiam “como local desejável para morar”, cedendo ao apelo feito pela centralidade do «bairro», próximo do seu local de trabalho e de equipamentos e serviços disponíveis na cidade; pela “acessibilidade do custo das casas” e pelas suas características morfológicas, a que atribuíam uma identidade própria positiva (Idem: 93). O “Relatório NEUT, 1989” (p. 104) mostra que “O peso colectivo da identidade espacial de Telheiras é um factor essencial da construção da identidade social dos seus moradores e do estabelecimento de formas de comunicação entre os residentes”. E sustenta que, “Ainda que não sedimentada, a identidade de Telheiras parece começar para alguns a reunir um conjunto de características que tornarão o bairro semelhante aos bairros tradicionais, com uma identidade própria”. Telheiras tinha sido concebida e erguida como um «bairro» e boa parte dos seus moradores encarava-a já desse modo.

Porém, esse «bairro» era pouco vivido. A população de Telheiras, estudada pelos investigadores do NEUT, saía de casa, todos os dias de manhã, para ir trabalhar fora do «bairro» e voltava apenas pelas 18/19.00 H e, nos tempos livres, desenvolvia “relações mais de tipo ‘cosmopolita’ que local”, já que mantinha relações com amigos fora do bairro e cultivava pouco as relações de vizinhança, embora as considerasse muito importantes e existisse “um contacto recíproco entre os vizinhos para a resolução de pequenos problemas do dia a dia”; Costa, A. F. (2003) lembra, a este propósito, o Sul do Reino Unido em que “Crow, Allan e Summers (2002) mostram como as relações de vizinhança e os contextos de bairro, estando em mudança no sentido de uma maior margem de manobra dos indivíduos relativamente ao controlo social local, não deixam por isso de constituir parâmetros decisivos dos estilos de vida urbanos actuais”¹²⁷ Seja como for, os novos habitantes de Telheiras mantinham entre si “relações

densidade residencial, residentes por hectare; 2) rejuvenescimento populacional: proporção dos residentes com menos de 25 anos, face ao total de residentes; 3) a capacidade de atracção residencial de cada área urbana, dada pela percentagem de novos residentes vindos de outros concelhos; 4) a qualificação académica dos residentes, pelo menos ensino secundário completo ou um nível de escolaridade superior, face ao total de residentes [conf. Seixas, J. E Caria, H. (2004). *Planeamento. Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa. Uma perspectiva censitária 2001*. Vol. 4, p. 120. Lisboa: CML.]

¹²⁷ Costa, A. F. (2003), “Estilos de Sociabilidade”, pp. 121-129, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. E Costa, A. F. (2003). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.

fundamentalmente funcionais, de inter-ajuda em situações concretas”, e “estabelecidas de forma espontânea e não expressamente construídas” (Idem: pp. 114, 115 e 116). Por outro lado, na sua maioria (77,7%), estes moradores sentiam a necessidade de mais divisões na casa e, por isso, a mudança de residência estava no seu horizonte; sonhavam também com a aquisição de uma segunda habitação, fora de Telheiras e, enquanto não a possuíam, utilizavam moradias de familiares, no campo ou na praia, em locais relativamente afastados de Lisboa. À partida, não se tratava de uma população que tivesse vindo para ficar, ou que pretendesse viver as sociabilidades de «bairro» de uma forma intensa e estruturada, o que não favorecia a produção de uma identidade bairrista forte. Mas nem todos os que moravam em Telheiras tinham este posicionamento.

Para além da oferta de casas erguidas pela EPUL, havia no «bairro» uma cooperativa de habitação e prédios de promoção privada. A homogeneidade da população, mantinha-se no que diz respeito à cooperativa mas isso não acontecia com os moradores dos edifícios construídos por promotores privados. Estes últimos tinham menor estatuto social, trabalhavam na área de serviços, desempenhando profissões “de cunho mais técnico-administrativo e menos intelectual”, com um nível de escolaridade “ligeiramente inferior”, embora elevado (Idem: 185); e, ao contrário de muitos dos outros, estavam em Telheiras para ficar.

Apesar da existência deste últimos, o “Relatório Neut, 1989” (p. 221) conclui que a população de Telheiras “parece indiciar um novo modo de vida urbano, comandado pela ‘necessidade’ de uma diferente articulação entre a lógica produtiva e reprodutiva que passa, em primeiro lugar, por uma aproximação geográfica dos espaços ‘socialmente necessários’ mas que termina na concretização de uma reelaboração temporal da vida quotidiana”, que contribuía para que as componentes do processo que conduziu à “desagregação do bairro urbano enquanto realidade material e fundamento primário da identidade colectiva”, ao “desenraizamento do bairro e no bairro” (...) parecessem “adaptar-se particularmente ao perfil social da população residente em Telheiras” (Idem: 224). Porém, não acontecia assim.

O “Relatório Neut, 1989” (p. 225) constata que “a noção de bairro sobrevive no campo das representações dos habitantes de Telheiras e manifesta-se quer pela importância

atribuída à noção de espaço habitacional quer pela acentuada valorização das suas componentes sociais e urbanísticas”. Talvez porque, “Perante uma certa uniformização do habitat e dos modos de vida, o espaço habitacional passa a ter uma importância fundamental na leitura das relações sociais e na afirmação/reconhecimento do estatuto social”. E também porque “a imagem de Telheiras surge como uma identidade arquitectónica que combate o anonimato, no sentido individual (relações inter-pessoais) e social”. “A grande homogeneidade social dos habitantes de Telheiras, formando uma ‘elite’ social e cultural, converte este espaço num espaço socialmente segregado, característica não só altamente apreciada, como percebida enquanto factor privilegiado de identidade do bairro. Identidade que assegura e promove aos seus residentes o reconhecimento do seu estatuto social constituindo a marca decisiva a partir da qual se constrói a noção de bairro”. (Idem: 227).

Ou seja, e é ainda o “Relatório Neut, 1989” (p. 228) que o admite, em Telheiras “a identidade colectiva de bairro parece não passar tanto pela construção do tecido afectivo de relações locais”, que, não obstante, são valorizadas no plano afectivo, mas pela identidade fornecida pela homogeneidade social”. Telheiras possui, enquanto «bairro», um “valor de uso”, mas possui igualmente “um valor-signo, enquanto espaço de reconhecimento e identidade, de afirmação e preservação de estatuto social”. O que aqui se sustenta, neste estudo de caso, é que esse valor-signo se concentra no vocábulo «Telheiras», tornando-o rico de significado¹²⁸, e capaz de transportar (como transportou e transporta) para o futuro, galgando as fronteiras físicas de um «bairro» propositadamente concebido para o ser, no «enclausuramento» de três vias rápidas, que o haveriam de conter dentro dos limites e não contiveram¹²⁹.

¹²⁸ Dando-lhe o “conteúdo semântico muito rico” que Jakobson (1976) reconhece a “Nevermore”, única palavra dita pelo corvo, no poema de Poe.

¹²⁹ Em Março de 2004, Telmo Carrapa, director de projecto da agência de comunicação da EPUL, a IPSIS, ouvido no âmbito desta investigação, dizia: “A ‘nossa Telheiras’, a Telheiras da EPUL, é a do triângulo. Mas há uma ausência de percepção, Telheiras não tem uma definição geográfica; é muito complicado dizer onde começa e acaba Telheiras. Telefonam-me jornalistas por causa de coisas que acontecem do outro lado da Segunda Circular, por vezes até do Campo Grande, pensando que aí também é Telheiras. Até a zona da Luz e da Loja do Cidadão das Laranjeiras, já me foram referidas como sendo Telheiras. É uma grande confusão. Acho estranho ouvir gente que mora em Carnide, dizer que vive em Telheiras”. A Telheiras da EPUL não continha a pertença ao «bairro», tal como era pensada e sentida pelos moradores da zona.

Diz Giddens (1994: 48) que “A identidade de uma pessoa não se encontra no comportamento, nem – por muito importantes que o sejam – nas reacções dos outros, mas na capacidade de manter a continuidade de uma narrativa”. Viver em Telheiras permite essa continuidade, de uma forma positiva. Porque, como sustenta Salgueiro, T. B. (2001: 183 e 184), hoje, “uma posição privilegiada corresponde àquela que garante o acesso a maior número de bens e por isso, o vestuário, o automóvel, o padrão de férias contribuem para caracterizar o nível social de cada um. A transformação do alojamento em mercadoria permitiu que ele se convertesse em símbolo decisivo desse estatuto”, conferindo-lhe um valor simbólico que se estende “ao espaço, ao bairro onde ele se localiza e, por isso, o conhecimento da morada dá referências sobre a posição social dos indivíduos que procuram obter as localizações que consideram condignas”. Morar em Telheiras é um símbolo da posição social dos residentes, confere estatuto, é, por isso, um elemento enriquecedor de uma narrativa pessoal.

■ ***Criar cidade, «inventar Telheiras» – A Comunicação institucional da EPUL.***

A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL construía Telheiras nas melhores condições, na medida em que controlava totalmente a intervenção urbanística – plano, projecto, implementação do projecto. E produzia também a «comunicação institucional»¹³⁰ sobre o empreendimento, consolidando-o como uma “marca” com uma “imagem” positiva, facilitadora do sucesso comercial. Como sustenta Giddens (1996: 34) “a produção de significado dos actos comunicativos é, assim como a produção da sociedade que ela decalca, uma realização engenhosa dos actores”; a EPUL possuía esse engenho. “Telheiras” vendia-se, e vende-se ainda hoje, a bom ritmo.

A EPUL não guardou os documentos que pudessem constituir um «histórico» dessa «comunicação institucional». Em Março de 2004, Lourenço Botelho de Sousa, assessor da Direcção da EPUL, dizia que a empresa não tinha esses materiais em arquivo e que o melhor era falar com a agência de comunicação que trabalhava com eles, a IPSIS¹³¹. A

¹³⁰ Entende-se aqui «comunicação institucional» como o conjunto dos produtos publicitários, de marketing e de relações públicas, designadamente: anúncios publicitários, folhetos, mailings e vídeos promocionais.

¹³¹ A IPSIS começou a trabalhar com a EPUL em 2002; essa colaboração acabou em 2007.

diligência aconselhada foi realizada sem sucesso. Telmo Carrapa, director de projecto da IPSIS, afirmava que não tinham esse «histórico» porque, embora o tivessem pedido, a EPUL dissera-lhes não o ter. “Fazia-nos falta porque Telheiras é uma zona emblemática da actividade da EPUL”, confessava Telmo Carrapa, “mas penso que se foi perdendo de uma Direcção da EPUL para outra”.

Contudo, esse «histórico» comunicacional da EPUL, se tinha algum interesse para o investigador, não era o seu objectivo analítico. O que interessava analisar, era a imagem emblemática dentro da imagem emblemática, o conceito utilizado pela EPUL verdadeiramente produtor de sentido, centrava-se no Núcleo Antigo de Telheiras – NAT, a antiga aldeia, porque, como sustenta Augé (1998: 19) “O passado recriado é o grande Outro histórico, por referência ao qual se pode afirmar uma identidade presente”; e também porque “A própria referência ao passado é um acto de criação e, se se quiser, de mobilização” (Augé, 1998 :25). Em Telheiras, a aldeia é esse passado recriado, produtor de mobilização, apropriado pelos moradores do «bairro» como “a expressão de uma memória colectiva que liga o grupo” (Augé, 2001: 14). A EPUL e os seus arquitectos projectistas sabiam-no bem; por isso, foi “preocupação dominante no desenvolvimento do estudo¹³² o aproveitar de maneira viva e não museológica o núcleo chamado Telheiras-Velho¹³³ como embrião de uma vida já existente, o que muito para além da qualidade em si mesma da arquitectura, que pode ser discutível, permite enraizar Telheiras com uma situação completamente nova nas expansões recentes de Lisboa”¹³⁴. De resto, “A reabilitação e revitalização da antiga aldeia de Telheiras”, considerada como “o coração do empreendimento, polo de animação e irradiação de vida urbana” era já um propósito que vinha detrás, do próprio Plano OTAM, como se refere no “Relatório NEUT, 1989” (p. 21).

¹³² Revisão do “Plano OTAM”, de que foram encarregados os arquitectos Vieira de Almeida e Augusto Pita, como atrás referido.

¹³³ Também chamado “Núcleo Antigo de Telheiras; NAT; Aldeia de Telheiras.

¹³⁴ Augusto Pita, (1980) “Telheiras Sul. Plano de Pormenor”, in *arquitectura*, revista de Arquitectura. Planeamento. Design. Construção. Equipamento., Ano II (4ª Série) N° 137, Julho/Agosto, 1980.

Em Setembro de 1993, a EPUL tentava, pela primeira vez, avançar com a urbanização da Aldeia de Telheiras, transformando-a num centro de animação do «bairro», com “a venda de lotes de terreno destinados à instalação de restaurantes, cafés, esplanadas, bares e actividades complementares”¹³⁵. Na capa do folheto promocional, então lançado pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, perguntava-se: “Sabia que existe uma aldeia na cidade?” Tratava-se de uma pergunta retórica, que não se destinava a obter resposta, e não obtinha, de facto; mas convidava-se à acção: “Valorize-a adquirindo um Restaurante ou Bar”. No texto do mesmo folheto, argumentava-se: “Telheiras tem vindo a afirmar-se como um dos mais importantes pólos de desenvolvimento da Cidade de Lisboa, com uma dinâmica de crescimento fortemente caracterizada por uma invulgar qualidade urbanística.” Mais adiante, enquadrava-se a “aldeia”, argumentando mais uma vez. Desta feita, sustentava-se que “O Núcleo Antigo de Telheiras, através de uma cuidada recuperação e tratamento de edifícios, constituirá um conjunto quase exclusivamente reservado a peões, com uma componente comercial, cultural e de serviço, com características raras a nível da cidade”. E juntava-se-lhe mais valias: “Este conjunto de unidades situa-se próximo da futura estação do Metropolitano de Telheiras, no centro de uma zona em crescimento, onde habitam já uns milhares de famílias, com elevado poder de compra, tendo uma importante área de influência directa (Telheiras, carrefour, Parque dos Príncipes, Terraços de S. Paulo, Torres de Lisboa, Estádios do Sporting e do Benfica, Centro Colombo, Alameda/Lumiar, Benfica), bem como excelentes ligações viárias a partir do Eixo Norte/Sul, da 2ª circular e da Av. Padre Cruz”. A conclusão final, patente neste suporte impresso, promocional da comercialização da urbanização da Aldeia de Telheiras, editado pela EPUL, era óbvia – tratava-se de “uma oportunidade única para investidores interessados na exploração dos espaços a recuperar e na valorização imobiliária”.

No anúncio publicado na imprensa, e abaixo reproduzido, a EPUL fazia apelo à historicidade e nobreza do lugar, para acentuar “a tradição da Quinta de S. Vicente (...) mantida através do requinte da boa mesa e do alegre convívio” e que a mesma EPUL

¹³⁵ Conforme texto de anúncio publicado no jornal *Expresso*, de 18 de Setembro de 1993, que se reproduz na Fig. 15.

“vai devolver (...) à população de Telheiras e da Cidade de Lisboa, na prossecução de um dos seus principais objectivos – construir o novo sem destruir a memória”.

FIG 15



Sabia que existe uma aldeia na cidade ?

Valorize-a adquirindo um Restaurante ou Bar

Concurso Público para Venda de Lotes de Terreno

Núcleo antigo de Telheiras
As referências contidas nas «Memórias Paroquiais de Lisboa» de 1758 caracterizam este lugar como um conjunto de propriedades agrícolas, incluindo ainda residências de veraneio e recolhimento da nobreza de Lisboa.

Quinta de S. Vicente
Remontando ao SÉC. XVIII, a Quinta de S. Vicente afirmou-se como o principal núcleo de progresso de Telheiras, então um subúrbio da cidade de Lisboa.
Ali mesmo, junto ao Convento de N.ª S.ª das Portas do Céu, desenvolveram-se actividades — do artesanato ao vinho — que lhe trouxeram notoriedade, muito particularmente pela sua prestigiada gastronomia.

Até recentemente, a tradição da Quinta de S. Vicente foi mantida através do requinte da boa mesa e do alegre convívio.
Porque a EPUL respeita e preserva os valores históricos da capital, vai devolver a Quinta de S. Vicente à população de Telheiras e da Cidade de Lisboa, na prossecução de um dos seus principais objectivos — construir o novo sem destruir a memória.

A EPUL convida
Assim, a EPUL convida todos os interessados a participar no Concurso Público para venda de Lotes de Terreno destinados à instalação de restaurantes, cafés, esplanadas, bares e actividades complementares, que decorre até ao dia 18 de Outubro de 1993, no âmbito da recuperação da Quinta de S. Vicente e do Núcleo Antigo de Telheiras.

As condições do Concurso Público poderão ser obtidas na Direcção de Marketing.
Com a EPUL... Para reencontrar a cidade.

EPUL
Empresa Pública de Urbanização de Lisboa
Alameda das Linhas de Torres, 198 - 1700 LISBOA
Tels : 757 60 70 - 757 30 93 — Fax: 757 71 12

Legenda: Anúncio para venda da aldeia de Telheiras - anúncio publicado pela EPUL, no jornal *Expresso*, edição de 18 de Setembro de 1993 (Fonte: Jornal *Expresso*)

A «comunicação institucional» apresentava, pois, a Telheiras da EPUL como “um dos mais importantes pólos de desenvolvimento da Cidade”, possuidor de “uma dinâmica de crescimento, fortemente caracterizada por uma invulgar qualidade urbanística”. E “no centro” desse contexto urbano, “onde habitam já uns milhares de famílias, com elevado poder de compra”, erguia-se uma aldeia, um “Núcleo Antigo”, onde a história e a tradição eram patentes, e que ia ser devolvido à cidade e aos moradores. Não era exactamente assim, a qualidade urbanística, em boa parte dos edifícios, deixava a desejar e a aldeia já o não era e muito menos havia patente qualquer tipo de tradição, mesmo que o convento e a igreja fossem um testemunho histórico.

Tratava-se, isso sim, de construir uma imagem com a aparência de ser realidade, recorrendo à “dimensão do convencer” (Breton, P., 2001: 30), o que remete para o acto de “manipular” (Op. Cit.: 22). “No acto de manipulação, a mensagem é concebida – quer na sua dimensão cognitiva quer na sua forma afectiva – para iludir, induzir em erro, fazer crer no que é falso”. (Idem: 29) Embora a isso não possa ser reduzida, a manipulação remete para a “dimensão «irracional» ou «afectiva» da comunicação” (Idem: 83) porque joga com os afectos”. Mela, A. (1999: 144), referindo-se à “dimensão simbólica da cidade e à relação entre simbolismo urbano e a identidade social”, lembra que “Esses símbolos exprimem-se tanto nas estruturas físicas (ruas, praças e monumentos) como nos modos de vida, cerimónias, rituais da vida urbana, ou ainda nas imagens e discursos que falam da cidade”, como “nas técnicas de marketing que os peritos de comunicação social empregam para «promover» um centro urbano”.

Mas desta vez, a promoção da EPUL não resultou, o seu discurso não convenceu; não houve “investidores interessados”. Vale a pena lembrar, a propósito, Bourdieu, quando sustenta (1989: 117) que o “efeito de conhecimento” produzido por um discurso não depende “apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém”, está também “fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo, assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum”.

Foi preciso esperar quase dez anos, para que a EPUL voltasse à carga com a recuperação e consequente comercialização do Núcleo Antigo de Telheiras. Desta feita, mantendo-se embora o *topoi*¹³⁶ “Construir o Novo Sem Destruir a Memória”, subjazia-lhe um outro “Criar Cidade para a Vida das Pessoas”. Da «comunicação institucional» produzida pela EPUL, ao serviço deste segunda momento de comercialização do «Núcleo Antigo de Telheiras», agora centrado já não na ideia de polo de animação e passeio público do «bairro» mas em habitação de qualidade, analisam-se três peças: um Folheto, um Dossier Informativo e uma “Nota à Comunicação Social”.

¹³⁶ Entende-se «topoi» como “pontos de vista, lugares comuns, princípios argumentativos, pressupostos, fundamentos, que consistem já numa interpretação do mundo e têm uma força persuasiva”, tal como o conceito é definido por Martins, M. L. “O ponto de vista argumentativo da comunicação”, in <http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-moises-lemos-argumentativo.html>, consultado em 22.08.07.

O folheto, 12 páginas sob um fundo verde, é marcadamente promocional. Na capa, aparecem o símbolo gráfico do empreendimento e o título: “Aldeia de Telheiras”; ainda na capa, em baixo, a frase: “Um investimento no sossego” O folheto é ocupado, sobretudo, com imagens, desenhos e fotos, mas, ainda assim, vale a pena fixar o texto da página 3 – “Envolvida por um amplo jardim e a poucos minutos do Metropolitano, num agradável compromisso entre o passado e o futuro, a Aldeia de Telheiras contrasta com a vida da cidade e é o reencontro com o ambiente das antigas aldeias que tornejavam Lisboa”¹³⁷.

Na “Nota à Comunicação Social”, datada de Lisboa, 18 de Novembro de 2002, com o título “EPUL comercializa Aldeia de Telheiras”, dá-se conta de que a empresa “iniciou a comercialização da Aldeia de Telheiras, que representa um total de 16 moradias, localizadas no centro histórico de Telheiras”. Afirma-se mais, tal como se argumenta no folheto, que “A Aldeia de Telheiras é um compromisso entre o passado e o futuro, sendo o reencontro com o ambiente das antigas aldeias que tornejavam Lisboa”. E, após o subtítulo “Criar Cidade para a Vida das Pessoas”, na mesma “Nota à Comunicação Social”, «informa-se» os *media* que “A EPUL prossegue com o lançamento de uma nova etapa de desenvolvimento urbanísticos e imobiliário, concretizando uma nova visão de Criar Cidade para a Vida das Pessoas, assente no conceito de Bairro, espaço de vida própria, com serviços integrados, onde seja agradável viver ou trabalhar e onde todos possam resolver as suas necessidades diárias”.

Criar cidade para a vida das pessoas

O «Dossier Informativo» da EPUL, também de Novembro de 2002, tem 17 páginas profusamente ilustradas, com 41 imagens e uma informação mais abrangente, porque não se restringe à “Aldeia de Telheiras”; sintetisa a intervenção da EPUL no «bairro» e foca outros empreendimentos urbanísticos, nele localizados. Na Folha 1, surge o título:

¹³⁷ O tipo de casas e os preços conflituam com a ideia de aldeia do senso comum. A nova “Aldeia de Telheiras” tem 16 moradias, com área entre os 214 m² e os 439 m², com o preço mínimo base de licitação, para a moradia mais «modesta», de 425.900 euros; a mais cara tem um preço base de licitação de 792.000 euros...

“Telheiras. Criar Cidade para a Vida das Pessoas”, que se repete em todas as 17 páginas, no canto direito superior. Igualmente, cada uma das folhas tem a «assinatura»: “Criar Cidade No Século XXI”, acompanhado do logotipo da EPUL. Na folha 2 está o mapa do «Triângulo», legendado com informações detalhadas sobre a intervenção da EPUL em Telheiras, em termos gerais: “área de intervenção delimitada pelo Eixo Norte-Sul, Av. Padre Cruz e 2ª Circular; 84 hectares de área de implantação; 4.800 fogos; 12.000 habitantes (2,5 hab./fogo); área Bruta de construção de 600.000 m²; índice de implantação da construção = 0,14 m² por m²; área de construção por área de terreno = 0,72 m² por m²; investimento de 450.000.000 Euros”. Na folha 3 refere-se o “conceito” da intervenção da EPUL, em Telheiras: “Urbanização residencial com reduzida volumetria, integrando áreas comerciais, escritórios e equipamentos de apoio, com espaços verdes e de lazer, marcando uma significativa diferença de qualidade urbana face às áreas envolventes” e o “índice de construção (...) 0,72 m² de construção por m² de terreno”. Estabelece-se, ainda, a comparação com “a área envolvente à zona de intervenção da EPUL”, onde “o PDM permite o índice de 2,0 m²/m²”, para concluir que a “qualidade urbanística de Telheiras, identificada com a EPUL, foi percebida pelo mercado imobiliário, que passou a designar por Telheiras toda a zona envolvente, estranha à área de intervenção da EPUL, nomeadamente a Sul da 2ª circular e a Poente do Eixo Norte-Sul.”

A folha 4 é dedicada a “Um bairro com integração de diferentes classes sociais e económicas”, e nela faz-se referência à “EPUL Jovem”, à habitação social, à habitação para o mercado livre; às lojas comerciais e aos escritórios construídos pela EPUL, tudo isto com “localização e acessos centrais” perto do Centro da cidade, junto das principais saídas de Lisboa, próximo do Aeroporto, Hospital de Santa Maria, Cidade Universitária e complexos desportivos do Sporting e Benfica. A folha 5 refere-se a “Um bairro com equipamentos públicos colectivos” e são referidos o Centro de Dia, os jardins de infância de Telheiras Sul e de Telheiras Norte; as duas escolas do Ensino Básico, os dois colégios privados, o complexo desportivo “Clube Faia”, a esquadra de polícia de Telheiras, a Biblioteca Orlando Ribeiro, o Centro de Apoio aos Serviços de Higiene Urbana, a estação de Metropolitano. A folha 6 reúne um título “Telheiras - Um bairro com zonas

verdes e arranjos exteriores cuidados” e 12 fotos, a primeira da pista ciclável existente em Telheiras e as outras 11 de urbanizações com zonas verdes. É só na folha 7 que aparece a referência ao “Núcleo Antigo de Telheiras – Praça Central”¹³⁸. Um plano de integração de espaços e vivências”. Na folha 8 espelha-se o “conceito” – “A urbanização de Telheiras desenvolveu-se a partir da antiga aldeia de Telheiras. Com a conclusão da nova urbanização, a EPUL pretendeu reabilitar esse núcleo antigo através de um projecto urbano que é, na sua essência, uma distribuição de espaços verdes e de lazer que integram o novo e o antigo”. E argumenta-se: “A reabilitação do Núcleo Antigo e o desenvolvimento da Praça Central constituirão uma nova centralidade em Telheiras, focada no novo jardim e dotada de excelentes acessos.” No final da folha, aparece a frase “Núcleo Antigo de Telheiras – Nova Telheiras. Um plano de integração de espaços e vivências.” Na folha 9 há apenas uma aguarela com o desenho do futuro Núcleo Antigo, em planta¹³⁹. Na folha 10 caracteriza-se o projecto em termos de áreas, índice de construção, e equipamentos. Na folha 11 referem-se os “Edifícios abrangidos pela reabilitação”¹⁴⁰. Na folha 12 chama-se a atenção para a existência de “equipamentos complementares da zona residencial” – restauração, centro empresarial, zona comercial (com 52 lojas).

A folha 13 é dedicada a “Um Bairro que também tem a sua Praça Central: 164 apartamentos; 52 lojas; 757 lugares de estacionamento (260 dos quais públicos); Praça Pública com 8.000 m². A folha 14 tem apenas um título “Telheiras – Um Bairro com estacionamentos”. Na folha 15 refere-se esse estacionamento com detalhe¹⁴¹. A folha 16

¹³⁸ A “Praça Central” é “em empreendimento que, pela sua dimensão e características” representa, para a EPUL, “um marco de qualidade na zona de Telheiras”, cujo concurso de aquisição, “por proposta em carta fechada, sobre os preços base de cada tipo de apartamento” decorreu em 2000, entre 26 de Junho e 11 de Setembro.

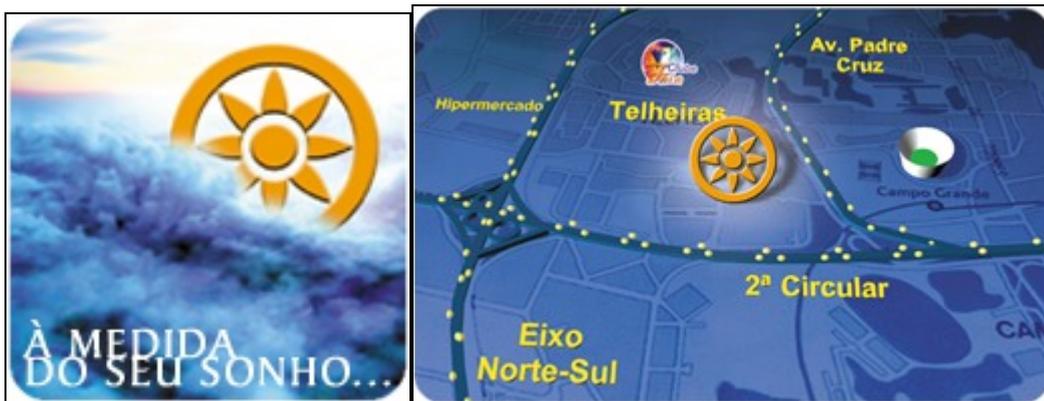
¹³⁹ De notar que o projecto de reabilitação do Núcleo Antigo de Telheiras, que está ser implementado, foi feito por uma arquitecta jovem que cresceu em Telheiras, onde ainda vive, filha de Ana Silva Pinto, uma das fundadoras da Associação de Residentes de Telheiras, e sua primeira presidente.

¹⁴⁰ Solar da Quinta de S. Vicente; Solar da Nora (Biblioteca e Auditório Municipal); Adegas da Quinta de S. Vicente; Igreja Paroquial de N. S. Das Portas do Céu; Antiga Casa do Advogado (Escola de Formação Profissional CML); Conjunto habitacional da Estrada de Telheiras; Palacete da Estrada de Telheiras.

¹⁴¹ Ao todo entre lugares de estacionamento públicos e privados (referentes à habitação), a Praça Central tem, segundo a EPUL, 757 lugares (260 dos quais, públicos). Os edifícios do Núcleo Antigo terão 230 (100 dos quais públicos).

tem apenas o título “Paço do Lumiar” e a 17ª, e última folha, apresenta unicamente a planta da urbanização do Paço do Lumiar.

FIG 16



Legenda: “Praça Central de Telheiras” - O logotipo da “Praça Central”, à esquerda, saindo das núvens, *À medida do seu sonho*, que assim se materializa. No mapa, percebe-se como a “Praça Central”, não é efectivamente central do ponto de vista físico, no que refere à área de intervenção da EPUL em Telheiras, já que foi erguida muito mais perto de um dos vértices do «Triângulo» que do seu centro (Fonte: suporte promocional da EPUL)

A “Praça Central” teve uma promoção cuidada, por parte de EPUL. Para além da referência neste «Dossier Informativo», a Praça Central foi promovida através de *mailing*, folheto, cd-rom, vídeos. Foi apresentada como “um marco de qualidade na zona de Telheiras”; “uma referência de qualidade habitacional e comercial em toda a cidade de Lisboa”; possuidora de um “conceito arquitectónico e urbanístico únicos”; sendo “um local onde lazer, conforto e qualidade de vida são qualidades indissociáveis”; dispondo de apartamentos, construídos com bons materiais e com “qualidade de acabamentos”, “espaçosos e funcionais”, com estacionamento e arrecadações, com lojas e jardim; com ligação privilegiada ao Núcleo Antigo de Telheiras. Ressaltou-se a “ligação directa ao centro da cidade, e a proximidade dos “principais eixos viário que atravessam Lisboa”.

QUADRO 1

Marcas	Qualidades imateriais	Qualidades materiais
EPUL	“Criar Cidade para a Vida das Pessoas”	
	“Criar Cidade No Século XXI”	
	“Referência na área do urbanismo, crescimento e desenvolvimento da cidade de Lisboa”	
TELHEIRAS	“Telheiras – Um bairro”	Reduzida volumetria
		Reduzido índice de construção
		Áreas comerciais
	“Significativa diferença de qualidade urbana”	Equipamentos públicos colectivos
	“Integração de diferentes classes sociais e económicas”	Espaços verdes e de lazer
		Localização e acessos centrais
ALDEIA	O centro histórico de Telheiras	Proximidade de equipamentos-chave
	Espaço de vida própria	Centralidade em relação à cidade
	Uma nova etapa de desenvolvimento urbanísticos e imobiliário	Zonas verdes e arranjos exteriores cuidados
	Onde é agradável viver ou trabalhar	Existência de estacionamento
	Onde todos possam resolver as suas necessidades diárias	Existência de uma Praça Central
	Um investimento no sossego	Tipo e características das moradias
	Um agradável compromisso entre o passado e o futuro	Serviços integrados
	Um contraste com a vida da cidade	Apartamentos espaçosos e funcionais
	O reencontro com o ambiente das antigas aldeias que tornejavam Lisboa	Apartamentos com estacionamento e arrecadações
PRAÇA CENTRAL	Um marco de qualidade na zona de Telheiras	
	Uma referência de qualidade habitacional e comercial em toda a cidade de Lisboa	
	Conceito arquitectónico e urbanístico únicos	
	Lazer, conforto e qualidade de vida como qualidades indissociáveis	
	Ligação privilegiada ao NAT Telheiras	

Legenda: **Discurso da EPUL** - análise de conteúdo do «discurso» da EPUL, tendo por base as qualidades materiais e imateriais que o impregnam.

Analisando a comunicação da EPUL, detalhadamente referida nas páginas anteriores, pode produzir-se um quadro (Quadro 1) que faça relevar as qualidades imateriais, abstractas e as qualidades materiais, que remetem para o concreto das características das urbanizações.

Deixando as segundas, as qualidades materiais, de lado – porque, embora ideológicas (por exemplo, o que é para este “um apartamento espaçoso e funcional” pode não o ser

para aquele) remetem para o concreto¹⁴² – analisemos as que aqui chamamos «qualidades imateriais». Desde a primeira hora, a da revisão do plano OTAM, que a EPUL representa Telheiras como um *bairro* e tudo fez para o construir como tal (veja-se a esse propósito o que já neste trabalho se mostrou do “Relatório NEUT, 1989”); essa representação mantém-se e reforça-se nos suportes de comunicação aqui analisados, em que repetidamente se afirma: “Telheiras é um bairro...”. Mas não é um «bairro» qualquer. É um «bairro» que tem um “centro histórico”, onde é possível o reencontro com o ambiente das antigas aldeias que tornejavam Lisboa (portanto, onde é possível “a nostálgica renovação dos sentimentos comunitários ou identitários.”, de que fala Breton, P. (2001: 167), sem que isso represente um afastamento da modernidade, porque este «bairro» tem uma Praça Central, uma “significativa diferença de qualidade urbana”, uma centralidade/acessibilidade à cidade e aos seus equipamentos-chave, do hospital à Universidade; ora possuir “centralidade em relação à cidade não será, ao mesmo tempo, ser-lhe exterior? Não será uma forma de sub-liminarmente fazer valer para Telheiras a ideia de *aldeia às portas de Lisboa*, mais do que a de um «bairro» de Lisboa?

Um «bairro» que, afinal, é mais do que um «bairro»? Tanto mais que “a qualidade urbanística de Telheiras, identificada com a EPUL, foi percebida pelo mercado imobiliário, que passou a designar por Telheiras toda a zona envolvente, estranha à área de intervenção da EPUL, nomeadamente a Sul da 2ª circular e a Poente do Eixo Norte-

¹⁴² Claro que mesmo as «qualidades materiais» enunciadas pela EPUL escondem o facto do Plano de Pormenor não ter sido cumprido. Por exemplo, os parques de estacionamento de Telheiras, na sua quase totalidade, seriam cobertos, para assim proteger o ambiente e conquistar terreno para jogos de crianças ou para a implementação de extensões arrelvadas, o que não se verificou - Augusto Pita, (1980) “Telheiras Sul. Plano de Pormenor”, in *arquitectura*, revista de Arquitectura. Planeamento. Design. Construção. Equipamento., Ano II (4ª Série) Nº 137, Julho/Agosto, 1980.

Por outro lado, muitos dos edificios construídos pela EPUL nos primeiros anos apresentaram graves problemas de infiltrações, que a empresa tardou em resolver ou não resolveu mesmo; para não falar da “perspectiva crítica” sobre o local onde moram, revelada pelos moradores em edificios da EPUL, e referida no “Relatório NEUT, 1989”. E há ainda o facto do jardim da Praça Central conflitar com as expectativas dos residentes em relação às hortas comunitárias e/ou clube de jardineiros, que haviam de ser implementadas no «bairro» e não foram, caso detalhadamente abordado pela já citada Contumélias, A. (2006). *Um quadrado de Verde na Aldeia de Telheiras. Caso e Metáfora*. Lisboa: Plátano.

Quanto à Praça Central, propriamente dita, Ana Silva Pinto, primeira presidente da ART, que vive hoje num palacete recuperado na antiga Quinta de St’Ana, junto à Praça Central, diz: “A Praça Central parece o Parque das Nações. Acho demasiado. Lembra-te que nós queríamos uma Praça Central com vida activa? Gostava que fosse mais simples”. E, mais adiante na conversa informal, em Janeiro de 2004, “eu sou uma privilegiada, mas não tenho onde estacionar o carro”...

Sul”¹⁴³. Fiel, embora, ao seu «Triângulo», onde substantivou a sua intervenção, a EPUL reconhece que Telheiras lhe escapou e se estendeu para lá das fronteiras do «bairro», o que antes se ficara pelo espartilho de três vias rápidas, demarcadoras de um constrangedor território físico. A imagem de Telheiras e a da Aldeia de Telheiras convivem na produção simbólica de um «bairro» diferente dos outros, e por isso com uma identidade própria, mas com base numa diferença, que confere estatuto e onde apetece viver. “Prepare-se para mudar”, dizia a EPUL, noutra suporte de promoção da venda dos apartamentos da Praça Central. Telheiras é o «bairro» em que se “Constrói o novo conservando a memória, através da construção de espaços pensados em função do público a que se destinam, da identidade cultural e da qualidade de vida que só um planeamento urbanístico integrado pode proporcionar”, como afirma a EPUL num dos seus folhetos promocionais.

Diz (Costa, J., 1992: 16) que “as imagens mentais que regem as condutas (as micro-condutas) dos indivíduos no fluxo do quotidiano mais elementar, por exemplo o consumo, convertem-se em autênticos instrumentos estratégicos com que as organizações influenciam estes vectores da conduta social que são as imagens públicas. Estas ferramentas são imagens instrumentais, quer dizer, que são instrumentalizadas” pelas “empresas em busca da competitividade, quer dizer da sua sobrevivência e do seu triunfo”. (Costa, J., 1992: 16) Pode a EPUL estar a fazer isso mesmo, a produzir uma imagem de Telheiras que conduza ao seu sucesso, enquanto empresa. Telheiras é hoje uma marca e uma marca é simultaneamente signo e significante, uma “imagem mental”; a sua notoriedade vem-lhe dos seus “elementos distintivos (originalidade diferenciadora) e retentivos (força de recordação)”. “Mas o que lhe dá sentido “são os seus atributos de valor”. Em última análise, são eles que promovem e determinam “uma conduta no público” . “A marca converte-se num valor que o público adquire com o produto” (Costa, J., 1992P: 45 e 46).

Mas está também a EPUL a produzir, com a sua argumentação, um «bairro retórico», onde antes já produzira «um bairro físico»; não é, evidentemente, o único actor, mas desempenha, por certo, um dos principais papeis. A EPUL busca o poder simbólico de

¹⁴³ Como se escreve na página 3 do «Dossier Informativo» da EPUL, que vem sendo referido.

impôr uma visão do mundo, “um conhecimento local criado e disseminado através do discurso argumentativo. Estas duas características, o carácter local e o carácter argumentativo são inseparáveis, visto que só pode haver discurso argumentativo dentro de comunidades interpretativas, os auditórios relevantes da retórica” (Santos, 2000: 89 e 90). Sustenta Mela, A. (1999: 146) que “Apesar do carácter quase inconsciente” dos processos de produção de identidade, “há situações em que determinados indivíduos, ou grupos, tentam influir na identidade relativa à cidade, ou nos sentimentos de pertença, com base em estratégias precisas”. É isto, afinal, o que faz a EPUL; convém dizê-lo porque, como lembra Bourdieu (1989: 129) “não reconhecer a contribuição dada à construção do real pela representação que os agentes têm do real”, significa “não compreender a real contribuição que a transformação colectiva da representação colectiva dá à transformação da realidade.”

■ A Intervenção da Associação de Residentes –ART

A Associação de Residentes de Telheiras – ART foi alvo de uma primeira abordagem neste trabalho¹⁴⁴, quando se fez a “caracterização dos principais agentes”, produtores de sentido no universo de Telheiras. Agora, é preciso ir um pouco mais além do que já se foi, porque se entende que a ART produz, pela palavra e pelo agir, um “discurso que anuncia ao grupo a sua identidade” e que é reconhecido porque “fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo, assim como nas propriedades económicas ou culturais que eles têm em comum” (Bourdieu, 1989: 117). É essa acção de produção simbólica, que importa descobrir na ART, associação que fala em nome de um «bairro», cujos moradores têm, de facto, veja-se o “Relatório NEUT, 1989”, em comum as “propriedades” económicas e culturais de que fala Bourdieu.

Diz Caillé (2002) que uma associação pode ser entendida nos termos do “paradigma do dom” em que, no entrecruzamento de redes de relacionamento, em que se cruzam homens, coisas e símbolos, se pode ser criador da própria realidade, no caso, da visão de

¹⁴⁴ Páginas 32-40.

«bairro» e dos laços que a ele ligam os seres humanos que o habitam e que entre si se vão ligando também. E diz mais, que “a associação (...) repousa sobre um princípio de liberdade e de obrigação (...) através do qual se realizam interesses comuns” (Op. Cit.:150) e se “joga” a democracia, porque esta não se joga só a nível do político, “joga-se também, e talvez em primeiro lugar, no seio desses espaços públicos primários que são as associações”. E “joga”, de facto, porque “São os ‘juízos reflexivos’ dos espectadores que ‘recebem’ essas actividades políticas surgidas na cena pública que estão na origem das opiniões que eles formam e que são susceptíveis de enquadrar um ‘sentido comum’, próprio de um espaço de pertença” (Breton, P. e Proulx, S., 1997: 235). A ART defende a “qualidade de vida” no «bairro» interagindo com aqueles que o habitam, numa “relação social não fundada sobre a coerção” (Caillé, Op. Cit: 154) ; faz toda a diferença¹⁴⁵.

A ART nasceu em 1988. À frente do grupo dinamizador, fundador da Associação, estavam dois docentes do Ensino Secundário (uma mulher e um homem) e um engenheiro. Escolheram fazer uma «associação de residentes» e não uma «associação de moradores»¹⁴⁶; acharam que era “mais interessante”¹⁴⁷ assim. Tinham pela frente um «bairro» em construção, com problemas de toda a ordem: desordenamento do trânsito, falta de escolas, falta de equipamentos, transportes insuficientes, problemas de energia

¹⁴⁵ A questão não é dispicienda e tem seguramente pertinência sociológica: construir um bairro, habitar um bairro, produzir (ainda que, ao menos em parte, inconscientemente) a sua identidade em democracia, releva um facto social diferente de fazê-lo em ditadura.

¹⁴⁶ Uma mera pesquisa no “Google – páginas de Portugal” mostra a raridade da denominação. Em 25.08.07, uma actualização desta pesquisa, mostrou existirem 2.210 páginas com a designação “associação de residentes”, das quais o “Google” só mostra 54; o restante são páginas semelhantes. Destas, aparecem, além da Associação de Residentes de Telheiras e da Associação de Residentes do Alto do Lumiar, posterior no tempo, apenas mais quatro “associações de residentes”, estas últimas com o total de 7 entradas. Para “Associação de Moradores, a pesquisa do “Google – Páginas de Portugal” apresenta 22.500 resultados, dos quais mostra 682, sendo as restantes páginas semelhantes.

¹⁴⁷ Ana Contumélias, activista da ART, de que foi presidente durante dois mandatos, conta que conversou com Ana Silva Pinto e que foi esta a justificação: “era mais interessante chamar-lhe associação de residentes do que associação de moradores” (conversa informal, Março de 2006). Contudo, não é difícil admitir que este “mais interessante” signifique, de facto, «mais consensual». É que, à data da fundação da ART, a denominação “associação de moradores” tinha uma conotação política próxima do PCP e, nesse sentido, embora alguns dos fundadores pertencessem a esse partido, a ideia de “associação de residentes” seria mais capaz de agregar pessoas de diferentes opções político-partidárias, como de facto aconteceu. Além disso, ainda, os termos “associação de moradores” remetiam, com razão ou sem ela, no senso comum, para universos periféricos, de índole popular e com estatuto inferior ao que se procurava construir para o “bairro” de Telheiras.

eléctrica, falta de espaços verdes e ausência de cuidados com os existentes, recolha de resíduos urbanos, etc, etc. E tinham o Plano de Pormenor de Telheiras para seguir de perto e que lhes permitia ser vigilantes e exigentes, face à empresa urbanizadora e aos poderes locais. Tinham igualmente um interlocutor óbvio, a EPUL, responsável pela urbanização; por isso, a EPUL e a ART estavam, desde a primeira hora, «condenadas» a dialogar. Por razões diversas, a nenhuma era permitido ignorar a outra. Mas o diálogo nunca foi pacífico, a ART incomodava a EPUL.

“A ART teve que travar quase uma luta ‘corpo a corpo’ com alguns serviços da EPUL (o gabinete paisagístico ofendeu-se com a associação!) obrigando-nos a recorrer directamente à administração, pois pretendíamos, com o carácter de urgência que a situação impunha, que os poucos jardins existentes no bairro, mas abandonados desde o mês de Agosto, voltassem a ter assistência. Finalmente (garantiram-nos!), a sua recuperação e manutenção foi entregue a uma firma da especialidade”¹⁴⁸.

Esta tensão, esta relação conflitual, foi decisiva para a ART e para o «bairro», não apenas porque justificou, à partida e nos anos que se seguiram, a sua existência no plano prático, mas porque a consolidou no plano simbólico, conferindo-lhe o poder de argumentar perante, e em nome de, um auditório que partilhava a visão do mundo da Associação, em relação ao que devia ser Telheiras. Trata-se de exercer “uma competência social, a do locutor legítimo, autorizado a falar e a falar com autoridade”(Bourdieu, 1998b: 19). Parte significativa desta tarefa, muito do discurso argumentativo da ART¹⁴⁹, enquanto “ intérprete, de um discurso comum” (Breton, P., 2001: 165), foi feito através de suportes informativos, de que se destaca primeiro o

¹⁴⁸ Boletim informativo da ART, *Informação ART*, N.4, de 23 de Março de 1990, página 5. É só um exemplo, logo no número seguinte, de 21 de Junho, no *Informação ART*, N.5, publicava-se uma carta enviada à Administração da EPUL pela Direcção da Associação, em que se acusa a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, de “logro”, “promessa não cumprida”, “serviço de prática simulada”.

¹⁴⁹ Veja-se, por exemplo, a propósito deste discurso argumentativo, um excerto do que se escreve no *Informação ART*, N.2, de 7 de Junho de 1989 – “A ART, como associação de Residentes de Telheiras, tem procurado que as suas actividades e toda a sua divulgação se dirijam sempre a todos os moradores, porque uma melhor qualidade de vida no nosso bairro é um interesse e um objectivo de todos”.

Informação ART e depois o *ART Informação*¹⁵⁰. Com base nesses documentos escritos com a chancela da ART, vejamos sua concepção do mundo, centrando-nos agora nos estatutos da Associação, a que já nos referimos anteriormente¹⁵¹. Que pretende a ART? Claramente três coisas:

1. *fomentar a criação de infra-estruturas de apoio directo à comunidade residente (...) no sentido de defender, preservar e melhorar as vertentes urbanística e ecológica desta área residencial;*
2. *fomentar a realização de actos públicos que visem, directa ou indirectamente, promover o aperfeiçoamento social, cultural, físico e cívico dos seus membros residentes;*
3. *fomentar o mais elevado espírito de solidariedade e civismo entre os residentes da área de Telheiras.*

Os dois primeiros propósitos apontam para duas linhas de actuação, claramente distintas – a primeira no plano da cidadania activa e do diálogo com o poder, a segunda ao nível das actividades lúdicas e culturais. Por um lado, a ART quer ser «associação cívica», por outro pretende ser «associação recreativa», quer agir no plano político como quer agir no plano cultural; e sabe-o. Por isso é que no terceiro ano de vida da Associação, no *Informação ART*, N.6, de Novembro de 1990, se escreve, nas páginas 4 e 5, o “Editorial: As Duas Artes”...

A primeira ART é aquela que o leitor já conhece melhor e que teima em não desistir do projecto de Telheiras, como nos foi prometido e com o qual os primeiros moradores (de 80 a 85/86) sonhavam quando visitavam alguns lugares ermos, onde, um dia, haveria um centro cívico, piscina, campos de jogos, escolas, jardins, etc., etc. (...) Não nos temos poupado a esforços para resolver as questões que se põem. Apesar de termos conseguido soluções

¹⁵⁰ A ART começou por dirigir-se aos moradores de Telheiras através de uma folha impressa a que chamou *Divulgação*, de que fez cinco edições. Só a partir da sexta edição, em 13 de Abril de 1989, a folha assumiu a denominação *Informação ART*, que passou a ser numerada a partir do N.1.

¹⁵¹ Ver página 32 deste trabalho.

*para alguns problemas, os resultados estão longe de nos satisfazerem...(...)
A segunda ART é mais concreta, mais voltada para o quotidiano. É uma
ART, de certo modo, nova, que quer crescer paralelamente com a primeira.
É a ART das festas, das actividades para crianças e adultos (...) Estamos,
felizmente, a entrar numa nova fase que nos permite realizar os objectivos
desta segunda ART...*

No número seguinte do *Informação ART*, N.7, Junho de 1992, páginas 4 e 5, volta-se ao assunto, mais uma vez no “Editorial”, com o texto “As Duas Artes II”.

(...) Por tudo isto, a primeira ART (a dos moradores, a crítica, a “chata”) não pode deixar de ficar preocupada (...) Tememos que, a curto prazo, este bairro se torne inóspito para os residentes (...) Por tudo isto, a segunda ART, a das alternativas “exemplares” continua a existir e a ter cada vez mais sentido: vai promover o colóquio sobre Telheiras, continua a aperfeiçoar o coro, o grupo de Teatro e o de Yoga, a publicar o Boletim Informação (...).

Há, pois, claramente, para os seus dirigentes, duas ART. E é assim, porque o terceiro propósito, acima apontado com base nos Estatutos da Associação, subjaz aos outros dois e é um propósito propriamente simbólico – a ART quer produzir o «bairro», quer produzir «comunidade». Tem uma visão dualista do mundo da prática, que se torna uma no mundo do espírito e da idealização, iluminada pela proximidade da aldeia. É o que mostra Ana Salta quando, em 1994, entrevistada por alunos da “Escola Secundária de Telheiras”, na sua qualidade de presidente da ART, responde à pergunta “Gosta de morar em Telheiras?”

Porquê?, afirmando: “Claro. Porque é “A MINHA ALDEIA DENTRO DA CIDADE”!¹⁵² E mais adiante, respondendo à pergunta: “Quais os aspectos positivos e negativos do bairro de Telheiras?”, a presidente da ART afirma: “Ser um bairro

¹⁵² A entrevista é publicada no boletim informativo da ART, N.9, de Junho de 1994. A frase aparece no boletim em maiúsculas, reforçando ainda mais a afirmação.

agradável de viver, bonito e bem estruturado, com boa arquitectura e espaços verdes razoavelmente cuidados, com gente activa e normalmente simpática e com gosto de conviver, quer em família quer individualmente. Acho que existe um sentido de Comunidade¹⁵³ – sem ser um Bairro de gente ‘queque’ ou de novos ricos!”

No ano seguinte, esse propósito unificador da Associação de Residentes de Telheiras fica ainda mais claro, com a publicação de “O Guarda Sol Amarelo”¹⁵⁴. É neste documento revelador que a ART afirma “procurar dar início a um movimento que, **aproveitando a riqueza do tecido humano**, faça de Telheiras uma congregação urbana sedutora e completa”¹⁵⁵; trata-se de uma afirmação resultante da apropriação reflexiva do conhecimento (Giddens, 1992) gerado pelo “Relatório NEUT, 1989”, seguramente reforçada pela experiência no terreno dos agentes da ART, mas nem por isso deixa de ser um propósito. De resto, como também argumenta o mesmo Giddens (1996), “Todos os actores são teóricos sociais, e têm de sê-lo para serem verdadeiros agentes sociais.” Porque “a condução da vida social envolve continuamente a teorização” (Op. Cit.: 14) e “Os actores leigos são seres portadores de conceitos, conceitos esses que participam constitutivamente naquilo que fazem;” (Idem: 21) Ora, é teorização o que se faz no “Guarda Sol Amarelo”, onde se pode constatar que essa “congregação urbana sedutora e completa”, a que a ART quer “dar início”, remete para “vivências mais ricas e estimulantes, experimentadas no próprio espaço do bairro”, onde “está em marcha” a “apropriação do espaço de Telheiras pela população, como um sítio onde se vive, onde se pertence a uma comunidade”, quem sabe, a da “nossa aldeia dentro da cidade”. E é nela que “os telheirenses estão a fazer história, a sua. O guarda sol amarelo é um marco”. E é, de facto. Tem razão Giddens (Idem: 29) quando diz que “a produção da

¹⁵³ Ibidem. Respeita-se a grafia da frase, usada no boletim da ART, “**um sentido de Comunidade**”, realmente escrita a *bold* e com maiúscula na palavra Comunidade. Respeita-se também a grafia usada para “Bairro”, escrito igualmente com maiúscula.

¹⁵⁴ Também já referido neste trabalho (pp. 34-36), quando se fez a “caracterização dos principais agentes”, e classificado como “mito fundador” da Associação (apenas posto no papel sete anos depois, mas constantemente chamado ao discurso oral, ao longo desse tempo) – “um discurso retórico inultrapassável na relação da ART com o com o auditório, discurso produtor de uma comunidade interpretativa”.

¹⁵⁵ Mais uma vez se respeita a grafia usada no documento citado, em que a frase **aproveitando a riqueza do tecido humano** é impressa a *bold*.

sociedade é uma realização engenhosa, sustentada e «criada para acontecer» por seres humanos.”

Consenso, participação e ecologia

É um exemplo dessa “realização engenhosa”, tendo como referência próxima a «comunidade» de Telheiras, que a socióloga Ana Contumélias, nessa altura presidente da ART, dá, em Outubro de 2006, numa comunicação que apresenta no “3º Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia” e que configura, segundo disse então¹⁵⁶, “um exercício de imaginação sociológica¹⁵⁷ que tem por objectivo indiciar todo um campo de intervenção, possível de desencadear a partir de uma associação de residentes num bairro da cidade de Lisboa” (...) “Os conceitos de ambiente, desenvolvimento e participação perpassam e fundamentam ideologicamente o projecto de intervenção enunciado”; mas eles estão, também, de forma genérica ou abstracta, nos objectivos da ART, que quer, como atrás se mostrou, *fomentar a criação de infra-estruturas de apoio directo à comunidade residente (...) no sentido de defender, preservar e melhorar as vertentes urbanística e ecológica desta área residencial.*

Na comunicação aqui citada, a socióloga fala de “consenso”, “participação, identidade, busca de um futuro colectivo melhor”, num bairro que é percebido “pelos residentes, como uma comunidade com uma identidade própria”, onde “Ideologicamente é a ideia de comunidade, de apropriação colectiva do espaço que é acarinhada e a não a colagem a um microcosmos elitista”; dizer tudo isto não será o reafirmar desse «propósito unificador» que, neste trabalho se julga encontrar na Associação de Residentes de Telheiras? Não negara, dois anos antes, a arquitecta Ana Salta, também ela, perante os alunos da escola que a entrevistavam, a pertença de Telheiras a um

¹⁵⁶ Contumélias, A. (1996). Contumélias, A. (1996), “Construção Socio-ecológica de um local virtual – Telheiras, a qualificação de um meio inovador urbano”, in *Práticas e Processos da Mudança Social*. APS/Celta, CD.

¹⁵⁷ Das ideias contidas no exercício de imaginação sociológica feito a pensar em Telheiras, algumas acabaram por se realizar. Embora em pequena escala, deu-se o “estabelecimento de uma relação particular com uma dada área rural” e o «bairro» tem hoje “pequenos centros abastecedores”, que são alternativa às grandes superfícies. Foi também implantada uma das “faixas de rodagem para ciclistas”. O «bairro teve também “um meio de comunicação local”, o *Jornal de Telheiras*, e vários têm sido os “debates explorando temas de interesse comum”.

qualquer “microcosmos elitista”, quando afirmava existir em Telheiras “um sentido de Comunidade, sem ser um Bairro de gente ‘queque’ ou de novos ricos”¹⁵⁸?

Voltando à comunicação de Ana Contumélias, nessa altura recentemente eleita presidente da ART, para lá da sua visão ecológica mais lata, partilhava com os seus colegas da Associação, “a existência de uma ‘imagem local’, uma auto-imagem mais ou menos colectiva, mais mítica que real, construída sobre a ideia de comunidade e de aldeia”. Ainda que de modo crítico, a que a sociologia a obrigava, era da mesma *comunidade* e da mesma *aldeia*, que falava; ambas existindo menos num território geográfico do que num território retórico. “A personagem está em sua casa quando está à vontade na retórica das pessoas com quem partilha a vida. O que significa fazer-se entender sem problemas e, simultaneamente, entender as razões dos interlocutores sem necessidade de grandes explicações” (Augé, 1994: 113). As presidentes da ART estavam “em sua casa”, tal como os moradores de Telheiras, os do «bairro» com um “valor signo”¹⁵⁹, e não apenas os sócios da Associação.

Meses antes de falar no 3º Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Ana Contumélias, na sua qualidade de presidente da ART, escrevia o “Editorial” do *ART Informação*¹⁶⁰ e dedicava os dois últimos parágrafos à reunião, em Portugal, do Grupo de Peritos Europeus de Ambiente Urbano, sublinhando que estes tinham frisado “a importância da participação dos cidadãos nos processos de planeamento”. Lembrava, a seguir, que ia decorrer em Lisboa, em Outubro, a “II Conferência Europeia das Cidades Sustentáveis”, cujos trabalhos passariam pela avaliação da “aplicação local da Agenda XXI nos espaços urbanos”, para sustentar de seguida:

A Agenda XXI, programa aprovado na Cimeira da Terra, em 1992, não estará a ser aplicada se nos faltarem jardins de infância, terreno arborizado, espaços de convívio, desporto, cultura e lazer. Mas compete-nos a nós, urbanizados, que habitamos o ambiente construído e em construção, de Telheiras, ter isto presente.

¹⁵⁸ *Informação ART*, N.9, Junho de 1994.

¹⁵⁹ “Relatório NEUT, 1989”, p. 228.

¹⁶⁰ *ART Informação*, N. 11, Maio de 1996, p. 2.

E terminava o parágrafo e o Editorial, com uma pergunta retórica:

Dormitório sem vida, ou comunidade consciente e responsável? O que é Telheiras? Como se está em Telheiras? A bola está no nosso campo.

De facto, desde 1988 que «a bola se jogava», em Telheiras, no «campo da ART». Ainda meses antes, em Janeiro de 1996, no Centro Comunitário de Telheiras, ocorrera uma «partida» – “Cerca de cem pessoas participaram no debate promovido pela ART sobre o tema ‘Que futuro urbanístico queremos para Telheiras?’ e a reunião revelou uma grande sintonia entre os residentes, relativamente à forma como se deve processar o desenvolvimento do bairro”¹⁶¹. Precedido da apresentação da análise detalhada dos Planos de Pormenor de Telheiras, feita pelo Grupo de Intervenção Urbana, da ART, o “debate” registou, entre outras, intervenções de “pessoas que, no local, tentam agir em prol do desenvolvimento harmonioso da comunidade ou estão nisso interessadas”¹⁶².

Diz Giddens que “Enquanto entidade pluripessoal, a sociedade é criada e recriada constantemente, se não ex nihilo, pelos participantes em cada um dos encontros sociais (1996: 29). A ART produzia sociedade e não descurava a comunicação formal, trave mestra da compreensão e da acção nos universos de sentido; por um lado, reunia auditórios, sob diferentes pretextos, dos debates às festas, por outro disso dava conta através de suportes impressos. Em ambos os casos, a palavra era a ferramenta escolhida para fazer passar um imaginário social, que a Associação ia tornando intelegível e para o qual ia ganhando adeptos. Nos processos de comunicação “manejamos palavras que são, ao mesmo tempo, símbolos e signos (de coisas, conceitos, fenómenos, ideias). Uns e outros são elementos de significação, portadores de sentido, que pode ser transmitido precisamente na mesma medida em que os comunicantes compartilhem estes significados” (Costa, J., 1992: 38). Em Telheiras crescia um entendimento partilhado sobre o que devia ser o «bairro», sobre o que era o «bairro».

¹⁶¹ ART Informação, N. 11, Maio de 1996, p. 3.

¹⁶² Ibidem.

Insegurança, estatuto e valores

O *ART Informação*, N. 11, de Maio de 1996, era diferente dos anteriores. Aproveitando as competências profissionais da nova presidente¹⁶³, o boletim informativo da Associação mudara de nome (chamava-se anteriormente *Informação ART*), de formato (passara do Ax5 para o Ax4), aumentara a tiragem e apresentava uma paginação mais cuidada e era mais fácil de ler; tudo isto significava um acréscimo de custos, que a ART resolveu com “a adesão do Comércio e Serviços (...) que se mostraram desde logo interessados em apoiar¹⁶⁴”. Nesse boletim, o grande tema era a “Segurança em Telheiras”, ao qual se dedicavam três páginas (4, 5 e 6) em que se fazia o ponto da situação do “Policiamento em Telheiras”, se publicavam os resultados de um questionário lançado no «bairro» e se indicava um conjunto de 20 normas comportamentais, a utilizar em caso de assalto. Ficava-se assim a saber que:

A situação em Telheiras no que respeita ao policiamento pode ser definida desta forma: zero policiamento. De facto, com cinco membros da equipa governativa no bairro, cada um com o seu guarda de serviço à porta, o policiamento tem sido prejudicado.

De ressaltar, neste contexto, os agentes destacados para o serviço de segurança especial às escolas, indicado como ‘um dos melhores de Lisboa’, apesar da cobertura a efectuar simultaneamente a vários estabelecimentos de ensino¹⁶⁵.

O «bairro» podia ter falta de policiamento, mas isso acontecia apenas porque cinco dos seus moradores eram membros do Governo, e sem prejuízo do policiamento das escolas, um dos melhores de Lisboa. E a ART estava atenta à situação, concretamente através do seu grupo de trabalho de Segurança. Dito de outra forma, podia viver-se em Telheiras alguma insegurança, mas a situação confirmava o estatuto do «bairro».

¹⁶³ Ana Contumélias era jornalista profissional.

¹⁶⁴ *ART Informação*, N. 11, Maio de 1996, p. 2.

¹⁶⁵ *ART Informação*, N. 11, Maio de 1996, p. 4.

«Bairro» onde, o “projecto mais vasto da ART”, consistia “em criar hábitos de convívio e de encontro entre as pessoas, apoiar iniciativas de animação e desenvolver o espírito comunitário local¹⁶⁶”, tudo isso iluminado por uma preocupação ecológica, por uma vontade manifesta de aprendizagem colectiva, por um investimento declarado na cidadania, produtores de qualidade de vida, como uma das “traves-mestras” da felicidade. Eram essas as grandes linhas do imaginário social da Associação, o entendimento que buscava fosse partilhado. E “O imaginário social torna-se intelegível e comunicável através da produção dos ‘discursos’ nos quais e pelos quais se efectua a reunião das representações colectivas numa linguagem”. (...) “É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento” (Baczko, 1985: 311). Obra e instrumento era o “Editorial” do *ART Informação*, N. 12, Dezembro de 1996...

A busca da felicidade dá sentido à vida dos seres humanos; todos queremos ser mais felizes e estamos prontos a fazer o nosso melhor para alcançar esse objectivo. E, por muito que a felicidade seja uma coisa diferente para cada um, a qualidade de vida é hoje um valor perseguido como uma das traves-mestras em que assenta a felicidade procurada. Parte dessa qualidade de vida alcança-se vivendo em harmonia com o meio; é isso também a ecologia de que tanto se fala. (...) algo que implica a participação de todos num universo comum e próximo e, portanto, capacidade de agir em parceria, solidariedade, disposição para uma aprendizagem colectiva; o que há para aprender não está apenas nos livros ou na NET. (...) Daí que seja nosso dever agir, manifestar cidadania e não ficar à espera que eles¹⁶⁷ adivinhem os nossos desejos ou manifestem vontade política, neste ou naquele sentido. (...) Outra coisa a reter: vão chegar árvores de Monsanto para Telheiras. Está na época do plantio. Tencionamos preparar-lhes uma festa de boas-vindas e usar as nossas mãos para as ajudar a ganhar raízes aqui. Plantar

¹⁶⁶ *ART Informação*, N. 12, Dezembro de 1996, capa.

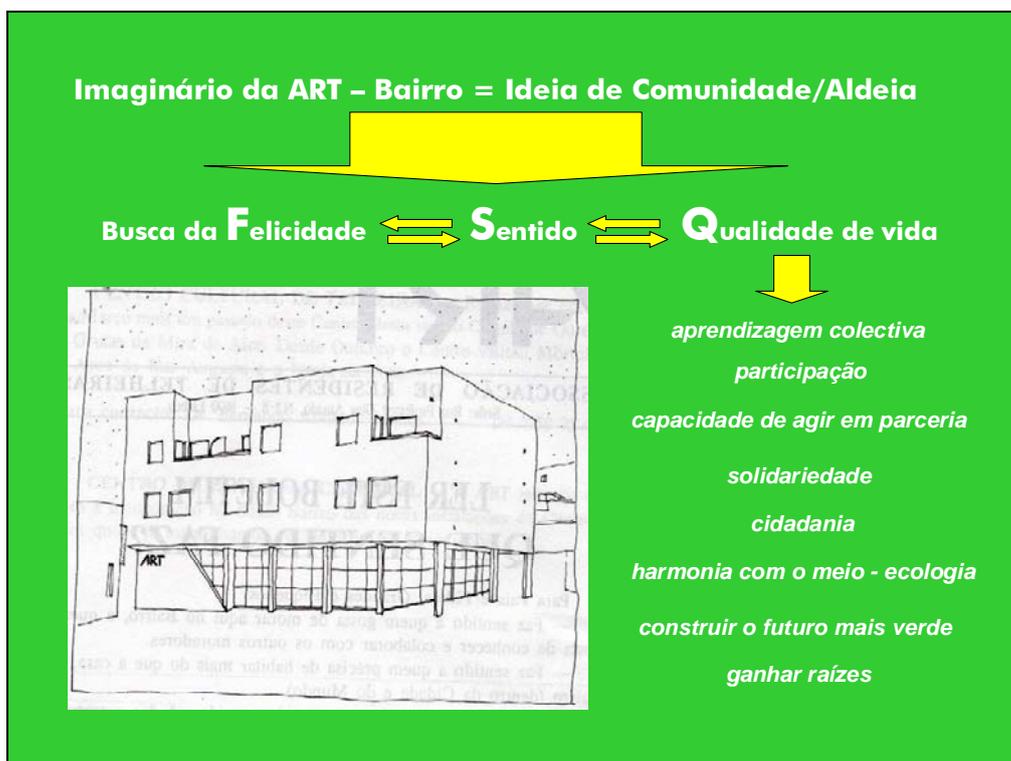
¹⁶⁷ “Eles” são “os responsáveis autárquicos e os urbanizadores”.

Uma Aldeia na Cidade...

uma árvore também é uma forma de reforçarmos as nossas raízes. De aprendermos colectivamente a construir o futuro, mais verde, com mais sombra, com maior harmonia.

Talvez seja então possível esquematizar o imaginário da ART, fazendo emergir os valores que subjazem ao seu entendimento de «bairro como comunidade, e dessa comunidade como *aldeia na cidade*, e norteiam a sua acção e o seu discurso argumentativo.

FIG 17



Legenda: **Imaginário da ART** - Para a ART, a *Busca da Felicidade* dá *Sentido* (social e talvez cosmológico) à vida dos moradores e leva-os (ou deverá levá-los) à procura da *Qualidade de Vida*. Esta última, por sua vez, dá *Sentido* à *Busca da Felicidade*, mostra que ela não é vã. Mas não é alcançável sem: *aprendizagem colectiva*, *participação* na vida do «bairro/comunidade/aldeia, sem *capacidade de agir em parceria*, tornada possível pela *solidariedade* entre cidadãos que, ecologicamente, perseguem a *harmonia com o meio - ecologia*, com vista a construir (comunitariamente) um *futuro mais verde*, onde possam, de facto, *ganhar raízes*.

Mais do que uma comunidade, é, de facto, uma congregação urbana sedutora e completa¹⁶⁸ que a Associação de Residentes de Telheiras simbolicamente constrói; comunidade com o seu quê de poético¹⁶⁹, até. Senão, como entender que o passeio de bicicleta no bairro, no início do Verão de 1996, um dos vários promovidos pela ART, se tenha iniciado com “a oferta de colares de flores aos ciclistas” a quem, mais tarde, “os amigos escuteiros refrescaram com gomos de laranja”; e que o passeio, que se deteve “nos sítios mais interessantes do bairro, do ponto de vista cultural, histórico e social”, tenha tido uma paragem para os cicloturistas poderem ouvir “histórias e estórias do passado, do presente e do futuro, da ficção e da imaginação, numa partilha do imaginário local existente e em construção”¹⁷⁰? Ou que, finalmente, o passeio tenha terminado no «largo da polícia», com “um contador de estórias e toda a gente a dançar ao som de um flautista”. Dançar na rua, dançar de roda, dançar de mãos dadas, deve dizer-se. Tudo sob o símbolo da ART, mas tudo, antes de mais, sob o símbolo da «Comunidade» de Telheiras. Porque, “Quem diz símbolo diz significação comum para os indivíduos – naturalmente reunidos em grupo – que aceitam este símbolo, que escolheram mais ou menos arbitrariamente, mas unanimemente uma onomatopeia, um rito, uma crença, um modo de trabalhar em grupo, um tema musical, uma dança”. E “só há símbolo porque há comunhão e (...) a comunhão cria um nexos que pode dar a ilusão do real, mas já é algo real”, como diz Mauss (Citado por Caillé, 2002: 226). Mas para a ART, havia ainda “muito a aprender e a experimentar em termos de relações e vivências conjuntas nos espaços urbanos”. A festa no «Largo da Polícia» fora apenas parte dessa aprendizagem.

Apropriação do espaço público

Em Telheiras, a apropriação colectiva do espaço público não é estruturada. Para lá dos jovens, que informalmente se juntam regularmente para jogar basquetebol ou futebol,

¹⁶⁸ Como se diz no já aqui citado “O Guarda Sol Amarelo”.

¹⁶⁹ Esta dimensão poética da acção e do discurso da ART viria a ser afirmada, mais tarde, no Editorial do *Art Informação*, N. 14, de Novembro de 1998, pag. 2. Escrevia-se: “A Organização sem fins lucrativos pode tornar-se o lugar ideal de descoberta da existência relacional, de aprendizagem de um habitar poético e criador, de um desenvolvimento de cada um e de todos”. De resto, os saraus de poesia, na sede da ART e no lagar de Telheiras, para o efeito cedido pela EPUL, eram uma das realizações da Associação.

¹⁷⁰ *ART Informação*, N. 12, Dezembro de 1996, pag. 8.

fazer *Parkour* ou andar de bicicleta, grafitar muros velhos ou traseiras de prédios, ou simplesmente conversar, quase tudo se passa debaixo de tecto, e mesmo o alargado conjunto de actividades da ART não acontece, via de regra, a céu aberto, excepção feita ao passeio de bicicleta de domingo, organizado pela Associação em parceria com a Federação Portuguesa de Cicloturismo. É certo que há algumas sociabilidades ocasionais quando as pessoas se cruzam nas compras, ou se sentam nas esplanadas a ler o jornal, mas são quase sempre sociabilidades informais. Ferreira sugere que, “Se para os menos favorecidos, a rede de sociabilidades tende a construir-se e a desenvolver-se através do espaço público, para os mais favorecidos socialmente, esta dimensão pública da rede de relações não assume uma relevância tão significativa, certamente por possuírem um leque cultural mais diversificado” (Ferreira, V. M.: 126); é o que acontece em Telheiras. Mas nem sempre foi assim.

Pode dizer-se que a Associação de Residentes de Telheiras «nasceu» na rua, quando, em 1988, os seus fundadores abriram um guarda-sol amarelo junto à “Frutaria Aquário”, no passeio da Rua Prof. Francisco Gentil, apropriando o espaço público para a angariação de sócios. Anos mais tarde, também a sede da Associação foi retirada ao espaço público, uma vez que se implantou num espaço aberto, público, compreendido entre as colunas que sustentam um prédio na Rua Mário Chicó; foi só ligar as colunas e fechá-las com tijolo e argamassa, conseguindo assim um espaço significativo, que continua a ser a sede da ART.

Nos primeiros anos de existência da ART, o espaço público era apropriado ritualmente, pelo menos uma vez no ano, para as festas de S. João, o santo padroeiro da Associação¹⁷¹; os boletins informativos da ART dão conta desses arraiais. Logo no *Informação ART* N.2, de Junho de 1989, as páginas 4 e 5, dão conta que “Finalmente, vem aí o Arrail de S. João”¹⁷², cujo programa abria com uma “Exposição venda de pintura (“Os Pintores de Telheiras”) e de Artesanato”, a que se seguia uma “Simultânea

¹⁷¹ S. João é o padroeiro da ART porque a Associação nasceu no Verão de 1988, em pleno S. João. Mas a Associação tende a não sublinhar este «patrocínio», embora o refira no seu mito fundador, o já aqui largamente abordado “O Guarda Sol Amarelo”.

¹⁷² O primeiro arraial realizou-se logo em 1988 mas como então a ART ainda não editava o seu boletim informativo, não se encontra registo escrito; tudo o que se pode dizer, segundo afirmam pessoas que se lembram dele, é que aconteceu, correu bem e foi animado.

de Xadrês”, uma “Feira da Ladra” para jovens, a actuação de uma banda de música e um “Grandioso arraial com ‘comes e bebes’, rifas, música e sobretudo, muita animação. Se não gostar, mude de bairro...!”, sugeria o programa. As festas tinham como patrocinadores a papelaria “Flor de Lotus”, a pastelaria “Charlot” e a “Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral”, para além de “todos os comerciantes e outras entidades”.

FIG. 18



Legenda: Capa do Boletim da ART, N. 9, de Junho de 1994

OH QUE LINDO ARRAIAL
OH QUE GRANDE ANIMAÇÃO
VIVA O BAIRRO DE TELHEIRAS
MAIS O NOSSO S. JOÃO

Esta é a quadra inserida na bandeira da direita, espetada no manjerico, no desenho que aparece na capa do boletim Informativo da ART, de Junho de 1994, aqui reproduzido.

No ano seguinte, em 1990, as “Festas dos Santos Populares: S. João”, voltaram a acontecer, no sábado, 23 de Junho, com “animação de rua” para crianças e jovens, logo a partir das dez horas. Repetiu-se também a Feira da Ladra¹⁷³, tal como a actuação da banda de música mas desta vez foi a Fanfarra Infantil dos Bombeiros Voluntários da Pontinha, que percorreu o «bairro» tocando a sua música. A noite foi o arraial, desta vez com música ao vivo, a cargo do conjunto “Lechapô”, da CERCI. Em 1991 não houve

¹⁷³ “Venda e troque livros, brinquedos, roupa de que já não precisa. Leve um cobertor para pôr no chão e expôr a sua mercadoria”, escreve-se no *Informação ART*, N.5, de Junho de 1990. A “Feira da Ladra” mudaria de nome, anos mais tarde, para passar a chamar-se “Feira da Tralha”.

banda de música, mas surgiu pela primeira vez a “Animação teatral pelo grupo de teatro infantil da ART”, como se pode ler no *Informação ART*, N.7, de Junho de 1991.

A última referência que os boletins da ART fazem ao *arraial* acontece no ano de 1994, mas este “Arraial de S.João” já não é organizado pela Associação, que surge como instituição apoiante, mas pela Associação Portuguesa de Paralisica Cerebral. Ana Silva Pinto, a primeira presidente, completados os seus dois mandatos, cedera o lugar a Ana Salta, pouco vocacionada para os arraiais¹⁷⁴.

Contudo, mesmo com a anterior presidente, os arraiais não faziam a centralidade da intervenção da ART, mais interessada em bater-se pela melhoria das condições do «bairro» e pela instituição de actividades lúdicas e culturais regulares, do que em fazer arraiais, que ocorriam apenas uma vez por ano e eram uma intervenção circunstancial.

Embora Augé (1998 :17) saliente a “importância da actividade ritual na elaboração de identidades relativas” de grupos sociais, como, por exemplo, de um «bairro», “as formas de sociabilidade inscrevem-se no núcleo em torno do qual se organizam relacionalmente e se configuram simbolicamente os estilos de vida” (Costa, A. F. 2003)¹⁷⁵; em Telheiras, o *arraial* não se inscreve no núcleo organizador dos estilos de vida dos seus residentes. Mais próximo estarão o “teatro de rua”, ou as “serenatas de Coimbra”, mas nem por isso tão próximo que se tenham instituído; as raras experiências acontecidas nestes dois planos, também não vingaram. É o caso de um *performance* de “teatro de rua”, realizada em 1999, na praça em frente à sede da Associação, por um grupo de oito jovens de Telheiras¹⁷⁶, experiência que não voltou a repetir-se; ou de quatro serenatas anuais de fado de Coimbra, feitas no «bairro», no anfiteatro do Jardim dos Ulmeiros, pelo “Grupo Jurídico de Guitarra e Canto de Coimbra”, de Santarém, organizadas em Telheiras por Elias Rodrigues, sócio e colaborador da ART, arquitecto urbanista de profissão. De

¹⁷⁴ A “Ana (Silva Pinto) saiu e eu tinha outras guerras”, diz Ana Salta para explicar o fim dos arraiais. De facto, Ana Salta esteve sempre mais vocacionada para as actividades culturais e lúdicas da ART, realizadas em sala, que impulsionou durante os seus dois mandatos como presidente da Associação e a que se manteve ligada, mesmo depois de ter abandonado o cargo. Actualmente já está afastada, como se comprovará adiante.

¹⁷⁵ Costa, A. F. (2003), “Estilos de Sociabilidade”, pp. 121-129, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. e Costa, A. F. (2003). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.

¹⁷⁶ Conforme foi noticiado pelo *Jornal de Telheiras*, N.0, Agosto de 1999, pp. 6 e 7, “Teatro de rua na praça, serenata no anfiteatro”.

resto, uma evidência da dificuldade da ART e dos residentes de Telheiras de apropriar o espaço público de forma organizada e regular, está precisamente na não utilização do anfiteatro do Jardins dos Ulmeiros, equipamento público, a céu aberto, de uso livre. Nos últimos três anos (2005, 2006 e 2007) o espaço tem sido aproveitado pela Junta de Freguesia do Lumiar, com programas que incomodam os moradores e que já levaram a Associação a reclamar na Junta; elucidativo sobre este incómodo é um pequeno artigo publicado na página 15 do *ART Informação*, de Dezembro de 2006, em que se titula: “Decibeis a mais nos Ulmeiros”, para se escrever depois:

A Junta de Freguesia do Lumiar tem levado a cabo espectáculos de massas no pequeno anfiteatro do Jardim dos Ulmeiros, à Rua Barbosa Soeiro. Como as fotos mostram, o pequeno palco do anfiteatro foi completamente engolido pela estrutura metálica ali montada para o espectáculo, e as ruas ocupadas pelos veículos de grande porte usados para transportar muito equipamento de som e amplificação que, para os residentes próximos, é em excesso. A animação local é estimada mas deve ser usada com conta e medida...

Em Telheiras, actividades que remetam para a apropriação do espaço público de modo estruturado, quer de pendor cultural quer ecológico são raras e difíceis de concretizar. Está nesse caso a tentativa – até ao momento sem sucesso, apesar de se ter arrastado ao longo dos anos, com sucessivas diligências – de conseguir que parte do território não construído do «bairro» seja utilizado para implementação de hortas sociais/horta pedagógica/clube de jardinagem, afinal “a história (...) de um grupo de homens e mulheres que, no tempo presente, uniram vontades e esforços para implementar, no bairro de Telheiras, em Lisboa, um grupo de jardineiros/horticultores” (Contumélias, A., 2006: 6). Este projecto nasceu, em 1996, a partir de uma carta dirigida à EPUL, pelos alunos da escola primária do «bairro»¹⁷⁷, pedindo a implementação de uma escola de jardinagem. A ART apoiou o pedido e acabou por apoiar também o surgimento de um

¹⁷⁷ A “EB1 de Telheiras”.

“Clube de Jardineiros”, com largas dezenas de interessados em dar corpo ao projecto. Contudo, muito embora a Câmara Municipal tenha chegado a comprometer-se por escrito e feito a projecção do próprio clube de jardinagem, a promessa ficou por cumprir. Ora, para além desta tentativa de apropriar território de Telheiras, transformando-o em espaço público destinado a práticas de horticultura/jardinagem dos residentes mas que fosse também uma forma de “produzirem comunidade e estruturarem sociabilidades, afectos, convívios” (Contumélias, A., Op. Cit.), só uma actividade que envolve a apropriação do espaço público permanece entre as actividades regulares da ART e faz parte das práticas de alguns sócios e moradores¹⁷⁸, precisamente “os passeios de bicicleta”. Surgidos também em 1996, como “a pedalada de partida para a criação de um circuito de ciclistas na cidade de Lisboa¹⁷⁹”, os passeios de bicicleta foram sendo repetidos todos os anos, até que se converteram numa das *actividades* da ART, realizada semanalmente, como ainda acontece na data em que se redige este trabalho; e mesmo neste caso, o passeio não se restringe a Telheiras. No *ART Informação* N. 25, de Junho de 2007, escreve-se...

Continuamos a encontrar-nos aos domingos, pelas 9.30 h, em frente à sede da ART (Correios de Telheiras), para um passeio de cerca de 40 km (Telheiras-Colombo-Monsanto-Belém-Ribeirinha-Parque Expo-Aeroporto-Av.Brasil-Telheiras), com chegada às 13 horas. Em bicicleta de estrada ou de montanha e equipados com capacete, percorremos áreas urbanas e/ou rurais, a um ritmo tranquilo e sem preocupações competitivas. O lazer e a criação de laços de amizade constituem as nossas prioridades...

Não é pois, Telheiras, um «bairro» em que os residentes, ou a sua Associação, invistam em práticas de rua, que impliquem a apropriação e o uso do espaço público de uma forma estruturada, como temos insistido; nunca o foi, apesar dos arraiais de S. João. Em Telheiras, o «bairro» e a sua identidade, claramente no que diz respeito ao trabalho de produção simbólica da ART, não se produzem com base em festividades, rituais e

¹⁷⁸ Ao contrário do que sucede no universo dos “bairros populares” de Lisboa.

¹⁷⁹ *ART Informação*, N.11, de Maio de 1996.

cerimónias realizadas no exterior. As vivências e as práticas culturais dos residentes de Telheiras tendem a não remeter para o espaço público.

A Aldeia que Aprende

O valor *aprendizagem* viria a colar-se, de modo mais claro, no discurso da ART, ao valor *aldeia*, conferindo a Telheiras o significado simbólico de “Aldeia que aprende”, com a criação, ainda em 1998, de uma Unidade de Inserção da Vida Activa – UNIVA¹⁸⁰, projecto desenvolvido pela ART em cooperação com o Ministério do Emprego, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, e sediado nas instalações da Associação. A UNIVA chamava-se, precisamente, *A Aldeia que Aprende*; o mito da aldeia, produzido “o seu esquecimento parcial, apresentava-se como a expressão de uma memória colectiva que liga o grupo” (Augé, 2001: 14) e fazia-o de modo claro. No *ART Informação*¹⁸¹, mostrava-se como a Associação aliava ao interesse instrumental do Ministério, o seu interesse no plano da produção simbólica. Vejamos:

A ART arrancou este ano com uma nova iniciativa, denominada ‘A Aldeia que Aprende’, um projecto que tem por objectivo específico, facilitar a inserção dos jovens na sociedade activa ou, dito de outra maneira, trabalhar com os que, nesta faixa etária, estão a descobrir a sua própria forma de estar e participar na vida da comunidade.

Assim, os jovens podem procurar a ART para encontrar apoio informativo, acompanhamento na definição do percurso formativo e profissional e integração nas dinâmicas da Associação e do desenvolvimento local.

¹⁸⁰ UNIVA (Unidade de Inserção na Vida Activa) é nome dado aos “serviços de apoio que promovem a integração ou reintegração profissional, em articulação com os Centros de Emprego”. O objectivo de uma UNIVA é apoiar Jovens desempregados, especialmente candidatos ao 1º emprego, no processo de transição para a vida activa. Conforme definição recolhida em: http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=117,183182&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP, consultado em 28 de Agosto de 2007.

¹⁸¹ *ART Informação*, N. 14, Novembro de 1998, pp. 6 e 7.

A ART não queria iludir nem induzir em erro. Por isso, os seus propósitos eram ainda mais claramente expostos, no artigo publicado no *ART Informação*, que vimos citando:

Este projecto, desenvolvido em cooperação com o Centro de Emprego da nossa área, enquadra-se no programa da criação de Univas – unidades de inserção na vida activa, do Ministério do Emprego e também na acção mais lata da nossa Associação, tendente a gerar uma mudança qualitativa, por via das relações entre pessoas que se movimentam na mesma área territorial, neste caso, em Telheiras.

Uma Univa, criada numa entidade como a Associação de Residentes de Telheiras, tem inevitavelmente uma natureza distinta de outras Univas, de escolas ou centros de formação, por exemplo.

E que natureza distinta era essa? Continuemos a citar o *ART Informação*:

A Univa da ART foi batizada ‘A Aldeia que Aprende’, nome que surge das características locais, nomeadamente da percepção que muitos habitantes têm do bairro, enquanto comunidade – quase aldeia – e do facto de aqui se concentrar um elevado número de licenciados, doutorados e professores, e de se verificar aqui uma população muito jovem.

Jogando com estes dados e com a percepção de que somos essencialmente uma sociedade em permanente aprendizagem, ‘A Aldeia que Aprende’ representa uma aposta nas capacidades do bairro para, aproveitando a concentração, conjugar saberes e dar impulso a novas actividades e dinâmicas construtivas do ambiente comum.

A UNIVA da ART reforça pois a ideia força da Associação em relação ao «bairro», como comunidade/aldeia, onde a aprendizagem e a participação são palavras-chave, tal como a ideia de parceria; no mesmo artigo, lembra-se que os jovens podem agir sobre o «bairro» entrando numa rede de parcerias, designadamente com as escolas em que estão ou estiveram, sendo que “a ART é um parceiro potencial para todos eles”. Para já, no

âmbito da UNIVA, a ART avança com o “Forum Profissões”, “encontros em que professores de várias áreas descrevem percursos de carreiras e de aprendizagens e falam de dificuldades e de possíveis caminhos a seguir, numa partilha de experiências com os que agora sentem necessidade de fundamentar opções escolares e profissionais”¹⁸².

Na base de tudo isto, no “Projecto de intervenção-UNIVA¹⁸³”, elaborado pela ART, admitia-se a possibilidade de “A comunidade residente em Telheiras” poder estar “a dar início a um processo de desenvolvimento de uma prática de reflexão colectiva sobre a qualidade de vida e construção ambiental; e assim aprender a formular problemas, a equacionar necessidades, a esboçar soluções. Como se de uma aldeia se tratasse, em que as funções que cada um desempenha, é percebida como necessária ao bem estar comum. Durkheim (1977) não diria melhor. Telheiras podia bem ser, “apesar de tudo, um ‘oásis’ em Lisboa”, como afirmava Fernando Saraiva, recém nomeado presidente da EPUL, ao *ART Informação*, N. 12, de Dezembro de 1996, um ano antes do Projecto da UNIVA da Associação.

NOW, a poesia e o Ambiente

Também em 1998, a ART apresentou um projecto, no âmbito das redes nacionais e transnacionais da iniciativa comunitária EMPREGO – eixo NOW, então, o maior programa comunitário para testar e implementar novas ideias de formação e de emprego para as mulheres, com vista a oferecer-lhe melhores oportunidades no mercado de trabalho europeu¹⁸⁴. Esse projecto, levou uma delegação de mulheres da Associação, entre as quais a presidente¹⁸⁵, a uma reunião em Marselha, onde a Associação de Residentes de Telheiras foi apresentada. A comunicação da ART nesse encontro

¹⁸² *ART Informação*, N. 14, Novembro de 1998, p. 7.

¹⁸³ ART – “A Aldeia que Aprende. Projecto de Intervenção UNIVA”, Dezembro de 1997.

¹⁸⁴ O Programa EMPREGO, composto pelos eixos, NOW, HORIZON, INTEGRA e YOUTHSTART, foi uma Iniciativa Comunitária lançada pela Comissão Europeia e coordenada pela Direcção-Geral Emprego, Relações Industriais e Assuntos Sociais (DGV - Unidade V/B3 - Fundo Social Europeu).

Para o período de 1994-99, o eixo NOW dispunha de um orçamento global de mais de 900 milhões de ECU, dos quais cerca de 500 milhões financiados pela União Europeia.

Os objectivos específicos do NOW eram reduzir o desemprego das mulheres e melhorar a situação das que já estão no mercado de trabalho, conforme http://ec.europa.eu/employment_social/equal/data/document/srn-po.doc, consultado em 27 de Julho de 2007.

¹⁸⁵ Então, Ana Contumélias.

centrou-se em dois suportes: uma curta apresentação em *power point* e um vídeo, expressamente produzido para o efeito; ambos os documentos elucidativos da visão que a ART tinha de Telheiras e do seu papel enquanto Associação. Na apresentação em *power point*, a ART respondia a quatro perguntas: “Quem somos?”, “O que fizemos?”, “O que queremos?”, “O que estamos a fazer?”, e desvendava os “Conceitos com que trabalhamos”. Vejamos o primeiro texto dessa apresentação...

Quem somos ?

Somos uma comunidade de pessoas que moram, amam, brincam, trabalham, vivem e sonham... em Telheiras, um bairro na cidade de Lisboa, situado em Portugal, na Europa, no Mundo...

O que fizemos ?

Há doze anos criámos uma associação sem fins lucrativos e de utilidade pública que agrega residentes, age como grupo de pressão junto dos responsáveis públicos e como sociedade cultural junto dos seus associados.

O que queremos ?

Queremos tornar melhor o lugar que habitamos, promovendo e apoiando iniciativas que contribuam para o desenvolvimento do lugar, em termos sociais, culturais, físicos e cívicos, urbanísticos e ecológicos.

O que estamos a fazer?

Estamos a pôr em marcha um processo de aprendizagem colectiva que, aproveitando a concentração e a riqueza do tecido humano do espaço urbanizado, permita a descoberta de soluções e a execução de intervenções positivas sobre o ambiente comum. Num processo participativo, envolvendo todos, sem exclusão.

Na resposta à primeira questão avulta a dimensão poética do texto, mais uma vez presente, como vinha sendo hábito desde a passagem à escrita daquilo a que se vem chamando o mito do “Guarda Sol Amarelo”, e que remetia para um complexo

emocional, para uma idealização da *comunidade*, também reafirmada: *peessoas que (...) amam, brincam, (...) e sonham* ; a resposta confirmava Telheiras como *um bairro e dava-lhe uma dimensão global, ao colocá-lo na cidade de Lisboa, situado em Portugal, na Europa, no Mundo*.

Na resposta à segunda questão sublinhava-se a qualidade da Associação *sem fins lucrativos*, condição que vinha sendo referida aqui e ali, em artigos do *ART Informação*, em que se lembrava a *utilidade pública* da Associação e a sua capacidade agregadora (*que agrega residentes*), para se mostrar a ideia das duas *ART*, uma que *age como grupo de pressão junto dos responsáveis públicos* e outra que actua como *sociedade cultural*.

A resposta à terceira questão reafirmava a dimensão de projecto que, por esses anos, orientava a interacção simbólica da Associação com o tecido humano de Telheiras, mas também com o território daquilo a que a *ART* chamava *bairro, comunidade, aldeia*; uma dimensão claramente ecológica, que remetia para uma ideia de desenvolvimento sustentável – *o desenvolvimento do lugar, em termos sociais, culturais, físicos e cívicos, urbanísticos e ecológicos*. Era este o projecto da *ART*; conceptual, por certo, mas, até por isso, orientador das práticas¹⁸⁶.

Finalmente, a resposta à quarta questão não era nem menos teórica nem menos orientadora das práticas: A *ART* punha *em marcha um processo de aprendizagem colectiva que permita a descoberta de soluções e a execução de intervenções positivas sobre o ambiente comum*. Isto feito através de um *processo participativo*, que envolvia *todos, sem exclusão*. Como sustentam Barthes e Marty¹⁸⁷, “o escrito é uma exteriorização do indivíduo, um fenómeno de socialização do discurso, da colectivização e, finalmente, um fenómeno de hierarquização muito forte”. A *ART* socializava o discurso, como forma de arquitectar a relação social e assim procurar o capital simbólico que a sua acção exigia, na busca partilhar a sua visão do mundo, partilha sem a qual não seria possível a existência da comunidade (interpretativa), que a Associação divisava no horizonte de Telheiras.

¹⁸⁶ Já aqui se citou Giddens (1996: 14), quando diz que “Todos os actores são teóricos sociais, e têm de sê-lo para serem verdadeiros agentes sociais”, mas vale a pena reafirmar o argumento, a este propósito.

¹⁸⁷ Barthes, R., e Marty, E. (1987). “Oral/Escrito”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 32-57.

O segundo texto da apresentação que a ART fez em Marselha estava reunido num slide, que se recontrói no quadro que se segue...

Quadro 2

<i>Conceitos com que trabalhamos</i>
<i>Desenvolvimento Local - centrado no território</i>
<i>Desenvolvimento Humano - centrado nas pessoas</i>
<i>Desenvolvimento Integrado - centrado na noção de interligação sistémica</i>
<i>Desenvolvimento Sustentado - centrado na atenção ao ambiente</i>
<i>Glocal – porque pensamos globalmente mas agimos localmente</i>
<i>Learning society – porque estamos a aprender uns com os outros</i>
<i>Aldeia Media - porque comunicamos para podermos partilhar ideias e ideais</i>
<i>Imaginação sociológica – porque procuramos antecipar a visão colectiva do que desejamos que seja o lugar</i>

Legenda: **Conceitos orientadores da acção da ART** - os oito conceito orientadores da acção da ART, conforme apresentados pela presidente da Associação, na reunião de Marselha. (Fonte: ART)

Pode dizer-se que, em Marselha, a ART teorizava o discurso, adequando-o ao auditório, que não era o do «bairro», mas fazia-o de dentro para fora. Isto é, sofisticava a forma como comunicava a sua representação do real, mas era ainda a sua representação do real. E, a Associação, que antes se jogava entre duas ART, ainda que esse dualismo fosse unificado no propósito, já neste trabalho sublinhado, de construir o «bairro» como *comunidade*, e esta como *aldeia na cidade*, assumia, como nunca antes, a sua ideologia ecológica, os seus valores ambientais e desenvolvimentistas, a sua visão de “sociedade de aprendentes”, a sua projecção no futuro. Contudo, para o auditório endógeno, a simplicidade e a poética do discurso mantinham-se e eram visíveis na representação dos

actores singulares que, no vídeo feito pela Associação para ser apresentado em Marselha, chegavam à boca de cena e diziam...

Quadro 3

Telheiras é...

- “Um encontro agradável a cada esquina”. (Manuela H.)
- “Um bairro vivo”. (José M.)
- “Um bairro animado”. (Luisa H.)
- “Uma caixinha de surpresas em que a surpresa é o outro”. (Ana Salta)
- “O bairro onde vivemos”. (Mariana)
- “É o campo na cidade”. (Mariana L.)
- “A minha aldeia dentro da cidade”. (Ana P.)
- “O bairro onde escolhi viver”. (Guilherme P.)
- “O bairro da minha geração”. (Conceição)
- “O sítio onde apanho arcaçais para a minha filha”. (Abel C.)

A ART é...

- “Um chapéu a descobrir o sol”. (Ana B.)
- “O nosso projecto”. (Carlos C.)
- “Um encontro de utopias”. (Saudade R.)
- “Uma casa com gente muito bonita”. (António B.)
- “Onde estudo e me divirto”. (Daniel R.)
- “O mesmo que um encontro” (Maria J.)
- “Menos poluição, melhor qualidade de vida”. (José C.)
- “Uma escola musical”. (Pereirinha)
- “A arte de representar”. (Mariana)
- “Onde jogamos andebol”. (Álvaro)

Legenda: **Discursos sobre Telheiras e a ART** - Excerto retirado do vídeo de apresentação da ART, produzido em Outubro de 1998. Neste excerto, as imagens mostram uma jovem que, frente à sede da ART, tendo por trás um guarda-sol amarelo, aparece e diz apenas uma frase: “Telheiras é”... Seguem-se-lhe outros moradores, entre crianças, jovens e adultos, que definem o «bairro», dizendo uma frase, como se cita no quadro. O mesmo acontece a seguir, para “A ART é”...

Sendo, embora, os moradores que aceitaram colaborar na produção do vídeo da Associação de Residentes, tornando pública a sua representação de Telheiras, associados da ART, gente que era, na altura, ou já fora, membro dos corpos sociais, ou, no mínimo, pessoas que frequentavam actividades lúdico/culturais promovidas pela Associação, o certo é que da pluralidade semântica enunciada ressalta o efeito de reconhecimento do discurso da ART. Por isso lá estão o *bairro* e a *aldeia na cidade*, o *encontro*, a *convivialidade*, o *projecto*, o *guarda sol amarelo*, a preocupação ambiental. Entre a arquitectura urbanística da EPUL e a arquitectura social da ART, Telheiras erguia-se como «bairro», e o «bairro» como «comunidade interpretativa»; ambos, à sombra mítica da aldeia, que se afirmava na cidade, com a sua identidade própria, na relação simbolizada dos actores, colectivos e individuais.

Como também se afirma no texto do vídeo, que acompanha as imagens do bairro nele apresentadas...

A Associação de Residentes de Telheiras está a tornar-se o lugar ideal de descoberta e aprendizagem de um habitar poético e criador.

O objectivo da ART é o enriquecimento, no seu sentido mais lato, do lugar habitado. O lugar habitado é entendido aqui na dupla perspectiva de espaço ambiente e de espaço comunidade.

Esta visão tem tudo a ver com o projecto da ART e também com a maneira de estar e de sentir de muitas pessoas que, em Telheiras pensam o lugar como um ponto de encontro e de partida para processos de crescimento pessoais e colectivos...

É um discurso argumentativo, na luta pela imposição legítima da representação verdadeira da realidade, de que fala Bourdieu (1996), que vai encontrando eco nos *habitus* individuais dos actores de Telheiras; e não apenas dos que orbitam em torno da Associação.

Discurso e acção

O esforço analítico que vem sendo feito, no sentido de compreender o papel desempenhado pela Associação de Residentes de Telheiras na produção simbólica do «bairro/comunidade» de Telheiras, tem-se centrado na comunicação escrita da ART, entendendo-se, com Goody (1987: 141), que “a organização e o comportamento são influenciados de forma significativa pelo uso da escrita”: contudo, evidentemente, que o discurso argumentativo da ART não teria condições para convencer o seu auditório sem uma dimensão, propriamente da acção e, até, de uma acção, em algum caso performativa¹⁸⁸; ainda que a acção remeta para o uso da linguagem, como esta remete para a acção e seja a articulação complexa de ambas que deve ser entendida, em sentido lato, como comunicação. De resto, e como aconselha Giddens (1996: 16) “Devemos conceber a linguagem como um conjunto de práticas diversas e fragmentadas, contextos e modos de organização colectiva”. É, pois, a acção que sustenta o discurso, como é o discurso que sustenta a acção, mas é esta última, tomada em si própria, que conduz a experiências individuais intensas, intimamente vivenciadas e geradoras de adesão ao discurso; um auditório não é igual à soma dos indivíduos sociais que o constituem, mas eles estão lá e não devem ser ignorados, no conjunto das relações simbolizadas.

Como já vimos, quando aqui referimos a «existência» de duas ART, a Associação divide a sua intervenção em duas vertentes:

1. “Vertente recreativa”
2. “Vertente reivindicativa/Participação cívica”.

No primeiro caso, reúnem-se as actividades desportivas, lúdicas, e culturais, desenvolvidas com o apoio de outras instituições, traduzidas na cedência de instalações¹⁸⁹. São elas o Andebol, nas categoria de juvenis (disputam o Campeonato Regional de Lisboa) e seniores (disputam o Campeonato Nacional – 3ª Divisão); o

¹⁸⁸ Como é o caso do *Teatroàparte*, grupo de teatro da ART.

¹⁸⁹ Escola Secundária do Lumiar (cede instalações para a prática do andebol); Escola Alemã de Lisboa (cede instalações para a prática da dança); Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro (cede instalações para as “Conversas à Solta” e representações do grupo de teatro); Centro Comunitário de Telheiras (cede instalações para a prática do loga e ensaios do Coro e grupo de teatro).

Xadrez, iniciação e prática; o Cicloturismo, passeios domingueiros de 40 quilómetros, com o propósito do “lazer e criação de laços de amizade”¹⁹⁰; o Ioga, em horário pós-laboral e em colaboração com a Associação Portuguesa de Professores de Ioga; as aulas de Guitarra; a Dança (com quatro grupos de dança, distribuídos por dança Escocesa, Kilomba, Salsa, ritmos latino-americanos, africanos e brasileiros); o grupo coral – Coro da ART; o Coleccionismo, encontro de colecionadores e trocas; as Conversas à Solta; o Clube Phoenix – Cultura e Lazer, em que se pretende “partilhar valores, ideais e culturas, procurar novas experiências e novas aprendizagens”¹⁹¹, em encontros temáticos e em passeios e visitas culturais; a Pintura e Artes Decorativas; o ateliê de Artes Plásticas, para crianças; a Fotografia, através do “Olho de Peixe”, grupo de fotografia da ART, com informação, formação e prática, associadas à realização de concursos e exposições; e o Teatro, com o grupo de *teatroàparte*.

FIG 19



Legenda: **Cartazes do teatroàparte** - os cartazes das peças representadas pelo grupo *teatroàparte*, respectivamente, da esquerda para a direita, em 2007, 2006 e 2005, no auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, em Telheiras.

O *teatroàparte*¹⁹², Grupo de Teatro da ART, nasceu em Novembro de 1997 com o nome de *Teatro dell'ART*, com um *workshop* que combinava expressão dramática com

¹⁹⁰ Tal como se afirma em <http://artelheiras.pt/pages/index.php>, consultado em 30 de Julho de 2007.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² <http://teatroaparte.no.sapo.pt/>

técnicas de voz e expressão corporal. No ano seguinte, em Maio de 1998, o grupo apresentou a primeira peça “Encontros e Encontrões”, uma compilação de textos de diversos autores (portugueses e estrangeiros), num palco improvisado no antigo Lagar/Adega da Quinta de São Vicente, então ainda por recuperar, no Núcleo Antigo de Telheiras. Apesar do mau estado das instalações, a peça esteve em cena dois dias, com lotações esgotadas. O grupo mudou o nome para *Pó de Palco* e, ainda em 1998, em Dezembro, e em Janeiro de 1999, apresentou, também no Lagar, a segunda peça: “D. Ferrabraz de Alexandria”, um texto em verso, igualmente com lotações esgotadas. Seguiram-se-lhe “Deus”, de Woody Allen, representada em 1999; “Crimes Exemplares”, de Max Aub, representada em 2000; “Uma Coisa em Forma de Assim”, uma criação colectiva, representada em 2001; “As Preciosas Ridículas”, de Molière, representada em 2002; “D. Ferrabrás de Alexandria”, representada, de novo, em 2003, com nova encenação e, ainda no mesmo ano, “A Lição”, de Ionesco; “Ninguém Está no Seu Lugar, de Mamet, e “Tu pr’aqui ..., tu pr’ali”, de João Paulo Seara Cardoso, ambas representadas em 2004; “Cyrano – fragmentos”, de Edmond Rostand, representada em 2005; “Sonho de uma Noite de Verão”, de Shakespeare, e “Um por um para dois”, a partir de *Talem - Leito conjugal*, de Sergi Belbel, representadas em 2006 e “A Casa de Lorca”, baseada em “A Casa de Bernarda Alba”, de Lorca, em 2007.

O Grupo de Teatro da ART, *teatroàparte*, suscita este detalhe na medida em que mostra como a “aldeia dos doutores”¹⁹³ se distanciou da aldeia de Telheiras e do teatro da AMUF. Longe vão os tempos do “Fernandel de Telheiras”¹⁹⁴... Apesar de ter começado com uma expressão mais próxima do que se poderia apelidar, embora sem grande rigor, como «cultura popular», o teatro da ART é um teatro próprio da «cultura cultivada»: Ionesco, Mamet, Aub, Shakespeare, Lorca, Rostand, são nomes suficientemente elucidativos a este respeito. Por outro lado, porque é a actividade da ART que mobiliza maior número de pessoas – como é regra, a última peça, com seis representações no auditório da Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, esteve, em cada uma delas, com os

¹⁹³ “A aldeia dos doutores”, artigo assinado por Frederico Carvalho/João Garcia, in jornal *Expresso*, secção “Nacional”, pág. 13, 12/06/1993.

¹⁹⁴ Já referido neste trabalho, pag. 10.

142 lugares mais que esgotados, porque foi colocada uma fila extra de cadeiras e havia pessoas sentadas nas escadas, o que significa entre 900 e 1.000 espectadores – e evidencia um consenso: o grupo é bom e há em Telheiras quem o entenda como “um grupo de referência”. Finalmente, porque é mais uma ferramenta, esta performativa, na construção da identidade de Telheiras; o grupo *teatroàparte* facilita o processo de identificação afectiva com o «bairro», «encoraja» o sentimento de pertença à «comunidade» de Telheiras.

Na segunda “vertente” da intervenção da ART, a “Reivindicativa/Participação cívica”, a Associação tem interagido, ao longo dos anos, com um número significativo de instituições que, de um modo ou de outro, se relacionam com o presente e o futuro de Telheiras, como sejam: Câmara Municipal de Lisboa, Junta de Freguesia do Lumiar, Junta de Freguesia de Carnide, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa – EPUL, Ministério da Educação, Ministério da Administração Interna, Ministério e/ou Secretaria de Estado do Ambiente, Polícia de Segurança Pública, Sporting Clube de Portugal, Carris, Metropolitano de Lisboa, Deco, Universidades, outras associações de cidadãos, Federação Portuguesa de Cicloturismo, Escolas do «Bairro», Centro Cultural de Telheiras, Centro Comunitário de Telheiras, Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, entre outras. Com algumas delas estabeleceu laços de cooperação, com outras travou lutas, “numa guerra em que se perdem muitas batalhas”¹⁹⁵, mas igualmente se vão ganhando algumas.

Para esses combates foi formando grupos de «tropas» especiais, como o “Grupo de Intervenção Urbanística – GIU”, que produziu uma “Avaliação do Plano de Pormenor de Telheiras”; ou as actuais “Comissão de Segurança”, “Equipa de Protecção Civil de Telheiras”, e o grupo de “Ambiente e Energia”. Realizou reuniões com a Câmara, a EPUL e outros representantes de diferentes poderes; fez correr abaixo-assinados, promoveu debates, sessões de informação, convidou autarcas a virem a Telheiras, acompanhou visitas ao «bairro»; bateu-se pelo ordenamento do trânsito, por mais espaços verdes, pela implementação de um clube de jardinagem; opôs-se a decisões que considerou lesivas para Telheiras, como a construção de uma bomba de gasolina no

¹⁹⁵ *Informação ART*, N. 6, Novembro de 1990, p. 4.

Alto da Faia; exigiu uma casa de cultura. Sempre com o objectivo confesso de assegurar a “participação dos residentes de Telheiras (...) em todas as decisões importantes, relacionadas com a vida do bairro, com especial incidência nas questões da qualidade do ambiente urbano, do meio escolar e da segurança”¹⁹⁶. A este propósito, insere-se abaixo um quadro com um resumo dos “principais contactos institucionais”¹⁹⁷, realizados pela Direcção da ART, em 1996/97.

Quadro 4

Data	Destinatários/Interlocutores	Assunto
06.03.96	Carta aos presidentes da CML, EPUL e Junta de Freguesia do Lumiar, directores da DMPGU e Departamento de Desporto da CML.	Plano de Pormenor de Telheiras; situação actual e o futuro do «bairro».
22.04.96	Reunião com o presidente da EPUL.	Sensibilização da nova administração da EPUL para os problemas de Telheiras e apresentação de um estudo sobre a situação urbanística do «bairro».
01.05.96	Encontro com o presidente da EPUL.	Visita guiada ao «bairro» de Telheiras
21.05.96	Reunião com presidente e quadros da EPUL.	Projectos para o núcleo central do «bairro» — células 3 e 14.
? .05.96	Reunião com o comandante da esquadra da PSP de Telheiras.	Segurança no «bairro» de Telheiras.
20.06.96	Carta aos Ministro da Administração Interna, comandante Geral da PSP, comandante da esquadra de Telheiras.	Segurança no «bairro» de Telheiras.
15.07.96	Carta aos presidentes da CML, EPUL, administração da BP Portuguesa e da BP Internacional (Londres).	Protesto contra a construção de uma bomba de gasolina da BP, junto a prédios, em Telheiras.
25.07.96	Reunião com o presidente da CML.	Construção de uma bomba de gasolina da BP, junto a prédios, em Telheiras.
02.08.96	Reunião com administração da EPUL, representante da CML, representante da BP Portuguesa.	Construção de uma bomba de gasolina da BP, junto a prédios, em Telheiras.
30.09.96	Reunião com presidente e quadros da EPUL.	Ponto da situação sobre o realojamento da população do Núcleo Antigo de Telheiras.
15.10.96	Reunião com CML e EPUL.	Sessão de apresentação pública do Complexo Desportivo de Telheiras (Alto da Faia).
20.12.96	Reunião com o director do Departamento de Planeamento Urbanístico da CML.	Ponto da situação sobre o desenvolvimento urbanístico de Telheiras, apresentação das propostas da ART e sensibilização da CML para as necessidades dos moradores.

¹⁹⁶ Tal como se afirma em <http://artelheiras.pt/pages/index.php>, consultado em 30 de Julho de 2007.

¹⁹⁷ Assim classificados por Carlos Meira, dirigente da ART neste período.

Uma Aldeia na Cidade...

16.01.97	Reunião com o Gabinete Paisagístico da “Rasgo”, empresa do Grupo EPUL.	Projecto de pistas para ciclistas em Telheiras.
22.01.97	Mailing para 60 entidades e residentes e não residentes em Telheiras.	Divulgação do boletim ART Informação, N. 12.
24.01.97	Reunião com o presidente da EPUL, acompanhando a Associação de Pais da Escola Básica.	Construção do jardim de infância em Telheiras.
29.01.97	Reunião com as Associação de residentes da Lapa e Associação de Residentes do bairro de St ^a Cruz de Benfica.	Troca de informações e experiências. Avaliação da oportunidade para uma actuação comum.
14.02.97	Reunião com o director do Departamento de Desporto da CML.	Sensibilização para a necessidade de equipamentos desportivos em Telheiras.
17.02.97	Reunião com o director do Departamento de Estruturas Verdes da CML.	Sensibilização para a necessidade de se reforçar a estrutura verde envolvente de Telheiras e de se criar um jardim no interior do bairro.
10.03.97	Carta ao presidente da CML.	Plano de Pormenor de Telheiras: envolvimento formal da ART no processo de revisão em curso.
09.04.97	Carta a cinco escolas do «bairro», públicas e privadas.	Recolha de opiniões e manifestação de interesse relativamente a um projecto de hortas pedagógicas em Telheiras.
10.04.97	Carta ao vereador Machado Rodrigues, da CML, c/c. Ao presidente da CML.	Impacto ambiental do prolongamento do Eixo Norte-Sul e outros eixos viários na zona de Telheiras.
10.04.97	Carta ao comandante geral distrital da PSP de Lisboa, c/c. ao presidente da CML e ao comandante da esquadra da PSP de Telheiras.	Estacionamento desregrado na zona envolvente do estádio do Sporting, em dias de jogos e outros espectáculos.

Legenda: **Intervenção cívica da ART em 1996/97** - o quadro acima foi elaborado com base em informação cedida por um dos membros da Direcção da ART neste período, o economista Carlos Meira, e regista os contactos com outras instituições desenvolvidos pela Associação em 1996/97, na sua vertente reivindicativa e de participação cívica.

Deste conjunto de acções, em representação do que a ART entendeu, neste período, como de interesse para o «bairro», bem como dos resultados delas, foram os moradores sendo informados em conversas informais com directores, ou por meio do *ART Informação*. Destas diligências, a bomba de gasolina acabou por constituir uma vitória para a Associação e para Telheiras, já que foi abandonada a ideia de a construir. Anos mais tarde, em 2003, a ART haveria de se opôr, de idêntica forma, à construção de uma gasolinheira noutra ponto do «bairro», no Alto da Faia, ao abrigo do acordo celebrado

entre a Câmara Municipal de Lisboa, a EPUL e o Sport Lisboa e Benfica, no âmbito da realização do “Euro 2004” em Portugal e da conseqüente construção do novo estádio da Luz. Desta vez sem sucesso; a CML chegou mesmo ao ponto de demolir o complexo gimno-desportivo do Alto da Faia, erguendo-o, de novo, noutra parte, para ceder o terreno ao Benfica, e a gasolinha fez-se.

Os presidentes da ART

Em finais de 2003, mais propriamente entre Dezembro de 2003 e Janeiro de 2004, foi pedido aos presidentes da ART, às três mulheres que tinham exercido o cargo anteriormente (Ana Silva Pinto, Ana Salta e Ana Contumélias) e ao presidente em exercício, Carlos Meira, que respondessem a um questionário, destinado a esta investigação; já em 2007, pediu-se também aos restantes dois presidentes, Sampaio Faria, o primeiro a cumprir apenas um mandato, e Guilherme Pereira, presidente em exercício, que respondessem também. O questionário visa determinar se todos se enquadram, ou não, no perfil dos moradores de Telheiras, tal como era descrito no “Relatório NEUT, 1989”; avaliar a sua experiência anterior em termos de participação cívica activa; perceber as razões da sua adesão à Associação de Residentes de Telheiras – ART e bem assim a representação que tinham do papel da Associação e dos seus objectivos no momento; a sua representação de «Telheiras» e de «Grande Telheiras¹⁹⁸» e a sua representação de «bairro».

Entendeu-se ainda pertinente ouvir todos os indivíduos que tinham ocupado o cargo de presidente da ART, tal como o que o ocupa actualmente, por se saber que a Associação funciona, não estruturada na plenitude da participação dos corpos gerentes eleitos, parte deles pouco ou nada participativos, mas com base num estrito núcleo de directores, entre os quais a/o presidente é um elemento-chave. Essa circunstância, embora a prática da Direcção da ART consista em tomar decisões democraticamente, faz do presidente a figura mais solicitada e com maior responsabilidade decisória; não é certamente por

¹⁹⁸ A pertinência de inquirir sobre a ideia que os presidentes da ART tinham de «Grande Telheiras» encontrava justificação no facto de o *Jornal de Telheiras* ter passado a usar esse conceito para definir Telheiras como um todo e não apenas como um território confinado ao «Triângulo».

acaso que, como se verá adiante, Ana Salta explica o seu afastamento da «militância» na Associação com a afirmação de que “estava cansada de assumir responsabilidades sozinha”. Contudo, o questionário foi passado, sabendo-se que o social não se explica pelo individual, como recorrentemente argumenta o senso comum, e entendendo os inquiridos como indivíduos sociais.

Vejam-se, agora os questionários; convém dizer que, no caso dos items que remetem para informação propriamente concreta (idade, casado/solteiro, número de filhos, etc.) se registam apenas os dados, libertos de informações complementares pessoais: em todas as outras questões (que envolvem qualquer tipo de representação do real, emoções ou ideologia do inquirido) manteve-se a resposta, *ipsis verbis*, e por isso ela aparece entre aspas, como qualquer outra citação vem sendo apresentada neste trabalho.

Ana Silva Pinto (69 anos)

Presidente da Associação de Residentes de Telheiras – ART: entre 1988 e 1992

Naturalidade: Serpa

Morada antes de Telheiras: Lisboa, Benfica

Ano em que veio morar para Telheiras: 1982

Idade na chegada a Telheiras: 44 anos

Estado civil: casada

Filhos ao chegar a Telheiras: duas raparigas, com 8 e 10 anos, na chegada a Telheiras

Formação: Licenciatura em Filologia Românica

Profissão: Professora do Ensino no Ensino Secundário

Conserva laços fortes, e mantém sociabilidades, fora de Telheiras? Sim

Experiências de Intervenção Cívica: integrou diversos grupos de reflexão cívica; na década de 70, foi presidente de uma cooperativa de consumo, sem objectivos de lucro, em S. Domingos de Benfica; fez animação com jovens; integrou um jornal de educação.

Relação com a ART: fundadora e primeira presidente. Cumpriu 2 mandatos, entre 1988 e 1992.

Razões pelas quais se juntou à ART:

“Por um lado, pela necessidade sentida de aproveitar a circunstância de viver num bairro que tinha um projecto inovador mas que podia ser facilmente adulterado, situação que exigia a participação dos moradores. Por outro, porque naquela altura a organização e dinamização dos moradores era essencial, para resolver os problemas que se colocavam com a habitação”.

Situação em relação à ART, à data da entrevista:

Não colabora, porque não tem tido oportunidade e também “porque, neste momento, não vejo bem qual deve ser o papel da Associação”.

Como entende/define a ART?

Não respondeu

Quais são, no seu entender, actualmente, os objectivos da Associação?

“Não sei claramente quais são, neste momento, os objectivos da Associação”.

Morada actual das filhas: as filhas já são adultas e saíram de casa dos pais, mas adquiriram um apartamento em Telheiras, onde continuam a viver.

O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?

“É um bairro agradável. Podia ser muito melhor, mas ainda tem coisas muito positivas. Mas acho que neste momento está muito ameaçado. Embora haja um núcleo central (duro) que nunca poderá ser totalmente destruído”.

“Telheiras é uma aldeia de luxo, movendo mundos e fundos. Mas uma aldeia. Só que é uma aldeia na cidade.”

Limites do bairro?

“Para mim Telheiras situa-se entre a Av. Padre Cruz e o eixo Norte-Sul. O Colégio Planalto, o Alto da Faia já não são Telheiras”.

Faz sentido falar da existência de uma «Grande Telheiras»?

“Não faz sentido, porque o que foi acontecendo não tem nada a ver com o projecto de Telheiras. Telheiras funciona como uma imagem de marca”.

“Por outro lado, faz todo o sentido porque é um facto consumado. A pertença a Telheiras é o que está na cabeça das pessoas.

Como define «bairro»?

“Defino-o um pouco como uma aldeia; um círculo grande ou pequeno com uma certa autonomia, cujos habitantes se relacionam entre si, reconhecendo-se como pertencentes aquele espaço, e onde se podem resolver as necessidades essenciais. É um sítio onde as pessoas dizem que estão lá; que é um local diferente dos outros, onde as pessoas gostam ou não gostam de viver, porque...”.

Ana Salta (57 anos)

Presidente da Associação de Residentes de Telheiras – ART: entre 1992 e 1996

Naturalidade: Nisa – Portalegre

Morada antes de Telheiras: Lisboa, Calçada de Arroios

Ano em que veio morar para Telheiras: 1984

Idade na chegada a Telheiras: 34 anos

Estado civil: divorciada

Filhos ao chegar a Telheiras: uma rapariga, com 3 anos.

Formação: Licenciatura em Arquitectura

Profissão: Projectista no Fundo de Fomento da Habitação

Conserva laços fortes, e mantém sociabilidades, fora de Telheiras? Sim

Experiências de Intervenção Cívica: colaboração estreita com associações de moradores em Beja e Amadora, no âmbito da sua actividade profissional.

Relação com a ART: Iniciou a colaboração com a Associação em 1988. Foi depois presidente. Cumpriu 2 mandatos, entre...

Razões pelas quais se juntou à ART:

“Sentia o desejo de me integrar na vida do bairro, de não me isolar após o divórcio, de conviver, de fazer coisas com os outros (cantar, fazer yoga, conviver)”.

Situação em relação à ART, à data da entrevista:

“Agora não colaboro porque estava cansada de assumir responsabilidades sozinha”. Mas “tento meramente fruir aquilo que existe em funcionamento”, ou seja as actividades promovidas pela ART que lhe interessam.

Como entende/define a ART?

“A ART é uma grande oportunidade de fazer acontecer coisas com os outros que sózinhos e/ou sem nós nunca aconteceriam”.

Quais são, no seu entender, actualmente, os objectivos da Associação?

“O objectivo da ART é influenciar o nosso destino como pessoas e como comunidade – dar-nos espaço e condições para actuar sobre o nosso destino comum”.

Ainda sobre a ART: “A ART reforçou tendências, sedimentou a experiência e a ‘prática de acolhimento’ tão característica dos ‘pioneiros de Telheiras’. A ART não aconteceu por acaso mas porque fazia falta a estas pessoas, que aqui estavam neste tempo e lugar. Telheiras seria diferente com outros moradores, se as pessoas fossem outras, com outra maneira de ver a vida e de estar na vida”.

Morada actual das filhas: a filha mora em Telheiras, onde alugou um apartamento.

O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?

“Telheiras Sul é o bairro com mais qualidade urbana de Lisboa, nem mais nem menos! Com a vantagem de ser plano, o que lhe confere óptima acessibilidade (o que não acontece na moderníssima Alta de Lisboa). Além disso, tem bom urbanismo e boa arquitectura”.

Limites do bairro?

“Agora, para mim que trabalho em Sintra e ando de comboio, começa na estação do Metro, passa por minha casa, pela ART, pelo «Carrefour» e acaba na casa dos amigos no Alto das Areias¹⁹⁹”.

Faz sentido falar da existência de uma «Grande Telheiras»?

“Claro! Mas é preciso saber se isso também faz sentido para os que lá moram”.

Como define «bairro»?

“Estou muito ligada afectivamente a este ‘lugar’, que é o meu ‘bairro’ e o dos meus amigos”.

¹⁹⁹ Urbanização da EPUL, no Paço do Lumiar.

Ana Contumélias (49 anos)

Presidente da Associação de Residentes de Telheiras – ART: entre 1996 e 2000

Naturalidade: Funchal – Madeira

Morada antes de Telheiras: Lisboa, Ajuda

Ano em que veio morar para Telheiras: 1983

Idade na chegada a Telheiras: 25 anos

Estado civil: casada

Filhos ao chegar a Telheiras: uma rapariga, com 6 anos.

Formação: Estudante do 2º ano da Licenciatura de Sociologia do ISCTE²⁰⁰

Profissão: Jornalista

Conserva laços fortes, e mantém sociabilidades, fora de Telheiras? Sim

Experiências de Intervenção Cívica: Nenhuma

Relação com a ART: Iniciou a colaboração com a Associação em 1992. Foi depois presidente. Cumpriu 2 mandatos, entre 1996 e 2000.

Razões pelas quais se juntou à ART: “A percepção de que no local em que residia havia todo um mundo para descobrir, percepção esta em parte construída na sequência de um trabalho de investigação sobre o ambiente. E pelo facto de então pensar que a Associação era o local por onde podia começar essa descoberta”.

Situação em relação à ART, à data da entrevista:

“A minha actual relação com a ART é muito diferente, na medida em que reduzi substancialmente o tempo e a energia que lhe dedico. Mantenho, por um lado, uma grande ligação afectiva, de pertença, emocional e de expectativa. Mas saí do activo, e embora continue formalmente ligada por ter aceite figurar nos últimos lugares da lista da Direcção, como vogal, só pontualmente, e se solicitada, tenho prestado alguma colaboração, fazendo contactos com entidades ou estando entre os participantes em algum evento. Tenho pois um muito menor empenho, em grande parte, julgo, devido a

²⁰⁰ À data da sua chegada à Telheiras, em 1983, Ana Contumélias não era ainda Mestre em Sociologia, grau que obteve em 2006, mas apenas aluna do 2º ano da mesma disciplina, no ISCTE.

uma mudança de residência que me afastou do centro de Telheiras²⁰¹, fazendo-me, por vezes, sentir que já não moro ali. Pelo menos, o meu ‘aqui’ residencial é agora mais distante”.

Como entende/define a ART?

“A ART é uma boa ideia. Uma forma de organização e de actuação a potenciar em todos os bairros, cidades, territórios. A ART é um caso a estudar. É uma acção conjugada, empreendida por um conjunto de pessoas com finalidades diversas mas comuns, relativas à vida desenvolvida num território sentido como partilhado. A ART é uma forma de exercício de cidadania”.

Quais são, no seu entender, actualmente, os objectivos da Associação?

“Os objectivos são os que constam nos estatutos, onde estão muito bem definidos e sintetizados. Não há muito a acrescentar porque, não tendo participado nessa definição, aderi desde a primeira hora em que deles tomei conhecimento; e ainda continuo a achar que estão actuais.

Morada actual das filhas: a filha mais velha²⁰², já casou e mora, com o marido e duas filhas, no Parque dos Príncipes.

O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?

“Penso que a parte de intervenção inicial da EPUL é muito interessante e o resto sem graça nenhuma, igual a muitas outras partes da cidade que descuidadamente vão sendo construídas. Acho que o aumento do trânsito, com as vias rápidas e os hipermercados que atravessam o bairro, inviabilizaram um sonho partilhado por muitas famílias ligadas à ART, de que era possível viver a rua, o espaço comum, colectivo ou partilhado, nomeadamente pelas crianças, e andando, caminhando a pé, em percursos próximos, sem grandes ameaças.”

Defino-a como um local da cidade, uma área onde algures, mais ou menos onde fica a ART e/ou habita a maior parte das famílias associadas se partilha, ou partilhou, uma certa ideia ou sonho ou ideal de vida”.

²⁰¹ Ana Contumélias reside agora da “Urbanização do Paço do Lumiar”, também da EPUL.

²⁰² Já depois de estar em Telheiras, Ana Contumélias teve mais dois filhos (um rapaz e uma rapariga), que são ainda menores e moram com a mãe.

Limites do bairro?

“Onde começa e acaba o sonho”.

Faz sentido falar da existência de uma «Grande Telheiras»?

“Faz. Mas não parece que sirva de muito ou que haja muito a ganhar com isso. Mesmo no sentido de poder considerar que Telheiras é uma identidade positiva e se expandiu”.

Como define «bairro»?

“Um bairro é um território urbano com uma identidade própria, arquitectónica e vivencial. Defino bairro como uma unidade, uma marca, um conjunto de vivências e/ou edificações”.

Carlos Meira (47 anos)

Presidente da Associação de Residentes de Telheiras – ART: entre 2000 e 2004

Naturalidade: Lisboa

Morada antes de Telheiras: Lisboa, S. Domingos de Benfica.

Ano em que veio morar para Telheiras: 1994.

Idade na chegada a Telheiras: 33 anos.

Estado civil: casado.

Filhos ao chegar a Telheiras: Três, um rapaz com 7 anos e duas raparigas, respectivamente com 5 anos e 1 ano.

Formação: Licenciatura em Economia.

Profissão: Bancário.

Conserva laços fortes, e mantém sociabilidades, fora de Telheiras? Sim

Experiências de Intervenção Cívica: Participação ao nível da Paróquia; associação humanitária.

Relação com a ART: Iniciou a colaboração com a Associação em 1994. Foi depois presidente. Cumpriu 2 mandatos, entre...

Razões pelas quais se juntou à ART:

“Vontade de participação cívica local; influenciar decisões urbanísticas locais; mudar Lisboa, transformando-a numa cidade agradável para viver; importância das relações pessoais a nível local (relações de vizinhança)”.

Situação em relação à ART, à data da entrevista:

É o presidente da Direcção²⁰³.

Como entende/define a ART?

“Associação de vizinhos; grupo de defesa (promoção) do território; grupo de pressão; associação cultural e recreativa”.

Ainda sobre a ART: “Apesar das limitações, do ponto de vista humano a ART tem ajudado a criar, de facto, relações de vizinhança através das actividades que promove e das causas que defende. Creio que existe uma certa ‘consciência de pertença’, uma certa coesão (que sobrevive ao extremo individualismo dos portugueses) e que, em parte, será devida à existência de uma associação local”.

“Quanto à defesa do território (e apesar de às vezes duvidar), o facto de existir a ART provocará, de forma directa ou indirecta, algum tipo de cuidado por parte dos agentes que actuam no bairro (EPUL, Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Polícia, Operadores de Transportes, Ministério da Educação...). Saber que um território é habitado por pessoas atentas e interventivas (‘uns chatos’) ajuda a ‘afastar predadores’ e a dar-se maior atenção à qualidade.

Quais são, no seu entender, actualmente, os objectivos da Associação?

“Gosto da fórmula que vimos usando para definir a nossa missão: ‘ajudar a criar as condições para que os residentes gostem de viver e conviver no bairro’ (valorização do espaço e do relacionamento local, sem paroquialismos e sempre com um espírito universalista”.

Morada actual das filhas: Moram com ele.

O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?

“ Um bairro em termos urbanísticos e humanos superior à média de Lisboa. Mas urbanisticamente em perigo e inferior à média dos bairros predominantemente residenciais de outras cidades da *Europa civilizada*.”

²⁰³ Á semelhança do que acontece com as anteriores presidentes, também Carlos Meira, terminado o seu segundo mandato à frente da Associação, desacelerou a colaboração.

Limites do bairro?

“Não é um conceito administrativo. ‘Conceito EPUL original’: triângulo entre os três eixos (Norte-Sul, Segunda Circular, Av. Padre Cruz); ‘Conceito comercial’: entre a Rotunda de Carnide²⁰⁴ e o Sporting e entre o Paço do Lumiar²⁰⁵ e a zona Norte-Nascente da Estrada da Luz;”. ‘Conceito de Afinidades’: onde moram os sócios da ART”.

Faz sentido falar da existência de uma «Grande Telheiras»?

Sim.

Como define «bairro»?

“É um espaço urbano a uma escala pedestre, reconhecido como tendo uma identidade própria. Do ponto de vista individual, o meu bairro é o meu espaço por onde posso circular a pé num raio até 800 metros a partir da minha casa. Para lá disso, já não é o meu bairro, é a minha cidade.”

José Guilherme Sampaio Faria (64 anos)

Presidente da Associação de Residentes de Telheiras – ART: entre 2004 e 2006

Naturalidade: Felgueiras

Morada antes de Telheiras: Lisboa

Ano em que veio morar para Telheiras: 1992

Idade na chegada a Telheiras: 49 anos

Estado civil: casado

Filhos ao chegar a Telheiras: três

Formação: Licenciatura, Mestrado, Doutoramento

Profissão: Médico

Conserva laços fortes, e mantém sociabilidades, fora de Telheiras? Sim

Experiências de Intervenção Cívica: “Desde estudante sempre me associei a iniciativas e projectos quer pontuais, embora quase sempre de incidência local, profissional ou científica”.

²⁰⁴ Vulgarmente conhecida na área como “Rotunda de Telheiras”.

²⁰⁵ Onde começa e acaba o Paço do Lumiar é outra questão interessante, provavelmente por razões opostas, mas que não constitui o objecto deste trabalho.

Relação com a ART: associado desde 1992. Cumpriu 1 mandato como presidente, entre 2004 e 2006.

Razões pelas quais se juntou à ART:

“Ter tempo semanal para envolvimento em iniciativas cívicas sempre fez parte do meu projecto de vida. Assim, logo que tive conhecimento da existência da ART, fiz-me sócio, para poder participar e também integrar-me no esforço colectivo local para melhorar a qualidade de vida no sítio onde passei a morar. Acrescento a minha crença de que, nas grandes freguesias urbanas, os bairros não têm representatividade política que os defenda das decisões da cidade e da própria freguesia a que pertencem . Por isso, os movimentos associativos de bairro são, mais do que nunca, necessários, se se tem como objectivo proteger o bairro e a sua vida, dos interesses localizados fora e longe dele”.

Situação em relação à ART, à data da entrevista:

Associado não envolvido nas actividades, nem nos corpos gerentes.

Como entende/define a ART?

“Um esforço organizado de moradores de Telheiras para conseguirem maiores níveis de empoderamento pessoal (através da participação em actividades), afectivo (aumentar o suporte social) e colectivo (ter mais poder de intervenção e reivindicação junto de instâncias que podem afectar, pelas suas decisões, a qualidade de vida dos moradores do bairro)”.

Quais são, no seu entender, actualmente, os objectivos da Associação?

“Os indicados na resposta à questão anterior”.

Morada actual dos filhos: “Lisboa, mas em outros bairros da cidade”.

O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?

“Telheiras tem história, vivência de bairro e beneficiou de um projecto urbanístico inovador na altura, visando a humanização da vida no bairro. Este projecto tem sofrido vicissitudes graves, que têm posto em causa esse objectivo, nomeadamente a construção desenfreada, a falta de espaços verdes, o aumento de circulação automóvel (sem estacionamento), a construção no seu seio e limites de grandes vias de escoamento de tráfego, etc..”

Limites do bairro?

“Da Av. Padre Cruz aos limites com a Luz, e da Segunda circular até ao Alto da Faia (incluído)”.

Faz sentido falar da existência de uma «Grande Telheiras»?

“Não. Telheiras como bairro tem limites (ver resposta seguinte)”.

Como define «bairro»?

“Um território urbano onde os moradores estabelecem relações de proximidade pessoal diária e partilham estruturas de apoio de natureza económica, social, cultural e espiritual comuns. Essa proximidade social tende a organizar os moradores em torno de valores e interesses próprios e comuns.”

Guilherme Pereira (54 anos)

Presidente da Associação de Residentes de Telheiras – ART: desde 2006...

Naturalidade: Lisboa

Morada antes de Telheiras: Lisboa, Alvalade.

Ano em que veio morar para Telheiras: 1987.

Idade na chegada a Telheiras: 34 anos.

Estado civil: casado.

Filhos ao chegar a Telheiras: Um, um rapaz.

Formação: Licenciatura em Sociologia.

Profissão: Sociólogo.

Conserva laços fortes, e mantém sociabilidades, fora de Telheiras? Sim

Experiências de Intervenção Cívica: OIKOS, CIDAC, Animação e desenvolvimento local em Moçambique e Burkina Faso.

Relação com a ART: Iniciou a colaboração com a Associação em 1992. Foi eleito presidente em 2006.

Razões pelas quais se juntou à ART:

“Por viver no bairro”.

Situação em relação à ART, à data da entrevista:

É o presidente da Direcção.

Como entende/define a ART?

“Um lugar de encontro entre vizinhos, onde defendemos e valorizamos a nossa terra! É um sindicato dos proprietários das suas casas, uma comissão de melhoramentos locais, uma colectividade de cultura e recreio. Dentro em breve, um centro de 3ª idade de gente dinâmica.”.

Quais são, no seu entender, actualmente, os objectivos da Associação?

“Marcar posição face à EPUL e CML na consolidação urbanística do bairro. Zelar pela melhor segurança. Zelar por espaços verdes. Zelar por limpeza e higiene. Enfim para que os serviços publicos devidos sejam cumpridos”.

Morada actual dos filhos: Telheiras.

O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?

“É uma nova urbanização com um traçado inovador para a época, com características diferentes de outras na cidade e com algum desafogo. Demograficamente já está consolidada mas urbanisticamente (construção de mais espaço) ainda não. Sócio-profissionalmente muito homogenea – profissionais Liberais.”

Limites do bairro?

“Os 3 eixos viários Eixo Norte-Sul, Av. Padre Cruz, 2ª circular”.

Faz sentido falar da existência de uma «Grande Telheiras»?

“ Sim: que vai até à estrada do Paço do Lumiar e até à Rua Fernando Namora e Rua Padre Américo e Rotunda de Telheiras”.

Como define «bairro»?

“Uma zona da cidade com características comuns que as diferenciam das restantes. Se tiver vida humana e laços vivos fortes, óptimo!”



Sistematiza-se, agora, a partir das respostas aos questionários, o perfil de cada um dos presidentes da Associação de Residentes de Telheiras, à chegada ao «bairro», tendo em

conta cinco indicadores: Naturalidade, Idade, Habilitações, Profissão, Estado civil, Número de filhos.

Quadro 5 – Caracterização dos presidentes da ART à chegada a Telheiras

Presidentes ART	Natural.	Idade	Habilitações	Profissão	Casado/Solt.	Filhos
Ana S. Pinto	Fora de Lx.	44 anos	Licenciada	Docente	Casada	2
Ana Salta	Fora de Lx.	34 anos	Licenciada	Arquiteta	Divorciada	1
Ana Contumélias	Fora de Lx.	25 anos	2º ano Sociol.	Jornalista	Casada	1
Carlos Meira	Lisboa	33 anos	Licenciado	Quadro Banca	Casado	3
Sampaio Faria	Fora de Lx.	49 anos	Doutorado	Médico	Casado	3
Guilherme Pereira	Lisboa	34 anos	Licenciado	Sociólogo	Casado	1

Legenda: **“Perfil social” dos presidentes da ART** - o “perfil social” da população de Telheiras, traçado pelo “Relatório NEUT, 1989” mostra que 60% dos inquiridos são de fora de Lisboa; que 70,1% têm até 40 anos (11,5% entre 41 e 45 anos); que 60.9% têm uma licenciatura (16,9%, um curso médio); que homens e mulheres trabalham em profissões científicas ou intelectuais (só 2,5% das mulheres são domésticas); que 63,7% são casados, com filhos (5,9% vivem só o pai ou a mãe com os filhos); que 66,1% dos filhos têm idades até aos 10 anos. Como se pode ver pelo quadro, os presidentes da ART incluem-se nesse perfil.

Uma primeira análise das respostas aos questionários permite concluir, como se pode comprovar pelo quadro acima (Quadro 5), que os seis presidentes da Associação de Residentes de Telheiras, no momento da sua chegada ao «bairro», correspondem ao perfil dos habitantes de Telheiras, traçado pelo “Relatório NEUT, 1989”. De facto, 66,6% do universo dos presidentes são naturais de fora de Lisboa e têm idades até 40 anos, enquanto 83% são, pelo menos, licenciados, que chegaram ao bairro casados e com filhos pequenos; sendo que as três presidentes da ART (100% das mulheres presidentes da Associação) trabalham em profissões intelectuais.

Por outro lado, igualmente 83%, (cinco dos seis presidentes), tinham já diferentes experiências de participação cívica e associativa quando chegaram a Telheiras, o que se entende com facilitador do seu envolvimento posterior com a Associação de Residentes, quer na sua génese (caso de Ana Silva Pinto), quer na sua implementação e consolidação. Das razões invocadas pelos seis para esse envolvimento, avultam, grosso modo, a necessidade/vontade de participação cívica, com vista a resolver

problemas/influenciar decisões urbanísticas locais; a essas, juntam-se motivos de cariz mais pessoal e/ou abstracto: desejo de não se isolar, de conviver (caso de Ana Salta) ou de descoberta do local onde se vive (Ana Contumélias). Constatam-se, por outro lado, que todos os presidentes cessantes abandonaram a «participação activa» na vida da ART²⁰⁶. Para explicar esse abandono, Ana Salta invoca razões que destapam o «isolamento» vivido pelos directores que, depois de eleitos se envolvem realmente no quotidiano da Associação, enquanto outros se afastam e se limitam a comparecer a reuniões dos corpos sociais, convocadas com maior grau de formalidade. Neste quadro é a/o presidente quem assume a posição de maior implicação e também de maior desgaste; daí que Ana Salta explique o seu afastamento, afirmando que “estava cansada de assumir responsabilidades sozinha”.

Ao longo desta investigação foi-se consolidando a ideia de que a Associação tem um poder simbólico que não é directamente proporcional ao envolvimento dos associados nas actividades propriamente cívicas e de representação dos residentes de Telheiras²⁰⁷, desenvolvidas pela ART. A resposta de Guilherme Pereira, actual presidente, à questão “Como entende/define a ART?”, é elucidativa a este respeito – “Dentro em breve, um centro de 3ª idade de gente dinâmica”. É que, de facto, a Associação não tem conseguido renovar os quadros com a absorção de jovens e, embora o número de sócios se mantenha estável²⁰⁸, os órgãos sociais vivem de «históricos», alguns deles presentes desde a primeira hora, desde a fundação, e de outros que chegaram mais tarde mas com idades semelhantes, a maior parte acima dos 50 anos ou até com idades mais avançadas e, alguns deles, já reformados²⁰⁹.

²⁰⁶ Embora Carlos Meira seja agora o presidente da Assembleia Geral e Ana Contumélias ocupe um lugar na Direcção, como vogal, a ligação de ambos à ART é quase meramente formal.

²⁰⁷ O mesmo não acontece nas actividades desportivas, lúdicas e culturais em que há uma forte participação.

²⁰⁸ 700 sócios, de facto, segundo informação do presidente da Direcção, Guilherme Pereira, em 24.09.07.

²⁰⁹ Contudo, esta situação parece estar a alterar-se. Já depois de recolhido o questionário respondido por Guilherme Pereira e de ter sido escrito o parágrafo que integra esta nota de rodapé, um grupo de cinco jovens que cresceram em Telheiras e vivem no «bairro» (Filipe Matos, 20 anos; Margarida Meira, 19 anos; Cláudia Matos, 19 anos; Luís Pereira, 21 anos e João Oliveira, 20 anos), todos eles estudantes universitários, constituíram formalmente, em reunião de Direcção da ART, realizada em 3 de Outubro de 2007, a “ART Jovem”. Garantem ter com eles vários colaboradores e querem trazer a Associação para a rua, animar o espaço público, realizando festivais. Arrancam este ano de 2007, no S. Martinho, com o “I Festival de Verão de S. Martinho” (ou com o “I Festival de Telheiras”, ainda não decidiram em definitivo

Noutro plano, as representações que os seis presidentes da ART têm de Telheiras, embora não sejam idênticas, podem traduzir-se em duas grandes linhas, uma positiva a outra negativa – no primeiro caso, fala-se de um «bairro» que beneficiou de um projecto inovador, com uma qualidade urbanística superior à média de Lisboa; no segundo, referem-se os impactos negativos das vias rápidas e do excesso de construção que, para Carlos Meira, colocam o «bairro» “urbanisticamente em perigo” (Ana S. Pinto, sente-o “muito ameaçado”) e que, para Ana Contumélias, “inviabilizaram um sonho partilhado”. No que refere ao espaço físico de Telheiras, só dois dos presidentes, Ana Silva Pinto e José Sampaio Faria, entendem que “não faz sentido” falar em “Grande Telheiras”; mas quando se fala de fronteiras, convivem entendimentos mais diversos – o «bairro» é o «Triângulo» (Ana S. Pinto, e Guilherme Pereira²¹⁰), menos do que o «Triângulo» (Ana Contumélias²¹¹), um pouco mais do que o «Triângulo» (Sampaio Faria), toda a área a que se vai chamando Telheiras (Ana Salta), o correspondente a três entendimentos distintos (Carlos Meira²¹²).

Dito isto, parece claro que mesmo que a ART actue tendo como referência um território limitado ao «Triângulo», essa acção, enquanto produtora de uma identidade partilhada, é apropriada fora dele, definindo um «território retórico» que a Associação, ela própria, acaba por reconhecer como Telheiras. É esse território, produzido e produtor de discursos sobre o «bairro de Telheiras», que aqui se entende como «retórico», assente na palavra e no seu uso, mas sobretudo na significação que se lhe atribui, já que, como sustenta Bourdieu, “é na relação com um mercado que se opera a determinação completa

o nome a dar ao evento), no jardim da “Praça Central” de Telheiras. E estão a fazer sessões de cinema, às terças-feiras, na sede da ART, com debate sobre o filme, a seguir ao visionamento. A intervenção destes jovens é uma acção a seguir, enquanto possível processo de renovação dos quadros da ART.

²¹⁰ Embora o presidente da ART aceite, nas respostas ao questionário, a existência de uma “Grande Telheiras”, muito para lá dos limites do «Triângulo», “até à estrada do Paço do Lumiar e até à Rua Fernando Namora e Rua Padre Américo e Rotunda de Telheiras”.

²¹¹ Ana Contumélias define o espaço do «bairro» como “Onde começa e acaba o sonho”. Ora, o sonho, define-o a antiga presidente da ART, na resposta à pergunta “O que pensa de Telheiras? Como define Telheiras?”, como “a parte de intervenção inicial da EPUL”, uma área “mais ou menos onde fica a ART e/ou habita a maior parte das famílias associadas”, ou seja, apenas Telheiras Sul.

²¹² Meira sustenta que o bairro não corresponde a um conceito administrativo, mas a três conceitos: “‘Conceito EPUL original’: triângulo entre os três eixos (Norte-Sul, Segunda Circular, Av. Padre Cruz); ‘Conceito comercial’: entre a Rotunda de Carnide²¹² e o Sporting e entre o Paço do Lumiar²¹² e a zona Norte-Nascente da Estrada da Luz;”. ‘Conceito de Afinidades’: onde moram os sócios da ART”.

da significação do discurso. Uma parte, e não a menor, das determinações que fazem a definição prática do sentido, chega ao discurso a partir de fora e automaticamente”, uma vez que “cada receptor contribui para produzir a mensagem que percebe e aprecia importando para aí tudo o que constitui a sua experiência singular e colectiva” (1998b:15). A ART preenche a “condição prévia a toda a argumentação”, na medida em que é ouvida “com um preconceito favorável”²¹³, que confere poder simbólico ao seu discurso.

Tensão ART – EPUL.

Já aqui se referiu brevemente²¹⁴ a existência de uma relação conflitual entre a Associação de Residentes de Telheiras e a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, considerando-a decisiva para a ART e para o «bairro». Relação conflitual porque se encontra em campos distintos, já que a primeira representa o poder dos representados, enquanto a segunda emana e age em nome do poder dos representantes e, portanto, movem-nas racionalidades diversas. A ART procura condicionar o poder da EPUL, opondo a um agir orientado, em última instância, por uma racionalidade económica, a proposta de um outro sentido para a acção, regido por finalidades propriamente sociais e simbólicas. Ao discurso «técnico» da EPUL responde a ART com um discurso emancipatório, baseado numa interpretação crítica do que deve ser o «bairro» e não é. No historial da ART, muitos foram os encontros com responsáveis da EPUL, mas dois dos documentos produzidos pela Associação são elucidativos desta relação de força entre estas duas instituições, precisamente a análise do cumprimento do Plano de Pormenor de Telheiras Sul, de 1995²¹⁵ e “Construir uma Cidade para as Pessoas”, de 2002²¹⁶.

²¹³ Perelman, C. (1987). “Argumentação”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 11, *Oral/Escreto. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 234-265.

²¹⁴ Ver pag. 86.

²¹⁵ “Plano de Pormenor de Telheiras (Sul) – Um contributo da Associação de Residentes de Telheiras-ART. Lisboa, Junho de 1995”

²¹⁶ “Construir uma Cidade para as Pessoas – Objectivos e Preocupações da População de Telheiras. Lisboa, Fevereiro de 2002. ART – Associação de Residentes de Telheiras.

No primeiro destes documentos, a ART, depois de fazer uma “Apreciação Geral do Plano”, aponta-lhe “Aspectos Positivos” e “Aspectos Negativos” para, de seguida, apresentar as “Propostas da ART”, acabando a sugerir um “diálogo aberto”. Fá-lo assumindo o seu poder simbólico de falar em nome dos residentes...

Os pontos que se seguem procuram dar a perspectiva e a contribuição dos residentes (...). Estes assumem plenamente o seu papel de parte interessada e co-responsável, pretendendo exercê-lo de forma positiva e em estreita ligação com a Câmara Municipal de Lisboa, com a Junta de Freguesia do Lumiar e com a EPUL (...). Na perspectiva da ART esta interacção com os residentes deverá assumir um carácter natural e constituir um verdadeiro estímulo para os urbanistas e os decisores municipais”.

Diz Bourdieu (Bourdieu, 1998: 13 e 14) que, “se é legítimo tratar as relações sociais –e as próprias relações de domínio – como interacções simbólicas, ou seja, como relações de comunicação que implicam o conhecimento e o reconhecimento, devemos evitar esquecer que as relações de comunicação por excelência, que são as trocas linguísticas, também são relações de poder simbólico, onde se actualizam relações de força entre os locutores ou os seus grupos respectivos”; é também essa *actualização* que a ART procura efectuar, afirmando-se e afirmando os residentes de Telheiras como “interlocutores indispensáveis, em todas as decisões importantes, relacionadas com a vida do bairro²¹⁷”. Cordatamente, mas de modo firme:

Para a ART todas estas características²¹⁸ são consideradas positivas, sendo de louvar a visão dos urbanistas. Volvidos já alguns anos, parece, contudo, apropriado fazer-se uma avaliação dos resultados reais do processo de urbanização de Telheiras, identificando, nomeadamente, as componentes

²¹⁷ <http://artelheiras.pt/pages/index.php>.

²¹⁸ A “preocupação de equilíbrio (...) tanto na volumetria e ordenação urbana como no design dos edifícios e nas cores e materiais utilizados”; a “preocupação explícita em permitir a coexistência entre o ‘bairro’ novo e a ‘zona histórica’ de Telheiras”; a “alguma preocupação relativamente a espaços sociais”; a “integração de peças urbanas de valor”, são as características positivadas pela ART.

importantes e ainda não concretizadas do Plano de Urbanização e actualizando/revendo as perspectivas quanto ao respeito dos equilíbrios fundamentais de natureza demográfica e social.

E, mais adiante neste documento, a Associação deixa clara a sua posição e introduzia uma dimensão estética, na sua visão do que deve ser o «bairro»:

A ART está fortemente empenhada em assegurar que a situação que resultar após as edificações nos espaços ainda hoje livres do bairro de Telheiras, permita a todos os seus residentes, actuais e futuros, continuar a usufruir de um ambiente urbano não opressivo, não saturado, esteticamente atraente e convivial.

A Associação pormenoriza depois “os aspectos urbanísticos de Telheiras considerados mais positivos e que funcionam como factores críticos para a existência de um clima urbano aprazível e equilibrado”, embora alguns deles tivessem acabado por “assumir formas algo tímidas, ficando muito aquém do planeado e muito aquém das expectativas criadas”. Não sem reparos, a ART valorizava então a “volumetria e a estética” dos edifícios, a “combinação das funções habitação e serviços”, o “estacionamento automóvel previsto de raiz”, as “zonas públicas de convívio e recreação”, a “coexistência entre zonas novas e antigas”, os “equipamentos sociais”, as “infraestruturas de transporte público”, as “passagens pedonais deniveladas”. Esta visão positiva era, passo a passo, acompanhada de uma visão crítica que remetia para incumprimentos do Plano de Pormenor e para atrasos no cumprimento do planeado. Feito isto, a Associação passa a enumerar os aspectos negativos: “uma praça pública emparedada?”, pergunta a ART, para, de seguida, “de acordo com os dados disponíveis mais recentes”, criticar o projecto da Praça Central de Telheiras, que a EPUL haveria de construir. Condenava-se também a “supressão da zona desportiva”, inicialmente prevista no Plano, argumentando-se que “A eliminação de uma zona desportiva e recreativa num

bairro como o de Telheiras não faz qualquer sentido”; como se sublinhava haver “um património natural ameaçado”²¹⁹ e que devia ser, “a todo o custo”, preservado. Por fim, a ART sublinhava o facto de ser Telheiras “Um bairro cercado por grandes vias rodoviárias, demasiado presentes” porque todo o perímetro do «bairro» devia ser dotado “com as protecções naturais e/ou artificiais” que permitissem “atenuar devidamente os impactos negativos dessa vizinhança”, coisa que, até ao momento, não se verificara.

Feita a crítica ao estado do cumprimento do Plano de Pormenor, a ART avançava com objectivos que iam desaguar em propostas concretas e detalhadas, orientadas por três prioridades para Telheiras:

1. “Preservar e valorizar o património natural” de Telheiras;
2. “Conceber espaços desportivos adequados às expectativas e necessidades dos residentes”;
3. “Conceber as ruas de forma a torná-las atraentes e seguras para quem se desloca a pé”.

E o documento termina afirmado-se como “Uma aposta numa relação mais estreita entre Urbanistas, Decisores e Residentes (utilizadores)”, relação essa que, afirma-se, se reveste de “uma extrema dificuldade prática no nosso mundo real”, pelo que é “preciso inovar nesta matéria” e não “recrear o diálogo”. A ART afirmava querer “dinamizá-lo e alargá-lo e assumir-se como interlocutor natural para a discussão e aprofundamento das questões urbanísticas relacionadas com o bairro de Telheiras”. E começava esse diálogo, apresentando, no documento em análise, “a visão dos residentes relativamente ao seu ‘habitat vital’ ainda em consolidação”. É um discurso de poder, uma afirmação de força mas é, também, uma afirmação da identidade do «bairro», “como caracterização da sua própria urbanidade” (Ferreira, 2004: 77).

Sete anos passados, em Fevereiro de 2002, Carlos Meira, que, enquanto membro do Grupo de Intervenção Urbana da ART – GIU, colaborara activamente na elaboração do documento anteriormente citado, partiu de um *head-line*, usado na comunicação

²¹⁹ A ART referia-se ao que restava da Quinta de Sant’Ana, com um moínho, um tanque de rega, diversas espécies vegetais e árvores centenárias, como a araucária de Telheiras.

institucional da EPUL²²⁰, para enviar à Câmara de Lisboa, em nome da Associação, um novo documento, este reunindo, sob o título “Construir uma Cidade para as Pessoas”, os “Objectivos e Preocupações da População de Telheiras”; procuravam, a ART e o seu presidente, tirar partido do facto de a Câmara Municipal de Lisboa ter um novo presidente²²¹ para lhe fazer chegar “a visão dos residentes” sobre o «bairro», colocando, desde logo, à CML, o “desafio” de “considerar qualquer nova construção”, em Telheiras, como “algo apenas admissível a título verdadeiramente excepcional”.

O documento tinha 25 pontos, alguns deles sobre questões já abordadas na crítica do Plano de Pormenor anteriormente referida; nele se sublinhava um conjunto de necessidades: um jardim para Telheiras; ordenamento da Alameda Roentgen; intervenção urgente na “Reboleira dos Príncipes”²²²; ordenamento do espaço público da “Urbanização do Paço do Lumiar”, também da responsabilidade da EPUL; ordenamento da placa central da Praça Ventura Terra; instalação de barreiras de protecção sonora; prolongamento da ciclovia de Telheiras; instalação de equipamentos desportivos, afirmando-se que Telheiras estava “entre as zonas de Lisboa menos equipadas em termos de equipamentos desportivos informais de natureza municipal”; recuperação do Núcleo Antigo de Telheiras; não-construção de um projectado edifício de escritórios na Rua Hermano Alves; instalação de um jardim/hortas sociais/hortas pedagógicas, entre a escola básica e o jardim de infância²²³; ordenamento viário; ordenamento do estacionamento; “avaliação rigorosa e de bom senso, por forma a defender a cidade e os moradores das zonas envolventes”, no caso, o complexo urbano-desportivo projectado pelo Sporting Clube de Portugal; fazer cumprir a lei para acabar com o “estacionamento anárquico” em Telheiras, em dias de jogo (ou outro espectáculo) no estádio de futebol do Sporting; mais estacionamento para resolver impactos, produzidos a esse nível pela nova estação de Metro do «bairro»; parques de estacionamento subterrâneo para zonas

²²⁰ O *head-line* usado na comunicação institucional da EPUL era “Criar Cidade Para a Vida das Pessoas”.

²²¹ Pedro Santana Lopes que, em Janeiro de 2002, sucedeu a João Soares na condução dos destinos da edilidade lisboeta.

²²² A urbanização do “Parque dos Príncipes”, também conhecida em Telheiras como a “Reboleira dos Ricos”.

²²³ Este assunto foi objecto de investigação detalhada e já citada neste trabalho – Contumélias, A. (2006). *Um quadrado de Verde na Aldeia de Telheiras. Caso e Metáfora*. Lisboa: Plátano.

residenciais; construção de passagens de peões seguras; combate ao estacionamento nos passeios; combate aos grafitis; maior ritmo na recolha dos conteúdos dos Ecopontos; revisão do Plano Director Municipal de Lisboa e discussão de Planos de Pormenor; Informação pública sobre as obras que se vão erguendo no «bairro».

Mesmo sem aprofundar o que se diz no documento em relação a cada uma destas questões, percebe-se que se trata de um verdadeiro programa; Câmara e EPUL têm os seus técnicos, os seus urbanistas mas a ART dispõe igualmente de técnicos com os mesmos saberes e utiliza esses saberes numa perspectiva crítica, em favor da sua visão do que deve ser o «bairro» e a qualidade de vida nele. A EPUL está na «linha de fogo» da ART, tanto mais que, orgulhando-se do trabalho que desenvolveu em Telheiras-Sul, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa tende a não falar do resto, do não planificado, do que abandonou à decisão da iniciativa privada, sem grandes exigências, adiando anos a fio a sua intervenção como instituição urbanizadora. A urbanização do Paço do Lumiar é disto um exemplo claro.

FIG 20



Inserida no Dossier Informativo da EPUL, “Telheiras. Criar Cidade para a Vida das Pessoas”²²⁴, a referência à “Urbanização do Paço do Lumiar” (de que a EPUL é a entidade urbanizadora e onde ergueu um conjunto de edifícios “EPUL Jovem” e outro conjunto de mais um Programa Especial de Realojamento) limita-se a um título, acompanhado do esquema inserido neste trabalho (Fig. 20); ao contrário do que acontece com todos os outros empreendimentos referidos no citado Dossier, sobre este nem uma palavra. A EPUL não tem nada de bom para dizer sobre a urbanização do Paço do Lumiar, por isso nada diz²²⁵ mas o que se vê é que a hegemonia do «Triângulo» de Telheiras, essencialmente construído pela EPUL, enquanto agente endógeno, produz marginalidade, em si mesma e em resultado de decisões propriamente políticas e económicas, que decidem o futuro em função de objectivos e interesses do presente e assim dão determinados usos, distintos, ao território; paradoxalmente também isto ajuda a produzir o «bairro».

Com a sua acção, a ART quer transformar relações de poder em relações de autoridade partilhada (Santos, 1994); ela conceptualiza o «bairro» sob a perspectiva dos residentes, enquanto espaço relacional, cuja identidade remete para uma ideia do que é qualidade de vida não num qualquer bairro, mas no «bairro» de Telheiras, que concebe como diferente dos outros. Na «comunidade», interpretativa e emancipatória, que busca construir e cuja possibilidade julga reconhecer em Telheiras, a Associação é a primeira a interpretar os sentires dos seres humanos a que quer dar um rosto e uma voz, no debate, que pretende persuasivo com a EPUL, a Câmara, a Junta de Freguesia. Sentindo que “a bola está do seu lado”, a Associação entra no jogo das relações de força, procurando uma partilha do poder; por isso a conflitualidade está em constante produção e reprodução.

É que, EPUL e ART, os dois arquitectos do «bairro», não partilham nem estão disponíveis para partilhar uma mesma visão do mundo, tal como nenhuma delas possui o poder simbólico necessário para impôr à outra uma re-visão. De alguma forma, trata-se

²²⁴ Já detalhado neste trabalho, pp. 78-80.

²²⁵ Sublinha-se este ponto porque ele nos parece poder dar um contributo significativo na resposta à questão “O que é hoje e como se produz um bairro”, como procuraremos sustentar na terceira parte deste trabalho.

de uma relação de iguais mas, também, de um diálogo de surdos, ou, pelo menos, a ART fala mas tem dificuldade em fazer-se ouvir pela EPUL. A propósito da relação entre a ART e a EPUL, Fonseca Ferreira, então presidente da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo dizia, em 2000, ao “Jornal de Telheiras”: “Se eu fosse responsável da EPUL convidava a ART a integrar um grupo de trabalho para participar na definição e na montagem de soluções para melhorar a qualidade de vida em Telheiras. Penso que a ART já mostrou que tem propostas e também bom senso. Que não se põe a reivindicar por reivindicar. E é estranho que essa energia não seja devidamente aproveitada”²²⁶.

■ Um jornal no «bairro»

“Telheiras, na freguesia do Lumiar, é o primeiro bairro de Lisboa a ter um jornal local. Com 16 páginas, parte delas a cores, o jornal sai amanhã (Sábado, dia 9 de Outubro) e será apregoado na rua, por um ardina, à moda antiga, entre as 09.00 e as 13.00 horas. Com periodicidade bimestral, o “Jornal de Telheiras” tem como directora a jornalista e socióloga Ana Contumélias, e é exclusivamente dedicado à informação e debate sobre as diferentes vertentes da vida e dos problemas do bairro.

Editado pela ART – Associação de Residentes de Telheiras, o novo jornal, cuja edição electrónica estará on-line ainda este mês de Outubro, tem o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, da Junta de Freguesia do lumiar e da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, EPUL. A Redacção é constituída por jovens jornalistas formados pelo CENJOR, instituição que também é apoiante do novo periódico.

²²⁶ Mesmo no plano político partidário, a estranheza de Fonseca Ferreira tem razão de ser. É que entre 1997 e 2001, a situação não parecia desfavorável a uma maior intervenção da ART. A Câmara de Lisboa era então governada por João Soares, que, por mais de uma vez, esteve em Telheiras a convite da ART, que com ele mantinha relações cordiais. E, sobretudo, porque na Câmara estava, também, como vereador, com o pelouro do Ambiente e Espaços Verdes, área de grande sensibilidade em Telheiras, Manuel Figueiredo, um dos históricos da ART, de que era vice-presidente quando se candidatou à edilidade. Na EPUL estava Fernando Saraiva, também do PS. Entre as três instituições, ART, CML, EPUL, pareciam existir relações cordiais, porém, as razões materiais impunham-se e tornavam a ART um agente incómodo.

Eis como, em Outubro de 1999, foi anunciada às Redacções dos principais jornais portugueses, a *saída* «oficial» do *Jornal de Telheiras*; em boa verdade, o Jornal já tinha saído, no anterior mês de Agosto, mas tratava-se de um *Número Zero*, com circulação relativamente restrita, para avaliar a reacção dos residentes e poder corrigir erros. Porque esse *Número Zero* era realmente uma primeira experiência, um teste, os promotores tinham escolhido propositadamente o mês de Agosto, um período de férias, em que há pouca gente em Telheiras. A experiência foi positiva e o *Número 1* do *Jornal de Telheiras* veio para a rua na data apazada. Foi um sucesso. A ideia do ardina, um jovem do «bairro» que se prestou ao papel, caiu bem e teve algum eco, até fora de Telheiras, inclusivamente com duas estações de televisão, a RTP e a SIC, a reportarem o evento.

FIG 21



O Jornal era editado sob a chancela da ART, e enquanto se publicou a Associação suspendeu a edição do seu boletim informativo, o *ART Informação*; O *Jornal de Telheiras* cumpria de forma mais alargada, o papel de dar ao «bairro» a informação sobre o «bairro», e bem assim de manter os residentes a par das iniciativas da Associação. Mas o Jornal não era propriedade da ART, que também não sustentava,

nem tinha capacidade material para sustentar, a sua produção; a aposta era que o *Jornal de Telheiras* fosse um projecto auto-sustentável, portanto capaz de gerar as receitas necessárias e suficientes para a sua publicação – Redacção, papel, impressão, distribuição. Embora os custos de estrutura não fossem muito elevados e se procurasse conter ao máximo os custos de produção, e apesar dos apoios confessos da Câmara Municipal de Lisboa e da EPUL²²⁷, era uma «aposta» difícil. Isso mesmo seria afirmado nas colunas do próprio Jornal²²⁸, logo no *Número Zero*, por Rui Malta Vacas, então presidente da Junta de Freguesia do Lumiar: “A instituição de um jornal de bairro é uma iniciativa extremamente arrojada. Está por demonstrar que uma ideia deste tipo tem pés para andar, mas como o mundo é dos corajosos (ou devia ser), oxalá este projecto tenha pés para andar e ande mesmo”. Tinha e andou, mas não andou muito – nasceu em Agosto de 1999 e morreu em Novembro de 2000; pelo meio, ficaram sete edições, com uma numeração «distraída»: Número Zero (Agosto/Setembro, 1999), Número 1 (Outubro/Novembro, 1999), Número 2 (Dezembro/Janeiro, 2000), Número 3 (Fevereiro/Março, 2000), Número 4 (Abril/Maio 2000), Edição Número 6 (Junho/Julho, 2000), Edição Número 7 (Novembro, 2000). Além desta numeração confusa, até ao Número 4, o “Jornal de Telheiras” referenciava no cabeçalho o “Ano 0”, como ano de publicação, o que já não fez nas Edições 6 e 7.

Inicialmente, o *Jornal de Telheiras* era distribuído gratuitamente aos sócios da ART e vendido aos residentes não sócios. Mas as dificuldades com os postos de venda e a necessidade de alargar a influência do periódico, conduziram à decisão de o distribuir gratuitamente, primeiro no «bairro» e depois na “Grande Telheiras”, para utilizar a terminologia usada pelo Jornal. A adesão dos residentes era significativa, e o Jornal *online*, embora nunca tivesse sido mais do que a versão electrónica, estática, da edição em papel, registava centenas de visitas e começava a chegar correio electrónico. Mesmo assim, a sua publicação só era possível dada a «carolice» de colaboradores que, nas horas vagas, trabalhavam para o Jornal sem qualquer espécie de retribuição monetária;

²²⁷ O apoio da EPUL manteve-se da primeira à última edição do “Jornal de Telheiras”, traduzido na compra de espaço – um anúncio de página inteira, que foi sempre publicado na última página.

²²⁸ *Jornal de Telheiras*, N. Zero, Agosto/Setembro 1999, p. 3.

por outro lado, nunca foi possível resolver adequadamente a tarefa da venda de espaço, já que, dada a dimensão e a periodicidade bimensal, o Jornal não era rentável para qualquer profissional que se dispusesse à tarefa; por isso, nenhum se dispôs. Estes motivos ajudam a explicar a decisão de fechar do *Jornal de Telheiras*, após a publicação da sétima edição, embora quem queira aprofundar o tema deva procurar também outras razões. Mas esta questão não é central para este trabalho e por isso não voltaremos a ela.

O *Jornal de Telheiras*, enquanto agente fundamental na produção da identidade do «bairro», já aqui foi discutido²²⁹; sublinhou-se então que, a sua função social, cruzada com a necessidade de se viabilizar economicamente, o empurravam para um mergulho cada vez mais aprofundado num lugar que, com a sua intervenção, ele próprio ajudava a produzir, conferindo-lhe a identidade de um «eu», que antes se desconhecia por falta de espelho; tal como afluímos a questão da objectividade, que o Jornal se propunha respeitar. Procuraremos adiante, aprofundar a discussão no que diz respeito a essa objectividade, ideologia que no jornalismo orienta a acção, e também no que refere ao «Fabrico da Actualidade», bem como à representação do «bairro», e aos atributos simbólicos que, nas suas páginas, se conferem a Telheiras. Mas, antes desse esforço analítico, tentemos compreender «para que serve um jornal de bairro?»

Para que serve um jornal de bairro

Ana Contumélias, directora do *Jornal de Telheiras* respondia assim, por escrito, em 2004, a esta questão: “um jornal de bairro serve para promover o relacionamento interpessoal em espaços territoriais de proximidade; impulsionar a articulação entre agentes; fomentar a consciência de interesses comuns e de recursos passíveis de serem usados para resolverem problemas locais; estimular a constituição de redes de parcerias e a construção de projectos e objectivos comuns; produzir sentimentos de pertença; intensificar os processo de apropriação/aprendizagem do território; produzir sentido social (incluindo aqui a direcção e o significado que os actores atribuem aos seus comportamentos); gerar mobilização por partilha de um projecto social comum; facilitar

²²⁹ Páginas 43-50.

a troca de saberes; promover a tomada de consciência pelo próprio, do seu próprio poder existencial”...

Rui Malta Vacas, no mesmo depoimento acima referido (*Jornal de Telheiras*, N. Zero, Agosto/Setembro 1999, p. 3.), sustenta: “De certo modo trata-se de uma função quase autárquica, ou seja, de um acto de comunidade feito por um grupo de interessados, agregados pela vizinhança”. E acrescenta a sua “consciência de que o novo jornal se vai integrar no esforço comum e conjunto da Freguesia do Lumiar para ajudar as pessoas a conhecerem-se melhor, a encararem os problemas colectivos como problemas de todos e não só de alguns e a confiarem no futuro como qualquer coisa que vai resultar do esforço de todos, ou pelo menos da maioria”.

Sebastião Lima Rego, jornalista, então membro da Alta Autoridade Para a Comunicação Social, residente no «bairro», lembra, também em declarações ao *Jornal de Telheiras*²³⁰, que “Há muita informação de interesse que nunca chega aos jornais nacionais ou comunicação audiovisual, se não forem as publicações de bairro. Além disso, criam relações comunitárias entre as pessoas que os lêem e os fazem, que podem vir a dar êxito a iniciativas que, de outro modo, não teriam qualquer suporte”.

Paquete de Oliveira, num pequeno texto que assinou no N. 4 do Jornal, depois de salientar a “emergência do local, do lugar, como centro de gravidade para o ponto de identidade e identificação das comunidades, física e culturalmente delimitadas” e a “importância que o associativismo dos cidadãos vai dando hoje à vida dos bairros”, sublinha: “Num tempo em que a comunicação social está, sobretudo, virada para a dimensão global dos acontecimentos, dos grandes acontecimentos à escala mundial, parece-me por demais importante o papel que um jornal de bairro, de comunidade pode representar na defesa das causas que transcendem as grandes questões do mundo, mas têm a ver com a vida do dia a dia das pessoas, afinal uma causa do Mundo”.

São quatro pontos de vista de pessoas com perfis diferentes, mas que confluem no reconhecimento do papel que o *Jornal de Telheiras* podia desempenhar, enquanto veículo de uma «comunidade», na informação, mobilização e resolução dos problemas locais, gerando solidariedades na “defesa de causas” e de “interesses comuns”. Isso

²³⁰ *Jornal de Telheiras*, N.3, Fevereiro/Março, 2000, pag. 3.

mesmo pretendia o Jornal quando, no seu Estatuto Editorial, afirmava assumir-se *em defesa da participação democrática dos telheirenses na tomada de decisões que afectem o seu destino colectivo*. E tinha para isso boas condições de partida, dado o já referido apoio da ART, da Câmara de Lisboa, da Junta de Freguesia do Lumiar e da EPUL, que lhe conferiam força, face aos diferentes poderes que se jogavam em Telheiras; o Jornal queria ser, e era, um órgão de pressão, bem mais forte que o *ART Informação*, dada a audiência produzida pelos seus 10.000 exemplares de tiragem, efectivamente distribuídos, a sua visibilidade fora do «bairro», os seus conteúdos produzidos utilizando os saberes do jornalismo. Diz Balandier (1999: 123) que a comunicação “É geradora de relações de ordem, de sentido (...) Monopoliza o imaginário, produz o real e as suas simulações”; o *Jornal de Telheiras* fazia tudo isso e era, também, um símbolo do «bairro», o primeiro a ter um jornal, simultaneamente em papel e *on-line*, o que confirmava o estatuto de Telheiras como o “bairro-signo”, de que fala o “Relatório NEUT, 1989”. O Jornal era mais um símbolo colectivo de Telheiras e as pessoas, “em termos de comunicação e de orientação, estão totalmente dependente de símbolos colectivos” (Elias, 1994: 98). Tudo isto, à partida, parece mais compaginável com a ideia de parcialidade do que com a de *objectividade*, subjacente aos propósitos editoriais do *Jornal de Telheiras*; pelo que se impõe perceber que tipo de informação usou o Jornal para, por um lado, interagir com o «bairro» e, por outro, defender as causas locais.

Um jornal «normal» vive de noticiar «coisas acontecidas», *acontecimentos* e, nesse quadro, procura informar sem tomar partido; com *objectividade*²³¹, como já se disse. Um jornal de bairro, e no caso concreto o *Jornal de Telheiras*, não dispõe dum universo rico do acontecido com interesse jornalístico, pelo menos quantitativamente; por isso, está obrigado a «fabricar» a sua *actualidade*, o que remete para entrevistas, reportagens, aprofundamento de temas que sabe serem de interesse para o seu público, mas em relação aos quais nada aconteceu, de facto. E não se registando propriamente novidades, é o jornal que se obriga a fazê-las existir, «fabricando» a sua própria *actualidade*. É então o jornal que, ao produzir esses textos jornalísticos, insere os temas na «agenda»

²³¹ Os jornalistas sabem que o jornalismo é interpretativo, mas posicionam o ideal da *objectividade* como um princípio orientador ético da sua actividade.

local e assim produz uma *virtualidade real*, como diria Castells (2005); uma vez que “os media são a expressão da nossa cultura e a nossa cultura funciona, principalmente, por intermédio dos materiais proporcionados pelos media” (Op. Cit.: 443). Portanto, boa parte das *matérias* jornalísticas inseridas nas sete edições do Jornal, derivam desse duplo envolvimento entre a cultura e o funcionamento do *media* em análise, em particular.

Ora, um jornal com estes contornos terá maiores dificuldade em ser *objectivo*; ele vive de produzir *actualidade* e isso já é tomar partido, o editor de um jornal destes não está na mesma situação de um *gatekeeper* comum, que escolhe os temas entre a imensa variedade de assuntos que agências noticiosas, instituições e jornalistas lhe dão a escolher; aqui, se o conceito de *gatekeeper* tem aplicabilidade, este *gatekeeper* não escolhe, antes inventa e cria. E os temas serão, em princípio, no que realmente conta do ponto de vista da coerência editorial, tratados pre-conceituadamente, não em favor da *objectividade*, mas dos interesses da “sociedade de bairro” (Costa, F., 1994); isto coexistindo com o tratamento meramente informativo, sem pre-conceitos de favor ou desfavor, dos temas que remetem para os factos ou para uma informação-entretenimento, a que um jornal local também não pode fugir. É nesta linha de pensamento, que se julga pertinente analisar os conteúdos do *Jornal de Telheiras*²³² na sua totalidade. Respeitará o Jornal realmente, como se propõe, a *objectividade* noticiosa? Como produzirá ele os seus conteúdos? Com base em *acontecimentos*, ou «fabricando» a sua própria *actualidade*, como já se sugeriu, a partir da forma como entende o seu papel enquanto “instrumento ao serviço da comunidade” local, e o interesse do seu público?

Natureza dos conteúdos do Jornal de Telheiras

Para responder a estas questões acima colocadas, que se julgam cruciais para entender o papel do *Jornal de Telheiras* na construção do «bairro» e da sua identidade, construiu-se um quadro analítico por cada uma das suas sete edições. Nele se indicam os títulos da

²³² Já neste trabalho se analisaram brevemente os conteúdos das primeiras páginas do Jornal (Páginas 43-50) apenas para dar corpo à apresentação deste agente social e como forma de introduzir a análise, que agora se efectua.

totalidade das peças jornalísticas publicadas em cada página, de cada edição, classificando o conteúdo dessas peças, depois de analisadas, em quatro categorias: Opinião (**Opin.**), Informação produzida com base na ideia de objectividade jornalística (**Inf. Obj.**), Informação crítica (**Inf. Cri.**) e Informação Adesão (**Inf/Ad.**); adiante se verá, também com o respectivo quadro, a percentagem de textos jornalísticos correspondentes a cada uma destas categorias e, com um último quadro, o que diz respeito àquilo a que se vem chamando «Fabrico da Actualidade».

Quadro 6

<i>Jornal de Telheiras, N. Zero, Agosto/Setembro 1999</i>					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf.Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ad.
1	Metro de Telheiras está pronto em 2002		X		
1	ART – Danças de Salão são uma festa		X		
1	Este é o nosso número zero		X		
2	Editorial	X			
2	Vamos estar on-line		X		
2	Estatuto editorial		X		
3	Uma iniciativa arrojada	X			
3	Bairro Ilustrado		X		
4	Artbol joga por Telheiras				X
4	Música, Flauta, Viola, Teatro, Ioga – inscrições a partir de 15 de Setembro		X		
5	Relações Internacionais no “Fórum Profissões”		X		
5	Feira da Tralha em Setembro		X		
5	Danças de salão no pátio do céu				X
5	Creche familiar: o projecto parado		X		
6/7	Teatro de Rua na Praceta, serenata no anfiteatro				X
9	Frutaria Aquário – uma “venda” à moda antiga				X
10	Sete anos de vazio urbanístico na Quinta dos Inglesinhos			X	
11	Estação do Metropolitano de Telheiras – O progresso e uma árvore			X	

Legenda: **Número Zero do Jornal de Telheiras** – esta edição tem 12 páginas. As que não são referidas no quadro (p. 8 e p.12) são totalmente preenchidas com a publicação de anúncios.

Quadro 7

Jornal de Telheiras, N. 1, Outubro/Novembro de 1999					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf.Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ade.
1	Olha o Jornal de Telheiras		X		
1	Novo estádio do Sporting pode trazer problemas		X		
1	Timor no Coração do Bairro		X		
1	Habitação, Comércio e Serviços. “Praça Central arranca em 2000		X		
2	Editorial	X			
2	Estatuto editorial		X		
2	Cartas dos Residentes. Os vossos parabéns.	X			
3	Cidadãos Querem poder dialogar de forma fundamentada. Negado Apoio para avaliar impacte do novo estádio do Sporting			X	
4	Largada de balões por Timor		X		
4	Bairro Ilustrado	X			
6	Para analisar parque escolar de Telheiras. Pais reúnem com Ministério.		X		
6	Recepção na EB 2+3 N1. “Quero que sejam felizes”		X		
6	Escola boa, escola má		X		
7	“Praça Central” vai ser assim. Obras arrancam no início de 2000		X		
7	Passagem para o vazio			X	
8	No Núcleo Antigo de Telheiras (NAT) há séculos de histórias por contar e os residentes têm ainda a memória viva. Ruínas do passado no coração de Telheiras		X		
9	Piscinas de Telheiras melhoram qualidade das águas		X		
11	Breves		X		
11	Feira da Tralha abrigou-se na ART		X		
13	Procuramos candidatos a jornalistas para a nossa Redacção		X		
13	Contamos com a vossa ajuda	X			
13	Distribuição tem apoio do Comércio do bairro. Onde pode encontrar o jornal		X		
14	Sub-comissário Gonçalo Neto faz balanço da Segurança		X		
14	“Jacinto” é o primeiro restaurante de Telheiras. Gastronomia e aviação		X		
14	Anúncios classificados		X		
14	Medição do ruído no eixo Norte/Sul		X		
15	Quarteirão das escolas tem projecto de jardim		X		
16	ART apostada em “plantar” clube de jardinagem		X		

Legenda: Edição N.1 do *Jornal de Telheiras* – Esta edição tem 16 páginas. Dessas, as páginas 5, 12 e 16 (não referidas no quadro) são integralmente preenchidas com publicidade.

Quadro 8

Jornal de Telheiras, N. 2, Dezembro/Janeiro 2000					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf.Obj.	Inf.Cri.	Inf/Ade.
1	Com uma auracária iluminada na imaginação do Birro. Telheiras Também põe sapatinho na chaminé				X
1	Bairro Quinta José Alvalade vai mesmo acabar		X		
1	A nossa polícia vai ter um bebé		X		
1	WWW. Jornal de Telheiras.pt	X			
2	Editorial	X			
2	Bairro Ilustrado	X			
2	Relatório e contas	X			
2	Sou de Timor				X
3	Reunião informal da ART juntou sócios e desejos				X
3	Vereador Rui Godinho veio cá e levou o nosso jornal		X		
4	Lista de prendas do Bairro tem pés assentes na realidade			X	
5	Araucária: “flecha” continua direita		X		
5	Planos da EPUL para Telheiras a partir de 2000. “Projecto Senior” avança após conclusão das obras do Metro		X		
5	Atenção ao eco-ponto			X	
5	Este jornal oferece-lhe um chek-up à coluna		X		
5	ART recebe quotas por transferência bancária. Sócios têm jornal à borla		X		
6	Um Natal para todas as idades				X
7	Anabela e Sérgio vão ter um menino		X		
7	Histórias de uma mulher polícia		X		
7	O Pai Natal da ART		X		
8	Crianças de Telheiras . Unidas por timor Lorosae		X		
8	Como é ser cidadão do mundo: o caso de Timor é tema de encontro em Telheiras		X		
8	Luis Cardoso escritor timorense residente em Telheiras. Natal longe de Timor com a lembrança das acácias rubras		X		
10	Previsto para Janeiro de 2000. Encontro de residentes debate projecto do Sporting		X		
10 /1 1	Realojamento na Quinta José de Alvalade. Moradores querem ficar na Freguesia		X		
11	Evoluções positivas diz o presidente da Junta do Lumiar		X		
11	Aceito o que me dão		X		
12	Programa Especial de Realojamento em Telheiras. Alto da Faia e Paço do Lumiar vão receber realojados		X		
12	A nossa equipa ganhou o torneio				X
13	Coral da ART. O chá e a amizade				X
13	Poção mágica		X		
15	Bicicletas. Estacionamento já temos agora falta uma pista			X	
15	III Jornadas Históricas de Telheiras. Passado e presente do Bairro		X		
15	Telheiras vai ser tema da “Olisipo”		X		
17	Galerias de ART conquistam Telheiras. O fenómeno artístico no Bairro		X		
18	Produção ecológica de borrego escolhe mercado de Telheiras		X		
18	Só uma ideia				X
19	Telheiras é um dos primeiros bairros a receber a NetCabo		X		X
19	BPSM foi o primeiro a chegar a Telheiras. A Gerente Agostinha do balcão de Telheiras		X		
19	O sucesso mora aqui		X		

Legenda: **Edição N.2 do Jornal de Telheiras** – Esta edição tem 20 páginas. Dessas, a 9, a 14 e a 20 são publicidade e, por isso, não aparecem no quadro.

Quadro 9

Jornal de Telheiras, N. 3, Fevereiro/Março 2000					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf.Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ade.
1	Câmara ouve Telheiras. ART lembra os valores da transparência e do direito à informação. Abaixo-assinado estranha não ter havido comunicação prévia		X		
1	Fonseca Ferreira, presidente da Comissão de Coordenação de Lisboa e Vale do Tejo. Integração social consegue-se é com diálogo		X		
1	Quinta dos Inglesinhos vai ter Alameda		X		
2	Editorial	X			
2	Mais páginas, mais cor	X			
3	Crónica. Atravessamento	X			
3	Sebastião Lima Rego, da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Um jornal de Bairro é importante mas enfrenta muitas dificuldades	X			
3	<i>New-business</i> precisa-se para edição <i>on-line</i>		X		
4	Correio electrónico	X			
4	Sugestão de Leça da Veiga	X			
6	A rebentar pelas costuras			X	
7, 8, 9	Estratégia do planeamento de Lisboa fala de Telheiras. Projecto do Sporting implica consulta pública e deve ser feito um estudo de impacte		X		
10	Leitor envia registo fotográfico	X			
10/11	Quinta dos Inglesinhos. Vazio urbanístico com fim à vista			X	
12/13	Programa Especial de Realojamento do Alto da Faia. Vereador Vasco Franco garante: PER vai mesmo para a frente		X		
14	PER de Telheiras não agrada a Calvanas		X		
14	Cenário ideal para criar os filhos		X		
14	Estilos de vida e microzonas		X		
15	Abaixo-assinado sobre o PER		X		
15	Dois casos de sucesso		X		
15	Insegurança urbanística			X	
16	ART lamenta falta de informação sobre PER e está preocupada com impactos construtivos		X		
17	Últimas sobre o PER. Vasco Franco, EPUL e Comissão de Acompanhamento na CML. Conversa a três			X	
18	Com a “Feira da Tralha” a espreitar a oportunidade. Praça Ventura Terra espera obras de reabilitação		X		
19	Corrida ao NAT: procura sobe preços. Quase 200 ofertas para cinco casas		X		
19	Em português nos entendemos		X		
20	Unidos em boa companhia pelo Ioga da ART		X		
20	Lamentos na Freguesia		X		
21	Exposição propõe procura de Identidade na Cidade. Lisboa na escola		X		
23	Assaltos no Bairro		X		
23	Anabela é mãe há dois meses		X		

Legenda: **Edição N. 3 do Jornal de Telheiras** – Esta edição tem 24 páginas, sendo as páginas 5, 22 e 24 integralmente preenchidas com anúncios e por isso não constam do quadro.

Quadro 10

<i>Jornal de Telheiras, N. 4, Abril/Maio 2000</i>					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf.Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ade
1	Telheiras vai ter uma Casa de Cultura				X
1	Alto da Faia avança para o tribunal			X	
1	Escolas: jornais e livros		X		
1	Projecto do Sporting discutido no Bairro com João Soares		X		
2	Editorial	X			
2	Quanto vale um bairro no mundo	X			
3	O projecto para a implementação de uma biblioteca em telheiras vai finalmente arrancar. Solar da Nora vai receber Casa de Cultura				X
3	Satisfação	X			
3	Animação				X
4	Escola Alemã de Telheiras. A saída anunciada		X		
4	Centro de saúde: sim, não, talvez		X		
5	João Soares garante. Projecto do Sporting vai respeitar as regras		X		
5	Perguntas em aberto			X	
5	Sugestão recusada		X		
5	Moradores querem mais estacionamento			X	
6	Residentes avançam para tribunal		X		
6	Alto da Faia: novos problemas, queixas antigas			X	
7	Metropolitano. As obras prosseguem, faltam os esclarecimentos			X	
7	Terreno vai a concurso		X		
8	Maria José Canoa da Farrel Decorações. Dar alimento à alma		X		
8	Luta contra o fascismo e outros vôos		X		
8	Dina Aguiar, jornalista e pintora. Telheiras está a crescer desmesuradamente		X		
10	Partilha de tradições e troca de experiências		X		
10	Pequenos jornalistas despontam no nosso Bairro. Jornais das escolas falam do que lá se passa		X		
10	Feira do livro		X		
11	Jet seis		X		
11	A “Laranjeira do Fabrício”		X		
12	Meninos do campo visitam meninos da cidade		X		
12	O “Bolinhas”		X		
13	Conversa de Bairro. Com Fátima Costa dona do “Caco”. Este cruzamento é um perigo		X		
13	Breves		X		
14	Andar de bicicleta em Telheiras. Bairro tem “aptidão” mas o plano da Câmara só o tornará ciclável daqui por uns anos		X		
15	Equipas de andebol da ART somam pontos		X		
16	O Alentejo em Telheiras		X		
16	A pintora e o gato pintor		X		
16	Agenda de exposições		X		
16	Descobrir a pintura aos 50 anos		X		
17	“Pó de Palco”, grupo de teatro da ART. Assassinos à solta		X		
19	“Insectos” no Bairro		X		
19	Um “escritório de conveniência”		X		
19	Gestor de microempresa		X		

Legenda: Edição N.4 do *Jornal de Telheiras* – Esta edição volta a ter 20 páginas, duas delas (págs. 18 e 20) integralmente preenchidas com anúncios, não são referidas no quadro.

Quadro 11

Jornal de Telheiras, Edição n°6, Junho/Julho 2000					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf. Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ade.
1	Associação de Residentes de Telheiras elege corpos sociais. Utilidade Pública da ART oficialmente reconhecida		X		
1	Densidade no Parque dos Príncipes preocupa Tordo			X	
1	Trânsito no Bairro cada vez mais complicado			X	
1	Ainda cá temos lavradores		X		
2	Trânsito: haja civismo e sinalização			X	
2	Passagens desniveladas			X	
3	César de Oliveira imortalizado em Telheiras		X		
3	Parque infantil com brinquedos novos		X		
3	Novo projecto do Sporting. Última versão entregue na Câmara		X		
3	PER: Alto da Faia aguarda decisão do tribunal		X		
3	Filas de espera no Correio de Telheiras			X	
4/5	Fernando saraiva em entrevista ao Jornal de Telheiras. EPUL tem procurado construir para as pessoas		X		
6	Editorial	X			
6	O desgoverno da cidade	X			
6	O meu ambiente	X			
7	Densidade assusta Parque dos Príncipes			X	
7	Programa de permutas para a “Praça Central”		X		
7	Árvores mortas nos Terraços de S. Paulo			X	
8	Morador em Telheiras há 13 anos. Fernando Tordo gosta do Bairro mas...		X		
8	Amadeu Caliça. Água e verdura em passeio guiado		X		
9	Quem o diz é o arq. Gonçalo Ribeiro Telles. As pessoas vão querer ter uma “hortinha”		X		
9	Uma vida em defesa do Ambiente		X		
9	Estamos a construir em demasia		X		
10	Hortas nas escolas. Os filhos da terra				X
10	Campos de Jardinagem ainda este ano			X	
11	Os “lavradores” de Telheiras		X		
11	Amar o Verde		X		
12	Escolas fazem balanço positivo		X		
12	O balanço dos pais		X		
13	Música no Dia da Criança		X		
13	Alunos em manifestação		X		
13	Festas de despedida do ano lectivo		X		
14	Associação de Residentes de Telheiras. Uma história, muitas lutas				X
14	Caracterização da ART		X		
15	Pela primeira vez na história da Associação. Um homem à frente da ART		X		
16	Há festa na Quinta das Conchas		X		
16	Festival de Teatro Amador do lumiar. Maio foi o mês do Teatro		X		
16	Agenda das exposições		X		
17	ARTbol: o sucesso continua				X
17	Ténis de mesa na ART		X		
19	Aprender com a diversão		X		
19	Ambientalistas. Melhor Ambiente, melhor trabalho		X		
19	Fazer comungar o corpo e o espírito		X		
19	Trabalho dos “Insectos” nomeado para prémio		X		

Legenda: Edição N.6 do Jornal de Telheiras – Esta edição tem 20 páginas, das quais as pgs. 18 e 20, integralmente dedicadas à publicidade, não se referem no quadro.

Quadro 12

Jornal de Telheiras, Edição nº 7, Novembro 2000					
Pág.	Título da Peça Jornalística	Classificação da Peça Jornalística			
		Opin.	Inf. Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ade.
1	Telheiras difícil para condicionados da mobilidade. "Um Bairro com defeito"			X	
1	Obras ao pé da porta		X		
1	Metro vem em março de 2003		X		
2	Telheiras só para alguns			X	
2	Rodando na estrada			X	
3	"Bairro novo já com defeito"		X		
3	Não guardes para amanhã o que podes fazer hoje	X			
3	Estudo propõe soluções para Telheiras		X		
4	O vereador foi à frente			X	
4	A congestão evitável	X			
5	O Bairro merece um jardim			X	
5	Árvores mortas: continua tudo na mesma			X	
6	Editorial – um percurso difícil	X			
6	Guardar os carros		X		
6	Buraco no "bairro jardim"			X	
6	Iluminação de Natal na Francisco Gentil		X		
6	Segurança, insegurança	X			
7	Quinta dos Inglesinhos: Alameda em expectativa		X		
7	Oliveiras mudam de lugar		X		
8	Obras à porta			X	
9	Precisamos de uma estação			X	
9	Fomos ver as obras por dentro. Metropolitano debaixo da terra		X		
10	Estes são, os símbolos da Nação		X		
10	Educação XXI		X		
10/11	Escolas interessadas na participação		X		
11	Encantada com as abóboras				X
12	Templo Hindu abriu-nos as portas		X		
12	Achou-se uma pedra		X		
13	A protecção civil começa em si		X		
14	Serenata em Telheiras: e vão duas, pela mão de Elias Rodrigues				X
15	Centro Cultural de Telheiras. Preparar o futuro recuperando o passado		X		
15	A Feira dos Homens		X		
15	Lançamento de revista dedicada a Telheiras		X		
16	ART ajuda a dar sentido a lazer de crianças e adultos		X		
16	Visita ao reservatório da EPAL		X		
17	Restaurantes chineses crescem em Telheiras		X		
19	Noémia Reis e a "Via Satélite". Só sei fazer Televisão		X		
19	"Acordar em Telheiras". Pão, leite e jornais em casa		X		
19	Na Rua Prof. Orlando Ribeiro. Um cafezinho simpático		X		
19	Prémio para "Insectos"		X		
19	Apoio a jovens criadores		X		

Legenda: **Edição N.7 do Jornal de Telheiras** – Esta foi a última edição publicada do *Jornal de Telheiras*; tem 20 páginas. Dessas, as páginas 18 e 20 são inteiramente preenchidas com anúncios e por isso não são referidas no quadro.

A síntese dos quadros anteriores (quadro 4 a quadro 10), elaborados com base na análise dos conteúdos das sete edições do *Jornal de Telheiras*, nas quatro categorias classificatórias enunciadas na página 153 deste trabalho, evidencia que os textos publicados no Jornal respeitam, numa maioria significativa, a regra de *objectividade*. Senão, vejamos...

Quadro 13

Jornal	Total de Textos	Opin.	Inf. Obj.	Inf. Cri.	Inf/Ade.
Num. Zero	20	2	12	2	4
Num. 1	28	4	22	2	0
Num. 2	40	4	26	3	7
Num. 3	31	7	20	4	0
Num. 4	41	3	28	7	3
Edição N.6	44	3	30	8	3
Edição N.7	41	4	26	9	2
Totais	245	27	164	35	19

Legenda: A objectividade do *Jornal de Telheiras* - I

Para melhor compreensão, atente-se, antes de comentar os resultados, no conteúdo do mesmo quadro, mas agora traduzido em percentagens...

Quadro 14

Jornal	% Textos OPIN.	% Textos INFOR.	% Textos INF/CRIT.	% Textos INF/ADES.
Num. Zero	10%	60%	10%	20%
Num. 1	14,3%	78,5%	7,2%	0
Num. 2	10%	65%	7,5%	17,5%
Num. 3	22,6%	64,5%	12,9%	0
Num. 4	7,3%	68,2%	17,2%	7,3%
Edição N.6	6,8%	68,2%	18,2%	6,8%
Edição N.7	9,8%	63,3%	22%	4,9%

Legenda: A objectividade do *Jornal de Telheiras* - II

De facto, em todas as edições, a informação produzida no respeito pela *objectividade* jornalística, nunca é inferior a 60%, dos 100% dos conteúdos do Jornal. Com efeito, só

um vez, na edição do *Número Zero*, a informação *não objectiva* sobe aos 30% do total dos conteúdos da edição. Como se explica que seja assim, num jornal que confessa o seu empenhamento activo na defesa dos interesses da “comunidade” em que se insere e na “melhoria” das suas “condições de vida”? A resposta está, seguramente, no *habitus* dos que o pensam, escrevem e produzem; com efeito, excepção feita aos poucos correspondentes que teve em pontos específicos do «bairro», e a uma ou outra colaboração circunstancial, sempre ao nível dos artigos de opinião, o Jornal era dirigido e feito por jornalistas profissionais, desde a directora às redactoras, estas últimas formadas no Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas – CENJOR, instituição igualmente apoiante do Jornal. Faziam como sabiam fazer e não sabiam fazer de outra maneira, senão procurando escrever com *objectividade*, como as compelia o seu *habitus* e “Os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (Bourdieu, P., 1997: 9).

Mas como cumpre, se é que cumpre, o *Jornal de Telheiras* o seu empenhamento na vida e nas reivindicações do «bairro»? Mais uma vez, a resposta está no *habitus* jornalístico das mulheres que constituíam a Redacção; o Jornal podia não tomar partido e, como se viu, na maior parte dos casos não tomava, mas não deixava de abordar os temas que considerava importantes para a vida do «bairro», tendo o cuidado de procurar ouvir todas as fontes de informação envolvidas em cada caso, como prescreve a deontologia dos jornalistas²³³ e, entre essas, evidentemente, aquelas que tinham a visão mais crítica e favorável aos residentes, como a ART²³⁴, as Associações de Pais, as comissões *ad-hoc* de residentes, que se iam formando pontualmente para fazer face a este ou aquele problema e, finalmente, os próprios residentes, tomados individualmente. Em termos gerais, como a análise já enunciada mostrou, o Jornal era *objectivo*, na medida em que relatava os factos com rigor; mas era também localmente empenhado porque dava voz aos que, via de regra, nos *media* generalistas, ditos de expansão nacional, não tinham

²³³ “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exactidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso”, conforme estabelece o Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, princípio 1.

²³⁴ Por exemplo: “Queixa-se a ART de estarem a ser esquecidos dois ‘valores fundamentais’. Precisamente ‘o valor da transparência e do direito à informação por parte dos cidadãos’ e o ‘valor do equilíbrio das soluções urbanísticas’”, *Jornal de Telheiras*, N.3, Fevereiro/Março 2000, primeira página.

voz, e porque «fabricava a *actualidade*» tendo como referência o «bairro», o seu quotidiano, os seus anseios; assim fazia face à ausência de *acontecimentos* suficientes para encher as suas páginas, mas era também deste modo que se implicava na vida social da «comunidade». Porém, também neste caso, o índice de fabricação da *actualidade* está aquém do que poderia ser expectável. Veja-se, a este propósito, o quadro abaixo...

Quadro 15

Jornal	Total de Textos	Fab. da Actual.	% Fab. da Actual.
Num. Zero	20	1	5%
Num. 1	28	5	17,8%
Num. 2	40	17	42,5%
Num. 3	31	8	25,8%
Num. 4	41	10	24,4%
Edição N.6	44	18	40,9%
Edição N.7	41	16	39%

Legenda: «Fabrico» da *Actualidade* - percentagens do «fabrico da *actualidade*» nas sete edições do *Jornal de Telheiras*.

Em Telheiras aconteciam coisas, a tal ponto que só em três edições do “Jornal de Telheiras”, aquilo a que se vem chamando «fabrico da *actualidade*» atingiu uma taxa acima dos 26% dos conteúdos. E que conteúdos eram esses? Pode dizer-se que – embora o Jornal só tenha começado a cimentar a organização da sua paginação e a distribuição dos temas pelas páginas a partir do N.3, de Dezembro de 1999/Janeiro de 2000, quando assumiu o formato comum dos jornais²³⁵ – desde o primeiro número que havia uma orientação visível. Os temas do Jornal eram as obras no «bairro»; o urbanismo e todos os problemas associados, na relação com a Câmara e a EPUL; os transportes e o estacionamento; os equipamentos públicos ou a carência deles; a Associação de Residentes de Telheiras, as suas actividades lúdicas e as suas actividades reivindicativas, bem como a própria vida da ART (declaração de utilidade pública, eleições para os

²³⁵ O chamado formato «tabloide».

corpos sociais, etc., etc.); as questões levantadas pela implementação de mais um Programa Especial de Realojamento em Telheiras, visto também do lado dos futuros realojados; o que ia acontecendo no «bairro» (um “Fórum Profissões, uma “Feira da Tralha”, uma largada de balões por Timor, o batismo de uma rua, etc., etc.); o comércio e as empresas da *Grande Telheiras*; a relação com os leitores (o “Correio Electrónico”); os «famosos» do «bairro» (a jornalista e pintora, Dina Aguiar; o cantor e compositor, Fernando Tordo...); a cultura em Telheiras: teatro, arte, exposições, música. Sempre e só em Telheiras e sobre Telheiras, centrado no «bairro», suas virtudes e defeitos. E, no caso do número que coincidiu com o Natal, também a quadra festiva, tal como o «bairro» a vivia, enquanto colectivo. Só uma vez, o Jornal terá feito uma peça de índole mais popular, e deu-se mal, já que muitas foram as críticas que, informalmente, a directora teve de ouvir, em breves conversas de rua com leitores. A peça jornalística foi publicada precisamente no N.1, Dezembro 1999/Janeiro de 2000, e tinha por título: “Anabela e Sérgio vão ter um menino”; a abertura da peça rezava assim:

A única mulher polícia da esquadra de Telheiras vai ser mãe no Natal. O médico arrisca mesmo a véspera do dia de Natal como a data mais provável. O rapaz já tem nome: chama-se Bruno Miguel. Espera-o uma mãe com um sentido de família muito apurado. Com um brilhinho nos olhos, Anabela Ggedelho, 26 anos, vai dizendo que “agora é que vai ter o Natal com que sempre sonhou”.

O tema era demasiado popular para Telheiras, mesmo com o Natal à porta; toda a peça era centrada na pessoa de Anabela Guedelha, nem sequer era ouvido Miguel, o marido, ele também polícia na mesma esquadra. Não tinha interesse para o «bairro», era gastar espaço do Jornal com “uma coisa sem importância”, conta a directora que lhe disse um leitor²³⁶. No imaginário dos leitores do *Jornal de Telheiras* sobre o que devia ser o seu “jornal de bairro”, não cabia uma página dedicada a uma mulher polícia, só porque ela

²³⁶ Informação de Ana Contumélias, em conversa informal sobre o *Jornal de Telheiras*, realizada em Novembro de 2004.

ia ser mãe; mesmo que estivesse na esquadra de Telheiras e fosse Natal²³⁷; e o certo é que daí em diante, e até final da sua publicação em Novembro de 2000, o Jornal não voltou a publicar um tema tão popular, tão aparentemente vazio de sentido para o seu público; o que talvez também possa ser, pelo menos em parte, remetido para o *habitus* da directora, porque os jornalistas são ensinados a escrever para os seus leitores. Diz Fontcuberta (1999: 35) que “O público manifesta uma certa unidade, a qual comporta dois elementos: primeiro, um certo grau de cultura comum, uma certa comunidade de hábitos, sentimentos, tradições, ideias assimiladas, etc. Em segundo lugar, os impulsos precisamente originados pelos meios, através de informações, comentários, sugestões que eles transmitem”. O que nos conduz à interrogação sobre que tipo de representação de Telheiras tinha o Jornal, que reenviava ao «bairro»?

O «bairro» no *Jornal de Telheiras*

Uma análise atenta das sete edições do *Jornal de Telheiras* mostra que não há senão o objectivo de relatar a realidade, tal como a interpretam as suas jornalistas, tendo como orientação da pesquisa e recolha da informação os temas gerais, que referimos nas duas páginas anteriores. E sendo certo que os *media* não espelham a realidade, antes, em certa medida, a formam (Giddens, 1994: 24), parece estar-se perante um caso em que a ideia de MacLuhan de que “o meio é a mensagem” (MacLuhan, M., 1999) pode ser entendida como pertinente. A existência do Jornal substantiva mais um novo símbolo do «bairro» do que um agente criador de símbolos; o *Jornal de Telheiras* atribui a si próprio uma identidade, a de “jornal do bairro”, identidade que remete para o plano mítico do “concretizar de um sonho, o de dar ao Bairro um instrumento de defesa dos interesses colectivos (...) um órgão de comunicação local, capaz de nos informar a todos sobre o que se passa connosco e à nossa volta”²³⁸.

²³⁷ Evidentemente que não foi feito nenhum estudo sobre o assunto e, portanto, esta afirmação corre o risco de ser senso comum. No entanto, foi a impressão com que a Directora do Jornal ficou, dada pelas pessoas com quem falou na altura, sobre o caso.

²³⁸ *Jornal de Telheiras*, Número Zero, Agosto/Setembro 1999, artigo “Este é o nosso número zero”, primeira página.

Uma análise de conteúdo das 245 peças publicadas nos sete números do Jornal mostra que há cinco palavras-chave na sua comunicação – *Telheiras*, *Bairro*, *Grande Telheiras*, *Comunidade*, *Sonho*; destas, *Telheiras* e *Bairro* são as palavras que mais vezes são repetidas, aparecendo a grafia de «bairro» umas vezes com maiúscula (*Bairro*) e outras com letra pequena (*bairro*), sendo que no corpo dos textos há uma grafia indiferenciada – *Bairro* e *bairro*²³⁹, e que se escreve sempre *Bairro* nos títulos e aberturas das peças, e escrever *Bairro* significa que não se trata de um bairro qualquer, mas do Bairro; o nosso, o diferente. Por sua vez, o conceito de *Grande Telheiras* é um modo de assumir que o «bairro» tem um centro, aquilo a que temos, neste trabalho, chamado «Triângulo», mas também que esse centro irradiou e se expandiu e há agora uma *Grande Telheiras*, cujos limites físicos se desconhecem.

A classificação dos moradores como *Telheirenses* é, igualmente, uma afirmação de identidade bairrista; em primeiro lugar, quer dizer que há lisboetas que «são *Telheirenses*» e, em segundo lugar, que esses não são apenas os que lá nasceram, mas os que lá residem. É significativo, a este propósito, que no seu Número 3, Fevereiro/Março de 2000, o Jornal tenha publicado uma peça²⁴⁰ apresentando a empresa “Letrário”, sediada no «bairro» e votada a resolver problemas do uso da Língua portuguesa, a quem pediu que “se pronunciasse sobre o termo *Telheirense*”. A resposta da “Letrário” é a esperada: embora a palavra não conste dos dicionários de português, *Telheirense* é a “forma mais correcta para exprimir a ideia de ‘relativo’ a *Telheiras*”, mas esta fórmula “deveria aplicar-se apenas aos ‘naturais’ de *Telheiras* e não aos habitantes de *Telheiras*”; contudo, não é isso que o Jornal faz, e não é por acaso, antes pretende assim reforçar a ideia de pertença dos residentes ao «bairro».

A condição de «comunidade» para classificar *Telheiras* está subentendida em *Bairro*; ainda assim ela é expressa, uma ou outra vez como a *comunidade de Telheiras*. No que ao termo *sonho* diz respeito, ele aparece, como já vimos, no Número Zero do Jornal,

²³⁹ Não se aprofundaram os motivos desta diferença de grafia, mas parece uma possibilidade explicativa que ela se deve a duas razões, compreensíveis num jornal com poucos meios e pouco tempo de vida – ausência de um livro de estilo, ausência de uma revisão cuidada. A regra da Direcção seria a grafia com maiúscula (*Bairro*) e daí ser essa a adoptada nos títulos e aberturas das peças, em regra da responsabilidade do editor, ou a que este dá mais atenção.

²⁴⁰ “Em português nos entendemos”, pag. 19.

como explicativo de si próprio, mas volta a surgir igualmente, noutros contextos, como o de “duas mulheres arrojadas que encontraram em Telheiras o lugar ideal para o sonho...”, texto incluído na edição n.6, Junho/Julho de 2000²⁴¹, para apresentar uma escola de dança e artes implantada no «bairro».

Para além destas palavras-chave, há como que um ênfase que o *Jornal de Telheiras* coloca, adjacente à ideia de «bairro» e esse é a visão ecológica do mundo, que lhe entende própria, traduzida, desde logo, numa preocupação com os espaços verdes – “os habitantes de Telheiras sempre se bateram pelo incremento dos espaços verdes no bairro”²⁴², ou, “os moradores de Telheiras sempre mostraram uma propensão para o cuidado com as zonas verdes e para a luta pela sua existência”, como se pode ler na página 5, da Edição nº 7, de Novembro de 2000²⁴³. Um tal ênfase é também expresso no cuidado posto com a saúde da araucária, uma árvore centenária existente em Telheiras Sul, junto ao Núcleo Antigo de Telheiras, e ameaçada pelas obras de construção da estação do Metropolitano. Logo no *Número Zero* do Jornal, escreve-se²⁴⁴...

As obras de construção do Metro em Telheiras vão iniciar-se em Fevereiro do próximo ano (...) Mas existem sempre preocupações de vária ordem quando se concretizam projectos desta envergadura. Entre elas, há uma que tem originado uma especial apreensão: a araucária, situada na Quinta de Stant’Ana. Uma árvore com mais de um século que pode deixar de existir se as devidas precauções não forem tomadas ou se não surtirem o efeito que todos esperam e desejam.

Esta araucária era, e é, um dos signos de Telheiras; sustenta Balandier (1999: 27) que “Todas as cidades, no decorrer da sua história, se enriquecem com esses lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica”, em Telheiras, o Núcleo Antigo, NAT, é esse lugar e a araucária um dos seus signos mais fortes, por isso, o Jornal não poderia

²⁴¹ “Fazer comungar o corpo e o espírito”, pag. 19.

²⁴² *Jornal de Telheiras*, N. 3, “Vereador Vasco Franco garante: PER vai mesmo para a frente”, pp. 12-13.

²⁴³ Vale a pena dizer, a este propósito, que ainda em 5/9/07, o presidente da Junta de Fregusia do Lumiar, Nuno Roque, garantia telefonicamente ter muitas queixas vindas de Telheiras, por causa dos jardins.

²⁴⁴ Artigo “Estação de Metropolitano de Telheiras. O progresso e uma árvore”, pag. 11.

deixar de acompanhar com atenção a vida desta árvore, independentemente da existência, ou não, de uma postura ecológica dos residentes do «bairro». Mas fez mais, o apropriou o peso simbólico da araucária e deu-lhe ainda maior densidade, na sua edição coincidente com o Natal de 1999²⁴⁵, aproveitando para sublinhar a sua condição de intérprete dos desejos do «bairro».

Legenda: **A araucária de Telheiras** - a foto da araucária, digitalizada a partir do *Jornal de Telheiras*, no que foi a sua edição com menor qualidade de impressão. Ainda assim, percebe-se como o Jornal fez dela a árvore de Natal do «bairro», para ilustrar uma peça em que se fazia eco do que interpretava como os anseios dos residentes.

FIG. 22



O texto publicado no Jornal intitulava-se: “Com uma araucária iluminada na imaginação do Bairro. Telheiras também põe o sapatinho na chaminé”; seguia-se a este título um texto em que se publicava a lista de prendas desejadas pelo «bairro», como segue...

²⁴⁵ *Jornal de Telheiras*, N.2, Dezembro de 1999/Janeiro de 2000, primeira página.

O Jornal de Telheiras resolveu fazer-se eco dos desejos do Bairro, numa altura em que é habitual construir uma «lista de prendas», para dar uma ajuda ao Pai Natal. A lista de prendas que aqui fica enuncia um conjunto de desejos em relação aos quais a ART tem trabalhado e procurado o apoio ou a acção esclarecida dos diferentes poderes, com ele dialogando e apresentando propostas. Algumas delas parecem possíveis, num horizonte não muito longínquo. Até lá, o Bairro também põe o sapatinho na chaminé.

Eis a lista: Uma “Casa da Nora” para Casa de Cultura; uma Igreja da S^a das Portas do Céu, recuperada; uma araucária com vida e saúde no 3^o milénio; um pomar e uma horta pedagógica; um Sporting bom vizinho²⁴⁶; um par de barreiras contra o ruído; uma mudança dentro da Freguesia para a gente do bairro Quinta José Alvalade; uma boa integração dos que vão ser realojados em Telheiras; o fim do vazio urbanístico da Quinta dos Inglesinhos; uma pista de bicicletas; um baile de passagem de ano.

Alguns destes desejos haveriam de concretizar-se, já depois do Jornal ter deixado de ser publicado; assim, Telheiras tem hoje, na “Casa da Nora”, no NAT, a Biblioteca Municipal Orlando Ribeiro, com um café e um auditório, que a ART e o *teatroàparte* utilizam, embora não tão regularmente nem tão facilmente como desejariam; a igreja da Senhora da Porta do Céu está recuperada²⁴⁷; a araucária está viva e de saúde; a integração dos realojados ocorreu sem mais problemas; o vazio urbanístico da Quinta dos Inglesinhos foi resolvido; há uma pista de bicicletas, embora agora esteja interrompida, resultado das obras do Sporting. Cumpriram-se, assim, parte dos desejos do «bairro», tal como o *Jornal de Telheiras* os via e para os quais a ART tinha procurado apoio.

²⁴⁶ A proximidade do “Estádio de Alvalade”, primeiro, e agora do “Alvalade XXI”, colado ao «Triângulo», tem feito de Telheiras o «parque de estacionamento» dos adeptos sportinguistas, em dias de jogo. Nesses dias, é quase impossível circular em Telheiras. A ART procura, quase desde a sua fundação, controlar esta situação e esse esforço acentuou-se, embora em vão, antes da construção do “Alvalade XXI”.

²⁴⁷ Evidentemente que, neste caso, foram decisivas as relações institucionais entre Câmara, Patriarcado e EPUL.

Diz Ortigues, E. (1987)²⁴⁸ que “O simbolismo da representação tem um carácter modal que classifica o objecto (...) mas impõe uma maneira de o compreender ou de o perceber, um *modus intelligendi*”, eis o que fazia o *Jornal de Telheiras* ao representar o *Bairro*. A escrita pode realmente “ser uma força democrática, em especial para uma comunidade de uma escala maior do que a que pode ser manobrada em relações face-a-face”, como diz Jack Goody (1987: 142); sobretudo se essa escrita se apresenta na forma de um jornal, e de um jornal que busca interpretar o interesse geral da população que escolheu como público, e orientar a sua acção tendo em vista o contributo social que a informação pode dar, como era o caso do bimensário aqui analisado.

Mas o «bairro» não conseguiu manter o «seu» jornal, por razões que aqui se não aprofundam, uma vez que não cabem nos objectivos deste trabalho. Contudo, cita-se um excerto do *Editorial*²⁴⁹, publicado na última edição, que pode ser parte da explicação para o fim do *sonho* anunciado no Número Zero do *Jornal de Telheiras*...

A sétima edição do Jornal de Telheiras chega agora às mãos dos leitores, um pouco atrasado em relação ao previsto, por razões alheias à nossa vontade. Tem sido, devo confessá-lo, um percurso difícil. (...) os apoios disponíveis têm sido insuficientes, apesar do encorajamento material, propiciado por alguns comerciantes e empresas do Bairro. (...) Também o nosso site (www.jornaldetelheiras.pt), o Jornal de Telheiras on-line, se ressentiu da falta de meios com que nos debatemos. (...) O Jornal de Telheiras não tem tido uma vida fácil, mas já contávamos com isso. Voltaremos em força em 2001.

Sustenta Elias (1994: 111) que “tudo o que tem um lugar no tempo e no espaço tem também um lugar na dimensão simbólica”. O *Jornal de Telheiras* teve um lugar no tempo e no espaço, e ainda se mantém na memória de muitos residentes – que continuam a perguntar, sete anos passados sobre o seu desaparecimento, “quando volta

²⁴⁸ “Interpretação”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 218-233.

²⁴⁹ O Editorial é assinado pela directora do jornal.

o jornal ?” Está, pois, na dimensão simbólica do Bairro de Telheiras, que apropriou, interpretou e ajudou a instituir e por isso se fundou como um agente social incontornável neste estudo de caso.

■ Discursos de fora

Diz Firmino da Costa (Op. Cit, pp. 57-60) que a visibilidade do bairro de Alfama é um “facto social em sentido forte”, socialmente produzida “através de um conjunto de processos desenvolvidos, em grande medida, a partir do exterior do bairro” e que lhe conferem “um excesso de visibilidade”. No caso de Telheiras, embora se possa admitir igualmente que a visibilidade do «bairro» é um facto social, será mais difícil entendê-la como excessiva, porque é certo que ele não marca presença, pelo menos de modo visível e mediático, na literatura, na pintura, no desenho, no cinema, nos roteiros turísticos, como Costa (Op. Cit.) constata acontecer com Alfama. Mas isto não equivale a afirmar que Telheiras não é alvo de abordagens recorrentes, nos *media* de grande informação; é, de facto, e tem por isso uma visibilidade «suficiente», digamos assim por oposição à ideia de excessibilidade.

Porém, Telheiras aparece nos *media* não propriamente em termos de notícias sobre o quotidiano do «bairro», ou acerca das actividades lúdicas e culturais estruturadas que nele se realizam, mas mais em termos urbanísticos e, com frequência, nestes casos, isso ocorre por acção de actores sociais endógenos, com acesso às colunas dos jornais²⁵⁰, ou com capacidade para influenciar a inserção do «bairro» na *agenda* dos *media*, em virtude das suas redes de sociabilidades, em que se enquadram alguns jornalistas profissionais com poder de decisão nas Redacções; ora, essa existência mediática de Telheiras acaba por produzir efeitos no «bairro» e na sua representação, quer interna, quer externamente. Por isso, procuraremos aqui analisar este fenómeno.

Deixando, por agora, de lado uma abordagem cronológica das referências feitas a Telheiras na chamada «grande Imprensa», detemo-nos no artigo que mais eco teve em

²⁵⁰ Carlos Meira, Guilherme Pereira, Adelino Cardoso, Mário Contumélias são alguns destes actores, que têm publicado artigos sobre Telheiras, em jornais como o “Público”, “Diário de Lisboa” (que já não se publica) ou “Jornal de Notícias”, para citar os mais regulares. Institucionalmente, a ART e a EPUL desempenham também, neste aspecto, um papel decisivo.

Telheiras, e admite-se que fora de Telheiras, sobre o «bairro», publicado no *Jornal Expresso*, no dia 12 de Junho de 1993²⁵¹, sob o título: “O bairro de Telheiras em Lisboa, tornou-se um caso à parte. É seguramente, a maior concentração de massa cinzenta do país. A aldeia dos doutores”. O artigo, que partia do “Relatório NEUT, 1989”, cruzado com a pesquisa e recolha de informação feita no «bairro» pelos jornalistas, e com dados do INE, traduzia-se num narrativa ficcionada e apelativa...

CHEGARAM a Telheiras no final dos anos 70. Conduziam Renaults 4 ou Dianes e levavam para o bairro projectos maiores do que os enxovais. Tinham acabado os cursos superiores, iam começar a actividade profissional e a vida de casados. As carreiras resultaram melhor do que os casamentos: hoje nota-se tanto o sucesso profissional como se percebe que os divórcios foram muitos. (...) Os moradores de Telheiras provaram que lhes fica bem o cognome de “amigos de Alex”²⁵².

O jornal ressaltava depois os factos de a vida ter corrido bem a estes novos “amigos de Alex”, de mais de metade serem agora quadros superiores ou terem profissões liberais, de terem trocados os carros pequenos por automóveis mais potentes, e evocava os motivos da criação da EPUL e o início da construção do «bairro». Sublinhava que a qualidade da construção “suscitava críticas” e que “o pouco cuidado posto nos acabamentos afastava clientes”, mas que “o estilo da urbanização, a possibilitar uma vida virada para a rua e para o convívio, despertava interesse”, para afirmar de seguida que...

O bairro tinha todas as condições para atrair os recém licenciados do final da década de 70, com pouco dinheiro e com formação política de esquerda, todos crentes de que seria possível viver para a comunidade.

²⁵¹ Frederico Carvalho/João Garcia, “A aldeia dos doutores”, in jornal *Expresso*, secção “Nacional”, pág. 13, 12/06/1993.

²⁵² A este respeito, é curiosa a entrevista dada por João Soares ao jornal *Expresso*, edição de 22.12.2001, após ter perdido para Pedro Santana Lopes, as eleições para a Câmara de Lisboa. Diz João Soares: “Quem leu um artigo delicioso que veio quinta-feira no «Público», jornal que tem por mim uma extrema «simpatia», com o título «**Vanessa votou no Lopes**», percebeu claramente a filosofia desses Amigos de Alex retardados de Telheiras, que são potenciais eleitores do Bloco de Esquerda mas que acabam por votar, como diz a autora do artigo, «**no Lopes**».

O voto terá deixado de ser tão radical quanto o fora nos primeiros anos, mas a política continua activa em Telheiras (...) a urbanização da EPUL fornece muitos quadros políticos das organizações locais dos diversos partidos.

Cercado pela Segunda Circular, pela Av. Padre Cruz e pelo Eixo Norte-Sul, o bairro preservou a sua imagem de marca, “uma aldeia a quinze minutos do centro da cidade”.

Escrito isto, os dois jornalistas que assinavam o artigo referiam-se ao “estudo encomendado pela EPUL”²⁵³, para salientarem o alto nível profissional, os graus académicos e os “Consumos de invejar”, estes últimos destacados pelo primeiro subtítulo da peça, com o pormenor de, em Telheiras, quase uma em cada duas famílias comprarem, semanalmente, o *Expresso* –“Se todo o país tivesse este desejo de leitura, as vendas deste jornal ultrapassariam largamente o milhão de exemplares”, concluem os jornalistas. Para ilustrar tudo isto, o *Expresso* publica três quadros, que a seguir se reproduzem...

Quadro 16

PROFISSÕES DOS CHEFES DE FAMÍLIA							
	Patrões Empresários	Liberais	Quadros Superiores	Professores	Estudantes	Reformados	Outros
Telheiras	7,7%	10,7%	40,6%	9,6%	0,6%	4,5%	35,9%
País	0,6%	3,7%	3,7%	2,1%	0,3%	29,0%	62,7%

Fonte: Estudo da EPUL; Inq. Ao Emprego INE (Valores em percentagem)

Quadro 17

FAMÍLIAS COM AUTOMÓVEL				
	C/1 carro	C/2 carros	C/3 carros	Total c/ carro
Telheiras	42,8%	47,8%	4,1%	94,3%
País	40,2%	8,6%	1,6%	50,4%
Lisboa	46,7%	9,7%	1,6%	57,9%
Vale do Tejo				

Fonte: Estudo de indicadores de conforto INE (Valores em percentagem)

²⁵³ O “Relatório NEUT, 1989”.

Quadro 18

VENDAS DO EXPRESSO POR CEM HABITANTES	
Telheiras	13,7%
Lisboa	5,2%
Grande Lisboa	3,5%
País	1,4%

Legenda: **Quadros publicados no Expresso** - Como se vê, os três quadros são elaborados com base no “Relatório NEUT, 1989” e em dados do INE e salientam o alto nível profissional e a capacidade de acesso ao consumo, tendo como indicador o número de carros por família e a compra do jornal *Expresso*.

O artigo continuava referindo o “sucesso de Telheiras”, em termos de venda de andares; o facto de já haver “árvores recém-plantadas, canteiros e relvados em crescimento”, para de seguida salientar que a “condição de bairro de privilégios não isenta Telheiras de problemas”, já que, apesar do Centro Comunitário parecer “mais uma pousada”, há falta de equipamentos desportivos e de equipamentos escolares, de um Centro Cívico e as agências bancárias, atraídas “pelo sucesso dos residentes”, desalojaram as pastelarias. O artigo termina referindo-se às actividades da Associação de Residentes e lembrando que, embora os moradores de Telheiras votem maioritariamente no PS e no PCP, “foram eles que criaram o primeiro problema à gestão de Sampaio” na Câmara Municipal, “para tentar manter incólume a irredutível ‘aldeia dos doutores’, onde até as ruas têm nomes de catedráticos”.

Este artigo do *Expresso* que, como o próprio jornal demonstra, tinha muitos leitores no «bairro», assumiu em Telheiras um enorme impacto, a tal ponto que ainda hoje, interna e externamente, se fala em *aldeia dos doutores*. Era um artigo formalmente isento, mas era também um artigo feito com base em dados fornecidos pela empresa promotora da urbanização, a EPUL, que também foi ouvida pelos jornalistas do *Expresso* e surge no texto, através de declarações de “um dos quadros da empresa”, não identificado; um artigo, ainda, no qual as únicas fontes pessoais identificadas, como manda o bom

jornalismo²⁵⁴, eram, ou tinham sido, dirigentes da ART: Henrique Gomes, Ana Silva Pinto, Ana Salta, Manuel Figueiredo. Poderíamos discutir a possibilidade de se estar, neste caso, perante um exemplo da comum interacção entre os representantes da *Imprensa escrita* e os que laboram no campo da *comunicação institucional*, traduzido na apropriação do espaço dos *media* pela comunicação que interessa às instituições, embora na aparência tudo se passe como se o poder do *news judgement* permanecesse intacto nas mãos dos jornalistas, afinal transformados, para lá da fachada visível, em calmos *news assembler's*²⁵⁵.

É que, por muito que uma empresa, e será o caso da EPUL, tenda a encarar-se a si mesma como “une entreprise citoyenne”, actuando dentro de “un mode plus humaniste (...) dans lequel la communication joue un rôle capital”²⁵⁶, o que, perante si própria, justifica que a sua actividade seja divulgada pelos jornais, restará, no limite, a questão que Nicolau Santos, hoje um dos directores do *Expresso*, colocou ao II Congresso dos Jornalistas Portugueses: “Pode-se informar sem servir o informador?”²⁵⁷ (Coelho, B. e Filipe, F., coords., S/d: 157). Provavelmente, não. No caso, os informadores, a EPUL e a ART, ficavam bem servidos. Ou seja, o jornal consolidava exogenamente, a visão que o «bairro» tinha de si próprio, fundada na acção simbólica da EPUL e da ART, e que é a sintetizada no quadro abaixo...

²⁵⁴ “O jornalista deve usar como critério fundamental a identificação das fontes”, diz-se no Princípio 6, do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses.

²⁵⁵ Molotch, H. e Lester, M. definem «news assembler» como o processo de trabalho “a partir dos materiais fornecidos pelos promotores”, transformando “um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas a acontecimentos públicos através da publicação ou radiodifusão” –Molotch, H. e Lester, M. (1933), “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”, in “Revista «Comunicação e Linguagens”, volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega, pp. 34-51.

²⁵⁶ Jacques Lesourne, prefácio a Agès, Y. e Durier, M. (1992), *L'Entreprise sous presse*. Paris : Dunod.

²⁵⁷ Coelho, B. e Filipe, F. (coord.) (s/d). 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses. Conclusões. Teses. Documentos. Deontologia. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses.

QUADRO 19

Telheiras vista pelo *Expresso* (Junho de 1993) Qualidades positivas

- Um caso à parte
- A maior concentração de massa cinzenta do país
- A aldeia dos doutores
- Um bairro onde vivem pessoas com elevado estatuto escolar, profissional e grande capacidade de acesso ao consumo
- Um bairro de sucesso
- Um bairro de privilégios
- Um bairro “cercado” por três vias rápidas

Telheiras vista pelo *Expresso* (Junho de 1993) Qualidades negativas

- Qualidade de construção alvo de críticas
- Acabamentos pouco cuidados
- Carência de equipamentos desportivos
- Carência de uma escola primária
- Falta de um Centro Cívico
- Falta de pastelarias, «engolidas» pelos bancos

Legenda: **Telheiras vista pelo *Expresso*** - Síntese analítica das qualidades atribuídas a Telheiras pelo *Expresso*.

Como se vê a representação que o *Expresso* faz de Telheiras, salvo as «Qualidades negativas», não podia ser mais consentânea com a visão do «bairro» que a EPUL procurava fazer passar e que, de alguma forma, a ART acalentava e queria preservar; de outro modo, como explicar que tendo o jornal ouvido quatro directores e ex-directores da Associação, as críticas feitas à EPUL fossem tão «doces», quando a ART tinha, nessa altura, como já neste trabalho se mostrou, tantas e tão fortes críticas à acção da EPUL e às carências de Telheiras? Diz Augé (1998 :84) que “Qualquer imagem pode suscitar um fenómeno de apropriação e de identificação que lhe confere em contrapartida uma espécie de existência autónoma e de vida própria”; se, antes do artigo do *Expresso*, já era isso que acontecia com a imagem de Telheiras, a “Aldeia dos Doutores” veio tornar essa imagem ainda mais poderosa, no «bairro» e fora dele,

contribuindo para consolidar o fenómeno de identificação e apropriação que estava em curso.

Mas nem tudo o que se publicava na Imprensa sobre Telheiras vinculava uma representação tão favorável, como a passada pelo citado artigo do *Expresso*. Três anos antes, numa quinta-feira, dia 3 de Maio de 1990, o *Diário de Lisboa*²⁵⁸, vespertino respeitado, entendido como *jornal de referência*, publicava, nas suas páginas 16 e 17, um artigo assinado por Adelino Cardoso²⁵⁹, sob o título “Telheiras – uma urbanização traída”. O jornalista afirmava que “O projecto de urbanização de Telheiras” tinha sido “planeado como um modelo exemplar”, mas que se assistia agora à sua “adulteração”, perdendo-se uma “oportunidade rara de uma intervenção urbanística capaz de marcar positivamente a evolução de Lisboa para o Norte”. Depois de lembrar o projecto urbanístico, elaborado, segundo o artigo, pelo arq. Vieira de Almeida, e referir o “texto de apresentação do respectivo plano de pormenor”, escrito pelo arq. Augusto Pita, Adelino Cardoso era contundente; escrevia...

Entre estes belos propósitos e a realidade presente da aplicação do plano há a enorme distância que vai de um projecto de alta política municipal ao comportamento típico de um especulador imobiliário. E o especulador usa publicidade enganosa nas suas campanhas de venda, ao ponto de prometer nos seus cartazes os espaços verdes que não executa, os espaços livres que vão sendo ocupados com novas construções ou se transformam em Lixeiras.

O jornalista ouvia, mais adiante, o arq. Vieira de Almeida, a quem chamava “pai da urbanização de Telheiras” e que, falando “com muita prudência”, mesmo assim afirmava que, em Telheiras, se tinha “perdido progressivamente o sentido de quarteirão, em grande parte o sentido de rua e totalmente o sentido de conjunto”, desvirtuando “as intenções primeiras do plano de urbanização”. Também ouvido pelo jornalista do *Diário*

²⁵⁸ O *Diário de Lisboa*, fundado por Joaquim Manso, publicou-se entre 1921 e 1990.

²⁵⁹ “Telheiras – uma urbanização traída”, artigo assinado por Adelino Cardoso, in *Diário de Lisboa*, 3 de Maio de 1990, pp. 16 e 17.

de Lisboa, o arq. Michel Toussaint, membro dos corpos gerentes da Associação dos Arquitectos Portugueses e residente em Telheiras, dizia que se tinha comprometido “a ideia do bairro como célula urbana com todos os equipamentos” e que faltavam painéis de protecção sonora, equipamentos sociais, espaços verdes, o prometido centro cívico e os projectados caminhos pedonais sob as vias de comunicação. Para Adelino Cardoso, a EPUL caracterizava-se por “uma prática de investidor privado especulativo”, que conduziu a urbanização de Telheiras “a um ponto crítico que implicava uma resposta de carácter político que excede a capacidade e a competência da empresa”. Por assim entender, o jornalista escrevia, ao lado do artigo, um “Comentário”, sob a forma de carta “Ao dr. Jorge Sampaio”, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa. A dado ponto, Adelino Cardoso afirmava...

Telheiras representou a promessa de uma experiência urbanística exemplar (...) Promessa agora sorratamente traída, ao arrepio dos princípios que traíram o seu lançamento (...) O que se lhe pede é que (...) faça regressar o projecto à sua pureza inicial (...) Telheiras poderá ser a ilha redentora que valha a pena salvar...

A única virtude que Adelino Cardoso encontrava em Telheiras, onde residia, era o facto de ser “dos raros bairros novos que demonstrou capacidade de mobilização cívica, com uma associação de residentes que, apesar de não dispôr de sede, organiza várias iniciativas culturais e cívicas. Era pouco, mas era igualmente uma visão parcial. Para o *Expresso*, o «bairro» de Telheiras era uma espécie de oásis urbano, para o *Diário de Lisboa* não passava de um acto falhado, de uma promessa traída; não obstante, ambos os artigos se apoiavam no real e respeitavam aparentemente a *objectividade* jornalística. Mas o certo é que o artigo de Adelino Cardoso não teve grande impacto no «bairro», que as pessoas estimavam, apesar de algumas críticas²⁶⁰, e da Associação de Residentes pressionar a EPUL no sentido de melhorar o ambiente urbano e cumprir o plano urbanístico. Fora de Telheiras, o artigo passou despercebido e o «bairro» continuou a

²⁶⁰ Como o “Relatório NEUT, 1989”, que o jornalista do *Diário de Lisboa* nunca referiu, claramente demonstrara, no ano anterior.

crescer e a vender-se em bom ritmo, quer no que diz respeito aos edifícios levantados pela EPUL, quer pela iniciativa privada, quer por cooperativas.

Contudo, as acusações à EPUL de que não cumpria o plano esboçado para o «bairro» não eram novidade, nem em Telheiras, nem na Imprensa. Cinco anos antes do artigo de Adelino Cardoso, no *Diário de Lisboa*, em 1985, o *Correio da Manhã* fazia eco do descontentamento de moradores da “urbanização da EPUL”, a esse propósito, como a Figura 23 documenta.

São dois artigos em sequência, publicados em Abril de 1985²⁶¹. No primeiro, “MORADORES DAS TELHEIRAS DENUNCIAM ANOMALIAS NOS EDIFÍCIOS DA EPUL²⁶²”, o texto refere o descontentamento dos moradores com “as graves mazelas detectadas na construção dos prédios”, o que os conduziu à afixação de faixas em alguns edifícios, com frases tipo “Estas paredes metem água”, uma vez que, apesar da carta que enviaram à Câmara Municipal de Lisboa, a EPUL continua a não resolver os problemas de infiltrações em muitos apartamentos; segundo o artigo, “Os condóminos dos edifícios adquiridos à EPUL queixam-se ainda de que alguns espaços, inicialmente destinados a equipamentos sociais, estão a ser ocupados por edifícios”, situação “que já assume foros de escândalo”. A EPUL, também ouvida pelo jornalista do *Correio da Manhã*, reconhece as reclamações, mas diz que só há problemas em alguns edifícios – uma insignificância, olhando o grande número de construções” – e que “centenas de pessoas estão satisfeitas com as residências que adquiriram”; o presidente da empresa, Mário de Azevedo, sustenta que os casos de humidade só podem ser resolvidos “no tempo seco” e que por isso é preciso esperar, e que se está face a uma “campanha sistemática contra a EPUL”.

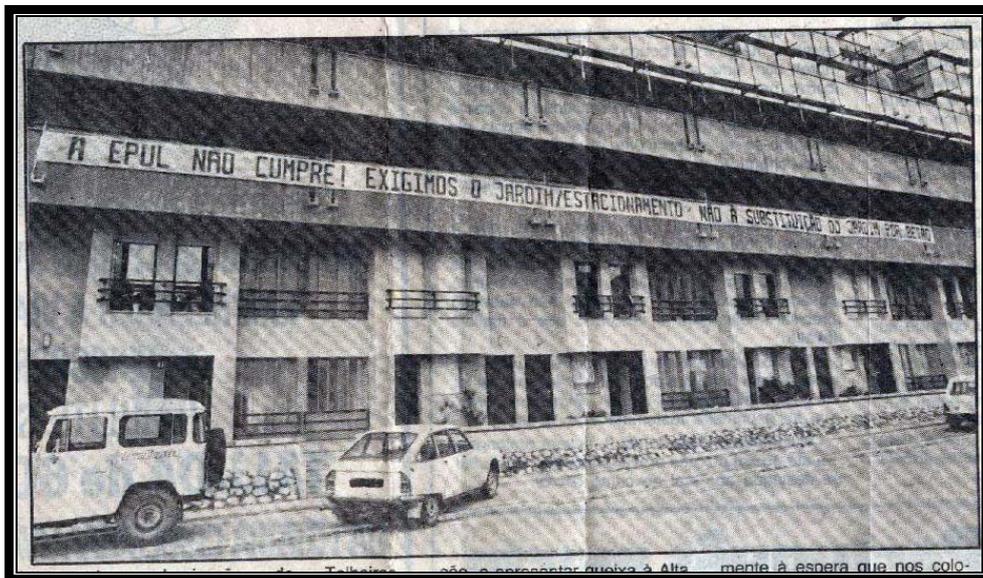
O segundo artigo do *Correio da Manhã*, “MORADORES NAS TELHEIRAS NÃO GOSTAM DAS ALTERAÇÕES AO PLANO DE URBANIZAÇÃO” vai na mesma linha do primeiro, mas centra-se mais no incumprimento do plano de urbanização de Telheiras, acusando-se a EPUL de “não respeitar, e de falsear, o primitivo plano de

²⁶¹ “MORADORES DAS TELHEIRAS DENUNCIAM ANOMALIAS NOS EDIFÍCIOS DA EPUL”, in *Correio da Manhã*, 2.04.85, pág. 14, e “MORADORES NAS TELHEIRAS NÃO GOSTAM DAS ALTERAÇÕES AO PLANO DE URBANIZAÇÃO”, in *Correio da Manhã*, 23.04.85, pág. 6.

²⁶² Escreve-se em maiúsculas para respeitar a grafia utilizada pelo jornal.

urbanização, bem como de lacunas de construção (sobretudo, infiltrações de água e falta de luz nos acessos) em alguns edifícios já habitados”. Refere-se também o recurso à colocação de faixas, “como protesto”, em alguns prédios e a um conjunto de “medidas reivindicativas”, que “estão a ser tomadas quase individualmente por condóminos da urbanização de Telheiras”.

FIG. 23



Legenda: **Protestos em Telheiras** - “A EPUL NÃO CUMPRE! EXIGIMOS O JARDIM/ ESTACIONAMENTO. NÃO À SUBSTITUIÇÃO DO PLANO POR BETÃO”, pode ler-se na faixa colada no edifício E1, que a foto publicada no *Correio da Manhã*, em 23 de Abril de 1985, documenta.

O artigo faz-se ainda eco daquilo que se classifica como “publicidade fraudulenta” da EPUL²⁶³, do não cumprimento pela empresa das promessas de resolução dos problemas de construção; contudo, o *Correio da Manhã* afirma, igualmente, que “Nem toda a gente está descontente”, já que “outros moradores afirmam-se contentes com a urbanização”. A EPUL, mais uma vez ouvida, fala de “um qualquer plano de descrédito”, e exalta a urbanização de Telheiras, “uma das menos densas da Europa”, uma “urbanização aberta

²⁶³ O jornal cita os moradores Vitor Freire e António Rodrigues, aos quais atribui a seguinte afirmação: “Fomos atraídos pelas promessas. Fomos atraídos por uma publicidade fraudulenta. O chefe de vendas da EPUL, sr. Monteiro Cardoso, fez-nos promessas sobre o espaço para estacionamento”.

e com espaços abertos”, com “espaços livres e zonas verdes” e que, por isso mesmo, “deveria agradar a toda a gente”.

Não cabe nos objectivos desta investigação discutir a propriedade dos argumentos invocados por moradores de Telheiras, e publicados por alguns jornais, sobre a EPUL e a sua acção, e ainda menos debater a «teoria da conspiração» avançada pela empresa. Entendemos como *dado*²⁶⁴ que alguns edifícios da fase inicial de Telheiras apresentavam significativos problemas de infiltrações, que a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa procurou resolver, nuns casos melhor do que noutros. O que nos interessa, com a linha de abordagem que vimos seguindo, é mostrar que:

1. apesar da existência de problemas em alguns edifícios e da sua mediatização, isso não produziu uma imagem negativa de Telheiras; basta ver que a EPUL tinha, à data, centenas de apartamentos para vender e que os vendeu todos e os mais que se seguiram;
2. não havendo ainda em Telheiras, em 1985, uma associação que representasse os interesses dos residentes, estes avançavam individualmente, para uma reivindicação cívica, que seria mais tarde reclamada pela ART;
3. não se falava ainda, em 1985, de Telheiras como «bairro» mas apenas como a “urbanização da EPUL”.

Os problemas realmente existentes, a «luta» dos moradores, os artigos nos jornais não impediram “Telheiras” de se construir simbolicamente como «bairro», com uma imagem tão significativamente positiva, que acabou por se transformar numa *marca*. Diz Elias, N. (1994: 8) que “podemos distinguir claramente entre dados que são representações simbólicas e dados que o não são e que, por esta razão, são classificados de um modo diferente: são classificados como reais”; talvez se possa admitir, então, que os problemas vividos em Telheiras, e abordados nos jornais, remetiam para o campo do real, mas, porque eram problemas interpretados como individuais e individualmente abordados,

²⁶⁴ Invoca-se aqui a própria experiência empírica do investigador que, morando inicialmente na Rua Prof. Francisco Gentil, conviveu com estes problemas na sua habitação, para além de ter sabido de outros casos em conversas com vizinhos, e de ter visto os andaimes colocados pela EPUL em alguns prédios, precisamente para realizar obras de isolamento em edifícios afectados por infiltrações.

estavam feridos pela transitoriedade e que o mesmo não acontecia com a construção simbólica da “urbanização”, representada como “bairro privilegiado”, “aldeia a 15 minutos da cidade”, habitada por gente de sucesso. Hoje, em Telheiras, pode não ter sido ainda completamente esquecido o «aborrecimento» das infiltrações, mas aquilo que está bem impresso na memória dos seus residentes é a “aldeia dos doutores”, porque os símbolos podem ser da ordem da ilusão mas ligam as relações e dão sentido à vida dos seres humanos (Caillé, 2000: 227-242).

A demonstrar o que acima se sustenta, sensivelmente um mês antes da publicação do artigo do *Diário de Lisboa*, assinado por Adelino Cardoso, já aqui referido, em Março de 1990 era o *Diário de Notícias* que publicava: “Por causa do aumento do fluxo de trânsito. Moradores de Telheiras alarmados com abertura de novo hipermercado”²⁶⁵. Na abertura da peça, escrevia-se:

A Associação de Moradores de Telheiras e a Comissão de Pais do mesmo bairro estão decididas a mobilizar todos os esforços para impedir que a zona se transforme “num local de passagem dos consumidores a caminho do Euromarché”²⁶⁶. Consideram que o aumento da fluxo de trânsito, que passará a atravessar o bairro, constitui “uma ameaça à segurança das crianças das escolas e um claro prejuízo para a qualidade de vida dos moradores”.

Para lá do erro do jornal, que chamava “Associação de Moradores de Telheiras” à Associação de Residentes, Telheiras era agora um “bairro”, e não uma “urbanização”, e já não havia moradores em luta individualmente, mas antes duas instituições locais em representação do colectivo dos residentes²⁶⁷ e, de entre esses, do grupo dos pais, preocupados com a segurança das suas crianças.

²⁶⁵ “Por causa do aumento do fluxo de trânsito. Moradores de Telheiras alarmados com abertura de novo hipermercado”, in *Diário de Notícias*, 29.03.1990, pag. 19.

²⁶⁶ O *Euromarché*, hoje *Carrefour*, foi o primeiro hipermercado a instalar-se em Telheiras, embora fora do «Triângulo», assim dando também um contributo ao estender do «bairro» para fora do confinamento das três vias rápidas.

²⁶⁷ Residentes esses que, segundo se escrevia no mesmo artigo, afirmavam: “É bom viver em Telheiras”.

Em 1993, o artigo publicado no jornal *Expresso* dava o contributo até hoje mais importante, vindo de fora do «bairro», para a construção da identidade deste. Mas essa identidade remetia, em Telheiras, para necessidades colectivas, traduzidas num entendimento partilhado do que deve ser um «bairro», do que deve ser o trabalho de expansão urbana de uma cidade, do que deve ser a qualidade de vida associada a um e a outro, do que deve ser, finalmente, o papel dos cidadãos enquanto actores cívicos participativos nessa construção, com a sua capacidade de intervir no presente e de imaginar o futuro.

Telheiras configurava, pela sua acção e pela imagem que dela transparecia nos *media*, não uma comunidade idealizada, herdada de uma qualquer aldeia pretensamente ídlica que só existia enquanto mito, mas uma «comunidade interpretativa». “Os mais estáveis dos símbolos estão ancorados em necessidades profundas e acabam por se tornar uma razão de existir e agir para os indivíduos e para os grupos sociais”, sustenta Baczko, B (Op. Cit), assim acontecia com «Telheiras», palavra cada vez mais densa de sentido.

Comércio e Telhados de Vidro

Depois do artigo do *Expresso*, Telheiras continuou a aparecer nos jornais. Em Junho de 1994, é o *Público* que surge para noticiar a situação do NAT²⁶⁸, num artigo em que não há qualquer referência ao «bairro». Fala-se apenas do Núcleo Antigo, numa perspectiva muito próxima daquilo a que já aqui chamámos «comunicação institucional», uma vez que a única fonte de informação ouvida pelo jornalista, excepção feita a duas curtas declarações de moradores não identificados da aldeia, foi Fernando Sequeira, administrador da EPUL, que fez o ponto da situação do NAT como bem quiz, sem que o jornalista do *Público* lhe colocasse problemas. Passados dois anos, 1996 configurou um período de visibilidade mediática para Telheiras, pelo menos na Imprensa. Logo em Janeiro, o *Diário de Notícias*, noticiava um debate sobre o plano urbanístico de Telheiras, promovido pela ART²⁶⁹; em título,

²⁶⁸ “EPUL desacelera projecto de recuperação do núcleo antigo de Telheiras. Uma aldeia adiada”, artigo assinado por Guilherme Paixão, in *Público*, “Local”, 20/06/1994, pag. 42.

²⁶⁹ “Reunida Associação de residentes de Telheiras. Em defesa do bairro que hoje é simpático”, in *Diário de Notícias*, 26.01.06, pag. 39.

escrevia-se: “Reunida Associação de residentes de Telheiras. Em defesa do bairro que hoje é simpático”, decalcando uma frase de Carlos Meira, então dirigente da Associação, que afirmava ao jornal: “somos habitantes de um bairro que é hoje simpático, mas não sabemos se dentro de quatro ou cinco anos será assim”. Mais uma vez, era a conceptualização do bairro na perspectiva dos actores sociais endógenos, que lhe era exogenamente reenviada – Telheiras é um bairro simpático, mas é preciso negociar com a Câmara e a EPUL para que se mantenha assim, eis o que dizia Meira.

No mês seguinte, em Fevereiro, era a EPUL que surgia nas páginas do *Público*, obrigada ao “Rigor e contenção”²⁷⁰; o artigo referia a complicada situação financeira da empresa, endividada e com excesso de trabalhadores, e informava sobre as intenções do novo presidente, Fernando Saraiva, para a recuperar. As referências a Telheiras surgiam apenas no quadro dessa recuperação, centradas na enumeração de construções já efectuadas ou a efectuar no «bairro».

No princípio de Março, era a vez do *Expresso* falar de “Os Oásis do comércio”, precisamente os “Estabelecimentos de Bairro”, em que “A proximidade, serviço personalizado e oferta de produtos alternativos são trunfos decisivos”²⁷¹; o artigo apresentava três casos, o primeiro dos quais era a “Frutaria Aquário”, em Telheiras, que dava também a foto que ilustrava a peça. Joaquim Soares, o dono da frutaria, interrogado sobre o horário de domingo dos hipermercados, respondia: “Essa luta não me diz nada. O hipermercado não afecta o meu negócio. As pessoas do bairro evitam a confusão, não são elas que vão ao domingo ao hipermercado”. E mais adiante, dizia: “As pessoas aqui têm um grande poder de compra, mas são muito exigentes”.

Ainda em Março do mesmo ano, o *Jornal de Notícias* publicava um artigo intitulado “Um bairro com telhados de vidro”²⁷² em que, embora situando o «bairro» entre as vias rápidas, portanto no «Triângulo», se ilustrava a peça com uma foto do “Parque dos

²⁷⁰ “Dívida à banca continua a ‘apertar’ a empresa de urbanização de Lisboa. Rigor e contenção na EPUL”, in *Público*, “Local”, 10.02.06, pag. 46.

²⁷¹ “Estabelecimentos de Bairro. Os Oásis do comércio. A proximidade, serviço personalizado e oferta de produtos alternativos são trunfos decisivos”, artigo assinado por Conceição Antunes, in *Expresso*, secção “Privado”, 02.03.96, pag. 8.

²⁷² “Um bairro com telhados de vidro”, artigo assinado por Paula Alves Lopes, in *Jornal de Notícias*, secção “Grande Lisboa”, ...03.96, pag. 10.

Príncipes”, logo fora do «Triângulo»; a confusão da jornalista era a que andava na cabeça de alguns residentes, pelo facto de Telheiras ter galgado as fronteiras pré-estabelecidas. E, apesar do título não augurar nada de bom sobre o conteúdo do texto, o certo é que o jornal mitificava Telheiras, indo mais longe dos que os próprios actores endógenos, produtores da identidade do «bairro» e do seu conteúdo simbólico. Escrevia-se...

Telheiras é hoje um dos bairros típicos da Lisboa moderna (...) Uma cidade dentro de outra cidade (...) Mas este bairro lisboeta não nasceu ao acaso (...) Para o efeito foi concebido um plano de urbanização e depois um plano de pormenor (...) O plano de pormenor de Telheiras, embora não tenha sido respeitado na íntegra, permitiu conceber e de certo modo produzir, um dos modernos bairros de Lisboa urbanisticamente mais equilibrados e agradável (...) um espaço urbano não excessivamente pesado. Os espaços verdes, embora de pequenas dimensões, são múltiplos e variados, dando uma maior harmonia e cor ao bairro. Mas Telheiras é uma zona residencial em que só a classe média-alta pode ambicionar viver (...) Daí que não seja de estranhar que, dos cerca de 10 mil habitantes, mais de metade sejam quadros superiores ou exerçam profissões liberais. E quase 50% das famílias têm mais do que um automóvel.

Por muito que seja difícil perceber a propriedade do conceito de “típico” utilizado pela jornalista, não seria fácil dar de Telheiras imagem mais positiva, mantendo alguma relação com a realidade; era a identidade do «bairro» que a EPUL queria fazer passar, com a cumplicidade dos residentes, para consolidar a *marca*. Mas não era tudo, ouvida a EPUL, cabia a vez à ART e, na segunda coluna do artigo, surgiam as preocupações dos residentes de Telheiras com “as questões urbanísticas” e com o destino dos “poucos terrenos livres no bairro”, somadas às interrogações dos mesmos residentes “sobre a qualidade do ambiente que resultará da concretização de todas as edificações ainda por

realizar”. Nesta linha de pensamento, o artigo citava Carlos Meira, um dos directores da Associação: “Até aqui o crescimento foi extremamente positivo. Mas temos de pensar como será daqui para o futuro”. O *Jornal de Notícias* sublinhava também que “Telheiras não está isenta de problemas” e referia-se à “insegurança, já visível em alguns pontos”, à escassez do equipamento desportivo, à falta do Centro Cívico “há muito prometido e projectado mas nunca construído”, à carência de mais escolas, à ausência de barreiras sonoras. Contudo, garantia-se...

“A defesa dos interesses colectivos não está deixada em mãos alheias. Alertar a população para as ameaças que põem em risco a segurança e a qualidade de vida do local, e pressionar as autoridades, a fim de obter respostas satisfatórias”, são as duas vertentes do esforço dispendido pelos membros da ART (Associação de Residentes de Telheiras).

A autora do artigo acrescentava que era ainda possível aos moradores “participar em algumas actividades culturais”, que enumerava, para citar de seguida, a fechar a peça, a presidente da Associação: “A cultura não acontece só no Centro Cultural de Belém e passear pode ser um prazer nas ruas de Telheiras”; ao lado deste artigo, um texto mais pequeno, sob o título “A Velha Quinta de S. Vicente”²⁷³, informava sobre o “núcleo antigo de Telheiras (...) a verdadeira jóia da coroa deste bairro”, já que alberga “o que resta do património arquitectónico da antiga aldeia e das quintas de Telheiras”. Nem uma única linha do texto justificava os “telhados de vidro” afirmados no título do artigo principal e, tudo somado, EPUL e ART «tinham boa Imprensa», como se diz na gíria dos «fazedores de imagem»; mas, sobretudo, ressaltava, mais uma vez, que os atributos simbólicos de Telheiras eram produzidos no interior do «bairro» e a partir dele emitidos para o exterior, para serem reenviados para o interior, através das páginas dos jornais que consagravam o poder discursivo dos dois grandes «arquitectos de Telheiras», precisamente a Empresa Pública e a Associação de Residentes, ambas produzindo um

²⁷³ “A Velha Quinta de S. Vicente”, artigo assinado por Paula Alves Lopes, in *Jornal de Notícias*, secção “Grande Lisboa”, ...03.96, pag. 10.

discurso em dois tempos que era menos o decodificador de uma realidade objectiva, do que o criador principal do mundo social e das situações nas quais, em Telheiras, os residentes viviam experiências sociais (Balandier, 1999: 124), produtoras de uma identidade forte. Por sua vez, o discurso mediático sobre Telheiras, reenviado para o «bairro», refundava nele representações partilhadas, precisamente as necessárias para padronizar o entendimento do «bairro», conferindo-lhe uma personalidade própria e singular no universo urbano lisboeta, assim contribuindo para construir a identidade e a coesão do grupo social.

Já aqui se sustentou, evocando Giddens (1996) que os actores são teóricos sociais e que precisam de o ser, para serem verdadeiros agentes sociais; isso mesmo evidencia Carlos Meira quando, em Fevereiro de 1996, escreve, no jornal *Público*, “Lisboa: que cidade? Que participação?”, na sua qualidade de “economista, membro da Associação de Residentes de Telheiras”²⁷⁴. Não se trata de um texto em que Meira fale de Telheiras ou da sua Associação de Residentes, mas em que afirma a urgência de “contrariar o sentimento amplo de insatisfação que resulta de vivermos num ambiente urbano feio, desordenado e desequilibrado”, sustentando que, para isso, é necessário “vencer a cultura medíocre predominante, segundo a qual a concentração não tem limites, o feio e grande é belo, os espaços verdes são secundários, os equipamentos sociais e desportivos uma obrigação a adiar, enfim, as pessoas uma inevitável maçada” e lembrando que “a grande ausente dos processos de urbanização das nossas cidades é a voz daqueles a quem o processo mais deveria interessar: os seus habitantes”.

Meira exorta as “autoridades públicas” a darem o exemplo, e os habitantes a “adoptar atitudes mais activas e participativas”, ressaltando então o papel das “associações de moradores nos diversos bairros da cidade”. O artigo é extenso, o que permite ao autor desenvolver cada um dos pontos referidos, afirmando as suas ideias sobre a forma de produzir cidade, motivar e organizar os cidadãos para essa produção, o que elucida sobre a forma como Carlos Meira vê Telheiras, os objectivos da ART e a forma como esta

²⁷⁴ “Lisboa: que cidade? Que participação?”, artigo assinado por Carlos Meira, in *Público*, secção “Local”, 07.02.96, pag. 44.

deve interagir com os residentes. Não é, admite-se, um discurso produtor de conteúdo simbólico do «bairro» mas é, isso sim, elucidativo acerca de um entendimento sobre o que ele deve ser e como isso se consegue, e é por essa razão que aqui o referimos.

Labirinto com cheiro a campo...

Em Julho de 1997, é Alice Vieira quem, numa bem humorada crónica publicada no *Diário de Notícias*²⁷⁵, vem conferir um novo atributo ao «bairro», este sim, verdadeiramente atribuído exogenamente. Depois de confessar que ela, uma “cidadã lisboeta há mais de meio século, conduzindo automóvel há mais de trinta anos”, passou por “uma das maiores vergonhas” da sua vida, perdeu-se. Conta-nos como...

Entrei no labirinto de Telheiras e pronto, por mais voltas que desse não saía do mesmo lugar, como se andasse num estranho carrossel composto de ruas e mais ruas (...) E a minha tia Clara, satisfeitíssima com aquela improvisada excursão em Lisboa, “ai filha, Telheiras está tão grande! Qualquer dia é cidade, vais ver!”, e eu a desejar que sim, que fosse cidade, capital até, desde que isso implicasse haver por ali uma placazinha, uma mísera placazinha a indicar o caminho para a Av. Da República.

O resto da crónica é delicioso, mas basta que se saiba que Alice Vieira acabou por conseguir sair de Telheiras, com a ajuda de “uma alma caridosa” que lhe ensinou o caminho, não sem deixar claro aos leitores a forma como a “aldeia dos doutores” é confusa para quem, vindo de fora, nela se quer orientar.

Em Novembro, ainda de 1997, é o jornal *A Capital* que vem informar os leitores de que “Campolide e Telheiras vão ganhar hortas sociais para humanizar a cidade”²⁷⁶. No artigo lembra-se que as hortas urbanas são uma realidade, com peso na economia, na alimentação e no lazer, em países como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a

²⁷⁵ “O Labirinto de Telheiras”, crónica assinada por Alice Vieira, in *Diário de Notícias*, secção “Crónica”, 1997.

²⁷⁶ “Campolide e Telheiras vão ganhar hortas sociais para humanizar a cidade. Lisboa com mais cheiro a campo”, artigo assinado por Marta Leandro, in *A Capital*, secção “Destaque”, 18.11.97, pag. 2.

Alemanha e outros, para informar depois que Campolide e Telheiras também vão ter as suas hortas. No caso de Telheiras, escreve Marta Leandro, “a criação da futura horta partiu do desejo de um grupo de moradores do bairro, a Associação de Residentes de Telheiras”, que pediu ao arq. Gonçalo Ribeiro Telles que elaborasse o projecto; a tarefa está concluída e prevê 62 talhões individuais, a instalar nos terrenos da antiga Quinta de Sant’Ana. A EPUL, no entanto, tem planos urbanísticos para essa área, mas a ART aceita que o projecto seja implementado noutra parte, e tem já expectantes setenta pessoas das mais variadas profissões, incluindo médicos, advogados e bate-chapas.

No «bairro», “que tem a maior taxa de natalidade do país e onde há falta de equipamento para jovens e de espaços verdes”, a presidente da Associação afirma à jornalista de *A Capital*: “Gostávamos, sobretudo, que os urbanizadores e os decisores políticos tivessem mais em conta a componente ambiental e que cumprissem a lei no que esta obriga quanto à consulta das populações”. O que o jornal nos diz, para lá da informação, é que Telheiras é um bairro em que os cidadãos avançam por sua própria iniciativa para um projecto pioneiro, a implementação de hortas urbanas, e no qual os residentes criticam pública e civilizadamente o poder político; uma ideia que está de acordo com o entendimento partilhado, que se vem defendendo existir em Telheiras.

«Bairro», a um tempo, *media* e mediático, Telheiras continua, depois de 1997, a aparecer nos jornais regularmente, em regra por três motivos distintos: notícias sobre a actividade urbanística da EPUL, notícias sobre a actividade da ART, notícias sobre as lutas dos residentes em prol da qualidade do «bairro». Em Janeiro de 1999 é ainda *A Capital*²⁷⁷ que, sob o título “Reviver o passado em Telheiras”, vem informar os leitores sobre “um caso típico da cidade a querer ressuscitar o campo”. Escreve-se...

A associação de Residentes de Telheiras quer recuperar como espaço cultural um antigo lagar, integrado no núcleo histórico do bairro. Para devolver aos moradores daquela zona nova de Lisboa um pouco do passado da aldeia que ali existiu em tempos, rodeada de vinhas. O projecto foi agora

²⁷⁷ “Residentes Querem Recuperar o Lagar. Reviver o passado em Telheiras”, artigo assinado por Micael Pereira, in *A Capital*, secção “Nacional”, 25.01.1999, pag. 6.

apresentado à Câmara Municipal de Lisboa, mas enfrenta dificuldades á nascença. É que a EPUL tem outros planos para o núcleo histórico de Telheiras e não está interessada em “recuperar só por recuperar”.

No artigo afirma-se, a seguir, que a ART “está empenhada em ressuscitar o passado histórico no novo bairro, construído pela EPUL” e cita-se a presidente da Associação: “Queremos evitar que Telheiras se torne um ‘não lugar’, proporcionar aos moradores uma possibilidade de conhecerem o património e as tradições de Telheiras velha”. Esse sonho, no concreto a pretensão de recuperar o lagar, deve-se ao facto de, de quando em vez, a EPUL ceder o espaço à ART. “É aí que esta tem promovido saraus de poesia e espectáculos de teatro”. Mas o artigo tem más notícias para a ART; apesar de a Associação ter entregue “uma proposta formal para a recuperação do lagar à vereadora da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Maria Calado”, essa proposta enfrenta a oposição da EPUL, uma vez que “O presidente da empresa adiantou a ‘A Capital’ que tenciona concessionar o espaço como restaurante” e que o “imóvel não tem condições físicas” para ser transformado numa sala de espectáculos. E mais, que, no local onde a ART e Ribeiro Telles queriam implementar as hortas urbanas, vai nascer a “Praça Central de Telheiras”; as hortas estão, portanto, condenadas.

A *Capital* evidencia assim duas lógicas que subsistem em Telheiras, recorrentemente, com objectivos e visões do mundo diferentes, regidas por racionalidades distintas, a da EPUL, orientada, em última instância, pela racionalidade económica, e a da ART, orientada por uma racionalidade ecológica, que remete para o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida no «bairro», determinando preocupações urbanísticas que, via de regra, conflituam com os objectivos comerciais da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa. É essa conflitualidade que ressalta num artigo publicado no *Jornal de Notícias*, em Novembro de 2001²⁷⁸, em que se lê...

²⁷⁸ “Planos para Telheiras reacendem protestos”, artigo assinado por Ana Fonseca, in *Jornal de Notícias*, secção “Grande Lisboa”, 20.11.2001, pag. 5.

Sob forte contestação da Associação de Residentes de Telheiras (ART), a administração da EPUL apresenta hoje os projectos de reabilitação e arranjos exteriores do núcleo antigo daquele bairro lisboeta.

A autora do artigo não cita nenhum membro da ART, mas informa que a Associação contesta o projecto de um edifício destinado a escritórios, e afirma que a Quinta de Sant’Ana está “a ser vendida para futuros loteamentos, pese embora a sua classificação no PDM como quinta histórica”. Esta conflitualidade volta a emergir, agora nas páginas do *Diário de Notícias*, um ano depois, em Novembro de 2002²⁷⁹, num artigo em que se afirma, com letra destacada, debaixo do título da peça, “Bairro da classe-média de Lisboa pretende mais qualidade, exige jardim para a população e evitar nova construção”. A notícia tem como pretexto uma visita de Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara, ao «bairro» e configura uma consonância de opiniões entre a ART e o presidente. Escreve-se...

Aqui não se ouve reivindicar por uma casinha nova. Afinal trata-se de um bairro classe-média da capital. E o nível de exigência é diferente. Com uma associação de residentes activa, atenta e participante (...) Telheiras quer introduzir melhorias no que já existe e evitar que alguns males já feitos se repitam.

Conter a nova construção, evitar exemplos tristes como a “Reboleira dos Príncipes”, vulgo Parque dos Príncipes, foi um dos alertas que “as forças vivas” de Telheiras, assim as definiu Carlos Meira, presidente da ART, lançou a Santana Lopes. O presidente manifestou total concordância e afirmou ainda que “na revisão do PDM” serão vertidos esses princípios.

Mas, nesta altura, o “cavalo de batalha” da ART, como se escreve no artigo, é “a questão do jardim”...

²⁷⁹ “Telheiras luta por maior qualidade”, artigo assinado por Luisa Botinas, in *Diário de Notícias*, secção “Regional”, 07.11.2002, pag. 28.

“A população precisa de um jardim e a Quinta de Sant’Ana deve permanecer cem por cento verde e sem qualquer nova construção. Os projectos recentemente anunciados pela EPUL para este local continuam, lamentavelmente, a prever a construção de edifícios do lado nascente da quinta. Esta nova construção é rejeitada pela população, refere a associação”.

O artigo sublinha ainda outras reivindicações da ART, na altura apresentadas a Santana Lopes mas, mais relevante do que isso, mostra que se consolidou a ideia de «bairro» em relação a Telheiras, embora o entendimento da jornalista configure uma situação de mobilidade descendente em termos de estatuto já que passou, pelo menos para a autora do artigo, de “bairro da classe média-alta”, como é representado noutros textos jornalísticos aqui já referidos, a “bairro da classe média”; porém, consolidou-se a ideia de que há em Telheiras uma associação de residentes activa, atenta e participante, que defende os interesses dos moradores, mesmo face ao poder político na sua mais alta representação local, o que equivale a dizer que Telheiras é um «bairro» e um «bairro» que luta pelos seus interesses. Saltando no tempo, é isso mesmo que se afirma no jornal *Público*, em 2006²⁸⁰, que titula: “Telheiras luta pelo bairro prometido”. E logo abaixo do título, mas em destaque: “Ganharam batalhas, perderam lutas. Mas garantem não baixar os braços”; o artigo faz, depois, brevemente, a história da ART, agora com 700 sócios, bem como das suas vitórias e derrotas.

Em síntese, pode dizer-se que Telheiras é percebida pelos jornais, e desse modo representada, como uma unidade territorial homogénea da cidade de Lisboa, um «bairro» em que os acontecimentos têm uma dimensão social que, ao ser mediatizada, é ampliada nas suas propriedades sociais e culturais, contribuindo assim os *media* para a produção do «bairro» como um universo simbólico, que constitui um meio de reconhecimento para aqueles que nele vivem, e uma forma de conhecimento para os que lhe são exteriores. Mas o discurso dos *media* não configura aqui um qualquer

²⁸⁰ “Telheiras luta pelo bairro prometido”, artigo assinado por A.M., in *Público*, secção “Local”, 22.01.2006, pag. 67.

mecanismo de dominação simbólica como o que Costa, A. F. (1999: 50) encontra no bairro de Alfama, quando afirma que os “agentes sociais que constroem as representações simbólicas dominantes da identidade cultural de Alfama não são as populações protagonistas da vida social local” (Costa, A. F., Op. Cit.: 50); não é assim em Telheiras, como se crê ter demonstrado. Neste caso, colhe a afirmação de Mela, A. (1999: 147) ao sustentar que “a conotação simbólica da cidade não se pode conceber como uma qualidade abstracta. Pelo contrário, é produzida pela acção concreta dos cidadãos – tanto dos que já lá viviam, deixando traços materiais (edifícios, monumentos, infra-estruturas) e imateriais (usos e costumes, conhecimentos, atitudes), como dos que lá vivem no presente”. É esse o caso de Telheiras, a um tempo aldeia e cidade, afinal um «bairro» com características e identidade próprias, no imaginário colectivo, na interpretação dos que nele vivem.

■ Discursos urbanos

No território urbano, a cidade, o bairro, a rua, coexistem diferentes formas de apropriar o espaço que configuram outros tantos discursos simbólicos, mais ou menos performativos, qualificadores dos contextos locais e das suas representações possíveis. Em Telheiras, onde permanece a tendência (confirmada no terreno pelo “Relatório NEUT, 1989”) para os adultos viverem predominantemente as suas sociabilidades no interior da casa, esta apropriação do espaço assume maior visibilidade no que respeita aos jovens, para quem relevam “o grupo e o bairro, como espaços privilegiados de socialização inter-pares, nos quais o desenvolvimento pessoal, social e cultural encontra o enquadramento fundamental”²⁸¹. Parte desta socialização faz-se recorrendo a práticas culturais globalizadas e, portanto, influenciadas do exterior, como são o *Parkour*²⁸² e os

²⁸¹ Antunes, M. (2003), “O Grupo é a Minha Alma: Amizade e Pertença Entre Jovens”, pp. 103-155, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. E Costa, A. F. (2003). Etnografias Urbanas. Oeiras: Celta.

²⁸² “O parkour é uma prática relativamente nova em Portugal, embora tenha nascido há mais de 16 anos num subúrbio de Paris (Lisses). Esta prática consiste em “traçar” um percurso na cidade (do ponto A ao ponto B), o qual deverá concretizar-se através da superação dos obstáculos arquitectónicos urbanos com “flow”. Mais do que um desporto que exige uma disciplina quotidiana rigorosa, o parkour é também perspectivado como uma prática artística associada uma filosofia particular. O flow, descrito como um estado de liberdade no espaço da cidade, pode ser atingido libertando a mente enquanto se trabalha o

*Graffiti*²⁸³, mas que nem por isso deixam de constituir formas de comunicação no «bairro», do «bairro» e sobre o «bairro», contribuindo assim para atribuir sentido à palavra “Telheiras” e que, por essa razão, não podem ser ignoradas neste trabalho, embora não constituam a sua centralidade.

Telheiras, templo sagrado do Parkour

A importância do *Parkour* como símbolo identitário de Telheiras é estabelecida, no que diz respeito à Imprensa, pelo *Expresso*, que já anteriormente dera um contributo forte à construção simbólica do «bairro» ao apelidá-lo de “aldeia dos doutores”. Na revista “Única”, parte integrante da edição do jornal, em Julho de 2006, lê-se ²⁸⁴...

Em Lisboa, os blocos de apartamentos e as barreiras arquitectónicas da zona de Telheiras constituem o templo sagrado dos amantes do “parkour”...

Descreve-se também o que acontece, fruto da observação directa do jornalista da prática da modalidade, no *spot*²⁸⁵ de Telheiras...

No parque anexo à estação de metro de Telheiras, em Lisboa, um pequeno grupo de jovens dispersa-se pela relva em exercícios de alongamento. De roupas leves (calças desportivas e t-shirt) e sapatilhas confortáveis, fixam o olhar nos obstáculos urbanos. Na mente, idealizam o modo mais natural de os ultrapassar. Minutos depois, é vê-los a correr como loucos, a saltar muros, a pular por cima de corrimões, papeleiras ou bancos de jardim, a

corpo”- Ferro, L., “Go with the flow: Estruturas, espaços e contextos do parkour na cidade de Lisboa”, consultado em <https://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=191&print=1&cf=3>

²⁸³ Sobre o que é o *graffiti*, escreve Bacelar, J., em “Notas Sobre a Mais Velha Arte do Mundo”- “Desde que a humanidade descobriu a expressão gráfica, tem havido escrita nas paredes. Os Romanos escreviam nos edifícios das cidades que conquistavam e, muito antes da invenção da escrita, já muitas cavernas tinham as suas paredes repletas de sinais. Esta escrita já era conhecida como ‘graffiti’ nos tempos de Roma e assim continua a ser designada”, consultado em <http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/01/bacelar-jorge-notas-mais-velha-arte-mundo.pdf>, 17 de Setembro de 2007.

²⁸⁴ Jornal *Expresso*, edição Nº 1757, revista “Única”, “Parkour. Os Ninjas Urbanos”, reportagem assinada por Nelson Marques, 1 de Julho de 2006.

²⁸⁵ O termo *spot*, usado tanto quando se refere ao *Parkour* como ao *Graffiti*, designa um local para a prática da modalidade.

escalar paredes e a rebolar no chão, desfilando um conjunto de técnicas que parecem combinar ginástica e artes marciais. Aos olhares mais estranhos podem parecer acrobatas ou duplos de cinema, mas o que ali os traz é o “parkour”, a nova moda urbana das cidades europeias e que já contagia centenas de jovens portugueses.

FIG. 24



Legenda: **Parkour em Telheiras** - dois momentos da prática do Parkour em Telheiras, registados pelo repórter fotográfico, José Ventura e publicados na revista “Única”

Mas não só o *Expresso* se refere à excelência de Telheiras para a prática do *Parkour*, também a revista “notícias magazine”, inserida aos domingos nos jornais *Diário de Notícias* e *Jornal de Notícias* publica, igualmente em Julho de 2006²⁸⁶, um artigo em que sublinha a importância de Telheiras para a prática deste “novo desporto urbano que está a contagiar os adolescentes nacionais”, ao afirmar: “O bairro de Telheiras e o Parque das Nações, em Lisboa, são os principais locais de prática do parkour no país”. Mas a revista vai mais longe e dá a Telheiras uma qualidade muito próxima da atribuída pelo *Expresso*...

No entanto, em segundos, transformam-se em autênticos acrobatas da selva urbana, saltando sobre bancos de jardim, contornando vedações com movimentos ágeis e terminando com cambalhotas pelo cimento que abunda

²⁸⁶ “com molas nos pés”, artigo assinado por Emanuel Graça, in *notícias magazine*, edição Nº 737, de 9 de Julho de 2007.

na zona de Telheiras, em Lisboa. (...) No jardim de Telheiras, um dos locais sagrados do parkour em Portugal...

“Templo sagrado”, como diz a “Única”, ou um dos “locais sagrados do parkour”, como se afirma na “notícias magazine”, Telheiras recebe uma nova qualidade simbólica, esta exogenamente atribuída. Ao «bairro» chegam jovens de toda a cidade, de outros locais do país e até do estrangeiro, para “frequentar os encontros de Telheiras”, o “melhor local para treinar”²⁸⁷. Este entendimento de Telheiras, como um local de excelência para a prática do *Parkour* é facilmente confirmável por quem resolva *surf* na NET, entre *sites* e *foruns* da modalidade. Por exemplo em <http://parkour.pt/forum2/>, escreve-se...

▣ Posted: Tue May 08, 2007 10:44 am Post subject: Parkour em telheiras.

“Olá. Eu treino parkour há mais ou menos 6 meses. Mas ainda tenho muito para aprender, e gostava de poder ter ajuda de alguém com mais experiência. Para mim dava-me jeito k fosse por ex, em telheiras. Mas se kiserem combinar noutro sitio como por ex na expo, eu nao me importo. Eu kero é aprender com alguém experiente. Fikem bem abraço.”

▣ Posted: Tue May 08, 2007 11:09 am

Bom se tas em telheiras tas no sitio certo!! o ppl mais experiente vai sempre ai dar umas voltas.. Ha mm ppl mt bom que te pode ajudar a evoluir. Manda PM ao Soul, Fritado, Credo, Gonçalves... sao aqueles que agora me recordo, que vivem ai...

agora é combinar...

se reparares ha sempre ppl no bankinho spot.

Em Telheiras, os praticantes locais dividem-se em diversas categorias, desde os que levam a sério a prática, aos jovens que se vão iniciando às suas próprias custas. Três desses jovens (João, Tiago e Diogo) moram fora do «Triângulo», em urbanizações

²⁸⁷ “**Telheiras.** O melhor local para treinar. É considerado um sítio ainda melhor que Lisses (onde surgiu o parkour). No Verão realizam-se viagens de *traceurs* internacionais apenas para treinar”, conforme se lê em http://www.menshealth.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=138&Itemid=94, consultado em 14.09.07.

privadas; juntam, como muitos outros, a prática do *Parkour* à dos *Graffiti* e às influências da cultura *hip-hop* e explicam porque é Telheiras tão especial – “É a estrutura do bairro, as galerias. E há a Praça Central, que é o melhor *spot*, sobretudo por causa das pedras. Passamos lá imenso tempo a treinar”. No «bairro», segundo estes informantes, já houve mais praticantes – “Houve muito pessoal que, ao princípio, aderiu mas depois parou. Mas ainda há muita gente a fazer a sério, gente mais velha, alguns até já trabalham”. E a reacção das pessoas? “Algumas têm medo que nos magoemos, outras têm medo que vandalizemos as coisas. Já nos mandaram muitas vezes embora; mas também aparece gente a filmar”.

Modalidade que comporta riscos visíveis, a prática do *Parkour* ainda assusta os residentes de Telheiras, mas aos poucos vão-se habituando a ver o «bairro» cruzado por *traceurs*²⁸⁸, que lhe dão uma componente identitária inesperada e até conflitual com a reiterada representação como *uma aldeia na cidade*, porque praticam uma actividade claramente urbana e globalizada. Contudo, as Ciências Sociais já mostraram que a formação de uma qualquer identidade é um processo em curso, atravessado por referentes vários, que se manifestam em “multiple and complex ways in everyday life situations”²⁸⁹, o que, no caso, quer dizer que Telheiras significa agora, também, alguma coisa como “templo sagrado do parkour”, afinal um simbolismo que casa bem com a mítica ideia do “Triângulo da Luz”.

Zona T

A “Zona T” configura uma forma de apropriação do espaço público em Telheiras que não é bem vista por muitos dos residentes, apesar de ser também um contributo para identidade do «bairro», pelo menos endogenamente. João D., 16 anos, estudante do 3º ciclo do ensino básico, morador fora do «Triângulo», diz: “A *Zona T* é Telheiras, mas é como se fosse uma zona má”. E, de facto, a representação que muitos residentes têm da “Zona T” é uma representação negativa porque ela é a Telheiras dos *graffiti*. Tiago A.,

²⁸⁸ *Traceur* – praticante de *Parkour*.

²⁸⁹ Stier, J. (2001), “The True Identity of Identity”, in *ANTROPOLógicas*, Número 5, Dezembro de 2001. Oeiras:UFP.

15 anos, aluno da mesma escola que João D., esclarece quem *graffa*²⁹⁰: “Chegam de todo o lado, não é só de Telheiras. Quem gosta e tem coragem, *graffa*. Até os *betinhos*”. Diogo N., aluno do Colégio Planalto, pertence à *crew*²⁹¹ de João D., e Tiago A., contrapõe: “Não, os *betinhos* não! Os *betinhos* não *graffam*”.

FIG. 25



Legenda: **Zona T** - *graffitis* em Telheiras, no Núcleo Antigo, perto da estação do Metropolitano. A seta indica os votos de boas vindas – “Benvindo à Zona T”.

“Os *graffiti* são uma vertente do *hip-hop*; quem não gosta de *hip-hop* não *graffa*. Mas Telheiras não é melhor nem pior, é um *spot* como outro qualquer; pode *graffar-se* na cidade toda, e quem *graffa* na cidade toda e já foi apanhado várias vezes, é *king*, pode pôr uma coroa por cima da *Tag*”²⁹²... Mas estes três jovens não levam o seu saco de *sprays* através da cidade; *graffitam* as paredes da *Zona T* e, embora não se representem como sendo do «bairro», estão muitas vezes lá para sociabilidades de diferentes tipos;

²⁹⁰ *Graffar*, o mesmo que *graffitar* – fazer *graffiti*.

²⁹¹ Grupo de *writers*.

²⁹² Uma *Tag* é, simultaneamente, o pseudónimo e a assinatura de um *writer*.

mas dizem-se do Paço do Lumiar, onde também deixam a marca das influências recebidas da cultura *hip-hop*.

Os residentes de Telheiras tendem a não gostar de *graffittis*. “Há os que gostam”, diz Tiago A.; “Os velhos não gostam”, diz João D.; “É normal, há *graffittis* que são muito maus, só sujam as paredes”, afirma Diogo G. “Sim, e há casos em que é vandalismo. Acho que não devia ser, porque o *graffiti* a sério é arte, dá cor à cidade, dá vida. Mas há casos em que é. Só que também não é preciso que toda a gente veja os *graffiti* como arte, para serem arte...”, sustenta João D. Os colegas de escola dos elementos desta *Crew* reagem aos *graffiti* consoante a «tribo» a que pertencem; segundo estes três informantes, os colegas “ou têm medo, ou discriminam, ou podem gostar”. A Associação de Residentes de Telheiras não gosta.

O programa da Direcção da ART, eleita para o biénio de 2006-2008, datado de Abril de 2006, consagra como um dos seus pontos, precisamente “As paredes sem *graffittis*”. O propósito não é novo; recuando no tempo, encontra-se na página 8, do *ART Informação* N. 14, de Novembro de 1998, um pequeno texto com o título: “Paredes Limpas de Grafitis”, em que se lê...

Vários residentes vêm manifestando o seu desagrado perante a multiplicação de grafitis, nos últimos tempos. Está portanto na altura de agir. Numa reunião recente com o sub-comissário Neto, chefe da Esquadra de Telheiras, este manifestou a disposição de intensificar a atenção dos agentes, detectando e dissuadindo os autores e sensibilizando as escolas para o assunto.

Mas esta disposição, mesmo que tenha tido uma consequência prática na atitude dos agentes que policiam o «bairro», não pôs fim aos *graffiti* em Telheiras, como nem sequer a possibilidade, também sugerida no mesmo texto do *ART Informação*, de as administrações dos condomínios, “como entidades lesadas” apresentarem “queixa por danos patrimoniais”, produziu efeitos desincentivadores da actividade. É que Telheiras poderá não ser, no que diz respeito aos *graffiti*, uma zona de referência de Lisboa –

embora haja no «bairro» *writers*²⁹³ e *crews* reconhecidos pela sua importância, pelo menos a nível local – mas boa parte dos seus *writers* são filhos da “aldeia dos doutores” e não jovens moradores nos chamados “bairros sociais” da zona, facto que não encoraja muito a repressão, policial ou outra.

Os *writers* de Telheiras dão, com a sua intervenção, um contributo para a identidade do «bairro», mesmo que não desejado. Apropriam o espaço urbano, marcam o território com os seus desenhos e *tags*, nas paredes dos prédios ou em muros velhos existentes nas periferias de Telheiras, reconhecem competências e hierarquias associadas à actividade, e assim constroem sociabilidades particulares com os seus estatutos, no espaço do «bairro», dando visibilidade a um conjunto de formas de expressão cultural marcadas pela diversidade, mas compartilhando uma gramática própria, um mesmo tipo de experiência. Os *graffiti* de Telheiras, enquanto discurso social, mesmo que conduzindo a juízos de apreciação negativa, são também produtores de sentido local, mais que não seja porque toda “a vida sócio-cultural é um campo de negociações de significado” (Pina C., Op. Cit).

■ Apropriação simbólica – alargando o «bairro»

Um dos fenómenos que confere maior visibilidade factual ao crescimento de Telheiras para lá das fronteiras do «bairro» projectado pela EPUL, substantiva-se no aparecimento de um conjunto alargado de instituições que se assumem como estando em Telheiras, apesar de estarem fora do «Triângulo», em alguns casos até bastante longe do pedaço de território cercado pelas três vias rápidas. E são muitas, vejam-se alguns exemplos. A “Academia de Música de TELHEIRAS”²⁹⁴, junto ao colégio Planalto, pretende ser “um espaço onde se respire música e onde toda a comunidade de Telheiras e freguesias limítrofes diponha de um serviço educativo artístico”... Contudo, se a localização da “Academia” for considerada tendo como referência a representação de Telheiras como o território correspondente ao «Triângulo», então ela não está em Telheiras. Maior evidência desta exterioridade, assumem a “Fundação Ajuda À Igreja Que Sofre”,

²⁹³ Praticante de *graffiti*.

²⁹⁴ Respeita-se a grafia usada no folheto promocional da Academia de Música de TELHEIRAS, s/d.

instalada na Rua Prof. Orlando Ribeiro, na “Urbanização do Paço do Lumiar”, mas que, em carta convite para o seu assumem a “Fundação Ajuda À Igreja Que Sofre”, instalada na Rua Prof. Orlando Ribeiro, na urbanização do Paço do Lumiar, mas que, em carta convite para o seu lançamento”²⁹⁵, “A Ajuda À Igreja Que Sofre tem a alegria de convidar V. Ex^a a estar presente no lançamento da sua Fundação e na inauguração da sua

FIG. 26



sua nova sede, sita na Rua Professor Orlando Ribeiro, 5 D, Paço do Lumiar, Telheiras, 1600-796, Lisboa, no dia...”; a “Fundação” não apenas estende Telheiras muito para lá

²⁹⁵ Carta “Convite para o lançamento da Fundação Ajuda À Igreja Que Sofre e Concerto na Sé Patriarcal de Lisboa”, de 12 de Abril de 2002.

²⁹⁶ Carta “Convite para o lançamento da Fundação Ajuda À Igreja Que Sofre e Concerto na Sé Patriarcal de Lisboa”, de 12 de Abril de 2002.

Residence”, cujos promotores se propõem construir o sonho dos seus futuros clientes²⁹⁷, bem para lá da Segunda Circular, portanto para lá de um dos limites físicos do «bairro», como se pode claramente ver pela Figura 27.

A *identidade* pode ser entendida, em termos gerais, como a resultante de um conjunto de elementos socialmente produzidos que permitem saber quem é uma pessoa ou um grupo; ou que, pelo menos, permitem a ilusão de que se sabe. É também uma condição necessária à comunicação, na medida em que fornece elementos produtores de sentido, facilitadores de uma continuidade comunicacional e, assim sendo, configura uma fenómeno relacional, decorrente de opções colectivas.

As instituições que têm a sua sede em locais fora da parcela de território que foi inicialmente classificada como “Telheiras”, mas que se reclamam como estando em “Telheiras”, não o fazem por acaso. Buscam, desde logo, instituir uma referência para si e para os outros, no território físico mas também no território simbólico, ambas produtoras de inteligibilidade social; já que mesmo “Os objectos mais vulgares da nossa vida quotidiana (...) necessitam de uma representação simbólica padronizada como condição para podermos comunicar sobre eles” (Elias, N.,1994: 4). Ao fazê-lo, inscrevem-se no mapa cognitivo da cidade. Mas um território deve ser visto em várias dimensões, não pode ser entendido exclusivamente nos termos decorrentes das suas propriedades físicas. Exige igualmente uma apreensão das suas propriedades sociais, culturais, económicas, porque, “A cidade como espaço geográfico é um espaço social sucessivamente produzido e apropriado pelas vivências e as práticas quotidianas, reproduzido para satisfazer as relações sociais de produção (Salgueiro, T. B.,2001: 214). Ao proclamarem-se de Telheiras, estas empresas reclamam-se de uma pertença que pode ser comunicada, ao mesmo tempo que apropriam a imagem de *marca* do «bairro» e assim operam uma transferência simbólica das qualidades que lhe estão associadas, para si próprias enquanto produto no mercado (Costa, J.,1992b). Mas fazem ainda outra coisa, contribuem para retirar a Telheiras o «espartilho» morfológico construído pela EPUL, alargando o «bairro», transformando a sua delimitação, a construção das suas fronteiras, num processo comunicacional, propriamente simbólico; constituem-se

²⁹⁷ Folheto promocional “Telheiras Residence. Construimos o seu sonho”, s/d.

desta forma como agentes implicados na produção do «território retórico» em que Telheiras se transformou.

■ Representações endógenas

A relação com um «bairro» assume formas de “representações cognitivas e referências afectivas do espaço local enquanto território de práticas quotidianas, palco da existência corrente, cenário de familiaridade, fonte de recursos tácitos, sede de estratégias sociais, referência de episódios vividos e narrados, lugar de experiências partilhadas e de sentimentos de pertença” (Costa, A. F., 1999: 48). Tudo isto se mistura no entendimento que os seres humanos têm do local em que vivem, e gera a representação que dele fazem como «bairro», substantivando-a na referência a ele como singularidade, logo com características distintivas que lhe conferem uma dada personalidade social coerente, que pode ser reconhecida e dar sentido à vida. É assim também em Telheiras. Mas como representam os residentes, o «bairro» em que vivem? Que laços afirmam manter com ele? De que forma o diferenciam dos outros bairros de Lisboa?

Procurou-se um contributo no terreno para responder a estas questões, através de um curto questionário enviado a 52 residentes, moradores em locais diferentes de Telheiras e com idades diversas, escolhidos aleatoriamente; foram recebidas 23 respostas às duas perguntas colocadas:

1. Como caracteriza o bairro de Telheiras?
2. No que é ele diferente dos outros bairros de Lisboa?

Vejamos, em primeiro lugar, a resposta à primeira pergunta...

- (...) *acho que é um bairro onde ainda se pode passear à noite sem grandes perigos (...) é um bairro seguro...*, André, 30 anos;
- (...) *um bairro que tem atraído uma classe média alta, com poucos hábitos de sociabilização e interacção (...) com comportamentos de vincada antipatia para com o próximo...*, Manuela, 42 anos;

- (...) 10 anos atrás (...) era como se vivesse fora da cidade, vivendo nela. As pessoas conheciam-se, tudo era amplo e muito simpático. Hoje está um amontoado de prédios, é impessoal e inexplicavelmente caro., Noémia, 56 anos;
- (...) um bairro onde as pessoas vivem, divertem-se, convivem. É um bairro alegre, calmo, agradável. É um bairro onde as crianças podem ir brincar para os jardins (que há imensos) sem que seja necessário o controlo dos pais. É um bairro cheio de um espírito bairrista (...) É um bairro fantástico... Leonor, 26 anos;
- Foi um bairro pensado (...) é um bairro bonito e com uma zona de esplanadas abertas ao convívio, onde se podem passar excelentes momentos de lazer, partilhados com a vizinhança... Maria Teresa, 60 anos;
- Bairro com vida própria, cujos residentes interagem muito, visitando-se com frequência, encontrando-se regularmente em cafés, restaurantes, ginásios, biblioteca..., Maria João, 52 anos;
- (...) é um bairro que foi pensado e estruturado de raíz para uma população relativamente jovem e com não muito poder de compra..., José Miguel, 53 anos;
- Tem uma história mas é moderno. Tem conseguido preservar a sua traça e cresce diariamente de forma ordenada (...) pode-se viver dentro dos limites do bairro sem praticamente sair dele por ter todo o tipo de comércio e serviços..., Manuela, 49 anos;
- É um bairro com uma auréola de modernidade e de sociabilidade que se traduz no preço relativamente elevado do metro quadrado local (...) conta com alguns serviços e com uma vivência própria ..., José Paulo, 49 anos;
- (...) é constituído por pessoas da mesma faixa etária (...) a grande maioria das pessoas tem formação universitária..., Luisa, 56 anos;
- Os novos residentes foram pioneiros no desenvolvimento de um novo modelo de associativismo, independente das organizações partidárias existentes, com grande influência na época... Laurinda, 60 anos;
- Um bairro que foi projectado para ser modelo (...) e que neste momento está transformado num amontoado de casas, carros em cima da relva e dos passeios,

jardins abandonados, etc, onde o poder local parece estar cego..., Maria Olímpia, 61 anos;

- *Um bairro onde se gosta de viver; a proximidade dos centros e serviços e a fácil acessibilidade a esses centros tornam-no atraente (...) a convivência entre as pessoas ainda é fácil e agradável, com boas relações de vizinhança..., Armanda, 46 anos;*
- *Um bairro que disponibiliza um conjunto urbano muito diversificado e de elevada flexibilidade e disponibilidade horária, permitindo usá-lo por inteiro..., Maria Conceição, 48 anos;*
- *É um bairro familiar, jovem, meio cosmopolita e com vida..., Ana D., 26 anos;*
- *É um bairro novo, moderno, habitado sobretudo por pessoas jovens (...) relativamente próximo do centro da cidade, mas com um crescimento e urbanização excessivos e falta de espaços verdes..., Marta, 39 anos;*
- *Talvez o número de massa cinzenta por metro quadrado (...) talvez o estacionamento sem parkings (...) talvez a ART não exista em outros locais da cidade..., Teresa, 44 anos;*
- *Bairro classe média/alta, bairro recente e por isso com um plano mais cuidado (...) arquitectura agradável (...) ruas bastante largas (...) espaços de encontros (...) um espírito de pertença ao bairro bastante forte entre os jovens (...) Tem bastantes espaços verdes agradáveis. Concentra em si inúmeros serviços..., Filipe, 20 anos;*
- *Harmonioso e variado a nível arquitectónico; bem cuidado; jovem; activo; prático; colorido; moderno (...) verde e relativamente seguro; influente na cidade (...) elitista..., Cláudia, 19 anos;*
- *Prédios não muito altos. Ruas e passeios geralmente largos/espaciosos: Bastantes áreas ajardinadas. Pouco espaço para estacionamento. População maioritariamente classe média/alta. Integração social através de habitação social. Vida de bairro em cafés e esplanadas (...) Ambiente leve e descontraído..., Luis, 20 anos;*

- *Simpático, com gente na rua a passear. Edifícios baixos, espaços pequenos e resguardados onde os jovens gostam de estar. Tem esplanadas e jardins. Ao fim da tarde encontram-se famílias nos vários parques infantis. Sinto que é um bairro seguro e novo..., Ana Margarida, 19 anos;*
- *(...) simpático, tem ainda alguns espaços verdes muito bonitos, as pessoas encontram-se e convivem (...) interajudam-se e divertem-se (...) Quase não precisaríamos de sair do bairro se este tivesse um hospital (...) Somos um bairro com as boas características das velhas aldeias e fazemos, ao mesmo tempo, parte da aldeia global... eu gosto muito de viver neste bairro..., Ana P., 54 anos;*
- *Transitável... dentro das hipóteses em Lisboa... transitável a pé..., Ana M., 30 anos.*

A análise das respostas mostra que, salvo duas exceções, a visão do «bairro» que os inquiridos comunicam é uma visão globalmente positiva. Os valores mais sublinhados remetem para as relações de vizinhança/convivialidade (a que um dos inquiridos chama “vida de bairro”), e para a possibilidade de viver no «bairro» quase sem sair dele, por virtude da quantidade da oferta de serviços existente – “pode-se viver dentro dos limites do bairro sem praticamente sair dele por ter todo o tipo de comércio e serviços”, diz Manuela. Mas sublinha-se também a incomum existência de espaços verdes e a segurança existente; neste último caso, é entre os mais jovens dos inquiridos, com idades até aos 30 anos, que se faz referência ao “bairro seguro”, os mais velhos não referem essa característica, nem pela positiva nem pela negativa; a condição de «bairro» novo/recente/jovem/moderno é igualmente ressaltada. A ideia de que o bairro está excessivamente urbanizado, ou que é um amontoado de prédios, convive com o seu oposto, quando cinco dos inquiridos entendem o bairro como uma urbanização agradável. Além disto, o «bairro» é classificado como caro, habitado por uma classe média/alta, possuidor um nível cultural e educacional elevado, ter sido pensado/projectado.

A segunda pergunta procura descobrir a forma como é representada a personalidade de Telheiras, vista na relação com os outros bairros de Lisboa... No que é Telheiras diferente dos outros?

- *No nível médio de educação dos adultos e dos jovens (...) mas acima de tudo pela facilidade que os pais têm em deixar os miúdos viverem (as saídas, a rua, etc.)..., André, 30 anos;*
- *Numa inegável qualidade de vida que está presente em diferentes aspectos (...) Na homogeneidade da classe social que o habita; Na predominância de uma população activa e relativamente jovem; Na presença quase esmagadora de licenciados, mestres e doutorados..., Manuela, 42 anos;*
- *(...) é apenas mais um bairro de Lisboa, Noémia, 56 anos;*
- *(...) é mesmo o bairro com maior percentagem de licenciados, o que promove a discussão e a constante tentativa de melhoria das condições de vida. É um dos bairros mais ajardinados que conheço..., Leonor, 26 anos;*
- *(...) é fácil estabelecer laços de amizade graças às muitas actividades desenvolvidas pela Associação de Residentes de Telheiras. Em nenhum outro bairro de Lisboa é possível desenvolver as relações de vizinhança como aqui..., Maria Teresa, 60 anos;*
- *Talvez nem todos os bairros tenham uma associação de residentes activa que publique periodicamente uma folha informativa do que por aqui se vai passando..., Maria João, 52 anos;*
- *É um bairro com vida própria, sendo essa vida activa e participada sob os pontos de vista cultural, lúdico, desportivo e de intervenção (social e política) (...) é esta vida activa que caracteriza o bairro (...) tornando-o diferente de todos (ou quase todos) os outros bairros de Lisboa..., José Miguel, 53 anos;*
- *É diferenciado por a sua população maioritária ser uma população jovem e com a maior população infantil da cidade de Lisboa. Por outro lado, é uma população com um nível cultural medido, elevado (...) É sui generis por a sua frequência obedecer a um ritmo muito próprio..., Manuela, 49 anos;*

Uma Aldeia na Cidade...

- *É um bairro socialmente bastante homogéneo, com um bom nível cultural e educacional (...) e um nível de segurança razoável (...) embora não tenha o mesmo tipo de envolvimento dos bairros antigos (...) Em Telheiras a identidade manifesta-se de forma mais actual e preservável..., João Paulo, 49 anos;*
- *(...) parece-me ser um bairro bastante agradável, com algumas características de aldeia, em que há uma grande interacção das pessoas umas com as outras num ambiente muito informal..., Luísa, 56 anos;*
- *Continua a ter uma faixa significativa de residentes que preservam o seu espírito inicial, promovendo iniciativas em prol da comunidade local..., Laurinda, 60 anos;*
- *(...) tem todas as possibilidades, condições e capacidades para criar, manter e melhorar o que ainda funciona e quer a Câmara quer a Junta não têm dado a devida atenção..., Maria Olímpia, 61 anos;*
- *A proximidade das pessoas que nele habitam..., Armanda, 49 anos;*
- *(...) o facto de dentro da sua área se conseguir ainda viver uma experiência e cultura mais provinciana, no sentido em que há calma, há conversas na rua entre vizinhos, há um fazer a vida diária (...) sem carro e sobretudo há um certo espírito comunitário (...) a ART com o seu jornal e o seu espaço..., Maria Conceição, 48 anos;*
- *É mais familiar do que os bairros típicos de subúrbios e com bastante actividade, mas mais urbano (no que isso tem de bom e de mau) do que os típicos bairros lisboetas..., Ana D., 26 anos;*
- *Bom nível de vida e cultural, em geral. Bairro novo com uma faixa etária bastante jovem..., Marta, 39 anos;*
- *Acho que é diferente porque as pessoas que habitam o bairro são licenciadas na maioria (...) os espaços verdes, ainda que reduzidos, são uma diferença. É um bairro que luta pela diferença, que quer ver o bairro com áreas verdes, a área cultural desenvolvida, o ambiente preservado e a segurança cuidada..., Teresa, 44 anos;*
- *Pracetas, espaços verdes, pessoas... elitista..., Filipe, 20 anos;*

- *A carga urbanística não é tão notada; cada edifício é diferente mas todos se encaixam; as pessoas dedicam-se e/ou usufruem do bairro, não se limitam a usá-lo como local para dormir..., Cláudia, 19 anos;*
- *Mais áreas ajardinadas do que é normal. Muitas pessoas se cumprimentam na rua por se conhecerem da “vida de bairro”. Ambiente de bairro descontraído, bastante próprio. Elitismo..., Luís, 20 anos;*
- *Na altura dos prédios e talvez nas suas cores claras. Não é um bairro de passagem ou correria, é para se estar. Vê-se pessoas a qualquer hora do dia e da noite nas ruas e esse factor é de segurança (...) Existe um sentimento de pertença ao bairro por parte de alguns meus amigos que aqui residem..., Ana Margarida, 19 anos;*
- *Se estou só saio à rua e logo encontro uma amiga para conversar. A ART foi também muito dinâmica e proporcionou-me bons momentos ligados à cultura, ao ensino e às artes plásticas (...) aqui há artistas bastantes (...) Se tenho um problema de informática chamo um vizinho mais jovem. Se preciso de um médico chamo um vizinho da minha idade. Temos bons serviços. Gente gira e gente jovem..., Ana S., 54 anos;*
- *Acessos. Extremamente acessível via carro de e para qualquer ponto da cidade ou do país (...) Espírito de bairro – iniciativas como a ART, o Jornal de Telheiras..., Ana M., 30 anos.*

As respostas à segunda pergunta voltam a ressaltar a existência de relações de vizinhança/convivialidade, o valor mais destacado no conjunto das duas respostas. Sublinham o papel da Associação de Residentes e a participação cívica (sete respostas); o alto nível educacional/elevada formação universitária dos moradores; a existência de espaços verdes/jardins e referem uma população predominantemente jovem e homogénea. O quadro seguinte sintetiza o número de respostas a cada uma das características referidas.

QUADRO 20

<i>Características</i>	<i>Nº de Respostas</i>		<i>Total</i>
	<i>P. 1</i>	<i>P. 2</i>	
Amontoado de prédios/urbanização excessiva	3		3
Associativismo/ART	2	7	9
Caro	2		2
Classe Média/Alta	3		3
Espírito bairrista/de pertença ao bairro	2	1	3
Espírito comunitário		2	2
Existência de espaços verdes/jardins	5	4	9
Existência de relações de vizinhança/convivialidade	7	6	13
Falta de espaços verdes/jardins	1		1
Homogeneidade social		2	2
Nível cultural alto		3	3
Nível educacional alto/Formação universitária	2	5	7
Novo/Recente/Jovem/Moderno	7	1	8
Onde se pode viver sem sair/boa oferta de serviços	5	1	6
População jovem		3	3
Projectado/Pensado/Com plano	3		3
Qualidade de vida		1	1
Seguro/calmo	4	2	6
Urbanização agradável	5	2	7

Legenda: **Características do «bairro» de Telheiras-** neste quadro reúnem-se as características do «bairro», segundo os residentes.

Respostas soltas classificam o «bairro» como “elitista”, “familiar”, “agradável”, “simpático”, “alegre”, “bonito”, “transitável a pé”, com acessibilidade fácil a centros e serviços.

A caracterização que os residentes de Telheiras inquiridos fazem do «bairro» é ditada pelas suas experiências individuais²⁹⁸, pelos seus valores, pela sua visão do mundo; em suma, pelo seu *habitus*, porque se é certo que os acontecimentos do quotidiano têm uma dimensão social, não é menos certo que assumem igualmente uma dimensão individual relevante. Contudo, é na comparação, na relação, com os outros bairros de Lisboa, em função da imagem que se tem deles que se produz a identidade e se afirma a pertença a um universo que se pensa singular; por isso é que há inquiridos que respondem às duas questões numa única resposta. É que, como diz Mela, A. (1999: 144 e 145) “Para todo o

²⁹⁸ Por exemplo, quem mora num local de Telheiras com menos verde ou maior sobredensificação urbanística tenderá a dizer que o «bairro» tem falta de jardins, ou que é um amontoado de casas.

indivíduo que opera num sistema social, a identidade é o resultado de um confronto contínuo com os outros, que o leva a construir uma representação de si próprio, da sua unidade pessoal, da distinção entre o seu eu e o dos outros, do papel desempenhado na sociedade e da posição ocupada nas hierarquias sociais. Como este processo se desenrola através da relação com os outros, existe uma interacção contínua entre a construção da sua própria identidade, conseguida pelo indivíduo na primeira pessoa, e o reconhecimento dela por parte dos outros”. Os residentes de Telheiras enquanto actores sociais, enquanto sujeitos falantes, produtores de discursos sobre o «bairro», não podem exprimir-se fora de um contexto social (Millon, A.,: 22) e é nessa medida que devem ser «ouvidos».

■ Telheiras virtual

Procurar Telheiras na Internet é um passo que não pode deixar de ser dado nesta investigação. Porque, se o que se pretende, como é o caso, é desvendar, no terreno da comunicação, o conteúdo simbólico de uma palavra e, por ele e através dele, o entendimento partilhado que em Telheiras se tem do «bairro», como forma de perceber, estudando um caso concreto, «o que é hoje e como se produz um bairro?», então, “Como a cultura é mediada e determinada pela comunicação”, (Castells, 2005: 433) não é possível ignorar aquilo a que o mesmo Castells (Op. Cit., 457) chama “o medium universal de comunicação interactiva por computador”, precisamente a Internet. É que a Internet substantiva a “integração de vários modos de comunicação numa rede interactiva”, gerando “a formação de um hipertexto e de uma meta linguagem que, pela primeira vez na história, integram no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana” (Op. Cit.: 432) e, sobretudo, permitem uma comunicação espontânea e informal da experiência vivida pelos actores sociais, subitamente participantes de uma “comunidade virtual”, aqui “entendida como uma rede electrónica autodefinida de comunicação interactiva, organizada em torno de interesses ou objectivos partilhados” (Op. Cit.: 467). Ora, nesta rede social, marcada pela

espontaneidade associada à produção de mensagens, Telheiras existe, e existe simbolicamente como *bairro*.

Nesta linha de pensamento teórico norteador da investigação, fizeram-se várias pesquisas na Internet, em diferentes momentos; dessas, regista-se, no quadro abaixo, a efectuada em 26 de Julho de 2007, utilizando como *motor de busca*, o *Google Portugal*²⁹⁹, embora se colham exemplos de outras pesquisas, efectuadas em outros momentos.

Quadro 21

Pesquisa Google Portugal			
Data	Natureza da Pesquisa	Item pesquisado	Resultados
26.07.07	Pesquisar a Web	aldeia “Telheiras”	15.600 entradas
26.07.07	Pesquisar a Web	bairro “Telheiras”	44.600 entradas
26.07.07	Pesquisar a Web	blogs "Telheiras"	48.200 entradas
26.07.07	Pesquisar a Web	blogspot "Telheiras"	24.000 entradas

Legenda: **Telheiras na Web** - como se vê, das quatro pesquisas realizadas, a que obteve menos resultados, “aldeia de Telheiras”, regista, mesmo assim, 15.600 entradas.

Em qualquer das quatro pesquisas registadas no quadro, Telheiras aparece em *sites* da EPUL, da ART, de partidos políticos (sobretudo, CDU e PS do Lumiar), de empresas imobiliárias e também de várias outras actividades, desde os restaurantes às galerias de arte, mas há também milhares de entradas em sites individuais e *blogues* em que, as mais das vezes informalmente, se comunica sobre Telheiras, dando do bairro diferentes representações, algumas delas mais formalmente orientadas por um desejo de intervir civicamente manifestado por agentes individuais. Na Wikipedia³⁰⁰, a auto-proclamada “enciclopédia livre”, agora tão utilizada, “Telheiras é um bairro da freguesia do Lumiar, situado no concelho de Lisboa” que possui uma biblioteca, três escolas do ensino básico

²⁹⁹ <http://www.google.pt/>

³⁰⁰ http://pt.wikipedia.org/wiki/Telheiras_%28bairro%29, consultada em 26.07.07.

e um infantário³⁰¹ e um templo religioso (“a Igreja de Nossa Senhora da Porta do Céu, construção que remonta a 1633”); caracteriza-se, depois, Telheiras com mais detalhe...

É um bairro bonito e com jardins abertos ao público onde se pode passar excelentes tardes. Há uma ciclovía que vai até ao Campo Grande e que tem praticamente tudo³⁰²: desde padarias, a mercearias, cafés, boutiques, centros de explicação, cabeleireiros, agências de viagens, bancos, ginásios e muitos outros estabelecimentos comerciais, incluindo o Alvaláxia no estádio de Alvalade, com várias salas de cinema.

Com o tempo o bairro ficou conhecido pela vertente do Parkour em Portugal, devido à variedade dos locais e seus acessos. Os melhores transportes públicos são o metro de Telheiras, e as carreiras 47, 78, 750 e 767 da Carris³⁰³.

O texto da *Wikipédia* é mais um indicador de que o «bairro» existe mesmo, na generalidade das representações que dele se fazem e seja qual for a porção de território em que se pensa, quando se pensa em Telheiras; mas é também um indicador de que para os media, mas não apenas para eles como já se tentou demonstrar³⁰⁴, a imagem de Telheiras integra hoje a presença do *Parkour*.

Noutros moldes, pensar o «bairro» é também pensar em futebol, dada a proximidade do estádio do Sporting Clube de Portugal, o “Alvalade XXI”, e dos consequentes impactos negativos para os residentes de Telheiras, sobretudo os de Telheiras Sul; disso mesmo se encontra eco na Web...

“Cruzo o bairro por volta das 20 horas, transformado por algum tempo num gigante parque de estacionamento. Nada escapa: a 2ª circular, os

³⁰¹ O que não corresponde aos factos, já que Telheiras tem dois jardins de infância públicos e uma meia dúzia de privados e estende-se também pela Freguesia de Carnide.

³⁰² Há redacção do texto não é das melhores e faz parecer que é a ciclovía, e não o bairro, que “tem praticamente tudo”. Por outro lado, a ciclovía está lá mas interrompida – foi cortada por razão das obras de construção do estádio “Alvalade XXI” e não voltou a ser reposta.

³⁰³ "http://pt.wikipedia.org/wiki/Telheiras_%28bairro%29, consultada em 26.07.07.

³⁰⁴ Páginas 183 a 187 deste trabalho.

passaios (não há pilaretes, não se salva um), zonas ajardinadas, passadeiras, curvas. Não me espantaria se um destes dias encontrasse algum carro pendurado numa árvore. (...) Tenho conhecimento de que, pelo menos, uma vez, uma ambulância teve que ficar afastada da porta de um doente que ia buscar por não ter conseguido passar.

E os carros a bloquear as bocas de incêndio? Porque estas também não escapam. Qualquer buraquinho serve, desde que a viatura se encaixe. E se não encaixar fica com as rodas na estrada que também não é problema nenhum. (...) Enquanto isso, a vida dos moradores está condicionada por jogos de futebol: chegar (bastante) cedo ou já depois do apito final. Quem precisa de circular a pé, sempre pode usar a estrada, que é larga”.

Para além dos casos reportados de ambulâncias que não conseguem chegar ao pé das casas, há moradores que não conseguem entrar ou sair das suas garagens. Será que isto só vai com mais pilaretes? Não poderá a Polícia Municipal ter um papel mais dissuasor sobre os prevaricadores ou o município perceber a urgência de uma profunda intervenção no local? Os moradores agradecem.³⁰⁵

A visão do «bairro» como “parque de estacionamento” do estádio do Sporting aparece na Internet, sobretudo na *blogosfera*, como parte integrante da imagem que muitos moradores têm dele; constitui igualmente uma das preocupações da ART, e é correntemente passada pelos *media*, em artigos e textos de diversas procedências. Porém, o problema do estacionamento não esgota o contributo negativo dado à construção simbólica de Telheiras pela vizinhança do futebol; há também, de quando em vez, a violência gerada pelas claques que atravessam regularmente o «bairro», em dias de confrontos entre Sporting e Benfica, e que tem eco na Web...

(...) pela sua gravidade, não é possível passar por cima do que sucedeu cerca de duas horas e meia antes do Sporting-Benfica (...) quando membros

³⁰⁵ “Telheiras em dia de jogo”, publicado por Sobreda, in <http://blogs.sapo.pt/userinfo.bml?user=troque>.

das claques dos dois clubes envolveram-se em violentos confrontos nas imediações do Estádio José Alvalade, dos quais resultaram seis feridos, entre eles um agente da autoridade (...) O conflito ocorreu em Telheiras e nele estiveram envolvidas algumas centenas de membros de claques dos dois lados (os números vão de 150 a 500 consoante as fontes...) na que já alguém designa por "Batalha de Telheiras" por se ter tratado de um combate à moda antiga (...) Além de múltiplas agressões físicas, dos incidentes resultaram estragos em vários veículos, uma consequência do arremesso de pedras entre os adeptos rivais (...) O facto de parte das claques do Benfica se ter deslocado até Telheiras sem escolta policial - esta só estava prevista para a última parte do percurso - proporcionou um confronto que, segundo alguns intervenientes, terá sido combinado via... internet. Os desacatos duraram poucos minutos, devido à rápida actuação das forças de intervenção da Polícia de Segurança Pública.³⁰⁶

Mas também há quem vá mais longe e junte aos problemas causados pelo estádio “Alvalade XXI”, os provocados pelo impacto que a estação de Metropolitano teve em Telheiras e do caos do trânsito no «bairro», em geral...

Sou morador de Telheiras e nasci em Alvalade, o bairro de Telheiras era considerado um dos mais pacatos e de qualidade de vida excelente. Hoje já não é assim, construiu-se um novo estádio sem sequer prever o impacto que poderia ter em termos de trânsito e estacionamento. Em dias de jogo os moradores sofrem para chegar a casa, e para estacionar é deveras complicado. O metro trouxe também benefícios e prejuízos. Quem vem de fora de Lisboa opta por estacionar o automóvel em Telheiras e apanhar o metro para o centro.

³⁰⁶ In: <http://adeptos.blogspot.com/2005/09/drbi-capital-seis-feridos-nos.html>.

Conclusão este bairro em menos de 2 anos ficou um caos. Passou a ser estacionamento do metro para aqueles que só andam de automóvel e vêm dos subúrbios e é o grande parque do estádio de Alvalade em dias de jogo. Também o trânsito diário é caótico porque muita gente evita o trânsito das principais vias de acesso a Lisboa para entrar pelas ruas do bairro, é uma autentica via de entrada na cidade de centenas de pessoas³⁰⁷.

A utilização da Internet como campo de intervenção cívica, com vista a melhorar as condições do «bairro», é uma presença forte...

Uma carta que foi enviada para diversos partidos políticos, autarcas e associações (...) Mostra bem o desrespeito que muitos políticos têm por quem os elegeram! (...) E o desrespeito pelos munícipes já vem de longe! Quando a EPUL vendeu as casas, tinha um desenho da área segundo o qual o eixo norte-sul passaria a cerca de 200 metros das casas. Está a 50 metros se tanto, porque o Dr. João Soares não quis incomodar o Carrefour! Interpelada a EPUL (que pertence à C.M.L.) obtive como resposta que os desenhos não eram contratuais! Efectivamente assim é, mas isto tem um nome: desonestidade! (...) Acho que vale a pena lutar contra este estado de coisas. Hoje podem ser só meia dúzia de pessoas a fazê-lo, mas aos poucos e poucos os outros aperceber-se-ão e aqueles que assim agem poderão ser afastados!³⁰⁸

Para lá desta visão negativa de Telheiras, associada a duas formas tão díspares de desporto, permanece a representação de “aldeia dos doutores”, bem como a de um «bairro» caro, só ao alcance dos ricos...

Agora há uma taverna selecta, simpática e agradável, com salero e bons petiscos, aqui, ao pé de casa! A ementa diverge um pouco das habituais na

³⁰⁷ RA, in <http://campogrande.do.sapo.pt/ComenteIndex.html>, s/d.

³⁰⁸ “Telheiras, um bairro modelo de Lisboa”, Publicado por João Carvalho Fernandes, in http://fumacas.weblog.com.pt/arquivo/2004_05.html PM .

marca (...) Como nos outros Lizarran, há cerveja Woll Damm (...) fortificada, acre e substancial, com corpo muito rico. Era sexta à noite na aldeia dos doutores. Talvez por isso predominassem kotas³⁰⁹.

Noutro blog³¹⁰, lê-se...

Foi apresentado em Helsínquia, na passada terça-feira, um relatório das Nações Unidas intitulado "Estudo Sobre a Distribuição da Riqueza nas Famílias".

Os números são claros (...) os que estão entre o 1% mais rico (37 milhões de pessoas) possuem 40% de toda a riqueza global (...) ter 384 mil euros (um T3 em Telheiras), só para os 1% mais ricos do planeta.

Mas há quem veja a situação à boa paz, e continue a relevar o que considera como as características positivas de Telheiras, mesmo sendo “um lugar tão caro”...

O que faz de telheiras um lugar tão caro? O que tem de especial, é ser tão caro? Ou é caro por ser especial?

Lembro-me que este foi o bairro onde construí uma família, onde me senti verdadeiramente em casa, onde criei raízes (...) Lembro-me que viver em telheiras, tão perto dos hospitais me permitiu ir para a maternidade em dois minutos quando fui mãe. Hoje infelizmente já lá não vivo, porque financeiramente é incomportável. Mas o meu filho continua lá na escola, com os seus amigos a sua casa e as suas referências, é para lá que vou quando preciso de matar o tempo, ler na biblioteca e até mais recentemente à internet e ao teatro. Perguntem aos jovens estudantes que lá vão todos os dias.

Vou buscar o múdo à piscina, passo pela esplanada revejo amigos e vizinhos. Não durmo nem trabalho lá. Mas é lá que eu vivo (...) A qualidade

³⁰⁹ “LIZARRAN Telheiras”, in http://epicurista.blogspot.com/2004_09_01_archive.html, 25/07/2004.

³¹⁰ “Disparidades”, in http://des1biga.blogspot.com/2006_12_01_archive.html, publicado em 9.12.06.

de vida é um valor um pouco subjectivo, só me apercebi disto, depois... Perguntem aos idosos do centro de dia e às crianças... Se calhar é isso que telheiras tem, penso que são as pessoas que fazem dos bairros lugares melhores para se viver, tudo o resto são opções políticas discutíveis. Para mim telheiras é um local de encontro³¹¹.

E quando surgem representações negativas de Telheiras, há logo quem saia «em defesa» do «bairro». Como é o caso...

Foi com estupefação que lemos a apreciação de Telheiras pois em nada corresponde à realidade. Se formos a ver a quantidade de promotores imobiliários que fazem referência a "Telheiras/Lumiar" ...e o valor do metro quadrado e a quantidade de gente que quer morar em Telheiras ...

Com risco de não sermos exaustivos, Telheiras, ou perto, dispõe de: 2 Jardins de Infância; 3 Escolas Primárias; 2 Escolas Secundárias; 1 Clube de Saúde com duas Piscinas; 1 Clube de Ténis; 1 Pista de Ciclismo; Centros Médicos e Laboratórios de Análises; 2 Hipermercados; 1 Centro Empresarial; Várias instituições bancárias; Comércio intenso e diverso; Servidão de Transportes Públicos (Autocarro e Metro); Acesso fácil a todas as saídas de Lisboa; 1 Julgado de Paz; 1 Estádio de Futebol com equipamento diverso; Locais de culto religioso (católico e hindu); 2 Hospitais (Força Aérea e Santa Maria); A bem dizer não é necessário sair de Telheiras senão para ir trabalhar! E quanto a espaços verdes, a Epul tem demonstrado imensa preocupação em gerar, manter e inovar os que temos; E ... já nos esquecíamos ... Também tem um hospital

³¹¹ Afixado por Ana, in: http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2003/08/epul_publicidad.html, 8/9/04.

*psiquiátrico para pessoas frustradas que queriam viver em Telheiras e não conseguem*³¹².

Surgem também visões saudosistas do «bairro», como esta...

*(...) evocando a imagem idealista de Telheiras de há dez anos quando eu mudei-me para cá, em que caminhava inocentemente para a escola sem nunca ter sido incomodado uma única vez, passando pela mercearia do senhor António que me oferecia sempre uma maçã, e depois comprava uma revista do Pato Donald no quiosque da dona Filomena, e lia-o todo entretido sentado nos baloiços abanando os pés de contentamento singelo. Não digo que eram os bons velhos tempos áureos da Telheiras de há cinquenta anos, quando nesta zona só se viam quintas e conventos, prados e pastores solitários a afagarem as suas ovelhinhas, mas eram suficientemente agradáveis pelo menos para mim*³¹³.

Há, finalmente, as intervenções de uma «inocência trabalhada» mas, ainda assim, desarmantes...

*Olá, eu chamo-me Carolina Traquina, tenho 8 anos e moro em Telheiras. Gosto muito do meu bairro e das pessoas que vivem cá. Gosto do café da minha rua, gosto de ir ao parque e também gosto de ir à biblioteca. No meu bairro há muitos cães e eu gosto muito deles, só há um problema: é que às vezes os cães fazem cócó no passeio e os donos esquecem-se de o apanhar*³¹⁴.

Ou...

Tenho 7 anos e vivo em Telheiras, gosto de viver lá e ir à escola que agora é a EB1! A maioria dos meus amigos mora em Telheiras e encontramos-nos muitas vezes na rua quando vamos às compras. A minha mãe diz q passo a

³¹² Publicado por Roland in: http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2003/08/epul_publicidad.html, 8.11.03.

³¹³ In: <http://monstrosdesalmado.blogspot.com/2006/01/ela-vive-na-terra-de-ningum.html>.

³¹⁴ Escrito por: Carolina Traquina in: <http://telheirasvirtual.blog.pt/417253/>, 26/11/06.

vida a dizer olá aos amiguinhos q encontro. até no Carrefour q é um bocadinho mais longe! Telheiras tem jardins, casas antigas, lojas, metro³¹⁵...

O entendimento simbólico da Telheiras virtual não é muito diferente daquele que se expressa na «Telheiras real» – é a “aldeia dos doutores”; é um bairro só ao alcance dos ricos, “financeiramente incomportável” para os outros, os que têm menos capital económico; é “um bairro bonito”, em que é possível “criar raízes”; é um «bairro» perto de tudo, bem servido por transportes e bem equipado; é “um local de encontro”, de sociabilidades; é um «bairro», em suma, de que se gosta e onde é agradável viver. Mas é, também, o “parque de estacionamento” do estádio “Alvalade XXI”; um «bairro» a carecer de ordenamento do trânsito; um local de Lisboa que “mostra bem o desrespeito que muitos políticos têm por quem os elegeu”. E é, ainda, um «bairro» que “tem vocação para palco³¹⁶”.

A Telheiras virtual confirma a outra, a da experiência do quotidiano, a que nos habituámos a chamar *real*; talvez porque, como também sustenta Castells, “a realidade, como é vivida, sempre foi virtual porque é sempre percebida por intermédio de símbolos formadores da prática com um certo sentido que escapa à sua rigorosa definição semântica” (Op. Cit., 489); eis o que também ocorre com Telheiras.

³¹⁵ Escrito por: Carolina Pais <http://telheirasvirtual.blog.pt/417253/>, 25/11/06.

³¹⁶ Escrito por Alexandre Andrade, “Teatro em Telheiras”, in <http://last-tapes.blogspot.com/2007/05/pancadinhas-de-molire-fazem-se-ouvir-de.html>, 3/5/07.

Parte 3

O «BAIRRO» E OS SEUS MAPAS

Os mapas de Telheiras

A análise dos mapas de Telheiras tem, para o argumento deste trabalho, uma pertinência inultrapassável na medida em que, para além da cartografia do território morfológico, em si mesma significativa, evidencia duas coisas:

- que o «bairro» de Telheiras foi construído tendo como referência um espaço físico preciso, com fronteiras claramente determinadas que constituíam verdadeiros cortes no terreno, já que se tratava de vias rápidas;
- que a enunciação de Telheiras como «bairro» ultrapassou largamente essas fronteiras, superando o território físico e impondo-se como aquilo a que se vem chamando «território retórico», propriamente simbólico.

Ora é essa superação, ocorrida à revelia das vontades política, administrativa e urbanística, da Câmara Municipal de Lisboa e do seu agente no terreno, a EPUL, que neste trabalho se problematiza e cujo processo se quer compreender, procurando, com o estudo de um caso concreto, elementos para responder às perguntas: O que é hoje? E como se produz um bairro?

FIG. 28

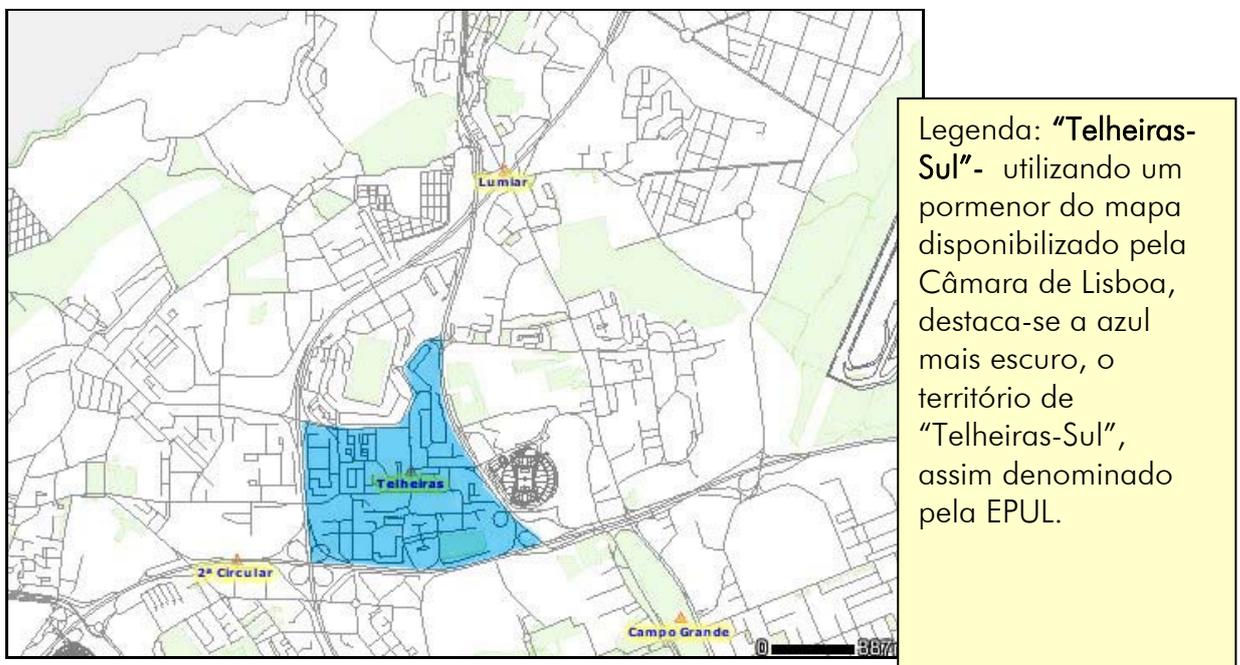


Uma aldeia na cidade...

Começemos por olhar para o mapa de Lisboa (Figura 28), disponível no *sítio* oficial da Câmara Municipal de Lisboa, na Internet³¹⁷ ...

Como se vê, o mapa actual de Lisboa, adoptado pela Câmara Municipal”, representa Telheiras como aquilo a que se vem chamando «Triângulo», precisamente o território confinado ao espaço fechado pelas três vias rápidas – Eixo Norte-Sul, à esquerda; Av. Padre Cruz, à direita; Av. General Norton de Matos, em baixo³¹⁸. Esse é, efectivamente, o território correspondente à intervenção da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, embora esta não tenha intervido directamente como empresa responsável pela construção em parte do terreno, que vendeu a cooperativas e a empresas privadas. O que significa que, embora não exista uma circunscrição administrativa, na cidade de Lisboa, chamada “bairro de Telheiras”, existe a sua representação cartográfica promovida pelo poder político e administrativo. Mas vejamos um segundo mapa...

FIG. 29



³¹⁷ <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>, consultado em 29.09.2007

³¹⁸ Como já aqui se representou com detalhe – Fig. 1, pag. 6 deste trabalho.

Este mapa é, digamos assim, o mapa de “Telheiras-Sul”, a Telheiras inicial, correspondente à parte do «bairro» para a qual foi produzido um Plano de Pormenor e respectivo projecto – primeiro, o “Plano OTAM”, da autoria do arquitecto francês Gilles O’Callaghan, aprovado em 1970 pela Câmara Municipal de Lisboa, mas não concretizado e, por isso, mais tarde revisto pelo arquitecto Vieira de Almeida, com a colaboração do arquitecto Augusto Pita; esta revisão, aprovada em 1974, foi o ponto de partida para a construção da urbanização de Telheiras pela EPUL³¹⁹ e é aquela em que se insere o Núcleo Antigo de Telheiras³²⁰, em que estão localizadas a estação de Metropolitano e a “Praça Central” e, ainda, a maior parte da oferta de serviços e comércio do «bairro».

É também o mapa daquilo que a EPUL verdadeiramente entende como “Telheiras”, como o prova o facto de a Empresa Pública da Urbanização de Lisboa ter apresentado a candidatura ao “Prix Rothier 2008”, para o melhor “bairro da Europa”, precisamente com Telheiras-Sul, a que chama “Bairro de Telheiras” e que entende como “exemplo de um processo de planeamento contínuo, desenhado, implementado e monitorizado através de um novo conceito de Projecto Urbano”, em que o “promotor EPUL assegura o controlo público do processo de implementação, desde o início até à sua actual fase de conclusão. A localização (central), a dimensão (área com 800m de diâmetro), e a sua forma (desenho urbano) asseguram a integração na cidade”.

A empresa ressalta ainda as “Actividades diversificadas” existentes no «bairro» e os “usos multi-funcionais, com a identidade do bairro expressa no associativismo local e na opinião pública. Os transportes colectivos com ligações intermodais estabelecem uma rede que permite ‘estar na cidade sem carro’ (*city without a car theory*)’, ao mesmo tempo que “Os espaços verdes são um elemento presente”, e “Os equipamentos locais

³¹⁹ Diz-se *ponto de partida* porque o Plano de Pormenor de “Telheiras-Sul” que foi aprovado, não foi integralmente cumprido. Por exemplo, das sete passagens desniveladas para peões, concebidas para garantir a segurança de crianças e idosos no atravessamento do «bairro», só foram construídas duas; tal como o estacionamento subterrâneo previsto não foi aplicado nas edificações construídas nos primeiros anos, só existindo nos edifícios mais recentes. Num e noutro caso, o incumprimento do Plano deve-se a razões puramente materiais – ter mais terreno disponível para a construção, pública ou privada; gastar menos dinheiro com essa mesma construção.

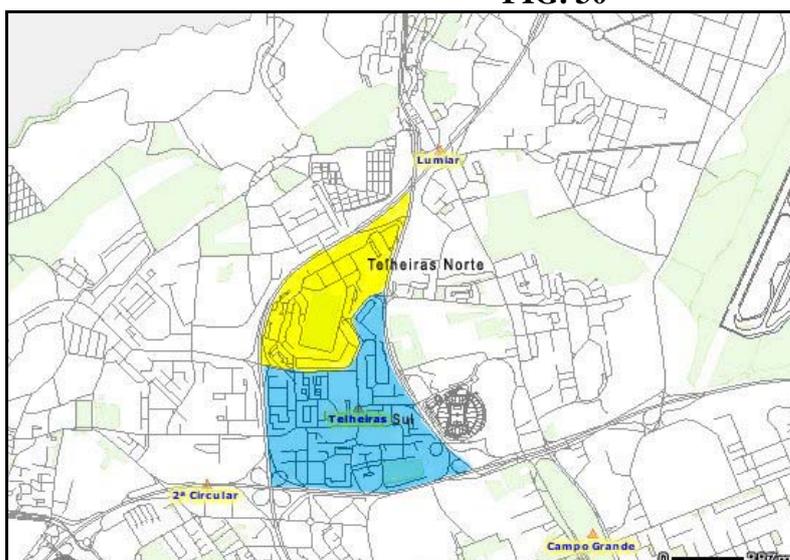
³²⁰ Constituído pela aldeia, pelo convento, pela igreja da Senhora da Porta do Céu, e pelas quintas históricas.

Uma aldeia na cidade...

asseguram as necessidades da comunidade e promovem a agregação social através da promoção e partilha de vivências sociais em espaços comuns”. Afirma ainda a EPUL que “A sustentabilidade começa no conceito urbano, através da multifuncionalidade integrada do bairro, apresentando um desenho urbano promotor de qualidade de vida e conforto urbano” e é assegurada “quando, através de um processo contínuo de crescimento (realizações), o bairro ganha a sua própria dinâmica e identidade”, como é o caso, para a Empresa de Urbanização de Lisboa.

Estamos, pois, perante uma segunda representação do que seria o território físico de Telheiras, esta contrastante com a da Câmara Municipal de Lisboa, expressa na Fig. 28. Contudo, embora reveladora, em última instância, da imagem que a EPUL tem da Telheiras no terreno, esta representação cartográfica é uma representação estratégica – Telheiras-Norte, embora dentro do «Triângulo» que a EPUL aceita e proclama como «bairro» para consumo interno, não cumpre as condições que o “Prix Rothier 2008” exige para aceitar uma candidatura, por isso é excluída do «bairro» que deve, neste caso, ser visto como um conceito instrumental. Porque a EPUL aceita Telheiras como sendo o todo do «Triângulo» entre as vias rápidas, como afirmava, ao *Jornal de Telheiras*, Fernando Saraiva, então presidente da empresa, em Julho de 2000³²¹ O que corresponde ao mapa na FIG. 30...

FIG. 30



Legenda: O «Triângulo» completo -Telheiras-Sul+Telheiras-Norte = Telheiras, numa visão do território físico do «bairro», como todo o terreno compreendido entre as três vias rápidas já referidas: Eixo Norte-Sul, à esquerda; Av. Padre Cruz, à direita; Av. General Norton de Matos, em baixo.

³²¹ Já citado neste trabalho, página 24.

“Telheiras-Norte”, onde se encontram as urbanizações do Alto da Faia I e Alto da Faia II e III, da iniciativa da EPUL, já nasceu sem plano de pormenor e, boa parte, por iniciativa de empresas privadas, que compraram os terrenos à Empresa Pública de Urbanização de Lisboa. Mas “Telheiras-Norte” é vista como periferia e tratada como tal – defice de equipamentos, defice de espaços verdes, defice de transportes, menos qualidade urbanística; ainda assim, sempre entendida como Telheiras, nos diferentes discursos que cruzam o «bairro», quer da Câmara³²², quer da EPUL, quer da ART, quer dos moradores.

Se, fora deste espaço físico, configurado pelo «Triângulo», residentes e empresas, actores individuais e colectivos, não se definissem como sendo Telheiras, como vivendo em Telheiras, não se poderia entender o «bairro», como se entende nesta investigação, numa dimensão retórica, em ruptura com a dimensão propriamente física, morfológica. Mas, como já se demonstrou³²³, não é assim. Moradores e instituições, localizadas no território fora do «Triângulo», reclamam a sua pertença a Telheiras, definem-se como estando em Telheiras. E a própria Associação de Residentes, nascida em Telheiras-Sul, com sede em pleno centro do «bairro» e que dele teve essa visão geográfica e exclusiva³²⁴, faz hoje passar uma representação cartográfica de Telheiras que ultrapassa largamente o território delimitado pelas três vias rápidas.

Para confirmar esta afirmação há duas evidências. A primeira, remete para o *ART Informação* Nº 22, de Dezembro de 2005, em que, para ilustrar um artigo denominado “Levantamento de Riscos e Recursos de Telheiras – realizado pelos Voluntários da Protecção Civil”, em que se dá conta do “reconhecimento do bairro”, feito, “Segundo orientação do Serviço de Protecção Civil”, pela “nossa equipa de voluntários”, e “tendo

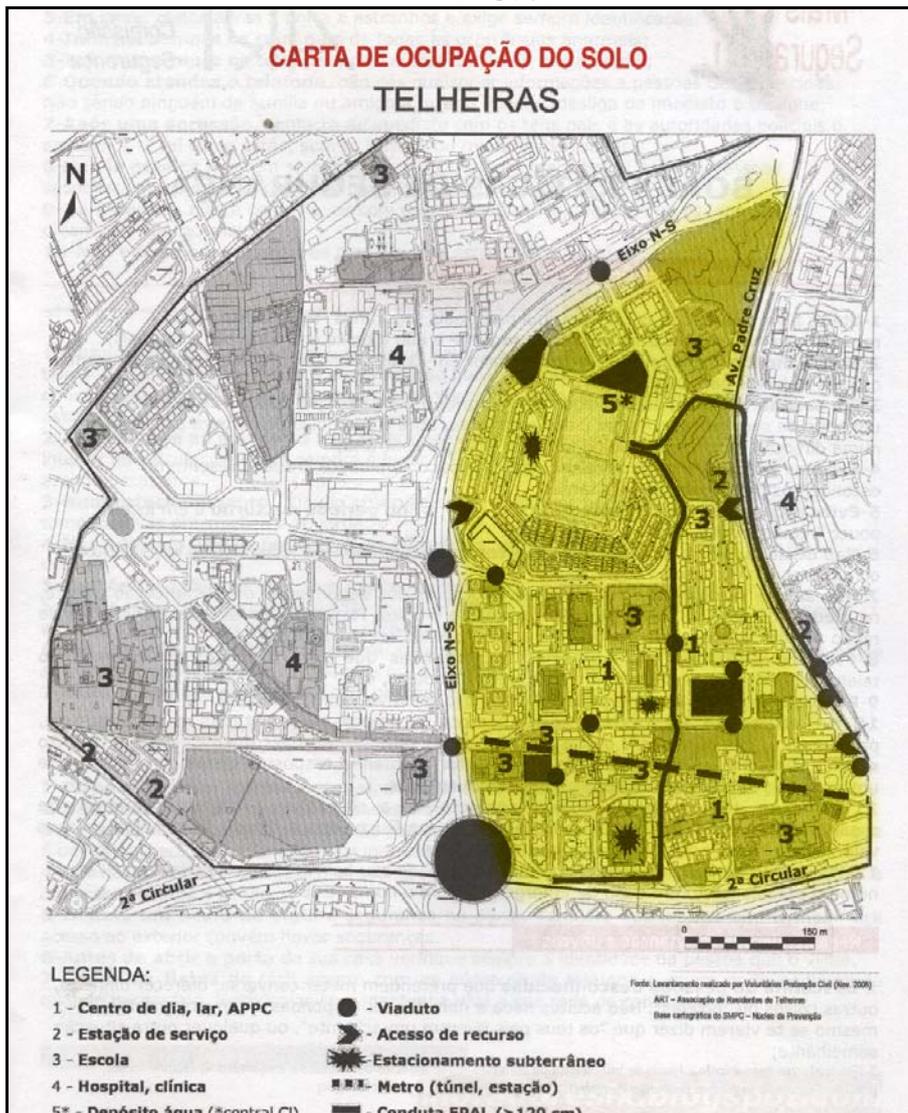
³²² Como o prova o mapa aqui exposto como FIG. 28.

³²³ Ver, neste trabalho, designadamente, o capítulo “Apropriação simbólica – alargando o «bairro»”, pp 196-200.

³²⁴ Ainda muito presente, pelo menos a nível individual... Veja-se, a este propósito, a forma como o actual presidente da Associação, apesar de morar hoje fora do «Triângulo», em território pertencente à Freguesia de Carnide, na resposta ao inquérito, define os “Limites do bairro” como: “Os 3 eixos viários – Eixo Norte-Sul, Av. Padre Cruz, 2ª Circular.

sobretudo em vista as situações de sismo³²⁵”, se publica uma “Carta de Ocupação do Solo – TELHEIRAS”, que a seguir se insere sob a designação de “FIG. 31”, e que representa Telheiras, como um território que extravasa largamente o «Triângulo». Veja-se como...

FIG. 31



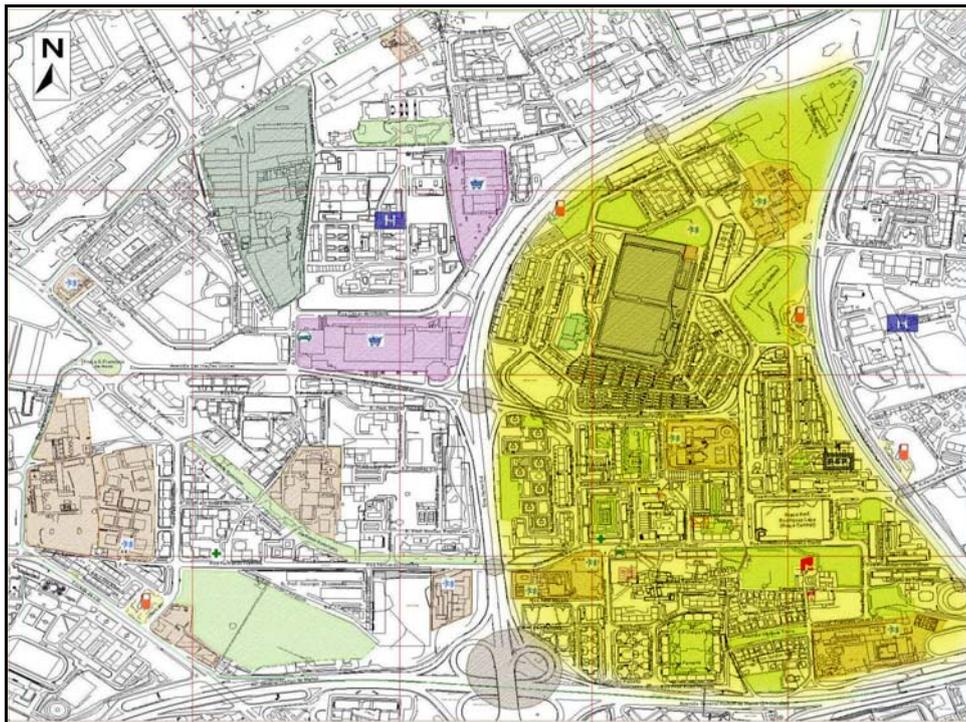
Legenda: Carta de Ocupação do Solo de Telheiras – o território do «bairro» cartografado no ART Informação Nº 22, de Dezembro de 2005. O «Triângulo» delimitado pelas três vias rápidas, política e urbanisticamente entendido como Telheiras, está cheio, a cor verde-amarelado.

³²⁵ ART Informação Nº 22, Dezembro de 2005, pp. 11-13.

Uma aldeia na cidade...

Este é um mapa que prova como a representação que a ART produz do território de Telheiras – mesmo que seja outra a imagem que alguns dos seus directores, individualmente, têm do «bairro» – ultrapassa largamente o entendimento, por alguns visto como “elitista”, de algo que se confina aos limites do «Triângulo», desenhado pelas três vias rápidas; o que significa que a Associação, artífice claro da produção identitária do «bairro» e, portanto, dos seus atributos simbólicos, integra e assume como sua uma visão do território, propriamente retórica, que lhe chega dos discursos dos diferentes actores que a produzem. A confirmação desta assumpção, que a ART faz de um discurso que lhe é exterior, é dada pela planta de Telheiras que, um ano depois da publicação da “Carta de Ocupação do Solo”, a Associação colocava no seu sítio da Internet³²⁶, e que aqui se edita como “FIG. 32”.

FIG. 32



Legenda: **Planta de Telheiras divulgada pela ART** - publicado em http://artelheiras.pt/pages/index1.php?page=planta_telheiras, com o título “Telheiras – 2006”, este mapa configura um território que cresceu, embora muito ligeiramente, em relação à planta aqui editada na “Fig. 31”. O enchimento do «Triângulo» com cor verde-amarelada é da responsabilidade do autor deste texto, para facilitar a compreensão da expansão de Telheiras.

³²⁶ <http://artelheiras.pt/pages/index.php>.

Diz Norbert Elias que “Não é despropositado considerar a relação entre a cidade e o seu mapa como uma relação entre algo que realmente existe e algo que é meramente a sua representação simbólica” (1994: 4); a afirmação vale para Telheiras. O mapa da “Fig. 29” representa o «bairro da EPUL», precisamente aquilo a que se chama “Telheiras-Sul”, resultante de uma intervenção urbanística decidida, planeada e desenhada no território pelo poder local, a Câmara, e pelo seu instrumento no terreno, a EPUL; é, por isso, um mapa que, de algum modo, pre-existe ao real e assim o pre-define; o mapa da “Fig. 30”, soma “Telheiras-Norte” a “Telheiras-Sul” e resulta ainda dessa mesma vontade de produzir o real, na medida em que simboliza, no seu todo, um território confinado ao «Triângulo», zona de intervenção da EPUL; mas é também já o resultado dessa mesma produção, uma vez que simboliza igualmente algo ocorrido no território como resultado de intervenções urbanísticas outras, que escapam ao poder político e administrativo, precisamente a edificação urbana realizada por empresas privadas e cooperativas. O terceiro e o quarto mapas escapam já, na sua totalidade, enquanto representação global de Telheiras, à visão dos detentores dos poderes político e administrativo, e consagram uma virtualidade que se transformou no real vivido – simbolizam a Telheiras dos falantes, daqueles que nomeiam o «bairro» e assim o comunicam, configurando um território produzido por um constante entretecer de discursos acerca de “Telheiras”, propriamente como «bairro».

Finalmente, o mapa da “Fig. 28” é, como afirma Elias, *uma relação entre algo que realmente existe e algo que é meramente a sua representação simbólica*, isto é, a visão de Telheiras como um «Triângulo» fechado entre três vias rápidas; mas é um mapa que reproduz uma imagem estática, uma visão parada no tempo e que esquece que um território não é apenas um espaço físico, mas antes a resultante de um conjunto de dimensões decorrentes de diferentes propriedades. E que esquece, também, o facto de que, não sendo, em Lisboa, um bairro uma circunscrição política e administrativamente

definida, não pode corresponder a uma área delimitada fisicamente, antes remete para a inter-subjectividade da população que nele vive e o define como «bairro»³²⁷ porque, em última instância, como lembra Breton (1994: 29), referindo-se a Winner, “as sociedades humanas não podem, no fim de contas, ser realmente compreendidas senão em termos de comunicação.” O bairro de Telheiras existe no mundo da comunicação “e mais globalmente da expressão e da criatividade humanas”, como um produto de uma “cultura da argumentação”, que conduz à produção de uma “cultura da evidência”. E se a primeira “privilegia o homem na sua palavra e na sua vida em sociedade, a outra concede prioridade à verdade, à demonstração e a uma relação com o mundo liberto dos condicionalismos naturais” (Breton, P. e Proulx, S., 1997: 23), mesmo que esses condicionalismos se substantivem num território cortado por três vias rápidas, cortes visíveis, aparentemente obstáculos intransponíveis.

■ O que é «bairro» ?

O conceito de «bairro» é um conceito problemático por três razões:

- a primeira, decorre do facto de a imagem dominante de «bairro» estar fortemente implantada no senso comum, a ponto de podermos formular, sem grandes riscos de erro, a hipótese de que, de uma maneira geral, pelo menos os habitantes dos universos urbanos julguem saber muito bem o que é um «bairro», o que «bairro» significa;
- a segunda remete para o significado convencional da palavra «bairro», cujo conteúdo semântico dá uma limitada ajuda ao senso comum, na medida em que é pouco ou nada preciso;
- a terceira encontra-se na possibilidade de que, mesmo que «bairro» tenha alguma vez significado alguma coisa de concreto, passível de ser surpreendida no real tal como é

³²⁷ Augusto, N. M., citando Paula Almeida, lembra que “uma identidade colectiva (...) não se forma administrativamente, sem se regula geograficamente, o bairro, a identidade colectiva, são assim o estabelecer de todo um complexo de relações imaginárias do homem com o espaço que diariamente percorre”. Augusto, N. M. (2002), “Habitação social – da inserção à ampliação da exclusão”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora (CD-ROM).

enunciada em termos gerais, essa significação não represente hoje mais do que uma evocação de algo que existiu no passado ou a ele vai sobrevivendo, mas que já não se reproduz no presente com os mesmos contornos.

Portanto, é preciso admitir que o conhecimento que, no senso comum, se tem de «bairro» assente no desconhecimento do que é «bairro» ou, dito de outra forma, que a ideia sensocomunizada de «bairro» não corresponda senão uma existência simbólica, propriamente virtual desse mesmo «bairro», afinal mais substantivo nos discursos dos actores acerca dele, do que existente no real tal como é imaginado, enquanto facto social possuidor das propriedades que lhe são afectivamente atribuídas. O «bairro» terá, então, uma existência «retórica», enunciadora e construtora de uma imagem do real que, tendo embora a aparência da realidade, não o é, de facto, completamente. Tanto mais que, até do ponto de vista semântico, o conteúdo do vocábulo «bairro» não nos coloca de forma clara no terreno de um real passível de reconhecimento, antes se encontra mais próximo da abstracção, própria das definições abrangentes, que buscam um elevado grau de generalização. Vejam-se dois exemplos, retirados de dois dicionários comuns, não eruditos – «bairro» é, em ambos, classificado como um “substantivo masculino”, que significa qualquer coisa como...

- “parte de uma localidade que se distingue em determinada circunstância”;
- “área administrativa ou fiscal em que se dividem as cidades”;
- “aglomerado de habitações dentro de uma povoação”³²⁸.

Ou...

- “parte de uma localidade que se distingue por determinada circunstância”;
- “área administrativa ou fiscal em que se dividem Lisboa e Porto”;
- “aglomerado de habitações dentro de uma povoação”³²⁹.

São apenas, é certo, dois exemplos mas, ainda assim, elucidativos dos atributos semânticos da palavra «bairro», da sua sobreposição e ausência de rigor; pode dizer-se que, a esta luz, pode ser entendida como «bairro» qualquer parte de uma qualquer

³²⁸ *Diciopédia* (2006) Porto Editora Multimédia, edição em pacote de cinco cd-roms.

³²⁹ *Lexicoteca, Moderno Dicionário de Língua Portuguesa* (1985) Lisboa: Círculo de Leitores.

localidade, como um qualquer aglomerado de habitações, numa qualquer povoação; a possibilidade de «bairro» poder ser definido como uma “área administrativa” é, no caso, de excluir, uma vez que a figura não existe na organização político-administrativa portuguesa; quanto à designação de “bairro fiscal”, embora corresponda a algo que efectivamente existe, não colhe nesta discussão.

Já Cordeiro (Op. Cit.) notava o “significado pouco preciso” da palavra *bairro* e o facto de ela se referir, no caso português, “a realidades bastante contrastantes, rurais ou urbanas”, acabando por empregar “a noção de bairro no seu sentido genérico”, tal como é proposta por Noschis³³⁰, como uma “entidade social e espacial mais limitada que a cidade”, mas definindo-o “como um território de vida social, real e imaginária, entre a realidade e a sua representação”. Aceitando esta proposição, o «bairro» deve então ser entendido também como o resultado da intersubjectividade dos actores sociais, que o experienciam sim, mas investindo na prática do real vivido um misto de ilusão e de esperança³³¹: ilusão de que o «bairro» é a representação que dele têm, esperança de que viver nele dê sentido à vida e permita a projecção no futuro. E porque os actores sociais não vivem sós, a percepção de «bairro» traduz-se num entendimento partilhado, numa visão, a que poderemos chamar «tradicional»³³², do que é «bairro».

Um artigo de Miguel Sousa Tavares³³³ sobre Campo de Ourique, ilustra bem esta interpretação colectiva de «bairro», a que aqui se chama «tradicional», retratando-o como um “espaço urbano” sem “prédios em altura” e com ruas largas, onde as pessoas se passeiam “sem pressas nem atropelos”, saudando-se quando se cruzam, e em que há um jardim central e um mercado, aliados a um “comércio tradicional e personalizado”, com cafés, esplanadas, quiosques de jornais, “pequenos restaurantes de culto”, num

³³⁰ Noschis, 1984: 13 e 34, citado por Cordeiro, Op. Cit.

³³¹ Mesmo sabendo-se, como sustenta Cucho, D. (1999: 127) que “A construção da identidade faz-se no interior de quadros sociais que determinam a posição dos agentes e, por isso mesmo, orientam as suas representações e as suas escolhas”.

³³² Seabra (2000), afirma que “Em todo o ocidente o bairro corresponde a uma espacialidade elementar, cujos nexos são a vizinhança, o parentesco, o compadrio. Foi pela articulação destes três níveis que o bairro ganhou realidade, traduzindo-se como vida de bairro, produzindo profundos enraizamentos”, é neste quadro que deve ler-se, embora não apenas, aquilo a que neste trabalho se chama «visão tradicional» de «bairro», e que implica também entendê-lo como uma pequena comunidade urbana, marcada pela proximidade e pela homogeneidade.

³³³ Miguel Sousa Tavares, "Viva Campo de Ourique!", Público edição impressa de 2005/11/11.

“justo equilíbrio entre comércio, serviços e habitação, entre espaços públicos e privados”. Este «bairro» caracteriza-se ainda pelo “sentido natural de comunidade”, pela “auto-regulação da via pública”, pelo “respeito mútuo pela liberdade de cada um”, pela “integração social interclassista e intergeracional”. É um «bairro» idealizado o que Sousa Tavares descreve, por muito que aquilo que acerca dele diz tenha, e tem, alguma correspondência com o real.

A imagem «tradicional» de «bairro» é, de facto, algo do foro da ilusão, um *ideal-tipo* que apenas existe por inteiro na representação que os actores sociais dele fazem e essa é a de uma cidade dentro da cidade, uma comunidade harmoniosa e calma, onde as pessoas se conhecem e se respeitam, sendo simultaneamente livres e solidárias. No imaginário urbano lisboeta, o «bairro» é um *locus* de equilíbrios sobrepostos: urbanístico, social, humano; afinal, um *lugar* (Augé, 1994) em que dá gosto viver, na medida em que nele a cidade transcende a solidão urbana que crescentemente a caracteriza, para ser, «de novo», a humanizada comunidade dos vizinhos.

Porém, esta ideia de «bairro» é uma construção social, e, assim sendo, não remete apenas para a imaginação simbólica dos agentes sociais tomados individualmente, é também o resultado do conhecimento partilhado, resultante de “um fundo comum de experiências” vividas pelos seres humanos (Elias, N., Op. Cit.: 5), cuja “potência unificadora (...) é assegurada pela fusão entre verdade e normatividade, informações e valores, que se opera no e por meio do simbolismo”³³⁴. E aqui, é a dimensão simbólica que é decisiva.

É verdade que, por muito que «bairro» seja uma *palavra virtude* (Breton, 2001) do imaginário social, os bairros não são todos entendidos como possuindo as características gerais positivas, associadas ao conceito, quando formulado sem aposto; pelo contrário, o pensamento binário ordena os «bairros» em duas categorias: «bairros bons» e «bairros maus», justapondo em cada uma delas, a cada «bairro» em particular, um qualificativo, simbolicamente atribuído do exterior que, enquanto representação dominante, igualmente condiciona visões e comportamentos no seu interior, tanto mais que “o

³³⁴ Baczko, B. (1985) “Imaginação Social”, in *Anthropos-Homem*, Enciclopédia Einaudi, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.296-332.

domínio simbólico pressupõe, por parte daqueles que o sofrem, uma forma de cumplicidade”, mesmo que esta não configure “nem submissão passiva a uma condicionante exterior, nem adesão livre aos seus valores” (Bourdieu, 1998: 32).

Na categoria dos «bairros maus» – todos portadores de um estigma de uma qualquer ordem (Goffman, E., 1986) – fala-se de “bairro periférico”, “bairro suburbano”, “bairro dormitório”, “bairro problemático”, “bairro de mitras”, “bairro social”, “bairro pobre”, “bairro de barracas”, “bairro de lata”, “bairro clandestino”; enquanto que, na categoria dos «bairros bons», se referem “bairro jardim”, “bairro escola”, “bairro sustentável”, “bairro saudável”, “bairro rico”. E há ainda os bairros que podem possuir simultaneamente qualidades de ambas as categorias, como é o caso dos “bairro popular”, “bairro típico” e “bairro histórico” que, embora tendam a ser vistos positivamente, podem assumir igualmente características negativas; por exemplo, ressaltando processos de gentrificação³³⁵, os bairros “populares” e/ou “típicos” são normalmente entendidos como “bairros pobres”; e um “bairro histórico” pode ser, ao mesmo tempo, um “bairro problemático”.

Cada «bairro» tem, pois, uma identidade social virtual (Goffman, Op. Cit.), simbolicamente atribuída, associada ao nome e que tende a transcender largamente o significado semântico do vocábulo, ou vocábulos, que o constituem. Mas, salvo estes casos, em que o «bairro» é visto, na singularidade da sua personalidade social, de uma forma pre-conceituada, ditada por juízos de valor apriorísticos, o entendimento partilhado de «bairro», tomado em abstracto, é o da idealização e esse «bairro» idealizado afasta-se, a passos largos, da realidade substantiva.

Chalas³³⁶ vai mais longe e sustenta que “Uma vez ultrapassada a fábrica de imagens alimentada pela nostalgia da vila na cidade, o bairro aparece como um termo cujo emprego é feito regularmente na comunicação entre eleitos, urbanistas e habitantes, sem

³³⁵ Rodrigues, W. (1999), "Globalização e gentrificação - teoria e empiria" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 29, pp. 95-125.

³³⁶ Chalas, Yves (2006) “O Urbanismo como Pensamento Prático”, conferência proferida no Seminário Internacional “Planejamento Urbano no Brasil e na Europa: um diálogo ainda possível?”, realizado na universidade de Santa Catarina, Brasil, e organizado pelo *Laboratório Cidade e Sociedade*, do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – consultado em <http://www.cce.ufsc.br/~elson/PensamentoFraco.rtf>, consultado em 26/07/07.

que no entanto este termo designe uma evidência claramente perceptível ou corresponda a uma definição mínima pre-estabelecida. Nem há mais, se é que um dia existiu, um sentido comum do bairro ao qual se apegar”.

Este autor argumenta ainda que não há, igualmente, “critério a partir do qual se possa fundar a noção de bairro: nem o perímetro, nem a arquitetura, nem a história urbana, nem a trama urbana, nem a morfologia espacial global, nem a funcionalidade, nem a composição social. Não apenas o bairro não tem realidade bem referenciável ou representação que seja compartilhada por todos, mas, além disso, cada um sabe, eleitos, urbanistas e habitantes, que os bairros, todos os bairros, não são mais o que eram, que a vida de bairro quase desapareceu, que as relações de vizinhança enfraqueceram consideravelmente, que não há mais ou há muito pouca solidariedade”, porque os centros de interesses, as amizades, os parentescos, os lazeres, o consumo se situam para todo mundo, hoje, fora do bairro.”

Trata-se de uma visão questionável que deve ser olhada no quadro da teoria crítica de Chalas em relação ao urbanismo. Mesmo que seja verdade, e já aqui o afirmámos igualmente, que não há uma *evidência claramente perceptível*, uma *definição mínima pre-estabelecida* de «bairro», já é mais problemático admitir que o «bairro» não corresponda a uma realidade, pelo menos *referenciável*, e ainda menos que não exista uma *representação que seja compartilhada por todos* os que constituem um universo urbano que se autodenomina e reconhece como «bairro», em relação a um conjunto consolidado de significantes essenciais. É que, ao contrário do que sustenta Chalas, não há uma *fábrica de imagens* para ultrapassar; por muito que as imagens mentais, ou as *imagens da memória* (Elias, 1994) que orientam as vidas quotidianas dos seres humanos possam ser, em parte, instrumentalizadas para convencer³³⁷ com base em formas estruturadas de poder simbólico, elas são também simbolicamente produzidas pelos actores nas interações sociais, por referência a práticas de um real vivido. E nesse, “O próprio conceito de bairro encerra uma carga simbólica que o identifica” e é

³³⁷ Como mostra Breton, P. (2001).

“caracterizável pelas sociabilidades que gera internamente e pela distinção e separação em relação a outros espaços (identização)”³³⁸.

É certo que, como nota Cordeiro (Op. Cit.: 40) “Na actualidade, os novos bairros que vão nascendo nos raros espaços ainda possíveis, designam-se por urbanizações, ficando o nome de bairro para aqueles que exibem alguma pobreza ou precariedade, desde os de lata, até aos clandestinos, passando pelos sociais e de realojamento”, a tal ponto que “só alguns bairros mais antigos – os bairros populares – parecem ter o privilégio de representar Lisboa” (Op. Cit.: 21).

Não é menos certo que, como sustenta Barreto (1996), Portugal viveu, a partir da década de 1960, “profundas transformações sociais” e que “A revolução de 1974 e os vinte anos que se lhe seguiram trouxeram inúmeras novas realidades, em ruptura com os tempos anteriores” (Op. Cit: 28), como o aceleração da *desruralização* conducente a uma urbanização crescente, com reflexos nos tipos e usos do alojamento e, sobretudo, na forma de encarar e apropriar a cidade. Como consequência, “Lisboa mudou bastante nos últimos 15 anos. Mudou ao nível da sua estrutura urbana, dos seus equipamentos, do quadro edificado em geral. Mas mudou também do ponto de vista da sua composição social e cultural, num processo estritamente associado às mudanças económicas e políticas (do país e naturalmente também da sua capital). Tais transformações implicaram, assim, importantes mudanças nos comportamentos colectivos, nos modos de apropriação urbana, nos estilos de vida, nas relações culturais. Num tal contexto, as imagens da cidade (no plural) mudaram e diversificaram-se igualmente” (Ferreira, V. M., Op. Cit: 384).

Não se pode, pois, esperar que o «bairro» seja hoje aquilo que era ontem; o presente não é igual ao passado, para mais porque uma cidade “é qualquer coisa que constantemente se está fazendo e desfazendo. É, por consequência, um processo vivo” (Goitia, 1982: 205). Neste quadro, o «bairro» pode ser visto como uma “instituição incrustada”, na medida em que tendo embora o mesmo nome, se modificou significativamente (Giddens, 200a) nos planos urbanístico, social, e cultural; é, por exemplo, consensual a

³³⁸ Nuno Miguel Augusto, “Habitação social – da inserção à ampliação da exclusão”, IV Congresso Português de Sociologia.

este propósito a visão dos autores consultados sobre o decréscimo das relações de vizinhança³³⁹, e, em ligação com este fenómeno, de uma maior valorização e utilização do espaço privado da habitação em detrimento do uso do espaço público³⁴⁰; não obstante, nos discurso dos actores, como vimos no caso de Telheiras, estas relações são valorizadas.

Mas... diz Castells (1984: 17) que “nenhum investigador pensa sobre a «realidade», mas sobre as análises e informações acerca da realidade”; não será também algo de semelhante o que acontece com os actores sociais? Não pensarão eles mais sobre a percepção que têm da realidade, do que sobre a realidade ela própria? Não serão as “representações simbólicas que circulam acerca do bairro” (Costa, A. F., 1999: 19), nos diferentes processos de comunicação que o atravessam, as que verdadeiramente o fundam como tal? Não será o «bairro», para lá do seu espaço físico, sobretudo um espaço social produzido pela comunicação que nele e sobre ele subjectivamente se produz? O entendimento tradicional de «bairro» não sobreviverá ainda porque define “uma espécie de verdade” (Giddens, Op. Cit.) legitimada pelos agentes? Não será a produção de «bairro», no complexo integrado das suas “configurações, papéis e usos”, para lá de “fruto de um sistema económico-político global”, algo que decorre de “um jogo complexo de dinâmicas movimentadas e induzidas” por actores locais diversificados (Guerra, I., 1999: ix)?

A investigação desenvolvida, e de que nesta dissertação se tem dado conta, leva-nos a responder afirmativamente a todas estas questões. A representação partilhada que um dado grupo social tem do lugar em que habita como «bairro», pressupõe uma conceptualização, uma invenção da identidade, a que não é alheia uma ilusão sentimental. Mas tudo isto produz sentido e configura uma visão do mundo que capacita para a acção; leva o grupo a procurar, agindo, que o «bairro» corresponda à imagem

³³⁹ Cuche, D. (Op. Cit.: 118) lembra que “Quase já não existem hoje comunidades operárias em sentido estrito, agrupadas num mesmo bairro, desenvolvendo uma sociabilidade intensa de vizinhança e reunindo toda a população a intervalos regulares em festas colectivas”. Também será assim em Lisboa, descontadas as Marchas e as festas dos Santos Populares.

³⁴⁰ Castells, M. (2005: 485), refere “um relatório elaborado pela Fundação Europeia para a Melhoria da Qualidade de Vida e Ambiente de Trabalho” que “ênfatiza duas características cruciais do novo estilo de vida: ‘centralização na casa’ e individualismo”.

mental idealizada, que ele seja «como deve ser» e, desta forma, a romper, ao menos em parte, com a «ilusão» a produzir efeitos sociais reais; o caso de Telheiras evidencia isto mesmo.

O bairro de “Telheiras”

No que refere ao caso de Telheiras, já o “Relatório NEUT 1989” fala do processo de “desagregação do bairro urbano enquanto realidade material e fundamento primário da identidade colectiva” e de “desenraizamento do bairro e no bairro”, como parecendo “adaptar-se particularmente ao perfil social da população residente em Telheiras”³⁴¹. Contudo, esta expectativa sociológica não se verificava, já que “a noção de bairro” sobrevivia, e sobrevive, “no campo das representações dos habitantes de Telheiras”; sobretudo, enquanto referente privilegiado de identidade e forma de assegurar e promover “o reconhecimento do seu estatuto social”. Isto mesmo era justificado com base em “condições objectivas e subjectivas que perpetuam a necessidade de existência de um espaço de referência social e individual”³⁴², dito de outra forma, de um lugar de pertença, de um referente identitário e, como tal, passível de ser reconhecido endogena e exogenamente, assim combatendo o anonimato.

Cruzando os discursos dos diferentes actores sociais – EPUL, ART, residentes, *media* – representa-se Telheiras como «bairro», no sentido a que aqui se vem chamando «tradicional», isto é, como uma pequena comunidade urbana, com ruas largas e espaços verdes, possuidora de uma memória histórica, marcada pela proximidade e pela homogeneidade, com “integração de diferentes classes sociais e económicas”; como um “local de encontro” possuidor de relações de vizinhança; com equipamentos públicos colectivos, comércio e serviços (a ponto de se poder viver no «bairro» sem sair dele), com um mercado³⁴³, com uma “Praça Central”. E mais...

³⁴¹ Conforme referido na página 74 desta dissertação.

³⁴² “Relatório NEUT, 1989”, p. 225.

³⁴³ Não um mercado no sentido tradicional do termo (portanto, uma «praça») mas um mercado da modernidade, uma grande superfície, o “Euromarché”, agora “Carrefour”, a que se juntou depois um outro, o “Feira Nova”.

Palavra densa de sentido, Telheiras é simbolicamente enunciada e entendida como «bairro» e o «bairro» como *aldeia na cidade*, mas não uma aldeia qualquer, antes a *aldeia dos doutores*, o *bairro da massa cinzenta*; afinal, o “bairro signo” de que fala o “Relatório NEUT, 1989”, em que a aprendizagem e o associativismo em novos moldes, marcado pela participação cívica, são factores distintivos³⁴⁴.

Telheiras, enquanto «bairro», nasceu como uma espécie de «condomínio fechado», inicialmente associada a um território físico preciso, o «Triângulo», inserido, na sua totalidade, na área administrativa da Freguesia do Lumiar. Contudo, os discursos acerca do «bairro» transcenderam a sua morfologia territorial e levaram-no a ultrapassar as fronteiras estabelecidas, expandindo-o identitariamente como um «território retórico», que se impôs até no plano político-administrativo, forçando o poder local a estender o «bairro» à Freguesia de Carnide. Apesar dos vários mapas que dele se podem produzir (Figuras 28, 29, 30, 31 e 32), os limites do «bairro de Telheiras» continuam por definir, e ele não pode ser cartografado em definitivo porque, feito um mapa, podem já ser outras as fronteiras...

A força simbólica da palavra «Telheiras» centra-se na sua capacidade de imposição. Constitui um princípio de classificação, de visão e divisão do mundo (Bourdieu, 1997: 9), um “artefacto social” (Op. Cit.: 32), fruto de um “capital de base cognitiva, que assenta no conhecimento e no reconhecimento” (Idem: 114), porque “Toda a palavra implica (...) um pedido de reconhecimento”, já que “nenhuma palavra é pertinente só por si”.³⁴⁵ Contudo, esse conhecimento só pode realizar-se no interior de uma comunidade interpretativa, enquanto verdade retórica, “resultado sempre provisório de uma negociação de sentido realizada num auditório relevante³⁴⁶” (Santos, 2000: 91). Porque, e sobretudo, “A comunicação sob a forma do discurso humano, a comunicação

³⁴⁴ “O aspecto simbólico é sempre o carácter distintivo ao qual se vincula uma regra de interpretação, uma maneira de ver ‘isto’ e não ‘aquilo’”, Ortigues, E. (1987). “Intepertação”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 11, *Oral/Escreito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 218-233.

³⁴⁵ Barthes, R., e Flahault, F. (1987). “Palavra”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 11, *Oral/Escreito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 118-136.

³⁴⁶ Valerá a pena ter presente a importância dos topoi para a retórica, que de resto BSS desenvolve. “Topoi” são, segundo a definição do próprio autor, lugares-comuns, pontos de vista amplamente aceites,

através de uma língua, ou seja através de símbolos sonoros socialmente estandarizados, pressupõe a vida em grupo como forma normal de viver” (Elias, N., 1994: 81-82).

O que é hoje um bairro?

Depois do que se afirmou nas páginas anteriores, a questão está, entende-se, respondida. Contudo, vale a pena acrescentar a ideia de que hoje, «bairro» é, então, um *media*³⁴⁷ em que circulam mensagens e pessoas, num processo sociocultural de construção de um imaginário colectivo, orientado para um futuro comum que reúna em si a possibilidade de concretização das aspirações e dos valores dos seres humanos que nele vivem. O «bairro», para ser bairro, deve ser o locus de uma realidade que possa ser partilhada, sob pena de não se realizar e soçobrar vítima do “excesso de individualização” que caracteriza os universos urbanos da modernidade (Augé, 1994).

Não colhe, para responder à questão, procurar encontrar uma qualquer forma perdida de organização local, ou buscar surpreender no presente uma instituição social do passado, tendo em vista a previsão de um futuro possível. O caminho não pode ser, igualmente, procurar na palavra «bairro», ferramenta eminentemente simbólica, uma correspondência sobreposta ao real, porque ela é, sobretudo, sentido e o sentido (social) é constantemente produzido e reproduzido, num processo em que intervem uma multiplicidade de agentes, simultaneamente falantes/emissores e ouvintes/receptores, numa teia complexa de trocas simbólicas.

A um tempo mito e significado, o conceito de «bairro» serve aos indivíduos sociais para pensarem o real e a sua integração nele, enquanto signo de pertença, elemento estruturante de identidades colectivas e singulares, de seres humanos com esperanças e

de conteúdo muito aberto, inacabado ou flexível, e facilmente adaptável a diferentes contextos de argumentação (93)

³⁴⁷ Costa, A. F., Brito, J. P., e Oliveira, J. M. P. (1989), “Au Portugal: Villages et agents médiateurs de communications”, in Bassan, M. e Moeckli, J.-M. (orgs), *Villages: quels espoirs*. Paris : Lang, sustentam esta aplicação menos comum do conceito de media num entendimento das “dimensions sociales complexes de la communication”.

Também Luhmann, N. (1982) fala de media num sentido particular, refrindo-se ao amor como meio de comunicação.

desesperanças, cidadãos que se constroem e são construído pela cidadania que os enforma, enquanto enforma a sua prática quotidiana, a sua relação com o mundo? É por isso que a questão da identidade assume tanta relevância social. Porque ela é central na nossa narrativa pessoal, na forma como nos vemos na relação, com os outros ou connosco próprios. O «bairro» é uma invenção retórica dos sujeitos que o representam e se representam na representação.

■ Como se produz um bairro ?

Como já acima se afirmou³⁴⁸, citando Cordeiro, na actualidade, não se edificam «bairros», mas «urbanizações»; já foi assim com Telheiras. Está a ser assim, também, neste momento, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, através da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa - EPUL³⁴⁹, com o “Vale de Santo António”, cujo plano de urbanização foi aprovado pela Câmara em 19.07.2006 e vai ser executado pela EPUL, que para isso apela ao concurso da iniciativa privada. Veja-se, só a título de exemplo...

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou (...) o Plano de Urbanização do Vale de Santo António (PUVSA), promovido pela EPUL sob responsabilidade de uma equipa liderada pelo arquitecto Manuel Fernandes de Sá.

A área total de intervenção da EPUL abrange 45 hectares, estimando-se a construção de cerca de 387 mil metros quadrados de habitação, comércio e serviços e de 108 mil metros quadrados de equipamentos. O investimento total previsto, público e privado, rondará os 600 milhões de euros.

O desenvolvimento urbanístico do Vale de Santo António será promovido sob a alçada da EPUL, mas pela sua dimensão e relevância estratégica para

³⁴⁸ Página 231 deste trabalho.

³⁴⁹ As duas instituições responsáveis pela urbanização de Telheiras, que depois se tornou o «bairro de Telheiras».

a cidade, entendeu a empresa lançar o desafio a outros promotores e construtores imobiliários que se queiram associar neste grande projecto da Lisboa do século XXI.

O Plano do Vale de Santo António prevê um parque urbano de sete hectares de áreas verdes de fruição; um parque multigeracional de dois hectares para actividades lúdicas e de lazer; a transformação da Avenida Mouzinho de Albuquerque numa Alameda; a construção – já em curso – da Biblioteca Central e Arquivo Municipal de Lisboa, equipamento (...) dotado de várias valências culturais e que se ligará a um centro cívico constituído por espaços comerciais onde se incluirão cinemas, health clubs e jogos; e ainda a construção de um complexo desportivo a projectar pelo arquitecto Souto Moura.

Situado entre as Avenidas Mouzinho de Albuquerque e General Roçadas, sobranceiro ao Tejo, dotado de bons acessos viários, o **Vale de Santo António** surge assim como um convite a **viver com o rio em Lisboa**.³⁵⁰

FIG. 33

Vale de Stº António

CONCURSO DE VENDA Nº. 138

Lote de Terreno para
Construção do Centro Cívico
do Vale de Santo António - Lisboa,
composto por:

- > Centro Comercial e de Lazer **32.000 m2**
- > Health Club **4.500 m2**
- > Hotel **12.350 m2**
- > Escritórios **15.000 m2**
- > Habitação **22.000 m2**

Num Total de 85.850 m2
(Áreas brutas de construção excluindo garagens e áreas técnicas)

EPUL | imohifen

CONTACTOS Loja de Vendas Parque das Nações
Alameda dos Oceanos, lote 4.32.01E (Vila Expo - Zona Norte)
tel. 21 895 30 70 | info@imohifen.pt | www.imohifen.pt

Legenda:
Urbanização do Vale de Stº António
-Anúncio publicado pela EPUL para venda do lote de terreno destinado à construção do Centro Cívico do Vale de Santo António-Lisboa.

Mas, uma vez construída, a urbanização pode ou não transformar-se num «bairro»; é, portanto, de admitir a hipótese de que, na actualidade, um qualquer conjunto urbanístico

³⁵⁰ Conforme informação publicada em http://www.epul.pt/?id_categoria=4&id_item=51 e em http://www.epul.pt/?id_categoria=8&id_item=134, e consultada em 22 de Setembro de 2007.

antes de ser um «bairro», terá sido anteriormente uma «urbanização». São duas palavras, dois signos, mas com simbolismos diferentes, que evocam imagens distintas e produzem vínculos sociais diversos – pode «viver-se» numa urbanização, mas «é-se» de um bairro; a dimensão simbólica da primeira agrega menos que a dimensão simbólica do segundo, porque esta produz uma identidade que pode ser estimada, individual e colectivamente. Contudo, nem todas as urbanizações realizam a passagem de «urbanização» a «bairro», o que recoloca a segunda das questões que orientaram a pesquisa, precisamente, «como se produz um bairro?»

Como diz Mela (1999: 144), os símbolos urbanos exprimem-se nas estruturas físicas, como nas “nas técnicas de marketing que os peritos de comunicação social empregam para «promover» um centro urbano”, mas exprimem-se também e, do ponto de vista que se tem procurado afirmar nesta dissertação, sobretudo, “nos modos de vida, cerimónias, rituais da vida urbana, ou ainda nas imagens e discursos” (Ibidem) que simultaneamente os produzem e reproduzem. Mesmo se pensado, planeado como tal, um «bairro», tal como muitas «urbanizações», é uma estrutura física, um aglomerado de edifícios, edificados numa dada parcela de território. Um «bairro», tal como uma urbanização, é objecto de discursos argumentativos, destinados a convencer, produzidos à sombra das técnicas do marketing, da publicidade e da comunicação institucional; um «bairro», à semelhança de uma qualquer urbanização, reúne um conjunto de pessoas, a que chamamos «vizinhos», mesmo que estejam ausentes as relações de vizinhança. Mas, um «bairro», como se tentou demonstrar no capítulo anterior, é mais do que uma estrutura física; é mais do que o resultado de uma estratégia comercial, pensada e formalizada em termos de comunicação; é mais do que o conjunto das pessoas que nele vivem e das suas relações, independentemente da sua intensidade, porque “As relações das pessoas entre si não são aditivas. A sociedade não é um amontoado de acções individuais comparável a um monte de areia”(Elias, N., Op. Cit.: 51) Como se produz, então, um bairro? É na resposta a esta questão que o caso do «bairro de Telheiras» dá um forte contributo.

O caso de “Telheiras”

A urbanização de Telheiras foi planeada para um território urbano, preciso. Tratava-se de um território não urbanizado; excepção feita à aldeia de uma rua só, com os seus «comércios» e a sua sociedade recreativa, o terreno era, na totalidade, ocupado por quintas, que albergavam em si mesmas pequenas indústrias, da cerâmica à restauração. A parcela de território destinada a Telheiras ficava «fora de portas», onde não havia ainda cidade. Mais, os planos urbanísticos então produzidos³⁵¹, permitiam, por um lado, “o fechamento do bairro em si próprio, dado o ‘corte’ que as três vias rápidas que o enquadravam estabeleciam com as zonas limítrofes”³⁵² e, por outro, o plano que veio a ser executado³⁵³, era orientado por “dois objectivos fundamentais: fomentar uma ‘vida colectiva intensa’ e realizar em Telheiras a miscegenização social”³⁵⁴, procurando assegurar a concretização deste segundo propósito através da coexistência da promoção habitacional pública e privada e da oferta de diferentes categorias habitacionais.

Contudo, o primeiro propósito constituía a mais forte preocupação dos autores do plano, que acreditavam ser a arquitectura capaz de incentivar a sociabilidade urbana, no caso, entre os futuros utentes de Telheiras. Com o Plano de Pormenor de Telheiras Sul queriam substantivar “uma proposta de espaço social bem definida, proporcionando uma vida colectiva intensa, provocando o interconhecimento e a convivialidade”³⁵⁵; para tanto planificaram uma urbanização em que “o favorecimento do ‘encontro’ e da comunicação toma a forma da rua, da praça, da galeria e dos percursos pedonais”³⁵⁶, percursos estes densos e rodeados de equipamentos colectivos acessíveis, desde as escolas aos estabelecimentos de comércio diversificado. A tudo isto, subjazia uma identidade arquitectónica forte, a que se juntava uma profusão de pequenos espaços verdes.

³⁵¹ Como já se referiu, o Plano OTAM, primeiro, e o Plano de Pormenor de Telheiras-Sul, assinado pelos arquitectos Vieira de Almeida e Augusto Pita.

³⁵² “Relatório NEUT, 1989, p.22.

³⁵³ o Plano assinado pelos arquitectos Vieira de Almeida e Augusto Pita, que veio a ser aprovado e aplicado, pelo menos em parte.

³⁵⁴ “Relatório NEUT, 1989, p.27.

³⁵⁵ Idem, p. 29.

³⁵⁶ Idem, p. 50.

A ideia de que a política de urbanização “é guiada não pelas necessidades de uma organização harmoniosa do espaço construído, mas pela procura do lucro”³⁵⁷ não encontrava corpo em Telheiras. Embora a EPUL tivesse feito algumas concessões, não cumprindo o plano em todas as suas componentes, o certo é que se manteve, em Telheiras Sul, nas suas grandes linhas, o respeito por um plano feito a pensar nas pessoas, com uma construção a preços baixos e que, por isso mesmo, apresentava problemas construtivos em alguns edifícios. Mas essa parcimónia com a qualidade dos materiais permitia vender Telheiras a preços baixos para a época, facto que, aliado à centralidade do «bairro» em relação ao centro da cidade, fez afluir uma população jovem, altamente qualificada em termos académicos, com profissões de estatuto elevado, mas ainda numa fase da vida socio-profissional em que as receitas eram limitadas. Por via disto mesmo, Telheiras povoava-se com uma população marcada por uma homogeneidade cultural e etária, embora heterógena quanto à sua origem geográfica e social, heterogeneidade esta fruto das migrações em direcção ao litoral e às grandes metrópoles de Lisboa e Porto, de que fala Barreto (OP. Cit.).

Essa homogeneidade, que contrariava o objectivo da EPUL “de realizar em Telheiras a miscegenização social”³⁵⁸ havia de ser um dos factores decisivos na transformação da urbanização de Telheiras em «bairro», na medida em que adicionava à identidade espacial e urbanística desenhada pelos arquitectos da EPUL, uma emergente identidade social e cultural³⁵⁹, que haveria de sair reforçada pelos problemas construtivos existentes em alguns dos edifícios erguidos pela EPUL. Com efeito, esses problemas levaram os moradores de Telheiras a agir civicamente na defesa dos seus interesses³⁶⁰ face à

³⁵⁷ Ascher, F. E Giard, J. (1976), *O Urbanismo e a Política*. Lisboa: Estampa, p. 248.

³⁵⁸ Contumélias, A. (2006) nota: “Não foi a heterogeneidade mas, sobretudo, a homogeneidade social que acabou por prevalecer no espaço de Telheiras, ao contrário do previsto”.

³⁵⁹ Existente embora, nos edifícios de promoção privada, uma população mais velha e com menos capital cultural e menor estatuto social, ela não era significativa percentualmente, e muito menos em termos do modo como usava e apropriava o território.

³⁶⁰ Hall, P. (1999), falando do universo britânico, mostra que a maior percentagem de aumento da actividade cívica aconteceu nos estratos mais ricos da sociedade. As pessoas mais pobres têm tendência para limitarem os contactos sociais à família mais chegada, por isso, a actividade cívica é menos viva em zonas de bairros que foram marginalizados devido às transformações económicas e sociais... Em Telheiras, o nível do perfil sócio-cultural da população propiciava igualmente essa intervenção cívica.

Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, primeiro individualmente e, posteriormente, a partir de 1988, através de uma associação de residentes, a ART. Esta Associação foi, num primeiro momento, aglutinando pessoas e edificando simbólica e politicamente o «bairro», como uma «comunidade» empenhada no enfrentamento dos problemas espaciais que se lhe colocavam: problemas habitacionais, insuficiência dos equipamentos, incumprimento do plano urbanístico, deterioração da qualidade de vida. Num segundo momento, a ART juntou à sua intervenção cívica a criação de modalidades sociais produtoras de sociabilidades, nos planos cultural, lúdico, performativo, desportivo.

Pereira, I. (2003) fala do "movimento associativo como forma de sociabilidade, particularmente emblemática da forma como as pessoas se relacionam em condições de modernidade e no seio das grandes cidades" e sublinha a sua importância "enquanto veículo de inculcação e/ou expressão de sentimentos identitários", para dizer que a "pertença à «associação» influencia os indivíduos, mas também ela "é resultado dos contributos dos indivíduos que a compõem, das referências que estes trazem consigo"³⁶¹. À ART foi possível juntar as pessoas em torno do que tinham em comum, porque, à partida, elas, na sua homogeneidade, já tinham muito em comum³⁶². Tanto que, ainda que se deva entender o papel dos directores da ART como *oradores*, agentes visíveis de uma argumentação que pretendia fundar Telheiras como «bairro», eles devem igualmente ser vistos como parte do auditório, da «comunidade interpretativa» que partilhava permissas descodificadoras da comunicação sobre o real. Se aceitarmos o argumento de Santos (2000: 99) poderemos ver aqui um exemplo de uma emergente "novíssima retórica", em que "a polaridade orador/auditório" tende a perder a rigidez "para se transformar numa sequência dinâmica de posições de orador e de posições de auditório intermutáveis e recíprocas".

³⁶¹ Pereira, I. (2003), "Construção Identitária em Rede", pp. 157-166, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. E Costa, A. F. (2003). Etnografias Urbanas. Oeiras: Celta.

³⁶² Diz Mela A. (1999: 215) que "os indivíduos – para agirem com eficácia numa situação configurada no espaço e no tempo – devem operar continuamente uma interpretação da mesma, procurando, ao mesmo tempo, colocar essas interpretações em sintonia com as que se supõe que os outros enfrentam, a partir dos indivíduos efectivamente presentes". A homogeneidade dos residentes, facilitava a interpretação na medida em que esta era, pelo menos em boa parte, partilhada.

Neste contexto, a imagem de Telheiras surgia “como uma identidade arquitectónica que combate o anonimato, no sentido individual e social³⁶³”, e que “assegura e promove aos seus residentes o reconhecimento do seu estatuto social constituindo a marca decisiva a partir da qual se constrói a noção de bairro³⁶⁴”. Essa identidade arquitectónica dispunha ainda de um “centro histórico” – uma aldeia com um convento e uma igreja, votada a uma particular invocação da Virgem, a Senhora da Porta do Céu – que a EPUL procurava aproveitar urbanisticamente e manipular simbolicamente, com vista a disso retirar proveitos materiais, consolidando e enriquecendo a *marca*. De resto, desde o Plano OTAM que este espaço histórico era valorizado como centro do «bairro», a partir do qual todo o complexo urbanístico devia ser pensado e erguido. Essa representação de Telheiras como “uma aldeia na cidade” convenceu o auditório local e foi apropriada como símbolo do «bairro»³⁶⁵, quer pela ART, quer pelos residentes, sobretudo a partir do artigo publicado no jornal *Expresso* em 1993, que classificava Telheiras como *a aldeia dos doutores*, definida como *a maior concentração de massa cinzenta do país*. O «bairro» consolidava-se no “quadro de uma identidade e de um reconhecimento sociais”, pela “afirmação/reconhecimento do estatuto social”³⁶⁶ dos seus residentes, que encontrava eco na generalidade dos *media*, também eles produtores da identidade de Telheiras, mas num processo de produção de sentido em que replicavam e reenviavam ao «bairro» as mensagens que dele recebiam, assim reforçando a unidade do grupo. Sustenta Bourdieu (1997: pp. 32-33), que “o trabalho simbólico de constituição ou de consagração que é necessário para criar um grupo unido (...) terá maiores probabilidades de ter êxito se os agentes sociais sobre os quais se exerce tenderem, dada a sua proximidade no espaço das posições sociais e também das disposições e dos interesses associados a essas posições, a reconhecer-se mutuamente e a reconhecer-se num mesmo projecto (político ou outro)”; era o caso dos *doutores* de Telheiras, prontos a reconhecerem-se no «bairro» porque o «bairro» os fazia ser reconhecidos. *A imagem de*

³⁶³ “Relatório NEUT, 1989, p.226.

³⁶⁴ *Idem*, p. 227.

³⁶⁵ Tem razão Connerton P. (Op. Cit.) quando afirma que as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente.

³⁶⁶ “Relatório NEUT, 1989”, p. 226.

marca de Telheiras, antes fundada nas características arquitectónicas e na homogeneidade social dos residentes, acrescentava a essa homogeneidade o atributo de elevado capital cultural e, com o tempo, de elevada capacidade de acesso ao consumo dos residentes do «bairro».

Entretanto, Telheiras crescera. Já sem o cuidado posto na urbanização de Telheiras-Sul, a EPUL avançava para Telheiras-Norte sem plano de pormenor e, desta vez, dando razão a Asher e Giard (Op. Cit.), sem cuidar da harmonia do espaço mas balizada pela procura do lucro; a isso convidava a situação da Empresa Pública, atravessada por forte crise. Esse crescimento avançava também noutras direcções, impondo uma revisão administrativa do território – Telheiras, que antes era um «bairro» da Freguesia do Lumiar, é agora um «bairro» também da Freguesia de Carnide. “O prestígio associado à residência em certos locais ou, de um modo geral, a conexão que vulgarmente se faz entre o bairro e o nível dos moradores, pesam muito fortemente nas opções locativas dos grupos de maiores rendimentos, grupos que periodicamente definem novas «áreas finas» de residência” (Salgueiro, 2001: 184). Telheiras era uma área de residência que conferia estatuto, uma *marca* com valor de mercado e a menor valia urbanística das novas urbanizações, a sua ausência de valor simbólico e de identidade, cruzada com o valor comercial da *marca* «Telheiras», convidava as empresas construtoras e de serviços a reclamarem a sua pertença ao «bairro», mesmo se ficando fora da primeira representação cartográfica dele, precisamente o «Triângulo»³⁶⁷.

Enquanto centro, o “bairro” de Telheiras, ao invés de produzir periferias³⁶⁸, é simbolicamente absorvido por elas e assim se produz mais e maior centralidade;

³⁶⁷ Maria Eugénia Galvão e Nuno Ventura Bento, actualmente arquitectos da EPUL, explicam deste modo essa expansão de Telheiras, para lá das fronteiras iniciais: “Em anos recentes os padrões de vida foram subindo, levando a que alguns habitantes fossem para áreas em volta, entretanto desenvolvidas. Estas áreas, através de um processo de mimetismo, também adoptaram a designação de Telheiras, reflectindo o impacto da EPUL na promoção desta área urbana”. E Nuno Bento reconhece mesmo que “Hoje será difícil (do ponto de vista da identidade cívica, mas não da imagem urbana) definir os limites de Telheiras” – Ana Contumélias, “Telheiras quer ser o melhor bairro da Europa”, reportagem publicada in notícias magazine, N. 804, 21. Out.2007.

³⁶⁸ Embora se reconheça que, como sustenta Cabral, P. (2000) é, em princípio, mais correcto dizer “que a hegemonia produz marginalidade do que dizer que ela gera centralidade”, no caso de Telheiras, sustenta-se, não é assim.

apropriam-se assim “as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima” (Bourdieu, 1989: 125) ser de Telheiras. O que se impõe é “a importância da valorização simbólica do território nos processos de identificação pessoal e mesmo também das empresas” (Salgueiro, T. B., Op. Cit.: 218). Por isso, ainda que seja verdade que “Bolsas de alojamento topo de gama e bolsas de miséria” se colocam “sobre tecidos com os quais poucas ou nenhuma relações estabelecem”, e que “os residentes nos enclaves de luxo nada trocam com os vizinhos que os cercam” (Salgueiro, Op. Cit.: 185), o certo é que mesmo os residentes em urbanizações construídas ao abrigo de Programas Especiais de Realojamento, erguidas na Telheiras retórica mas fora do «Triângulo» original, se reclamam como parte de Telheiras, mesmo que estejam excluídos das sociabilidades dos *doutores*. E é assim também porque, para alguns, viver em Telheiras constitui um discurso de valorização individual, que integra a narrativa pessoal.

Em todo este processo de construção simbólica de Telheiras como «bairro», do «bairro» como «aldeia» e desta como «comunidade», a palavra escrita foi uma ferramenta fundamental, objectivada na comunicação institucional da EPUL mas, e sobretudo, no boletim da ART, o *ART Informação* e no *Jornal de Telheiras*. Foram os dois últimos que propiciaram, em grande parte, o compartilhamento e a aceitação dos valores fundamentais para assegurar a representação de Telheiras como um «bairro», uma *congregação* de vizinhos. E essa, a vizinhança, é um valor crucial, num tempo em que os vizinhos podem morar no mesmo prédio e permanecer estranhos, uma vez que não realizam trocas nem partilham experiências, apesar de tudo fazerem para aparentar cordialidade, quando se encontram brevemente nos espaços comuns; num tempo em que as relações descontextualizadas assumem o lugar das relações olhos nos olhos; num tempo em que cresce a tendência para o enclausuramento da maioria das pessoas, na esfera do privado.

Todo o trabalho simbólico produzido pelos diferentes actores, implicados na construção do «bairro», desemboca numa palavra-símbolo – “Telheiras”, “ao redor da qual emergem espontaneamente associadas todas aquelas ideias que esta palavra núcleo suscita” (Costa, J., 1992b: 44), todos os valores que encerra “modelando os

comportamentos individuais e colectivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos” (Baczko, B., 1985), afinal, num constante produzir e reproduzir do «bairro» como um local onde os seres humanos possam viver harmoniosamente, porque uma palavra, tal como a linguagem de que faz parte, “é um canal da actividade social prática diária.” (Giddens, 1996: 34). E, parafraseando Elias, (Op. Cit.: 12) “Não é provável que eles” (os moradores de Telheiras) “venham a descobrir, nos poucos (...) anos de vida que lhes restam, um objectivo melhor do que a produção de melhores condições de vida (...) para si próprios e para aqueles que escolheram como os seus companheiros”.

Uma Aldeia na Cidade...

CONCLUSÃO

■ O que é e como se produz um «bairro» ?

Tentou-se, na terceira parte deste trabalho, responder a esta questão dupla, porque encerra em si duas perguntas: o que é um «bairro»? , Como se produz um «bairro». Quer-se agora apenas sublinhar que, aceitando embora a ideia de que um «bairro» é um conceito caracterizado por uma grande plasticidade, raramente correspondendo a um território que possa ser cartografado em absoluto, delimitando fronteiras precisas, comunga-se da opinião de Mela, A. (Op. Cit., p: 207) de que “definir relações entre fenómenos sociais que prescindem do espaço e do tempo não constitui um esforço de abstracção, mas antes um empobrecimento da interpretação”, já que as variáveis espacio-temporais são contextuais, “intervêm forçosamente para definir a acção e determinar o sentido”.

O «bairro» pode ser, hoje, um território abstracto, retórico, propriamente simbólico, onde se desenvolvem relações de pequena escala; onde não há comunidade, mas comunidades que o alimentam e produzem a sua identidade, em concurso com outros agentes exógenos, em concreto os diferentes poderes políticos, o mercado, os *media*. Mas será igualmente menos um local que se possa identificar com rigor, e mais uma referência simbólica. Contudo, isso não significa que o «bairro» possa existir sem uma referência física, uma espacialidade, um centro, que inequivocamente se possa identificar como sendo o que é; em Telheiras, é esse o papel desempenhado pelo «Triângulo».

Talvez não se possa dizer como se produz hoje um «bairro». A produção de um «bairro» é um processo em permanente construção nos planos político-administrativo, urbanístico, social, cultural. Contudo, pode afirmar-se que será difícil a uma qualquer urbanização constituir-se como «bairro» sem possuir um conjunto de equipamentos básicos, desde as escolas, ao centro cívico, do comércio de proximidade ao jardim, da possibilidade de andar a pé, até à presença de locais onde se facilitem as sociabilidades e a prática da vizinhança, por muito ténue que ela seja na actualidade. O que equivale a dizer que um «bairro» dificilmente nascerá por acaso, precisa de ser planeado, foi também esse o caso em Telheiras.

A este propósito, pode dizer-se que a EPUL aprendeu com a experiência de Telheiras. A construção do Vale de Santo António, que se refere nas páginas 241 e 242 deste trabalho parece ser disso um indicador: O Plano do Vale de Santo António prevê, para além da construção de habitação, e de habitação específica para jovens, a cargo da EPUL, da iniciativa privada e de cooperativas, um parque *de áreas verdes de fruição*; um parque para *actividades lúdicas e de lazer*; *a construção de uma Biblioteca*, *a construção de um centro cívico*, *a existência de espaços comerciais, de cinemas, health clubs*; *a construção de um complexo desportivo*. À partida, nada de muito diferente do que foi projectado para Telheiras, nos idos da década de 70, do século passado. Mas será isto suficiente, para que ali venha a nascer um novo bairro?

No caso de Telheiras, o contexto histórico-temporal fez afluir à urbanização nascente uma população homogénea, condição que, aqui se tem sustentado, foi crucial na produção simbólica da identidade do «bairro», como o foi a associação de residentes por eles criada e a relação conflitual que essa associação tem mantido com a EPUL. Baczko, B. (1985), sustenta que “Quando uma colectividade se sente agredida pelo exterior (...) põe em marcha, como meio de autodefesa, todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando as suas acções”. Os residentes de Telheiras não terão sido propriamente agredidos pela EPUL, mas encontraram nela o «outro», detentor do poder, contra quem era preciso lutar e isso implicava conceberem-se como «um», e foi assim, também, que se entenderam como «comunidade» e construíram simbolicamente o «bairro».

Quererá isto dizer que não há, hoje, forma de produzir um «bairro» sem cidadania, sem conflito com o poder? É uma pergunta que fica sem resposta. Tudo o que sentimos poder afirmar é que, em Telheiras, o conflito foi determinante, como o foi a associação, como o foram os *media* locais, agentes mediáticos formais, num *bairro media*, ele próprio. Sem eles, talvez Telheiras não fosse um «bairro», não seria, pelo menos, um «bairro» com as características e a personalidade social que aqui se procurou descrever e analisar. Diz Elias (Op. Cit.: 77) que “O exame dos dados disponíveis sugere a existência, nos símbolos, de muitas combinações e de graus diferentes de racionalidade e

irracionalidade e de congruência com a realidade e conteúdo da fantasia”. O caso de Telheiras é apenas uma dessas combinações possíveis; outras haverá que vale a pena descobrir.

■ Recolocando a questão

Sustenta Giddens que o futuro deve ser visto como essencialmente aberto e que, por ser assim, tem cabimento o exercício sociológico da “futuresologia”, enquanto “registro de futuros possíveis/prováveis/disponíveis” (1992: 39), num quadro em que a vida social será entendida como uma realização activa dos sujeitos (Giddens, 1996). Pensando Telheiras nessa perspectiva, é talvez possível reformular a pergunta que orientou esta investigação, fazendo-a nos seguintes novos moldes: «O que é hoje? E como se produz uma Freguesia?». Responder a esta dupla questão já não é objectivo deste investigador, mas deixam-se pistas para quem possa pretender avançar por este caminho.

Em Fevereiro de 2000, na edição N.3 do *Jornal de Telheiras*, Carlos Leça da Veiga, na secção “Correio electrónico” do Jornal, avançava, “Sem mais delongas, inclusive sem quaisquer fundamentações justificativas”, com a ideia de que “Telheiras – o lugar de Telheiras – deverá autonomizar-se e ganhar o estatuto de Freguesia”.

Morador no «Triângulo», no Núcleo Antigo de Telheiras, entre as traseiras do convento e a aldeia, Leça da Veiga lembrava que Telheiras era, “em toda a sua extensão, (...) inteiramente nova – recentíssima” e disposta “ao redor dum pequeno núcleo histórico muito antigo e, desde sempre isolado”, para sustentar que promover o lugar a Freguesia seria uma...

(...) experiência sócio-cultural muitíssimo interessante que o próprio Município lisboeta deveria apoiar, para não dizer incentivar. Dar a Telheiras o estatuto de Freguesia seria, pelo certo, sinónimo de prespectivar um desenvolvimento urbano francamente acertado (...) e oferecer à Democracia a tão desejada – pelo menos tão anunciada – aproximação entre os cidadãos – homens e mulheres – e as instituições (...) tendo em

conta o potencial sócio-cultural deste agregado populacional que vive e trabalha em Telheiras.

A ideia não era nova mas, sobretudo, não morreu. Telheiras cresceu efectivamente muito, impondo a sua presença num território essencialmente comunicativo, a que ao longo desta dissertação chamámos «retórico», produzido através da linguagem, oral e/ou escrita, constituindo um fenómeno cujo significado “não pode ser compreendido em termos de léxico”, na medida em que essa linguagem é “um canal da actividade social prática diária”, cuja utilização deve ter em vista os contextos, já que “devemos conceber a linguagem como um conjunto de práticas diversas e fragmentadas, contextos e modos de organização colectiva” (Giddens, 1996: 16 e 34).

Como exemplo empírico desse desejo de transmutar a «Telheiras, bairro» em «Telheiras, Freguesia», cite-se o blogue, *freguesiadooriente*³⁶⁹ que, em 2 de Janeiro de 2006, faz uma transcrição do blogue *CidadaniaLX*, sob o título “Lisboa já tem demasiadas freguesias”, *como segue*:

Sem dúvida. Tem freguesias a mais nalguns locais (a Baixa, por exemplo) e a menos noutros (os Olivais são uma das maiores freguesias do país). No cômputo final, as 53 freguesias actuais poderiam ficar-se por umas 30 (fundindo várias freguesias e criando a Freguesia de Telheiras e a Freguesia do Oriente).

Defendemos uma reformulação da divisão da cidade de Lisboa de forma a adequar as autarquias à realidade.

No que diz respeito ao entendimento de Telheiras como Freguesia, há, inclusivamente, equívocos informativos, como mostra o jornal *O Jogo*³⁷⁰, falando da opção residencial do médio do Sport Lisboa e Benfica, Katsouranis...

³⁶⁹ http://freguesiadooriente.blogspot.com/2006_01_01_archive.html, consultado em 3 de Novembro de 2007.

³⁷⁰ “Quem e como é Katsouranis”, in <http://www.ojogo.pt/23-243/artigo666225.asp>, de 22 de Outubro de 2007, consultado em 3 de Novembro de 2007.

O médio escolheu a freguesia de Telheiras, em Lisboa, para viver, porque esta lhe faz lembrar Melisia, bairro na Grécia onde o jogador tem a sua residência fixa. Ao volante de um Alfa Romeo e sempre em velocidade moderada, vai conhecendo os principais cantos da capital portuguesa, com paragem obrigatória em alguns restaurantes gregos.

Mas, mais significativo do que aquilo que se escreve nos blogues, ou os erros dos jornalistas, desportivos ou outros, é o que se passa em Telheiras, onde a ideia da passagem do «bairro» a Freguesia, continua viva, e sujeita à acção organizada de residentes, mesmo se alguns deles estão enquadrados por partidos políticos.

Numa conversa informal com Sebastião Lima Rego³⁷¹, socialista, residente em Telheiras, ficámos a saber que, “por altura das últimas eleições autárquicas, numa reunião com gente da ART, pessoas de Telheiras especialistas em território, geógrafos, por exemplo”, se voltou a falar do assunto. Lima Rego, membro do clube de reflexão e debate “Margem Esquerda”, constituído por cerca de cem militantes socialistas³⁷², lembra que, então, no seio desse grupo, se discuta a cidade. Dizia-se:

A cidade está parada. É preciso fazer alguma coisa, avançar com iniciativas. Falou-se das sondagens...era uma coisa que agitava, independentemente dos resultados institucionais. E perguntou-se: haveria possibilidade de Telheiras passar a Freguesia? Bom, a tendência conhecida, de que o grupo tinha consciência, é para concentrar concelhos e freguesias. Mas há freguesias com 500 eleitores! E se se perguntasse a Telheiras? E se as respostas fossem de 80 ou mesmo 95 por cento a dizerem sim? Não haveria que tirar ilações políticas?

Na dúvida, o tema não foi abandonado. Em fins de Outubro de 2007, estava marcada uma reunião em Telheiras, para a noite de 2 de Novembro de 2007, na sede da ART, para saber do interesse em avançar com um inquérito à população do «bairro». A

³⁷¹ Ocorrida na Terça-feira, 30 de Outubro 2007.

³⁷² Entre os quais se conta Fonseca Ferreira, residente em Telheiras e coordenador do “Relatório NEUT, 1989”.

Markteste, gerida por Luís Queiroz, também residente em Telheiras, perfilava-se para o realizar.

O autor desta dissertação não avançou mais na pesquisa desta ideia de propor Telheiras para Freguesia de Lisboa. Mas ela é uma possibilidade no horizonte, uma consequência «natural» do crescimento de Telheiras muito para lá do «Triângulo», mesmo sabendo-se, sobretudo sabendo-se, que “as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima” (Boudieu, 1989: 115). E mais, sendo claro que “O que está em jogo é o poder de se apropriar, se não de todas as vantagens simbólicas associadas à posse de uma identidade legítima, quer dizer, susceptível de ser publicamente e oficialmente afirmada e reconhecida”...

Telheiras já é «bairro», mas o «bairro» não confere, em si mesmo, um reconhecimento formal nos planos administrativo e político. É, podemos dizê-lo, uma identidade fraca, não exactamente estrutural, e, como tal, mais vulnerável á mudança. Uma Freguesia é outra coisa – afirma a identidade no plano da organização política do Estado, consolida-a, dá-lhe maior poder simbólico e produz empregos e lugares de estatuto... Uma problemática interessante mas que requer outra investigação.

■ Considerações finais

Esta investigação não esgotou, face às possibilidades oferecidas pelo terreno, as vias investigativas percebidas, devido aos constrangimentos inerentes às condições de trabalho do investigador (aqui não apenas o principal mas praticamente o único instrumento de pesquisa) mas, sobretudo, por virtude dos objectivos principais que a nortearam.

Por exemplo, gostar-se-ia de ver feito um levantamento exaustivo da população do NAT, recorrendo a histórias de vida e, até, a histórias de família, para perceber como era a

interacção social, o quotidiano dos seres humanos que viviam e morriam, riam e choravam, numa das últimas aldeias de Lisboa, ainda há três ou quatro décadas atrás.

E teria sido – será ainda – pertinente, numa perspectiva científico-social, analisar em detalhe o processo de gentrificação, claramente ocorrido com o espaço da antiga aldeia de Telheiras, e a sua relação com estratégias políticas, determinadas pelo entendimento do que é, tem sido, produzir cidade, em Lisboa, nos últimos 30/35 anos. Ou, ainda, aprofundar diferentes formas de fazer realojamento na capital do país, concretamente analisando os três “bairros sociais” existentes dentro do universo de Telheiras, procurando compreender a eficácia social dos Programas Especiais de Realojamento, e as interacções, conflitos e sociabilidades que geram, ou não, entre populações vizinhas por decreto, com posições desiguais no espaço social, como o entende Bourdieu³⁷³.

Igualmente, revelar-se-ia de interesse científico-social, a diferentes níveis, fazer a história da Associação de Residentes de Telheiras, perceber a forma como tem mantido um papel activo e interveniente nas decisões políticas que dizem respeito ao “bairro”, sabendo ouvir e ser ouvida pelo auditório local.

Ou, analisando o presente, fazer futurologia quanto aos cenários possíveis da ART, agora com corpos gerentes em que já não constam os nomes dos fundadores, mas o de novos actores que se interrogam sobre o caminho a seguir. Num tempo em que as Ciências Sociais parecem ter estabelecido um consenso sobre a importância decisiva da cidadania nas sociedades actuais, a ART é seguramente um caso merecedor de um estudo específico e mais aprofundado do que aquele que aqui foi feito, tendo presente que a associação configura uma dimensão relacional, de interesses locais, residenciais, que ligam as relações sociais...

E até no plano de um «saber local urbano», na Lisboa do século XXI, dimensão do real que neste trabalho se manteve presente, mesmo que não formulado enquanto tal. Teria sido, de facto, de enorme interesse para o autor, aprofundar mais o caso de Telheiras e a multiplicidade de vias de pesquisa a descoberto.

³⁷³ Tendo em conta que “O espaço social está construído de tal maneira que os agentes ou os grupos se distribuem nele em função da sua posição nas distribuições estáticas segundo os dois princípios de diferenciação que (...) são, sem qualquer dúvida, os mais eficientes, o capital económico e o capital cultural”. (Bourdieu, 1997: 7)

Diz Touraine, A. (1994: 357) que “A definição da modernidade como triunfo do universal sobre o particular deveria pertencer ao passado”; Telheiras revela, crê-se, uma afirmação do particular, nos planos dos saberes e da acção, que dá razão a Touraine.

Daí que, as linhas de investigação referidas nos parágrafos anteriores não constituam apenas um enunciar de caminhos não percorridos, mas a convicção de que outros objectivos científicos podem ainda ser alcançados, aumentando o conhecimento desse particular- Telheiras, investigando noutras direcções, sem esquecer que a cidade é “Como um coração que tem que pulsar através da vigília e do sono” (Campos, A., 1980: 99).

| **Bibliografia**

- Almeida, M. V. (1995), *Senhores de Si, uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Ascher, F. E Giard, J. (1976), *O Urbanismo e a Política*. Lisboa: Estampa.
- Augé, M. (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: Bertrand.
- Augé, M. (1998), *A Guerra dos Sonhos – Exercícios de Etnoficção*. Oeiras: Celta.
- Augé, M. (1999), *O Sentido dos Outros*. Pétropolis: Vozes.
- Augé, Marc, (2001), *As Formas do Esquecimento*, Almada, Ed. Íman
- Augusto, N. M. (2002), “Habitação social – da inserção à ampliação da exclusão”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora (CD-ROM).
- Antunes, M. (2003), “O Grupo é a Minha Alma: Amizade e Pertença Entre Jovens”, pp. 103-155, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. E Costa, A. F. (2003). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.
- Bacelar, J., em “Notas Sobre a Mais Velha Arte do Mundo”– <http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/01/bacelar-jorge-notas-mais-velha-arte-mundo.pdf>, consultado em 17 de Setembro de 2007.
- Baczko, B. (1985), “Imaginação Social”, in *Anthropos-Homem*, Enciclopédia Einaudi, vol. 5. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp.296-332.
- Balandier, G. (1999), *O Poder em Cena*. Coimbra: Minerva.
- Baptista, L. (1993), “A Questão Ambiental: Novos Valores, Novas Identidades Na Mudança Social Global”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, ppp 242-246. Lisboa: Fragmentos.
- Barreto, A. (1996) *Tempo de Mudança*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Barthes, R., e Flahault, F. (1987), “Palavra”, in Enciclopédia Einaudi, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 118-136.
- Barthes, R., e Marty, E. (1987), “Oral/Escrito”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 32-57.
- Barthes, R., e Mauriès, P. (1987), “Escrita”, in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 146-172.
- Benavente, A. e Leão, C., (1993), “Inovadores e Pioneiros: Viver em Projectos”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, pp 197-209. Lisboa: Fragmentos.
- Bierhoff, J., Dusseldorp, M. e Scullion, R., (1999), *The future of the printed press – challenges in a digital world*. Maastricht: European Journalism Centre.
- Bird, E. S., e Dardenne, R. W., (1988), “Myth , Chronicle, and Story - Exploring the Narrative Qualities of News”, in Carey, James W., (editor), *Media, Myths, and Narratives*. California: Sage.
- Bourdieu, P. (1989), *O Poder Simbólico*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1997), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta.

- Bourdieu, P. (1997b), *Sur la télévision*. Paris: Liber éditions.
- Bourdieu, P. (1998a), *Meditações Pascalianas*. Oeiras: Celta.
- Bourdieu, P. (1998b), *O Que Falar Quer Dizer*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre, (1998), *Contrafogos*, Oeiras, Celta Editora
- Bourdieu, P. (2001), *Contrafogos 2*. Oeiras: Celta.
- Breton, P. (1994), *A Utopia da Comunicação*. Lisboa: Piaget.
- Breton, P. (2001), *A Palavra Manipulada*. Lisboa: Caminho.
- Breton, P., e Proulx, S. (1997), *A Explosão da Comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Briz, C. B. e S., (2005). *Participação Pública no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável: O Ponto de Vista dos Cidadãos. Dois Estudos de Caso, em contexto local, sobre a Associação de Residentes de Telheiras (ART)*. Lisboa: http://artelheiras.pt/pages/index1.php?page=dossier_1), consultado em 11 de Julho de 2007.
- Buckingham, D. (2000), *The Making of Citizen. Young People, News and Politics*. Londres: Routledge.
- Cabral, J. P., (2000), “A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições”, volume temático *Lisboa Cidade de Margens*, Análise Social. Lisboa: ICS.
- Caillé, A. (2002), *Antropologia do Dom*. Pretrópolis: Vozes
- Castells M. (1984), *Problemas de Investigação em Sociologia Urbana*. Lisboa: Presença.
- Castells M. (2000), “Urban Sustainability in the information age”, in *City, e-journal*, vol. 4, Number 1 / April 1, 2000.
- Castells, M. (2005). *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Gulbenkian
- Chalas, Yves (2006) “O Urbanismo como Pensamento Prático”, <http://www.cce.ufsc.br/~elson/PensamentoFracor.pdf>, consultado em 26/07/07.
- Coelho, B. e Filipe, F. (coord.), (s/d). *2º Congresso dos Jornalistas Portugueses. Conclusões. Teses. Documentos. Deontologia*. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do 2º Congresso dos Jornalistas Portugueses.
- Connerton, P. (1993), *Como as Sociedades Recordam*. Celta: Oeiras.
- Contumélias, A. (1996), “Construção Socio-ecológica de um local virtual – Telheiras, a qualificação de um meio inovador urbano”, in *Práticas e Processos da Mudança Social*. APS/Celta, CD.
- Contumélias, A. (2006), *Um quadradinho de Verde na Aldeia de Telheiras. Caso e Metáfora*. Lisboa: Plátano.
- Corcuff, Philippe, (1997), *As Novas Sociologias*. Sintra: Vral.
- Cordeiro, G. I. (1997), *Um Lugar na Cidade. Quotidiano, Memória e Representação no Bairro da Bica*. Lisboa: D. Quixote.
- Cordeiro, G. I. (2001), “Territórios e identidades sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa”, in *Estudos Históricos*, N. 28, Rio de Janeiro.
- Costa, A. F. (1999), *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta.
- Costa, A. F. (2003), “Estilos de Sociabilidade”, pp. 121-129, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. e Costa, A. F., *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.

- Costa, A. F., Brito, J. P., e Oliveira, J. M. P. (1989), “Au Portugal: Villages et agents médiateurs de communications”, in Bassan, M. e Moeckli, J.-M. (orgs), *Villages: quels espoirs*. Paris : Lang.
- Costa, A.F., (1986), «A Pesquisa de Terreno em Sociologia», in Silva, A. S., e Pinto, J. M. (Orgs.) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Costa, J., (1992), *Imagen Pública, una ingeniería social*. Madrid: Fundesco.
- Costa, J.,(1992b), *Reinventar la publicidad*. Madrid: Fundesco.
- Cuche, D. (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.
- Diciopédia* (2006) Porto Editora Multimédia, edição em pacote de cinco cd-roms.
- Durkheim, E. (1980). *As Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Presença.
- Elias, N. (1994), *Teoria Simbólica*. Oeiras: Celta.
- Ferreira, A. F. (1987), *Por uma Nova Política de Habitação*. Lisboa: Afrontamento
- Ferreira, V. M. (2004), *Fascínio da Cidade Memória e Projecto da Urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.
- Ferreira, V. M., e Guerra, I. (1994), “Identidades Sociais e Estratégias Locais”, (pp. 299-319), in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento local*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Ferro, L., “Go with the flow: Estruturas, espaços e contextos do parkour na cidade de Lisboa”, consultado em <https://conferencias.iscte.pt/viewpaper.php?id=191&print=1&cf=3>
- Fiske, J. (1998). *Introdução ao Estudo da Comunicação*. Porto: Asa
- Fontcuberta, Mar, (1999), *A Notícia*. Lisboa, Editorial Notícias
- Galvão, J. B. (1979). *Subconsciência e Afectividade na Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A – Indústria e Comércio.
- Gaspar, M., e Gaspar, V., (2003), “A Quinta de S. Vicente em Telheiras”, comunicação apresentada nas “VII Jornadas Históricas de Telheiras”, realizadas no dia 22 de Novembro de 2003, na sede da “Eurovigia”, em Telheiras.
- Geertz, C. (1997), *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes.
- Gellner, E., (1993), *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, Anthony, (1984), “Sociologia, Questões e Problemas”, in *Sociologia: Uma Breve, Porém Crítica Introdução*, Rio de Janeiro, Ed. Zahar
- Giddens, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.
- Giddens, A. (1996), *Novas Regras do Método Sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- Giddens, A. (2000a), *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Presença.
- Giddens, A. (2000b), *Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta.
- Goffman, E. (1986). *Estigma - La Identidad deteriorada*. Buenos Aires: Amarrortu Editores.
- Goitia, F. C. (1982) *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Presença.
- Silva, J. C. G., (1994). *A Identidade Roubada, Ensaios de Antropologia Social*. Lisboa: Gradiva
- Goody, J. (1987), *A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade*. Lisboa: Edições 70.
- Grafmeyer, Y. (2002), *Sociologia Urbana*. Lisboa: Europa-América.

- Guerra, I. (Coord.) (1999). *A Baixa Pombalina*. Oeiras: Celta
- Habermas, J. (1975), *L'Éspace Public*. Paris: Payot.
- Habermas, J., (1987), *Théorie de L'Agir Communicationnel*. Paris : Fayard
- Hackett, R. A., (1993), “Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objectividade nos estudos dos media noticiosos”, in volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*, Revista *Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Vega.
- Haguette, T.M.F. (1987) *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Vozes
- Hall, P. (1999), “Social Capital in Britain”, in *British Journal of Political Science*, Vol. 29, No. 3, pp. 417-461. London: Cambridge University Press.
- J.M. Cordeiro de Sousa, J. M. C. (1991), “O Oratório de Telheiras (Breves notas para a sua história)”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.
- Jacques Lesourne, prefácio a Agnès, Y. e Durier, M. (1992), *L'Entreprise sous presse*. Duno: Paris.
- Jakobson, R. (1977), *Seis Lições Sobre o Som e o Sentido*. Lisboa: Moraes.
- Kaufmann, J-C. (1992), *La trame conjugale – Analyse du couple par son linge*. Paris : Nathan.
- Leach, E. (1985), “Cultura/culturas”, in *Anthropos-Homem, Enciclopédia Einaudi*, Nº 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Leandra Baptista, (1993), “A Questão Ambiental: Novos Valores, Novas Identidades Na Mudança Social Global”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, ppp 242-246. Lisboa: Fragmentos.
- Lemos, A. (1991), “Abertura”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.
- Lévi-Strauss, C. (1986), *O Olhar Distanciado*. Lisboa. Edições 70.
- Lévi-Strauss, Claude, (1979), *Mito e Significado*. Lisboa: Edições 70.
- Lexicoteca, Moderno Dicionário de Língua Portuguesa* (1985) Lisboa: Círculo de Leitores.
- Luhmann, N. (1982), *O Amor Como Paixão. Para a Codificação da Intimidade*. Oeiras: Difel.
- Luhmann, N. (1992), *A Improbabilidade da Comunicação*. Lisboa: Vega.
- Mantas J. (coord.), (2003), *Monografia do Lumiar*. Lisboa: CML.
- Marshall, T.H. (1973), *Class, Citizenship and Social Development*. Westport: Greenwood Press.
- Martins, M. A. L. (1993), “Identidade Regional, Local e Dinâmica Cultural. O Papel da Autarquia”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento, Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, pp 156-167. Lisboa: Fragmentos.
- Mattoso, J. (1998), *A Identidade Nacional*. Lisboa, Ed. Gradiva
- McLuhan, M. (1977), *A Galáxia de Gutemberg*. S. Paulo: Companhia Editora Nacional.
- McLuhan, M. (1999), *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. S. Paulo: Cultrix.
- Meira, C. e Pereira, G. (1996), “O Ordenamento urbanístico de Telheiras visto pelos residentes: o plano de pormenor, a realidade actual e o futuro”, in *Sociedade e Território*, N.º 23, (Outubro), (pp. 140-160).
- Mela, A. (1999), *A Sociologia das Cidades*. Lisboa: Estampa.

- Menezes, M. (2004). *Mouraria, Retalhos de Um Imaginário. Significados Urbanos de Um Bairro de Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Meyer, M. (1993/98), *Questões de Retórica: Linguagem, Razão, Sedução*. Lisboa: Edições 70.
- Milon, A. (1999), *La Valeur de L'information*. Paris: Puf.
- Molotch H. e Lester M. (1933), "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos", in "Revista *Comunicação e Linguagens*, volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Veja, pp. 34-51.
- Nunes, J. P. S. (2003), "Estratégias Arquitectónicas, Tácticas Habitacionais", pp. 103-117, in Cordeiro, G. I., Baptista, L. V. E Costa, A. F. (2003). *Etnografias Urbanas*. Oeiras: Celta.
- Ortigues, E. (1987), "Interpretação", in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 218-233.
- Peltzer, G. (1992), *Jornalismo Iconográfico*. Lisboa: Planeta Editora.
- Pereira, L. S. (2000), *Médico, Xamã, ou Ervanária?* Lisboa: Ispa.
- Perelman, C. (1987). "Argumentação", in *Enciclopédia Einaudi*, Vol. 11, *Oral/Escrito. Argumentação*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 234-265.
- Pita, A. (1980), "Telheiras Sul. Plano de Pormenor", in *arquitectura*, revista de Arquitectura. Planeamento. Design. Construção. Equipamento., Ano II (4ª Série) Nº 137.
- Prigogine, I. (1999), *O Nascimento do Tempo*: Lisboa. Edições 70.
- Ramalho, M. I. e Ribeiro, A. S. (orgs.), (2002), *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento.
- Ramonet, I. (2000), *A Tirania da Comunicação*. Porto: Campo de Letras.
- Rodrigues, A. D. (1990), *Estratégias da Comunicação*. Lisboa: Presença.
- Rodrigues, A. D. (1993), "O Acontecimento", volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*, Revista *Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Vega.
- Rodrigues, W. (1999), "Globalização e gentrificação - teoria e empiria" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 29, pp. 95-125.
- Salgueiro, T. B. (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Oeiras: Celta.
- Santos, B. S. (1994), *Pela Mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2000), *A Crítica da Razão Indolente*. Porto: Afrontamento.
- Seabra, O. C. de L. (2000) "Urbanização: bairro e vida de bairro". *Travessia: revista do migrante*. v 13. n.38, pp. 11-17.
- Seixas, J. E Caria, H. (2004), *Planeamento. Diagnóstico Sócio-urbanístico da cidade de Lisboa. Uma perspectiva censitária 2001*. Lisboa: CML.
- Sfez, L. (1991), *A Comunicação*. Lisboa: Piaget.
- Silva, A. S., e Pinto, J. M. (Orgs.) (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Soloski, J. (1993) "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico", in Revista de *Comunicação e Linguagens*, volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*, pp. 91-100.

- Stier, J. (2001), “The True Identity of Identity”, in *ANTROPOLógicas*, Número 5, Dezembro de 2001. Oeiras: UFP.
- Sousa, J. M.C. (1991) “O Oratório de Telheiras (Breves notas para a sua história)”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.
- Stephenson, H., e Bromley. M. (1998), *Sex, Lies and Democracy, The Press and the Public*. Londres: Longman.
- Stier, J. (2001), “The True Identity of Identity”, in *Antropológicas*, N. 5, pp. 130-150, Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Touraine, A. (1994). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Piaget.
- Traquina, N. (1993), “As Notícias”, in Revista *Comunicação e Linguagens* volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*. Lisboa: Vega.
- Trindade, P. (1991), “Da Conquista Espiritual do Oriente”, in *Cadernos Culturais*, Nº1. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.
- Tuchman, G. (1993), “A Objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas”, in Revista *Comunicação e Linguagens*, volume temático *Jornalismo, Questões, Teorias e Estórias*, pp.74-90.
- Weber, M. (1979), *O Político e o Cientista*. Lisboa: Presença.
- Weber, M. (1979), *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. Lisboa: Presença.
- Wolf, M. (1987), *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.

Outras Fontes

WEB

- “Disparidades”, in http://des1biga.blogspot.com/2006_12_01_archive.html, publicado em 9.12.06.
- “Telheiras em dia de jogo”, publicado por Sobreda, in <http://blogs.sapo.pt/userinfo.bml?user=troque>.
- “Telheiras, um bairro modelo de Lisboa”, Publicado por João Carvalho Fernandes, in http://fumacas.weblog.com.pt/arquivo/2004_05.html PM .
- Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, in <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>, consultado em 23 de Julho de 2007.
- Escrito por “LIZARRAN Telheiras”, in http://epicurista.blogspot.com/2004_09_01_archive.html, 25/07/2004.
- Escrito por Alexandre Andrade, “Teatro em Telheiras”, in <http://last-tapes.blogspot.com/2007/05/pancadinhas-de-molire-fazem-se-ouvir-de.html>, 3/5/07.
- Escrito por Ana, in: http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2003/08/epul_publicidad.html, 8/9/04.
- Escrito por RA, in <http://campogrande.do.sapo.pt/ComenteIndex.html>, s/d.

Escrito por Roland

in:http://vistasnapaisagem.weblog.com.pt/arquivo/2003/08/epul_publicidad.html, 8.11.03.

Escrito por Carolina Pais in <http://telheirasvirtual.blog.pt/417253/>, 25/11/06.

Escrito por Carolina Traquina in: <http://telheirasvirtual.blog.pt/417253/>, 26/11/06.

<http://artelheiras.pt/pages/index.php>, consultado em 30 de Julho de 2007.

http://artelheiras.pt/pages/index1.php?page=dossier_1, consultado em 30 de Julho de 2007.

http://ec.europa.eu/employment_social/equal/data/document/srn-po.doc, consultado em 27 de Julho de 2007.

http://portal.iefp.pt/portal/page?_pageid=117,183182&_dad=gov_portal_iefp&_schema=GOV_PORTAL_IEFP, consultado em 28 de Agosto de 2007.

http://freguesiadooriente.blogspot.com/2006_01_01_archive.html, consultado em 3 de Novembro de 2007.

“Quem e como é Katsouranis”, in <http://www.ojogo.pt/23-243/artigo666225.asp>, de 22 de Outubro de 2007, consultado em 3 de Novembro de 2007.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Telheiras_%28bairro%29, consultada em 26.07.07.

<http://teatroaparte.no.sapo.pt/>

<http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-moises-lemos-argumentativo.html>, consultado em 22.08.07.

<http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei62de79de20Setembro.htm>, consultado em 14.08.07

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/>, consultado em 29 de Maio de 2007

<http://www.eb23-telheiras-n1.rcts.pt/agrupamento/Regulamento%20Interno.pdf>, consultado em 14.08.07

http://www.ecadequeiros.web.pt/CCEQ_Quem%20somos.htm, consultado em 16 de Agosto de 2007.

<http://www.epul.pt/index.php>, consultado em 14.08.07.

http://www.epul.pt/index.php?id_categoria=4, consultado em 14.08.07.

<http://www.google.pt/>

<http://www.jf-carnide.pt/>, consultados em 14.08.07.

<http://www.jf-lumiar.pt/>, consultados em 14.08.07.

<http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>

http://www.menshealth.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=138&Itemid=94, consultado em 14.09.07.

<http://www.opusdei.pt/art.php?p=10858>, consultado em 15.08.07.

<http://www.portalbusca.com/link.php?n=662&c=> consultado em 15.08.07.

In: <http://adeptos.blogspot.com/2005/09/drbi-capital-seis-feridos-nos.html>.

In: <http://monstrodesalmado.blogspot.com/2006/01/ela-vive-na-terra-de-ningum.html>.

Martins, M. L. “O ponto de vista argumentativo da comunicação”, in

<http://ubista.ubi.pt/~comum/martins-moises-lemos-argumentativo.html>, consultado em 22.08.07.

IMPrensa

- "Viva Campo de Ourique!", artigo assinado por Miguel Sousa Tavares, in *Público* edição impressa de 2005/11/11.
- "A aldeia dos doutores", artigo assinado por Frederico Carvalho/João Garcia, in jornal *Expresso*, secção "Nacional", pág. 13, 12/06/1993.
- "A arte por miúdos", artigo assinado por Raquel Moleiro in "Única", revista do jornal *Expresso*, nº 1742, de 18 de Março de 2006.
- "A Velha Quinta de S. Vicente", artigo assinado por Paula Alves Lopes, in *Jornal de Notícias*, secção "Grande Lisboa", ...03.96, pag. 10.
- "Bons Tempos", in *A Voz da Academia* 1967 – Número único do jornal comemorativo do 60º aniversário da Academia Musical União Familiar de Telheiras – AMUF, escrito e editado pelo sócio Aníbal Lopes Pinto, 1967.
- "Campolide e Telheiras vão ganhar hortas sociais para humanizar a cidade. Lisboa com mais cheiro a campo", artigo assinado por Marta Leandro, in *A Capital*, secção "Destaque", 18.11.97, pag. 2.
- "Com molas nos pés", artigo assinado por Emanuel Graça, in *notícias magazine*, edição Nº 737, de 9 de Julho de 2007.
- "Como e onde vive um alfacinha...", artigo assinado por Isabel Vicente, in *Jornal Expresso*, 24 de Dezembro de 1999.
- "Dívida à banca continua a 'apertar' a empresa de urbanização de Lisboa. Rigor e contenção na EPUL", in *Público*, "Local", 10.02.06, pag. 46.
- "EPUL desacelera projecto de recuperação do núcleo antigo de Telheiras. Uma aldeia adiada", artigo assinado por Guilherme Paixão, in *Público*, "Local", 20/06/1994, pag. 42.
- "Estabelecimentos de Bairro. Os Oásis do comércio. A proximidade, serviço personalizado e oferta de produtos alternativos são trunfos decisivos", artigo assinado por Conceição Antunes, in *Expresso*, secção "Privado", 02.03.96, pag. 8.
- "Estatuto do Jornalista", Lei nº 62/79, de 20 de Setembro.
- "Lisboa: que cidade? Que participação?", artigo assinado por Carlos Meira, in *Público*, secção "Local", 07.02.96, pag. 44.
- "João Soares e a crise no PS: «Houve Terceira Via em excesso»", artigo assinado por Orlando Raimundo, in jornal *Expresso*, secção "país", 22/12/2001
- "MORADORES DAS TELHEIRAS DENUNCIAM ANOMALIAS NOS EDIFÍCIOS DA EPUL", in *Correio da Manhã*, 2.04.85, pág. 14, e "MORADORES NAS TELHEIRAS NÃO GOSTAM DAS ALTERAÇÕES AO PLANO DE URBANIZAÇÃO", in *Correio da Manhã*, 23.04.85, pág. 6.
- "O Labirinto de Telheiras", crónica assinada por Alice Vieira, in *Diário de Notícias*, secção "Crónica", 1997.
- "Parkour. Os Ninjas Urbanos", reportagem assinada por Nelson Marques, in *Jornal Expresso*, edição Nº 1757, revista "Única", 1 de Julho de 2006.
- "Planos para Telheiras reacendem protestos", artigo assinado por Ana Fonseca, in *Jornal de Notícias*, secção "Grande Lisboa", 20.11.2001, pag. 5.
- "Por causa do aumento do fluxo de trânsito. Moradores de Telheiras alarmados com abertura de novo hipermercado", in *Diário de Notícias*, 29.03.1990, pag. 19.

- “Residentes Querem Recuperar o Lagar. Reviver o passado em Telheiras”, artigo assinado por Micael Pereira, in *A Capital*, secção “Nacional”, 25.01.1999, pag. 6.
- “Reunida Associação de residentes de Telheiras. Em defesa do bairro que hoje é simpático”, in *Diário de Notícias*, 26.01.06, pag. 39.
- “Telheiras – uma urbanização traída”, artigo assinado por Adelino Cardoso, in *Diário de Lisboa*, 3 de Maio de 1990, pp. 16 e 17.
- “Telheiras luta pelo bairro prometido”, artigo assinado por A.M., in *Público*, secção “Local”, 22.01.2006, pag. 67.
- “Telheiras luta por maior qualidade”, artigo assinado por Luisa Botinas, in *Diário de Notícias*, secção “Regional”, 07.11.2002, pag. 28.
- “Um bairro com telhados de vidro”, artigo assinado por Paula Alves Lopes, in *Jornal de Notícias*, secção “Grande Lisboa”, ...03.96, pag. 10.
- A Voz da Academia*, número único do jornal comemorativo do 60º aniversário da Academia Musical União Familiar de Telheiras – AMUF, “escrito e editado pelo sócio Aníbal Lopes Pinto”, Abril 1967.
- Diário da República*, II série, nº 125, de 30 de Maio de 2000.
- Diário do Governo*, I Série – Número 304, de 31 de Dezembro de 1971.
- Jornal de Telheiras*, Edição nº 7, Novembro 2000
- Jornal de Telheiras*, Edição nº6, Junho/Julho 2000
- Jornal de Telheiras*, N. 1, Outubro/Novembro de 1999
- Jornal de Telheiras*, N. 2, Dezembro/Janeiro 2000
- Jornal de Telheiras*, N. 3, Fevereiro/Março 2000
- Jornal de Telheiras*, N. 4, Abril/Maio 2000
- Jornal de Telheiras*, N. Zero, Agosto/Setembro 1999

ART

- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º1, Abril de 1989.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º2, Junho de 1989.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º3, Outubro de 1989.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º4, Março de 1990.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º5, Junho de 1990.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º6, Novembro de 1990.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º7, Junho de 1991.
- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º8, Abril de 1993.

- Informação ART*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º9, Junho de 1994.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º11, Maio de 1996.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º12, Dezembro de 1996.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º13, Junho de 1997.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º14, Novembro de 1998.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º16, Dezembro de 2001.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º17, Julho de 2002.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º18, Maio de 2003.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º19, Junho de 2004.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º20, Dezembro de 2004.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º21, Junho de 2005.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º22, Dezembro de 2005.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º23, Junho de 2006.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º24, Dezembro de 2006.
- ART Informação*, Boletim informativo da Associação de Residentes de Telheiras, N.º25, Junho de 2007.
- “Plano de Pormenor de Telheiras (SUL) – um contributo da Associação de Residentes de Telheiras”, Junho de 1995, Lisboa.
- “Construir uma Cidades para as Pessoas – Objectivos e Preocupações da População de Telheiras”, Fevereiro de 2002.
- “A Aldeia que Aprende. Projecto de Intervenção UNIVA”, Associação de Residentes de Telheiras, Dezembro de 1997.
- “Construir uma Cidade para as Pessoas – Objectivos e Preocupações da População de Telheiras. Lisboa, Associação de Residentes de Telheiras, Fevereiro de 2002.
- Estatutos da Associação de Residentes de Telheiras – ART, s/d.
- Programa de acção dos corpos gerentes da Associação, eleitos em 1998, s/d.
- O Guarda Sol Amarelo*, Associação de Residentes de Telheiras, 1995.
- Programa da Direcção da Associação de Residentes de Telheiras, eleita para o biénio de 2006-2008, Abril de 2006.

EPUL

Usos e Apropriação do Alojamento em Telheiras, estudo realizado pelo NEUT - Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do ISCTE, com a colaboração do Núcleo de Arquitectura do LNEC, sob a coordenação de António Fonseca Ferreira, 1989.

Folheto “Urbanização de Telheiras”, s/d.

Folheto “Construir o Novo Conservando a Memória”, s/d.

Folheto “Sabia que existe uma aldeia na cidade?”, s/d.

Folheto “Aldeia de Telheiras – um investimento no sossego”, s/d.

Folheto “Centro Empresarial de Telheiras. Uma excelente oportunidade de negócio”, s/d.

Folheto “Praça Central. Telheiras”, s/d.

“Telheiras. Criar Cidade Para a Vida das Pessoas”. Dossier Informativo” da EPUL, Novembro de 2002.

Brochura “Aldeia de Telheiras – Concurso Nº132. Normas”, s/d.

Brochura “EPUL. Empresa Pública de Urbanização de Lisboa. Grupo EPUL.”, s/d.

Nota à Comunicação Social. Epul comercializa Aldeia de Telheiras, 18 de Novembro de 2003.

“Sabia que existe uma aldeia na cidade?”, anúncio publicado pela EPUL, no jornal *Expresso*, edição de 18 de Setembro de 1993.

Outras Instituições

Carta “Convite para o lançamento da Fundação Ajuda À Igreja Que Sofre e Concerto na Sé Patriarcal de Lisboa”, de 12 de Abril de 2002.

Folheto promocional “Telheiras Residence. Construámos o seu sonho”, s/d.

Folheto promocional da Academia de Música de TELHEIRAS, s/d.

Curriculum vitae

Dados pessoais			
Nome completo	Mário Manuel da Silva Contumélias		
Morada	Rua Prof. Orlando Ribeiro, N.5-9E, 1600/796 – Lisboa		
Contactos	Tel. Casa: 217550775 Tel. Cel. : 968118605		
Formação Académica			
1994	Licenciatura em Antropologia Social.	ISCTE	16 valores
1996	Mestrado em Sociologia da Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação – parte lectiva.	ISCTE	16 valores
Actividades anteriores e situação actual			
1973/1988	Jornalista profissional, sucessivamente com as funções de Grande Repórter, Sub-chefe de Redacção e Chefe de Redacção.	Jornais “O Século”, “Telex”, “Diário de Notícias”, “Dia”, “Correio da Manhã”, Novo “O Século”, Agência ANOP, revista “Cinéfilo”.	
1976	Presidente da Direcção – um mandato.	Sindicato dos Jornalistas	
Desde 1980	Coordenador do Curso de Formação Geral em Jornalismo, posteriormente, Curso de Especialização em Jornalismo; Coordenador do Curso de Introdução ao Jornalismo.	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas – Cenjor	
1986/1998	Sócio fundador e director das empresas “Mediática, Agência de Comunicação Lda” e da “IM, Comunicação Global, Lda”		
Desde 1999	Docente das cadeiras de Introdução às Ciências Sociais; Sociologia; Identidade, Género e Família; Métodos de Investigação Participativa.	Instituto Superior de Psicologia Aplicada – ISPA.	
Desde 2003	Colunista do Jornal de Notícias.		
Desde 1983	Autor (poesia, literatura infantil, romance) – 22 obras publicadas.		
Área de actividade científica			
Docência Investigação em Sociologia			
Área de especialização			
Sociologia da Comunicação			
Investigação em curso			
Uma aldeia na cidade – Telheiras, o que é hoje e como se produz um «bairro»			
Outras competências/actividades			

- Formador da Bolsa Nacional de Formadores, certificado pelo SNCP do Ministério para a Qualificação e o Emprego.
- Consultor de Comunicação

Comunicações e publicação de artigos

- *Organizações e Comunicação – a apropriação do espaço dos OCS pela comunicação empresarial*, Lisboa, 1998, Câmara do Comércio Luso-Francesa
- *Novas Tecnologias do Jornalismo, Algumas Consequências da Mudança*, UNIVA da Associação de Residentes de Telheiras, Lisboa, 1999.
- “A Fuga da Aldeia Global. Contributos da Comunicação para a Produção Identitária da Nova Comunidade Local. O exemplo do Bairro de Telheiras.”, in Ornelas J. e Maria S. (eds.), (2000). *Actas da 1ª Conferência «Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental»*. Lisboa: ISPA.
- *Jornal de Telheiras, um média local em Lisboa. E também se pode “inventar” um bairro?*, Coimbra, 2000, Congresso da APS
- “Que coisa é essa que Guardas do Céu? A busca de um território simbólico, que afirme Telheiras no universo da diversidade (multi)cultural dos bairros de Lisboa.”, in Ornelas J. e Maria S. (eds.), (2001). *Actas da 2ª Conferência «Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental»*. Lisboa: ISPA.
- *A importância da formação profissional para a qualificação e flexibilidade dos jornalistas - o caso do CENJOR*, Lisboa, 2001, Encontro Nacional do SIOT, Gulbenkian
- *Os filhos do outro - identidade reflexiva ou variações sobre o espelho*, Lisboa, 2002, colóquio Migração, Racismo, Xenofobia
- “Jornal de Telheiras, um média local em Lisboa: e também se pode “inventar” um bairro?” in *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. (2002). Lisboa: APS. (Edição em cd, também disponível na Internet: <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta150.PDF>)
- “Imprensa local, aprendizagem e poder – a produção de cidadania como um contributo activo para a re-invenção [moral] da Democracia (O Caso do Jornal de Telheiras)”, in Ornelas J. e Maria S. (eds.), (2003). *Actas da 2ª Conferência «Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental». Participação, Empowerment e Liderança Comunitária*. Lisboa: ISPA.

Associativismo e participação cívica

- Membro dos corpos gerentes da APECOM - Associação Portuguesa das Empresas de Comunicação (entre 1990 e 1992)
- Sócio (cooperante) da Sociedade Portuguesa de Autores – SPA
- Sócio da Associação Portuguesa de Sociologia – APS
- Sócio da Associação de Residentes de Telheiras - ART